

LEONARDO SOUZA DE ARAÚJO MIRANDA

A DEMOCRACIA DA GRAVATA LAVADA: Teófilo Ottoni, vida, identidade política, espaço público e republicanismo entre 1826-1842

Belo Horizonte

2008

LEONARDO SOUZA DE ARAÚJO MIRANDA

A DEMOCRACIA DA GRAVATA LAVADA: Teófilo Ottoni, vida, identidade política, espaço público e republicanismo entre 1826-1842.

Dissertação apresentada ao Programa de Pós Graduação em História FAFICH – UFMG/ Linha de Pesquisa: História e Culturas Políticas com requisito parcial para obtenção de título de Mestre em História.

Orientadora: Prof^a Dr^a Heloísa Starling.

Belo Horizonte

2008

LEONARDO SOUZA DE ARAÚJO MIRANDA

A DEMOCRACIA DA GRAVATA LAVADA: Teófilo Ottoni, vida, identidade política, espaço público e republicanismo entre 1826-1842

Dissertação apresentada ao Programa de Pós Graduação em História FAFICH – UFMG/ Linha de Pesquisa: História e Culturas Políticas com requisito parcial para obtenção de título de Mestre em História.

BANCA EXAMINADORA

Professora Doutora Heloísa Starling (Orientadora)

Professora Doutora Regina Horta Duarte

Professor Doutor James William Goodwin Junior

Dedico este trabalho a meus pais Antônio Neto e Neide,
a minha tia Dulcinéa pelo exemplo de vida,
a Raquel pelo amor,
a meu filho Miguel grande motivo inspirador de tudo.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a todos que de alguma forma contribuíram para despertar o meu interesse pelo mundo intelectual.

A meus pais, Antônio Neto e Neide pela vida e pelos sacrifícios para que prosseguisse meus estudos.

A Dulcinea pelo modelo de coragem diante dos impasses da vida.

A Miguel, meu filho, por existir.

A Raquel pelo amor, companheirismo, paciência nos dias difíceis, e por sempre manter meu ânimo elevado.

A meus avós, *in memorian*, Florestano, Joana, Antônio Augusto e Enedina. Aos meus tios e demais familiares.

A minha orientadora Heloísa Starling pela confiança depositada, pelo incentivo e pelas oportunidades oferecidas.

À Regina Horta Duarte pela leitura crítica do texto de qualificação, que muito contribuiu para avanços na pesquisa.

Ao professor James William Goodwin Junior, por despertar a minha atenção para o período Imperial da nossa história e por sua contribuição na minha formação.

A Orlando Villefort, *in memorian*, pelo incentivo à leitura.

Ao companheiro de longa data e Compadre Dilhermando, pelo seu papel fundamental, em conspiração com a Deusa fortuna, nessa conquista.

Aos amigos Rafael e Carlos Henrique pela ajuda providencial com o texto da dissertação; e aos amigos feitos durante o curso, Maria Christina e João Ricardo por dividirem as dúvidas e angústias próprias do momento.

A Adalberto pelas conversas instigantes e pelas oportunidades oferecidas.

A Nilmário Miranda e Edmo Cunha, pessoas generosas e companheiros na jornada de resgate da imagem de Teófilo Ottoni, pela chance de auxiliar no projeto de pesquisa biográfica sobre Ottoni.

“Que mesmo no tempo mais sombrio temos o direito de esperar alguma iluminação, e que tal iluminação podem bem provir, menos das teorias e conceitos, e mais da luz incerta, bruxuleante e freqüentemente fraca que alguns homens e mulheres, nas suas vidas e obras, farão brilhar em quase todas as circunstâncias e irradiarão pelo tempo que lhe foi dado na terra – essa convicção constitui o pano de fundo implícito contra o qual se delinearão esses perfis. Olhos tão habituados às sombras, como os nossos, dificilmente conseguirão dizer se sua luz era a luz de uma vela ou a de um sol resplandecente. Mas tal avaliação objetiva me parece uma questão de importância secundária que pode ser seguramente legada à posteridade”.

Hannah Arendt, *Homens em Tempos Sombrios*

RESUMO

A presente dissertação pretende analisar aspectos da vida e do pensamento do político liberal mineiro Teófilo Benedicto Ottoni (1807-1869), entre os anos de 1826 a 1842, envolvendo um limite espacial que abrange as províncias de Minas Gerais e Rio de Janeiro. O estudo se fixa na trajetória republicana de Teófilo Ottoni, ocupando-se de facetas diversas como: sua identidade sócio-profissional, fazendo uso, para isso, do método prosopográfico; sua identidade político-partidária entendida à luz dos discursos e querelas envolvendo Ottoni, “exaltados” e “moderados” e da construção e desconstrução das semelhanças e diferenças entre os personagens; sua ação em pró da formação e expansão da esfera pública tanto na Vila do Príncipe como na cidade do Rio de Janeiro; suas idéias políticas em relação ao contexto intelectual da época, com atenção especial para o conceito de república que emerge da sua linguagem.

Palavras-chave: Teófilo Ottoni, identidade, espaço público, republicanismo.

ABSTRACT

This dissertation intend to examine aspects of the life and thought of the political liberal “mineiro” Teófilo Benedicto Ottoni (1807-1869), between the years of 1826 to 1842, involving a limited space that covers the provinces of Minas Gerais and Rio de Janeiro. The study was fixed in the path of Republican Teófilo Ottoni, occupying itself with as many facets: his identity socio-professional, making use, for this reason, the method prosopográfico; their political-party identity understood in the light of the discussion and quarrels involving Ottoni, "exaltados" and "moderados" and the construction and deconstruction of the similarities and differences between the characters; their action in pro formatting and expansion of the public sphere both in the Vila do Príncipe and in the city of Rio de Janeiro; their politics ideas regarding the intellectual context of the time, with special attention to the concept of the republic that emerged from your language.

Keywords: Teófilo Ottoni, identity, public space, republicanism.

ILUSTRAÇÕES

FIGURAS

FIGURA 1 Focópia do jornal Sentinella do Serro -----	132
--	-----

QUADROS

QUADRO 1 Redatores de periódicos 1827-1842 -----	50
QUADRO 2 Membros de associações públicas 1827-1842 -----	51
QUADRO 3 Redatores de periódicos e membros de associações públicas: nascimento, origem, profissão e universidade -----	53
QUADRO 4 Jornais vinculados ao Sentinella do Serro 1829-1832 -----	129

SUMÁRIO

INTODUÇÃO	14
1 O PERFIL SÓCIO-PROFISSIONAL DE TEÓFILO OTTONI	35
1.1 Entre o sujeito e a estrutura: novas idéias sobre a biografia	35
1.2 O indivíduo: traços da vida de Teófilo Ottoni	40
1.3 Posopografia: o perfil dos atores políticos relacionados a Teófilo Ottoni	47
2 A TERCEIRA MARGEM DO RIO: A IDENTIDADE POLÍTICA DE TEÓFILO OTTONI ENTRE FARROUPILHAS, CHIMANGOS E CARAMURUS	67
2.1 O tripé político imperial: exaltados, moderados e caramurus	68
2.2 Identidade política como representação: batalhas semânticas entre exaltados, moderados e caramurus	74
2.3 Ottoni entre a anarquia e a ordem	80
2.4 “Elle ser perde num labirinto”: a identidade política de Teófilo Ottoni na visão de jornais moderados	84
2.5 “Huma opinião independente”: a auto-identificação de Teófilo Ottoni e suas representações sobre os grupos políticos brasileiros	95
3 “INSTANTANEAMENTE A CIDADE ILUMINOU-SE”: OTTONI E AS TRANSFORMAÇÕES NO ESPAÇO PÚBLICO NO RIO DE JANEIRO E EM MINAS GERAIS	108

3.1 Esfera pública, Esfera privada: os primeiros contatos de Ottoni com as transformações da esfera pública -----	109
3.2 “Achei-me nesta babilônia”: a experiência ottoniana no Rio de Janeiro, um espaço público em transformação -----	114
3.3 Entre escritos, vozes nas ruas e sociabilidades: Ottoni e a transformação da esfera pública na Vila do Príncipe -----	123
3.4 Dos “Amigos Unidos” aos “Patriarcas Invisíveis”: a participação de Ottoni nas sociabilidades formais -----	143
4. REPUBLICANIZAR A MONARQUIA: A IDÉIA DE REPUBLICA NO DISCURSO OTTONIANO -----	155
4.1 Langue: o contexto intelectual no Brasil na primeira metade do século XIX -----	156
4.2 A Utopia Americana: o discurso republicano Ottoniano -----	164
4.2.1 “Huma hidra de cem cabeças”: o despotismo nas palavras de Ottoni -----	164
4.2.2 “O sagrado direito da insurreição”: Ottoni e o apelo às armas -----	166
4.2.3 Homens de cor, telegráficos e o belo sexo: Ottoni e a Cidadania -----	178
4.2.4 “Instrução, instrução he o que mais precisa o Brasil”: a idéia de educação em Ottoni -- -----	194
4.2.5 “Coração verdadeiramente Brasileiro, verdadeiramente Americano”: a defesa do sistema americano -----	199
4.2.6 O episódio do beija-mão: uma postura anti-aristocrática -----	208
4.2.7 Republicanizar ou mornaquizar a constituição: as controvérsias envolvendo Poder Moderador, Conselho de Estado e Senado vitalício -----	211

CONSIDERAÇÕES FINAIS -----242

FONTES -----248

BIBLIOGRAFIA -----251

INTRODUÇÃO

“A vida não é em linha reta, nem em ordem direta se processam as histórias de cada homem [...]”

Oswald de Andrade, *Telefonema*.

O presente estudo pretende focar a história das idéias políticas republicanas no Brasil Imperial tendo como fio condutor um estudo de caso: aspectos da existência de Teófilo Benedito Ottoni, nascido na Vila do Príncipe, incrustada na Comarca do Serro Frio, Província de Minas Gerais, em 1807. Tenciona-se realizar uma investigação histórica sobre a vida, o pensamento e o tempo desse sujeito histórico, cotejando sua trajetória com os estudos mais recentes que tem inovado a historiografia que trata das idéias políticas e da cultura política no período, contribuindo, assim, para uma melhor compreensão do republicanismo naqueles anos. O tempo se divide entre os marcos de 1826 e 1842.

A década de 1820 marca sua ida à capital do Império para estudar na Academia da Marinha. Mais do que simples erudição, a cidade do Rio proporcionou o contato com a escola do civismo e marcaria Ottoni para sempre com sua ebulição política e cultural. O burburinho formado pelas associações secretas, jornais liberais, discursos e debates que tomavam conta das ruas e praças da Capital Imperial, impregnaram as vistas, os ouvidos e o espírito daquele jovem. Em 1842, era sufocada a revolução mineira que o tinha como uma das lideranças e que pretendia usar o sagrado direito da rebelião contra governos inconstitucionais. Era sua última batalha pela república possível, antes da sua utopia no Mucuri. O recorte espacial se limita as suas idas e vindas pelas Províncias de Minas Gerais, agitando sua vila natal, defendendo os preceitos liberais na Câmara em Ouro Preto ou sofrendo derrota militar para o Império em Santa Luzia; e ao Rio de

Janeiro, centro onde foi forjado o projeto monárquico e onde iniciou e terminou sua jornada política.

Teófilo Otoni, Deputado provincial por Minas Gerais (1835-1838), Deputado geral (1838-1841, 1845-1848, 1861-1863), Senador (1864-1869), “[...] aparece como uma das mais expressivas figuras da história do Brasil Império [...]” (DUARTE, 2002: 1), essa assertiva justifica, em parte, sua seleção como objeto de pesquisa. Em parte, porque, mais do que a figura exemplar, interessa aqui esmiuçar o ideário de Otoni buscando contribuir para um melhor entendimento das fissuras, divergências, especificidades que davam vida ao microcosmo político dos republicanos brasileiros da primeira metade do século XIX. Apesar de ocupar um lugar privilegiado e singular na política nacional do século XIX, Otoni é pouco estudado ainda. Grande parte da bibliografia consta de obras que primam pela descrição factual ao tratar do assunto. Há uma carência de estudos acadêmicos centrados na sua trajetória. Em geral, as escassas pesquisas acadêmicas sobre o tema tratam do assunto ou a partir de uma ótica diversa da proposta nesse projeto ou focalizando um período específico da sua vida.

Há uma série de estudos de caráter biográfico centrados nas esferas privada e pública da sua vida, que quase sempre enaltecem a sua trajetória política ao afirmá-la coerente com os valores da democracia, da liberdade, do bem comum e da república¹.

Castro, ao estipular uma divisão entre liberais exaltados e moderados, enquadra Otoni na tendência dos “liberais puros de inspiração jeffersoniana”, os quais teriam se afastado dos exaltados e se aproximado dos moderados, após o 7 de abril de 1831, aceitando a monarquia liberal e abandonando as sublevações armadas da plebe.(CASTRO,2003:10)

¹ Ver: CHAGAS, Paulo Pinheiro. *Teófilo Otoni ministro do povo*. Belo Horizonte. Itatiaia. 1978; CARVALHO, Daniel de. *Traços de uma grande vida. Theófilo Otoni, campeão da liberdade*. Rio de Janeiro. Alba, 1934; TETTEROO, Frei Samuel *O Município de Theófilo Otoni: notas históricas e chorográficas*. Belo Horizonte. Imprensa Oficial. 1922; TIMMERS, Frei Olavo *Theophilo Otoni, pioneiro do nordeste mineiro e fundador da cidade de Teófilo Otoni*. 1996.

José Murilo de Carvalho também inclui Ottoni no Partido Liberal, identificando-o como defensor da descentralização política e das autonomias provinciais. Ele seria um dos precursores das reivindicações de liberdade individual e participação política. Demandas associadas, pelo autor, ao liberalismo clássico dos direitos individuais e representadas por segmentos sociais tipicamente urbanos, formados por profissionais liberais, intelectuais e industriais. Carvalho liga Ottoni ao liberalismo dos núcleos urbanos mineiros nascidos da economia mineradora. (CARVALHO, 2003:204-228)

Valdei Lopes de Araújo, em dissertação de mestrado de 1998, visa compreender as formas e significados da ação política entre 1831 e 1862 no Rio de Janeiro, usando a trajetória política de Teófilo Otoni como paradigma. A sua vida e os elementos da tradição política representada por ele, com gênese nas cidades de Minas Gerais no século XVIII, e que remetiam às idéias motivadoras dos inconfidentes, é utilizada como guia para o mapeamento dos movimentos de expansão e contração da esfera pública no Império do Brasil no período acima determinado. (ARAÚJO, 1998:1-12)

Regina Horta Duarte realiza um dos poucos estudos críticos sobre o personagem. Intuindo sua tese a partir das observações de Joaquim Nabuco sobre o liberal mineiro, a historiadora diz que “[...] Otoni, ao apresentar-se aos eleitores, ao dirigir-se às autoridades, ao escrever nos jornais, ao discursar no parlamento, exibe como virtude política a sua verdadeira obsessão pela coerência [...]” (DUARTE, 2002: 4) Fazendo a crítica documental da “Circular aos eleitores”, testamento político de Ottoni, a autora percebe no panfleto “[...] a clara intenção de demonstrar coerência de princípios de defesa da liberdade e da constitucionalidade [...]” (*Idem*) Daí que “sua circular delineia um pensamento político estático [...] numa narrativa em que um homem parece se apresentar alheio ao devir [...] O tempo de Otoni é um “não tempo”, no qual a permanência e a imutabilidade apresentam-se como formas de resistir à corrupção [...]” (*Idem*: 6) Dessa maneira,

Otoni não repensou as ações dos republicanos brasileiros diante das mudanças naturais da realidade histórica. Diante da obsessão pela imagem incólume, defendeu o federalismo em uma sociedade oligárquica em que a descentralização poderia significar domínio privado dos grandes proprietários rurais. Para ele havia correspondência íntima entre auto-governo e regime representativo, porém silenciou a respeito da exclusão dos cidadãos passivos, aos quais eram negados os direitos políticos em razão da renda mínima exigida. Portanto, cai por terra sua filiação a uma concepção de liberdade como sendo fruto da ação e da participação política. (DUARTE, 2002:7-10)

Concordamos com Duarte em certo aspecto. Como bem mostrou Oswald de Andrade, “ a vida não corre em linha reta”. A pós-modernidade veio quebrar a noção do indivíduo como algo coerente, unitário, bem como a idéia da vida como percurso linear com começo, meio e fim determinados. A abordagem historiográfica contemporânea, quando se debruça sobre a narrativa da vida de determinados personagens, procura mostrá-los “[...] a partir de diferentes ângulos, construindo-os não de maneira coerente e estável, mas levando em conta suas hesitações, incertezas, incoerências, transformações.” (SCHMIDT, 2000:199) A idéia a ser desenvolvida é discutir incoerências de Otoni no seu perfil sócio profissional, na sua identidade “partidária” e em sua concepção de república. Sua trajetória sofreu mutações, sua identidade política é construída e reconstruída ao sabor dos acontecimentos em um determinado período; seu perfil sócio-profissional as vezes é diverso, as vezes próximo daquele das pessoas com quem ele lidou no mundo público; sua vivência na Cidade do Rio de Janeiro se deu entre uma ocupação republicana e monárquica do espaço público. Ele pregou a necessidade da rebelião armada, ao mesmo tempo em que se afirmou democrata pacífico. No âmbito das idéias, desejou uma república nos moldes da pátria de Thomas Jefferson, mas também transigiu para aceitar uma monarquia republicanizada.

Destarte, seu trajeto será abordado levando em conta quatro temáticas diferentes, redundando na divisão da dissertação em quatro capítulos. No primeiro capítulo, à luz das modernas teorias biográficas, narra-se a vida de Ottoni, levando em conta dimensões como a família, a formação educacional e profissional e as atividades políticas. Em seguida, pretende-se transformar em método de pesquisa o dito popular “diga-me com quem andas, que lhe direi quem és”, construindo o perfil prosopográfico, a biografia coletiva, de um grupo de pessoas ligadas a Ottoni na cena pública por intermédio da atividade jornalística e de participação em associações públicas.

No segundo capítulo, analisa-se a identidade política de Ottoni em relação as suas aproximações e distanciamentos dos grupos “exaltados” e “moderados”. O objetivo é verificar como as identidades eram definidas, reconfiguradas, reestruturadas conforme o andamento dos fatos, usando como marco as representações e todo o arsenal semântico usado pelos atores nas suas disputas. Através da leitura da imagem que “exaltados” e “moderados” teciam para Ottoni, avaliando a visão que o político da Comarca do Serro tinha de si mesmo e a que construía dos respectivos grupos, tendo sempre em mente as acusações mútuas de fidelidade, infidelidade, dependência e autonomia, pode-se falar em identidades plurais, em vários Ottoni.

No terceiro capítulo, tentou-se entender de que forma suas ações contribuíram para a formação e expansão da esfera pública em Minas Gerais e Rio de Janeiro, fazendo uso das elucubrações teóricas de Habermas em seu estudo clássico² e da aplicação do conceito em terras brasileiras pelas mãos hábeis de Lúcia Mara Bastos e Marco Morel em dois importantes estudos³.

² A obra é HABERMAS, Jürgen. *Mudança estrutural da esfera pública: investigação quanto a uma categoria da sociedade burguesa*. Rio de Janeiro. Tempo Brasileiro. 1984.

³ As publicações são: MOREL, Marco. *As transformações do espaço público: imprensa, atores políticos e sociabilidades na cidade Imperial (1820-1840)*. São Paulo. Hucitec. 2005; NEVES, L. M. B. P. *Corcundas constitucionais: cultura e política (1820 - 1822)*. Rio de Janeiro: Revan; FAPERJ, 2003.

Destaca-se a experiência de Ottoni na cidade do Rio de Janeiro, local de ocupação imperial das ruas e também espaço de reunião de homens livres em suas manifestações públicas. No “olho do furacão”, ele estreou no jornalismo político e entrou em contato com formas de sociabilidade política como livrarias, grupos políticos e sociedades secretas. De volta à sua vila natal, usou o aprendizado cívico ganho em terras alhures para expandir os horizontes públicos de Minas Gerais, fundando a *Sentinella do Serro* e chefiando uma rebelião armada no ano de 1831.

Na última parte, objetiva-se acarear o discurso republicano de Ottoni com o contexto intelectual vigente no período recortado. Após situar os principais conceitos que formavam o contexto lingüístico em pauta, levantam-se alguns temas que moldavam seu arcabouço mental como: despotismo, revolução, cidadania, educação, sistema americano, aristocracia, poder moderador, monarquia, república, centralização e federalismo. O objetivo é mapear o conceito de república no ideário ottoniano, tendo sempre em vista, como uma espécie de bússola analítica, as possibilidades presentes no vocabulário político daquela sociedade.

A análise do perfil social, da identidade política e da sua ação na cena pública encaminha a pesquisa para sua razão principal que vem a ser a discussão do conceito de república no pensamento de Ottoni. Pensamos república na sua acepção clássica, ou seja, *Respublica, res populi*, como sendo o que pertence ao povo, ao domínio público, que é de interesse coletivo, comum aos cidadãos; em oposição à esfera das coisas privadas, que é do âmbito dos particulares, indivíduos e grupos. O termo república se impõe pela postulação de um espaço público, a constituição de um povo, suas instituições, regras de convivência e agências de administração e governo. República remete, do mesmo modo, à idéia de “império da lei”, regime constitucional

em que as leis derivam de princípios que protegem de todo interesse particular. O pensamento republicano propõe ainda a questão da participação política e a implicação efetiva de todos no poder e nas decisões políticas relativas aos assuntos comuns.

O ideário republicano promove a adequação e equidade das classes constituintes da cidade (pobres e ricos) por meio da equiparação dos poderes atribuídos a cada uma das suas partes. Fazendo valer o interesse para harmonizá-las segundo o princípio do bem comum, o qual se realiza na própria forma do regime republicano, dado a capacidade de, na constituição e organização dos poderes e magistraturas de governo, acomodar e articular interesses diversos em uma convivência possível. (CARDOSO, 2004: 45-66; CARDOSO, 2002: 27-48)

Essa tradição republicana remonta às cidades-estado italianas da passagem do século XIV ao XV, em especial, Florença. O humanismo cívico pode ser caracterizado como “um movimento de idéias, a partir dos textos da antigüidade, que reconhecia, no espaço da vida pública, o local privilegiado da manifestação dos valores mais elevados da condição humana”(BIGNOTTO, 2000:51-52)

Visando defender as virtudes da vida cívica republicana, algumas cidades desenvolveram uma ideologia proveniente de duas tradições: o estudo da retórica, que constituía um tópico de ensino das universidades italianas desde o século XI; e a filosofia escolástica, que viera da França para Itália no final do século XIII.(SKINNER,1996:45-49)

Durante primeira metade do século XV, um longo conflito entre as cidades de Milão e Florença, com alguns interstícios anuais, e a eminência de invasões capitaneadas por déspotas belicosos representaram sérias ameaças externas que colocavam em xeque as liberdades republicanas florentinas. (BIGNOTTO, 2001:131-135) Diante de tais perigos, os humanistas florentinos do quatrocentos debateram e desenvolveram um ideário de defesa das liberdades cívicas. Concebiam a liberdade como independência – a idéia de se estar livre da interferência

externa dos *signori* – e auto-governo, a idéia de uma constituição livre que permitia a todo cidadão participar ativamente dos negócios da cidade. Os humanistas cívicos entendiam o uso de tropas mercenárias para a defesa da cidade como danosa às liberdades de Florença, devido à dificuldade que os ricos comerciantes tinham de cumprirem suas obrigações militares, propondo como solução recriar o ideal de uma cidadania armada e independente. Propunham, ainda, como alternativa à corrupção do corpo político, o aprimoramento do espírito público, a formação de homens virtuosos.(SKINNER, 1996: 91-102)

O retorno aos textos do mundo antigo redundou em uma recuperação dos valores clássicos, com destaque para as idéias de Cícero sobre o conceito de *virtus*. Os humanistas cívicos florentinos retomam o confronto clássico entre o par *virtus* e *fortuna* para expressar a condição humana. Se a deusa Fortuna era considerada responsável pelo destino da humanidade, a *virtus* seria a capacidade dos homens de enfrentar os caprichos da Fortuna, a contingência e o acaso no fluxo dos acontecimentos do processo histórico. O *vir virtutis*, o homem virtuoso era visto como força social criativa e apta a moldar seu próprio destino e a refazer o mundo social para adequá-lo a seus desejos.(SKINNER, 1996:115-121; BIGNOTTO, 2004:30-37; BIGNOTTO, 1991: 32-38)

O itinerário espacial-cronológico do republicanismo segue o seguinte roteiro: como já vimos, a Itália na passagem do século XIV ao XV; a Inglaterra no século XVII; e, *last but not least*, a América do norte no século XVIII.(LEFORT, 1999:188-205)

Franco Venturi, na obra “Utopia e Reforma no Iluminismo”⁴, tem como objetivo central “tentar colocar o problema do impacto da tradição republicana no desenvolvimento do iluminismo” (VENTURI, 2003:51). Segundo o autor, essa tradição que preponderou como referência central para o pensamento “ilustrado” do século XVIII, ao contrário do que se pode

⁴ VENTURI, Franco. *Utopia e Reforma no Iluminismo*. São Paulo. EDUSC. 2003.

pensar, não deriva de uma experiência distante, ou seja, da forma clássica do pensamento republicano, calcada na experiência de Roma e Atenas. Nasce de uma experiência próxima, direta que tem suas origens na tradição republicana que possui raiz no medievo e na renascença; na experiência realizada pelas cidades italianas, flamengas, alemãs, pela Holanda, Suíça, Inglaterra e Polônia. Contudo, esses exemplos não pertenciam diretamente a realidade dos *philosophes* franceses, não eram locais e pessoais, não deixavam “rastros” marcantes na sua história pátria e apenas o modelo clássico podia assumir um vigor mítico. Daí, a forma clássica do republicanismo ter sido evidente na França, nos últimos decênios de século. (VENTURI, 2003:53-55)

Entretanto, a presença das repúblicas tem um valor que ultrapassou o mito, dado que sobreviveram à era do absolutismo nos séculos XVII e XVIII. Holanda, Gênova e Veneza permaneceram republicanas ante as tentativas de invasão por parte de França e Áustria, mantendo inalteradas suas constituições, assim como a forma republicana de seus governos, conservando um modelo diverso que não permitiu o triunfo completo, seja ideológico, político, seja militar, das monarquias absolutas. (Idem:55-92)

Os embates, envolvendo as repúblicas e as monarquias, entre o século XVII e o XVIII, formavam o pano de fundo em que Montesquieu escreveu “O Espírito das leis”, “que oferecia a fórmula da coexistência entre repúblicas e estados absolutistas”. (Idem: 93). Venturi afirma, que, para Montesquieu, são os corpos constituídos e as leis constitucionais, que impedem um Estado de cair no despotismo e na corrupção. As repúblicas seriam vulneráveis às ameaças externas, aos motins populares, devido à inexistência de um monarca que protegesse os corpos constituídos.

Mas o problema histórico colocado pelas repúblicas modernas era solúvel somente no interior das monarquias, daquele compromisso [...] entre as estruturas nobiliárias, urbanas, judiciárias e o soberano que caracteriza os estados modernos, qualquer que

fosse a forma tomada por esse compromisso, a francesa ou a inglesa, está última indubitavelmente melhor. Na primeira, os corpos constituídos tornavam-se corpos intermediários, na segunda, acabavam por ser a própria base da separação e do equilíbrio dos três poderes. (Idem: 96-97)

Não obstante, o compromisso estabelecido na Grã-Bretanha entre monarquia e república, de meados do século XVII em diante a tradição republicana inglesa sobreviveu na “pena” de figuras como John Toland, Anthony Collins, Robert Molesworth, Shaftesbury, John Trenchard, que funcionavam como elo de ligação entre a commonwealth e o iluminismo. Essas idéias ganharam espaço na Europa da “luzes” através do deísmo, panteísmo, livre-pensamento, maçonaria, exaltação da liberdade inglesa. (*Idem*: 102-109) Se em meados do século XVIII, as repúblicas ocupavam uma posição secundária em relação ao absolutismo – no que diz respeito às esferas políticas, econômicas e ideológicas – é por meio dos planos ético e moral que o republicanismo confluiu com o iluminismo. (*Idem*: 139-141) Afinal, a tradição republicana das cidades italianas renascentistas e o pensamento dos republicanos ingleses do século XVII, influenciaram o iluminismo no século XVIII, o qual, por sua vez, incorporou aspectos como a crítica aos exércitos mercenários, e o estímulo à virtù. (FONSECA, 2004: 151-153)

Hoje parece ser lugar comum na historiografia das idéias políticas, que se ocupa da revolução norte-americana, a tese de que o republicanismo clássico foi seminal na constituição de um discurso republicano nos Estados Unidos da América⁵. Ao se debruçar sobre uma profusa e variada documentação, a qual incluía jornais, cartas, documentos oficiais, discursos, sermões e, fundamentalmente, panfletos⁶, Bernard Bailyn se deparou com uma literatura política que lançava

⁵ As relações entre o humanismo cívico e os ideais da revolução norte-americana foram estabelecidos graças, principalmente, a: POCOCK, J. G. A, *The Machiavellian moment*. Princeton. Princeton University Press, 1975 e BAILYN, Bernard. *As origens ideológicas da Revolução Americana*. Tradução: Leide Rapucci. SP. EDUSC. 2003.

⁶ Bailyn, definiu panfletos assim: “Os panfletos incluíam toda a espécie de escritos: tratados sobre teoria política, ensaios sobre a história, argumentos políticos, sermões, correspondências, poemas – e apresentavam toda espécie de figuras de linguagem. Mas apesar de toda a sua variedade, ele tem em comum uma característica distinta: são o,

nova luz sobre os princípios e fontes ideológicas da revolução norte-americana (BAILYN, 2003:23-39) Os panfletos revelaram que, na formação do ideário da revolução norte-americana, entraram elementos que compunham um repertório eclético, composto de fontes intelectuais distintas, sem nenhuma ligação aparente: a antigüidade clássica; o iluminismo; o direito Consuetudinário inglês; as teorias políticas do puritanismo e, em especial, a teologia Covenant.(*Idem*: 42-50) A argamassa necessária a essa salada ideológica foi dada pela tradição de um grupo de opositores ingleses ao sistema político da Grã-Bretanha do século XVIII, formado por escritores como Trenchard, Molesworth, que, por sua vez, buscaram inspiração no pensamento radical da guerra civil inglesa e no período da commonwealth, em autores como, por exemplo, James Harrigton, arguto leitor de Maquiavel e do humanismo cívico.(*Idem*:50-67)

O que ligava essas linhas de pensamento disparatadas, o que dominava no conhecimento heterogêneo dos colonos e moldava num todo coerente, era a influência de um outro grupo ainda de escritores [...] distinto em suas características essenciais e único em seu poder determinante. As origens últimas dessa vertente ideológica distinta estão no pensamento político e social radical da Guerra Civil inglesa e do período da Commonwealth, mas sua forma definitiva somente ocorreu na virada do século 17 e início do 18, nos escritos de um grupo de prolíficos teóricos de oposição, políticos “do país”, e publicistas. (Idem: 50-51)

A base constitucional e ideológica dos norte-americanos, bem como a obsessão deles pela idéia de liberdade como independência e auto-governo, teve impacto profundo na América Latina, influenciando, portanto, os debates políticos sobre o destino do Império brasileiro.

Os burburinhos da Revolução Americana alcançaram ressonâncias nos principais episódios da vida política do Brasil entre 1820 a 1850:

até um ponto incomum, explicativos. Revelam não meramente posições tomadas, mas a razão pelas quais as posições foram tomadas, revelam motivo e entendimento: as posições, crenças e idéias – as visões de mundo articuladas – que estavam por trás dos eventos da época” (Idem:15-16)

Dessa maneira nos informa sobre as razões das resistências ao governo imperial, acontecidas na primeira metade do século XIX; sobre as diferentes percepções do texto constitucional e do pacto a ser estabelecido entre a nação e o soberano, divergências que justificaram o enfrentamento de vários setores da sociedade brasileira com Pedro I, no episódio da dissolução da Assembléia Constituinte em 1823; da Confederação do Equador em 1824; e da abdicação do Imperador em 1831. As considerações de Arendt nos permitem uma melhor compreensão das exigências do partido liberal durante a Regência (1837-1840) e o segundo reinado – a defesa dos conselhos locais; da autonomia provincial; a extinção do poder moderador, do conselho de Estado e do senado vitalício -, reivindicações que fundamentaram o Ato Adicional à Constituição do Império aprovado em 1834, a reforma deste dispositivo em 1841, e a maioria das rebeliões liberais ocorridas entre 1824 e 1848. (MARSON,2004:228)

A obra de Hanna Arendt delinea quatro princípios distintos sobre a revolução norte-americana⁷. Primeiro, o objetivo de fundar uma nova ordem política adequada à singularidade americana, ou seja, abundância em decorrência das terras livres e abertas, práticas políticas próprias, como a atuação de conselhos representativos das comunidades. Segundo, o empenho de, após a libertação do despotismo, instituir a liberdade como o direito de participar das coisas públicas, de tomar decisões que dizem respeito a todos, por exemplo, exercer a ação política. Em terceiro lugar, o problema era político e não social, privilegiavam não uma mudança na ordem social, mas a escolha do regime de governo. Por último, a rejeição em confundir revolução com a violência das massas. Após a rebelião (direito de lutar contra a opressão injustificada), a revolução se realiza num texto constitucional derivado de uma assembléia constituinte. (*Idem*: 228-229)

Esses quatro traços ecoam nos projetos, discursos e ações dos republicanos brasileiros da primeira metade do XIX. Naquele momento de fundação da nação brasileira, as origens e

⁷ Ver: ARENDT, Hanna *Da revolução*. Brasília. Ática. 1990

resultados da revolução norte-americana são importantes para a compreensão dos embates entre duas posturas distintas: a primeira de matriz monárquica, e a segunda republicana.

[...] a primeira dessas posturas partiu do pressuposto de que esta nação deveria reproduzir o percurso da história da Europa, e atrelou todas as instituições e práticas ao exemplo europeu. Foi ela que impôs a necessidade de implantação de uma monarquia constitucional centralizada – sustentada [pelo] o moderador, por um conselho de estado e um Senado vitalício – na qual a autoridade se cristalizava nesses órgãos e na figura de um soberano legitimado por atributos hereditários, e remanescentes da tradição absolutista. Tal proposta esteve estritamente comprometida com a unidade do Império e com os interesses de uma elite política econômica associada à antiga metrópole; interesses seriamente questionados por outro projeto político aceito por significativas parcelas da sociedade brasileira, no geral composta por médios e pequenos homens de negócios. Tal projeto percebia um novo e diverso perfil histórico para o Brasil. Ele tinha como pressuposto a certeza de que o país se constituíra a partir de uma experiência especificamente americana, na qual se destacavam, por um lado, a abundância de riqueza e de sua acessibilidade aos homens de inteligência e talento. E, por outro, relações mais igualitárias entre os homens livres e proprietário, e uma tradição de desempenho nas coisas públicas e de admissão no mundo político, princípios que poderiam ser testemunhados, por exemplo, pela atuação dos Senados das Câmaras, instâncias representativas do poder e autonomia usufruídos pelas comunidades locais até o início do século XVIII. Estes pressupostos e o projeto relacionado [...] integram as argumentações reproduzidas de Caneca, Timandro, Ottoni dentre muitos outros políticos liberais. Eles acreditavam poder instituir aqui, senão uma república, uma monarquia com inédito perfil democrático – uma monarquia constitucionalizada – capaz de combinar a presença de um soberano modelado e aclamado pelos cidadãos, com a autonomia dos conselhos provinciais, e das câmaras Gerais temporárias, de deputados e senadores. (Idem: 242-243)

Esse longo itinerário do republicanismo clássico, que sofreu transformações na sua travessia do Atlântico, trouxe o conceito de república da Europa para a América do Norte. Ventos liberais sopraram as novas idéias para o sul da América. No Brasil, o republicanismo de matriz anglófona ganhou novos contornos. Diante do projeto defendido pela elite coimbrã de

transformar o país em uma monarquia constitucional centralizada - amparada na tríade Poder Moderador, Senado Vitalício e Conselho de Estado - parte dos liberais brasileiros do século XIX adaptaram seu desejo de edificar aqui uma república nos moldes dos Estados Unidos à possibilidade de formar uma “monarquia com inédito perfil democrático”, em que valeria a autonomia das províncias e a soberania da Câmara dos Deputados. Discutiremos como Ottoni atuou nesse cenário complexo.

É chegada a ocasião de iniciarmos a discussão dos pressupostos teóricos que norteiam os rumos da dissertação. Na década de 1950, despontou um novo paradigma interpretativo preocupado em colocar em evidência o valor do republicanismo clássico para a formação das idéias políticas que constituem a modernidade.(FLORENZANO, 2005:58-65.) Quase que concomitante ao surgimento desse novo modelo, desenvolveu-se um método histórico de pesquisa das idéias políticas responsável por um “giro lingüístico” na história do pensamento. O centro propagador da nova teoria foi a Universidade de Cambridge na Inglaterra, nas décadas de 1960 a 1970, e os principais nomes são o de Quentin Skinner, John G. Agard Pocock e John Dunn. São essas as referências teóricas que orientam essa dissertação.⁸

Essa abordagem contrasta com dois modos de proceder à interpretação dos textos históricos que são conflitantes entre si: o “contextualista”, em que o texto e as idéias são determinados pelo contexto social, econômico, político; e o “textualista”, que insiste na autonomia do texto, que em si é visto como objeto auto-suficiente de investigação, como condição necessária da compreensão das idéias nele contida.(SKINNER, 2000:149-150)

⁸ Optamos neste trabalho por privilegiar a teoria desenvolvida pela dita Escola de Cambridge em detrimento da história dos conceitos de matriz germanófono, cujo principal representante é Koselleck. Apesar das similitudes metodológicas e das tentativas recentes de uma aproximação teórica entre as duas escolas, existem algumas fissuras e diferenças que dariam ensejo a um debate teórico que foge das pretensões do nosso trabalho. Além do mais, a matriz anglófono da pesquisa do discurso político trata do pensamento do mundo de língua inglesa, temática que guarda estreita relação com nosso objetivo.

Obviamente, o contexto externo às obras não deve ser visto com total indiferença. As características das sociedades estudadas devem ser levadas em consideração, desde que não se considere o contexto social como determinante do que se disse. Para Skinner, “a própria vida política coloca os principais problemas para o teórico da política, fazendo com que um certo elenco de pontos pareça problemático, e um rol correspondente de questões se converta nos principais tópicos de discussão.” (SKINNER, 1996:2) Não obstante, o autor não aconselha conceber as idéias como consequência direta da sua respectiva base social. A questão é que, se as relações entre contexto e enunciação adotam a forma de uma relação de causa e efeito, não quer dizer que o conhecimento da suposta causa leve a compreensão do sentido da ação para quem a executou. Para além do contexto de um enunciado, deve-se buscar “como se quis dizer o que foi dito e que relações podem ter sido estabelecidas entre vários enunciados diferentes mesmo dentro do mesmo contexto geral.” (SKINNER, 2000:186)

Segundo o tradicional método “textualista”, o único objeto válido no estudo do pensamento político são os cânones de textos clássicos. O sentido de estudar as idéias passadas está em se centrar nos elementos atemporais, nas idéias universais, nas perguntas e repostas essenciais abordados nos textos dos autores clássicos. (*Idem*:150-151) Essa perspectiva é criticada por carecer de teor histórico. Ao estudar apenas o que os autores clássicos disseram sobre questões fundamentais e perenes, imputam-se expectativas do presente sobre o que eles haviam dito, abordam-se as idéias passadas com paradigmas pré-concebidos. O olhar do presente pesa sobre as autoridades passadas.

Este é um dilema que os psicólogos conhecem como o fator determinante do equipamento mental do observador. Nossa experiência passada nos impõe perceber os detalhes de certa maneira. E uma vez estabelecido este marco de referência, o processo consiste em estar preparado para perceber ou reagir de uma maneira determinada. O

dilema resultante pode enunciar-se na proposição de que estes modelos e preconceitos em cujos os termos organizamos e ajustamos nossas percepções e pensamentos, tenderam a atuar como determinantes do que pensamos e percebemos. Devemos classificar a fim de entender, e apenas podemos classificar o desconhecido em termos do conhecido. O perigo é que nossas mesmas expectativas sobre o que alguém deve dizer ou fazer determinem que entendamos que o agente fez algo que o mesmo não havia aceitado como descrição do que estava fazendo. (Idem: 151-152)

Estudar apenas o que cada autor clássico disse resulta no que Skinner denominou de mitologias. Na mitologia das doutrinas, “existe o perigo de converter algumas observações dispersas ou circunstanciais de um teórico clássico em sua ‘doutrina’ sobre um dos temas inevitáveis” (*Idem*:153). Isso leva o pesquisador, que compartilha dessa visão, tentar rastrear a morfologia de algum tipo ideal de doutrina no tempo, como se a forma plenamente desenvolvida dessa doutrina fosse imanente na história. (*Idem*:153). Na mitologia da incoerência, o historiador imagina que sua tarefa é dar às reflexões dos autores clássicos uma coerência que eles não possuíam nem pretendiam possuir. (*Idem*:160-161). Há estudiosos do passado que preferem a mera descrição do argumento de uma obra em particular. Nesse caso, a exegese histórica pode redundar nas mitologias da prolepse e do “bairrismo”. A primeira se caracteriza quando “o historiador está mais interessado na significação retrospectiva de uma obra [...] do que em seu significado para o próprio agente”. (*Idem*:166). Ocorre, então, uma discrepância entre o significado que o historiador dá a uma enunciação e o significado dessa enunciação. Na segunda, existe a possibilidade de que o observador descreva erroneamente o sentido e a referência de uma determinada obra. O risco é que ele veja algo familiar em uma obra distante no tempo e faça uma descrição com enganoso aspecto de semelhança⁹.(*Idem*:167-169).

⁹ ROSANVALLO,2002:126-128, assinala cinco debilidades metodológicas da história das idéias tradicionais, muito semelhantes às mitologias de Skinner. São elas: tentação do dicionário, história das doutrinas, comparação textual, reconstrutivismo, tipologia. Todas pecam por redundar em anacronismo.

Em contraposição a uma história pautada na exegese dos clássicos, Skinner propõe um enfoque direcionado para a matriz intelectual mais ampla. Sugere “cercar esses clássicos com seu contexto ideológico adequado” (SKINNER,1996:11), levando em conta o contexto intelectual de uma certa época, ou seja o contexto das obras anteriores, os axiomas herdados, as contribuições “menores” ao pensamento político, o vocabulário normativo que vai determinar as vias pelas quais certas questões vão ser discutidas. Esse método permite compreender as intenções do autor ao escrever, as questões que ele formulou e o quanto ele endossava ou repelia os conceitos predominantes no debate político.

A metodologia apropriada para a história das idéias deve consagrar-se a pesquisar toda a gama de comunicações que poderiam ter se efetuado convencionalmente na oportunidade em questão através da anúncio do enunciado dado e a descrever as relações entre este e o contexto lingüístico mais amplo como um meio de decodificar a verdadeira intenção do autor. (SKINNER, 2000: 187-188)

Enfim, para explicarmos o comportamento político de um ator, é necessário fazer menção ao vocabulário normativo já que esse orienta sua ação política.(SKINNER, 1996:9-13)

Pode parecer que a natureza da relação aqui sugerida entre ideologia e ação política seja puramente instrumental. O agente tem um projeto que deseja legitimar, em função disso, professa justamente aqueles princípios que melhor servem para descrever, em termos moralmente aceitáveis, o que ele haverá de fazer, e, já que a seleção desses princípios se relaciona com sua conduta de forma ex post facto, mal parece que a explicação de seu comportamento necessite depender da referência a quaisquer princípios que ele possa haver proclamado. Pode-se objetar que dessa forma se subestima o papel do vocabulário normativo que toda sociedade emprega na descrição e avaliação de sua vida política. Considere-se, a posição de um agente que deseje dizer que foi honrosa uma ação sua. Descrevê-la significa, assim, ao mesmo tempo elogiá-la. Há uma gama plausível de ações que se pode incluir sob esse título. Mas, o termo não pode ser corretamente utilizado para descrever qualquer espécie de ação, porém somente aquelas que de algum modo atendam aos critérios predefinidos para a

aplicação do termo. Segue-se que todo indivíduo desejoso de ter sua conduta reconhecida como a de um homem honrado se verá limitado a praticar apenas um certo elenco de ações [...] é a questão, pelo menos em parte, de recortar seus projetos a fim de adequá-los à linguagem de que dispõe. (Idem: 11-12)

A debilidade de buscar vestígios de verdades universais nos textos clássicos está em que “qualquer enunciado é a encarnação de uma intenção particular, em uma oportunidade particular, dirigida à solução de um problema particular [...]” (SKINNER, 2000:189)

Pocock fala de uma história do discurso político em detrimento da história do pensamento político. O assunto continua sendo o pensamento, todavia a perscrutação se pauta: “na diversidade de jargões ou ‘linguagens’ em que podia se levar adiante a discussão política [...] nos participantes dessa discussão como atores históricos, que respondiam uns aos outros em uma diversidade de contextos lingüísticos e outros contextos políticos e históricos [...]” (POCOCK, 2003:25)

A história do pensamento político tornou-se a história da “fala”, das interações entre *langue* e *parole*. Pocock pensa linguagem como: “contexto não como texto” (*Idem*: 65), isto é, “não apenas como uma maneira de falar prescrita, mas um tema de discussão prescrito para o discurso político” (*Idem*: 36-37), como sendo formada por “idiomas [...] retóricas, vocabulários especializados e gramáticas, modos de discursar ou falar sobre a política” (*Idem*: 65) aberto a pelo menos dois jogadores.

Cabe ao historiador “mover-se da *língua* para a *parole*, do aprender as linguagens para determinar os atos de enunciação que foram efetuados ‘dentro’ delas.” (*Idem*:66) Ele deve, igualmente, aprender a ler os atos de linguagem praticados pelos autores de uma época e seus efeitos sobre outros debatedores e sobre a linguagem em voga. É sua tarefa demonstrar de que forma a *parole* agiu sobre a *langue*. As enunciações são orientadas e determinadas pela

linguagem, mas o ato de fala pode causar mudanças nas convenções da linguagem vigente. (*Idem*: 77-78) “O historiador precisa de meios para compreender como um ato de fala é efetuado num determinado contexto lingüístico e como atua e inova sobre ele.” (*Idem*:39). A compreensão da intenção de um autor ao praticar um lance, um ato de fala atuando sobre o contexto lingüístico, depende da compreensão da situação prática - argumento, ação ou norma que defendia ou quebrava, restrições ou encorajamentos oferecidos por terceiros e pelo contexto político - e da situação lingüística, ou seja, restrições e oportunidades impostas sobre o autor pelo contexto lingüístico. (*Idem*:39)

“O discurso político é tipicamente poliglota” (*Idem*:66). A linguagem política, e mesmo um único texto são formados por um número indefinido de sublinguagens, idiomas, retóricas, cada qual com suas regras, estilos, os quais coexistem, convivem, divergem, mas não se excluem. Daí, a necessidade do historiador se tornar um arqueólogo das palavras, no intuito de descobrir a presença dos vários contextos lingüísticos no interior de um texto. (*Idem*:65-67) Apesar da força paradigmática das linguagens, definindo as prioridades e autoridades, a linguagem política é ambivalente e consiste na utilização simultânea de enunciações capazes de dizer coisas diferentes e de maneiras diferentes. As diversas sublinguagens que compõem a linguagem podem ser interpretadas de diversas formas, uns autores podem recombinar esses vários idiomas de várias formas, criando sentidos diversos ao dialogar com o contexto lingüístico. (*Idem*:32)

É no interior de uma atividade discursiva que tem gênese o processo de criação e difusão de linguagens. Quando as convenções da linguagem política são aplicadas a outras circunstâncias políticas, que não as originais, ocorre que ou as novas circunstâncias são governadas pelas velhas convenções ou as novas circunstâncias geram tensões nas velhas convenções e uma linguagem nova é criada e difundida (*Idem*: 76). Os atores efetuam atos de fala de acordo com as regras do jogo, mas, ao discutirem as regras do jogo, obtêm transformações no contexto lingüístico.

Visualizemos o nosso autor como alguém que propôs alguma mudança nas regras de um determinado jogo lingüístico. Pode seguir-se disso [...] que o jogo nunca mais será o mesmo, porque aqueles que desejam manter as velhas regras o fazem, não reiterando-as [...] mas respondendo-lhe e refutando suas respostas. E dado que os que respondem a um adversário devem fazê-lo aceitando sua linguagem e seus pressupostos, mesmo que seja como um prelúdio para debater e negar sua aceitabilidade, um inovador [...] terá êxito em impor a nova linguagem e as novas regras ao jogo lingüístico, embora, com freqüência, de maneiras não congruentes com suas intenções [...] Eles sugerem novos modos de discurso que são percebidos como carregados de implicações inovadoras em contextos lingüísticos que não aqueles em que haviam discursado de início. Eles são lidos e respostas lhes são dadas, e suas parolas têm conseqüências que afetam a langue em contextos que não precisam ter figurado entre suas intenções. (Idem: 79)

Em suma, essa teoria encara a história das idéias políticas como uma história do discurso político, procurando reconstruir e interpretar o pensamento político dos escritores a partir do seu contexto intelectual. A interpretação de um determinado texto ou obra deve levar em consideração o nível mais amplo do contexto lingüístico, formado por convenções, uma linguagem comum a vários autores; e um nível médio, caracterizado pelo modo como o autor se apropria dessas questões paradigmáticas, reafirmando-as ou inovando.

Quanto às fontes arroladas e usadas na composição da pesquisa, em conseqüência do marco teórico delimitado acima, a pesquisa vai ser de caráter “fortemente textual, feita de enunciações e respostas escritas e impressas” (Idem:66). Uma história do discurso registrado, textos, literaturas e debates nos quais as repostas são publicadas, incluindo-se registros escritos de discursos orais como, por exemplo, discursos parlamentares, julgamentos políticos, debates (Idem:80)

Os jornais são uma fonte importante para o estudo das ideologias no Século XIX brasileiro. Em razão do sumiço do jornal *Sentinella do Serro* dos arquivos nacionais¹⁰, documentação fundamental para a compreensão do ideário de Teófilo Ottoni no início da década de 1830, a alternativa pensada foi pesquisar outros jornais liberais do período na esperança de encontrar artigos do *Sentinella*. Num total de 6 jornais, todos originais das províncias de Minas Gerais e Rio de Janeiro, foram pesquisados um total de 45 textos entre reproduções, notas e polêmicas, envolvendo a folha da Vila do Príncipe. O uso desses textos será usado reiteradamente ao longo da dissertação, tendo em vista a escassez de material que auxilie na pesquisa.

Outro grupo de documentos selecionados são os panfletos que Ottoni escreveu durante sua vida. Todos eles foram lançados em datas posteriores ao nosso recorte cronológico, mas não perdem a validade para os intuitos aqui esboçados em razão de dois motivos: são escritos que polemizam acerca das questões políticas do presente do autor e do passado político do país; dois deles são estudos biográficos e utilizam a memória como fio condutor da narrativa. Outras fontes documentais importantes são os discursos parlamentares de Ottoni selecionados e organizados Paulo Pinheiro Chagas e o dicionário biográfico organizado por Augusto Sacramento Blake, acionado principalmente no primeiro capítulo.

¹⁰ Nos mais importantes arquivos públicos de Minas Gerais e do Rio de Janeiro, locais da atuação jornalística e política de Ottoni, como Arquivo Público Mineiro, Arquivo Nacional e Biblioteca Nacional, não consta o registro do periódico em catálogo. Esse problema constitui uma questão histórica das mais importantes: por que tão importante jornal liberal do século XIX sumiu dos arquivos nacionais? O ex Ministro dos Direitos Humanos, Nilmário Miranda, lançou uma campanha em um blog na Internet dedicado à Teófilo Ottoni, em que tenta encontrar exemplares do *Sentinella*.

CAPÍTULO 1. O PERFIL SÓCIO-PROFISSIONAL DE TEÓFILO OTTONI

“Para que um produto espiritual consiga exercer, imediatamente, um efeito profundo, é preciso existir uma afinidade, uma concordância mesmo, entre o destino pessoal do seu autor e o geral da geração convivente.”

Thomas Mann, *Tônio Kroeger*.

O roteiro do capítulo que segue apóia-se em três movimentos possíveis. Primeiro, uma rápida revisão da literatura sobre as novas perspectivas surgidas em torno da escrita biográfica. Em seguida, a reunião e o relato de alguns dados biográficos de Ottoni relativos às facetas familiar, educacional, profissional, política. Nesse ponto o estudo se aproxima da biografia tradicional. Enfim, a realização de um estudo prosopográfico a partir de grupos relacionados a Ottoni, comparando seu perfil ao perfil coletivo. Isso, para depois cotejar nosso personagem central, os dados referentes ao estudo prosopográfico, com o perfil da elite intelectual exaltada e da elite política brasileira do período.

1.1 Entre o sujeito e a estrutura: novas idéias sobre a biografia

É lícito afirmar que presenciamos um retorno da biografia à pauta das pesquisas históricas nas últimas décadas. Giovanni Levi chega mesmo a dizer que “a maioria das questões metodológicas da historiografia contemporânea diz respeito à biografia” (LEVI, 1998:168). Se por acaso testemunha-se hoje a um “giro” biográfico, é porque houve uma cisão entre biografia e história no passado, mais precisamente no século XIX. Entre as possíveis causas da separação, estão as desvalorizações das particularidades individuais em detrimento da valorização da

totalidade e da imanência, exaltadas pelas grandes filosofias da história (MADELÉNAT *apud* SCHMIDT, 2000:195). Soma-se a esse fator, a postura típica do século XIX de privilegiar o âmbito material. Nesse ponto de vista, a individualidade é um fator a ser desconsiderado nas explicações do processo histórico (JOYCE *apud* SCHMIDT, 2000:195-197).

O fim da década de 1960 é o ponto de inflexão que marca a “volta” da biografia à cena. O contexto histórico em que se processa o retorno é marcado, em parte, pelo desaparecimento de referências ideológicas da sociedade contemporânea, redundando em uma busca de trajetórias individuais inspiradoras no passado. Outra questão é certo espírito de voyeurismo coletivo que perpassa o mundo atual, estimulando a investigação da vida privada de pessoas de destaque, “famosos”, do passado (SCHMIDT, 1997:4-5).

O contexto intelectual dessa mudança possui como baliza a chamada terceira geração da Escola francesa dos Annales que veio à tona e ganhou espaço institucional e teórico a partir de 1968¹. Para o historiador britânico Peter Burke, “(...) é mais difícil traçar o perfil da terceira geração do que das duas anteriores” (BURKE, 1997:79). O autor menciona três temas ou subdivisões no interior da dita terceira geração da escola dos Annales: o itinerário intelectual do “porão ao sótão” realizado na prática de uma história das mentalidades; o uso de métodos quantitativos nas pesquisas da história cultural; a reação a tais métodos e a aproximação com a antropologia, o retorno à política, o ressurgimento da narrativa (*Idem*: 79-107).

A terceira geração abandonou o projeto de uma história global do todo, que entendia uma época como uma totalidade que se estrutura em torno de um princípio unificador, que buscava a síntese que lida com partes que expressem o todo e que procura a correlação entre todas as camadas da sociedade. No lugar, praticaram uma história *en miettes*, em que todas as dimensões

¹ A primeira geração é da década de 1930 e era representada pelo trabalho dos fundadores Marc Bloch e Lucien Febvre. A segunda geração teve com teórico principal Fernand Braudel. Mais informações em BURKE, Peter. *A Escola do Annales 1929-1989: a revolução francesa da historiografia*. São Paulo. UNESP. 1997.

humanas são levadas em conta pela história e nada se ligava a nada. Tudo, sob infinitas perspectivas, com as mais diversas respostas pode ser objeto de reflexão. Especialização, fragmentação e descontinuidade tornaram-se as palavras chave em voga. Em outros termos, essas alterações do paradigma metodológico da história significaram um deslocamento de uma visão macro-histórica, metafísica e especulativa para uma escala micro-histórica; de uma pretensão de integrar o individual ao estrutural desencarnado e irreal para a valorização de indivíduos concretos e singulares; de uma “história ciência” para uma “história literatura” (REIS, 2003:67-96).

“Biografia”, na acepção usual do termo, é a “descrição da vida de uma pessoa” (FERREIRA, 1995:95). Bordieu entende como “(...) o conjunto dos acontecimentos de uma existência” (BORDEIU, 1998:183). A concepção tradicional de biografia define-se pelo relato de uma existência. A modernidade iluminista construiu uma idéia de indivíduo como ser unitário, universal, coerente, contínuo, previsível, imutável. Corresponde a essa percepção uma determinada concepção de escrita biográfica que Bordieu conceitua de “Ilusão biográfica”, e que compreende a vida como um todo coerente, um *cursus*, um caminho linear e unidirecional com sentido, lógica, constância, como uma sucessão de acontecimentos que possui origem, no sentido de partida e causa primeira, etapas e fim no sentido de término e realização do sentido. Nesses termos, a biografia é a narrativa de fatos de uma vida que expressam o desenvolvimento coerente de uma essência numa rígida ordem de sucessão cronológica, desvinculando a história de vida dos indivíduos das estruturas, focando a vida pública de “grandes homens”, membros das classes sociais dominantes, das elites culturais e políticas. (*Idem*:183-185).

É ponto de harmonia que o retorno da biografia como tema para os historiadores deve muito a uma atual revalorização da narrativa. Ou como prefere Giovanni Levi “a biografia constitui na verdade o canal privilegiado através do qual os questionamentos e as técnicas

peculiares da literatura se transmitem à história” (LEVI, 1998:168). A história, após receber esses impulsos externos, tornou-se mais descritiva, focada no homem e nas circunstâncias, menos analítica. Foram feitas concessões poéticas num antes científico modo de expressão historiográfico.

Além disso, mesmo um leigo pode perceber fortes mudanças na narrativa historiográfica recente: um estilo mais agradável, uma presença mais explícita da subjetividade do autor, uma construção detalhada dos personagens (que deixam de ser apenas exemplos de interpretações gerais para se tornarem elementos centrais das tramas históricas) (SCHMIDT, 2000:197).

Dentre as renovações que atingiram o fazer biográfico podemos destacar:

- a) a busca de articulações entre a trajetória individual e o contexto de atuação, das tensões entre o micro e o macro, sujeito e estrutura, liberdade e necessidade;
- b) o estudo da vida de pessoas “comuns”, pertencentes as classes sociais subalternas, a gente miúda, e não apenas de “grandes homens”;
- c) por fim, a preocupação em afugentar da história o que Bordieu denominou “ilusão biográfica”, a concepção de identidade como algo acabado, pronto, coerente, estável, una e indivisível, e a intenção de buscar os diferentes ângulos, as hesitações, incertezas, incoerências e transformações dos personagens. O resgate das múltiplas facetas, das várias identidades do biografado; de dimensões como a família, o trabalho, a educação, a política, a vida privada, o cotidiano. (SCHMIDT, 1997:15-18).

A temática a ser desenvolvida caminha no sentido de reconstruir a silhueta de Teófilo Ottoni, traçando seu perfil sócio-profissional e familiar entre 1827 e 1842. Trata-se de agrupar e narrar fatos da vida de Ottoni, enlaçando sua biografia ao perfil coletivo que resulta da soma de

perfis de indivíduos que se ligavam a ele na esfera pública. Nesse movimento de ida e volta do indivíduo ao coletivo, objetiva-se, dentre outras coisas, compreender o indivíduo em relação aos grupos e vice e versa, destacar as possíveis semelhanças e diferenças entre uns e outros, obtendo, dessa maneira, uma visão mais clara do homem Ottoni. A idéia é aproximar narração e análise, indivíduo e estrutura. Elencar lado a lado a história de vida de Ottoni e dados estáticos de algumas pessoas que tornam possível o desenho de uma feição geral de grupo, visando sempre conhecer melhor nosso objeto. Pretende-se levar a cabo uma biografia que é também uma prosopografia.

Pensamos biografia num sentido modal, o que equivale a dizer que a biografia individual serve para ilustrar formas típicas de comportamentos que concentram as características de um grupo (LEVI, 1998:175). Ressalva-se que, mesmo cotejando nosso personagem central com uma biografia coletiva, a intenção é ressaltar a singularidade, desvendar analogias e também diferenças. Com o intuito de evitar abordagens já habituais, optou-se por um caminho com diferentes ângulos e temporalidades. Trocando em miúdos, ficamos atentos ao âmbito da vida cotidiana a partir de recortes como família, trabalho, estudo.

Já o método prosopográfico consiste no uso de inúmeras biografias individuais que “ilustram os comportamentos ou aparências ligadas às condições sociais estaticamente mais freqüentes” (LEVI, 1998:174). Os dados biográficos são usados de modo a edificar uma identidade coletiva. Todavia, é interessante notar uma relação de homologias na prosopografia, de união de diferenças no mesmo grupo.

1.2 O indivíduo: traços da vida de Teófilo Ottoni

Objetiva-se narrar alguns aspectos da trajetória de vida de Teófilo Ottoni, destacando os ângulos relacionados às esferas familiar, social, profissional, educacional e política, num esforço bem próximo do sentido tradicional da biografia. Os marcos cronológicos do capítulo têm, a princípio, as datas base 1827 a 1842. Porém, nesse tópico devem e vão ser desrespeitados para menos ou para mais quando necessário for².

Teófilo Benedito Ottoni³ nasceu no dia 27 de novembro de 1807 na Vila do Príncipe, capital da Comarca do Serro Frio, província de Minas Gerais. Na linha genealógica aqui esboçada, o marco consangüíneo estabelecido tem como limite o genovês Emanuel Antão Ottoni. No século XVIII, esse antepassado exilou-se em Lisboa por razões de perseguições políticas. Por volta de 1727, emigra para São Paulo. Insinua-se, dessa forma, que as idéias liberais/progressistas correm nos genes dos Ottoni. Seu neto Manuel Vieira Ottoni migra de São Paulo para a Vila do Príncipe com o intuito de exercer as funções de ourives e de fundidor na Real Casa de Fundição. Casado com Ana Felizarda Pais Leme, em cujas veias corria o sangue bandeirante, formou ampla família composta de 14 filhos, dentre os quais José Eloy Ottoni e Jorge Benedito Ottoni.

² Os dados descritos no desenrolar do tópico foram coletados principalmente nas obras: CHAGAS, Paulo Pinheiro. *Teófilo Ottoni ministro do povo*. 3ª edição. Belo Horizonte. Itatiaia. 1978; OTTONI, Cristiano Benedito. *Autobiografia*. Brasília. UNB. 1983; OTTONI, Cristiano Benedito. *Biographia de Teophilo Ottoni*. Rio de Janeiro. Typographia do Diário do Rio de Janeiro. 1870; OTTONI, Teófilo. “Circular” dedicada aos Srs. Eleitores de Senadores pela província de Minas Gerais, *In: MIRANDA, Aluizio. Serro; três séculos de história*. 1972.; OTTONI, Teófilo. *Notícia histórica sobre a vida e poesia de José Eloy Ottoni*. Rio de Janeiro. Typographia de J. Villeouve. 1851; MIRANDA, Nilmário. *Teófilo Ottoni a República e a Utopia do Mucuri*. São Paulo. Caros Amigos. 2007.

³ Bordieu considera o nome próprio como designador rígido, “(...) aquilo que garante a identidade social constante e durável que assegura constância no tempo e unidade em vários espaços diferentes”. (BORDIEU, 1998:186)

Jorge Benedito Ottoni e Rosalina Benedita Ottoni, ambos nascidos na Vila do Príncipe, formavam o casal de progenitores de Teófilo Ottoni. Do casamento resultou um total de treze filhos, onze do sexo masculino e duas mulheres. Homem de probidade, de caráter honrado e espírito patriótico, resoluto, foi firme e severo na criação dos filhos. Comerciante, arrecadador de dízimos, tabelião, Jorge exerceu algumas profissões ao longo da vida sem nunca ser abastado financeiramente. Todavia, nunca foi pobre, situando-se entre as camadas médias e urbanas da população. Homem inteligente, mas de pouca instrução, não teve um curso completo de humanidades. Parece que chegou a estudar latim. Em 1813 foi eleito vereador do Senado da Câmara da Vila do Príncipe. Tornou-se um dos representantes da Comarca do Serro Frio à Junta Eleitoral da Província, responsável pela instalação do governo provisório de Minas em 1821 na localidade de Vila Rica. Inspirado por idéias liberais, teve êxito em propor numa das sessões a retirada do padrão da infâmia levantando trinta anos antes em desonra a Tiradentes. Elege-se, em 1831, para o Conselho Geral da Província de Minas que seria depois a Assembléia Legislativa Provincial.

Dona Rosalina era filha do comerciante português Manuel Caetano Maia. Sua educação nunca passou da instrução primária. De profunda crença nos dogmas religiosos católicos foi responsável pela formação religiosa dos rebentos. A família era completada, ainda, por duas sobrinhas solteiras e pobres de Jorge Ottoni, resultando em um total geral de dezessete pessoas, além de cinco escravos. Na esfera econômica não havia riquezas, excesso, luxo, porém, apesar da simplicidade de costumes, não havia privação do básico.

O exemplo do tio José Eloy Ottoni, nascido em 1764, foi igualmente responsável por aproximar cada vez mais os sobrinhos de uma atmosfera política e cultural. Com uma trajetória diversa do irmão, teve acesso a uma formação cultural mais densa e completa. Pôde usufruir aulas de latim no Arraial do Tejuco, hoje cidade de Diamantina, sendo enviado em seguida ao

colégio de Catas Altas, onde se destacou. Viajou à Itália para prosseguir os estudos. Tornou-se poeta e em passagem por Lisboa converteu-se em companheiro de boêmia e inspiração de nomes como Bocage e Bressani, formando com ambos uma Arcádia poética. De volta ao Brasil em plena efervescência política em razão dos ventos constitucionais soprados de Portugal, proclama um soneto clamando liberdade e criticando o despotismo, em presença de El-Rei D. João VI, em pleno teatro São João na cidade do Rio de Janeiro dia 26 de fevereiro de 1821, fato que causou a indignação do chefe político supremo. Ainda no mesmo ano foi eleito para deputado pela província de Minas Gerais às Cortes Lisboetas. Saudou a independência brasileira em versos. Foi professor da cadeira de latim do colégio da vila de Bom Sucesso e depois oficial da Secretaria de Marinha no Rio de Janeiro (OTTONI, 1851).

Foi nesse ambiente familiar que transcorreu a infância e parte da juventude de Teófilo Ottoni. Inicialmente, o pai “só cuidava de criar em seu primogênito o hábito do trabalho. [...] Theóphilo Ottoni com quase 15 anos (nascêra a 27 de novembro de 1807) não tinha instrução alguma: occupava-se em lidas commercias” (OTTONI, 1870:7). Ainda na Vila do Príncipe iniciou as aulas de latim com o professor Francisco de Paula Coelho de Magalhães, juntamente com seus irmãos Honório, Cristiano e Jorge, momento em que “[...] corria o 16 anno de sua idade (1823) quando encetou o estudo de humanidades [...]” (Idem). Aprendeu, também, a traduzir o francês com o Ouvidor Plácido Martins. Mesmo com uma oferta educacional imperfeita, destacou-se com estudante tornando-se, no futuro, provector latinista, leitor de nomes como Horácio, Juvenal, Cícero, Tácito. A esse respeito é interessante nos determos sobre uma petição assinada pelos quatro irmãos em que solicitam ao Imperador vagas como Praça de soldado, anexando ao pedido um atestado de aproveitamento assinado pelo professor Francisco de Paula Coelho de Magalhães em que dizia que:

[...] Atesto debaixo de juramento aos santos evangelhos, que entre os discípulos, de mais habilidade e aplicação, que existem na minha aula, são os quatros filhos de Jorge Benedito Ottoni, a saber: Teófilo, de quinze anos de idade, Honório, de treze, Cristiano, de doze, Jorge, de onze. Todos esses meninos são talentosos e aplicados, porém a habilidade de Teófilo e de Cristiano é prodigiosa; basta saber que Teófilo em sessenta e dois dias deu conta, se fez senhor do novo método. Com seis meses de construção verte e entende os autores clássicos, tanto historiadores, como poetas [...] (Apud CHAGAS, 1978:13).

Tirando proveito de tudo o que a cidade natal podia oferecer em termos de instrução, Teófilo, acompanhado do irmão Honório, partiu para a cidade do Rio de Janeiro, em 1826, onde passou a residir em casa do tio José Eloy⁴. Com objetivo de prosseguir os estudos matricularam-se na Academia Real de Guarda-Marinha. Dois anos mais tarde, em 1828, mais dois irmãos mudam-se para o Rio de Janeiro e matriculam-se na Academia da Marinha, sendo eles Cristiano e Jorge Ottoni. A preocupação básica do Estado em relação à cultura, em princípios do século XIX, concentrava-se na preparação de oficiais e cirurgiões nas Academias, tanto militar quanto na de Guarda Marinha. Criadas após da chegada da Corte portuguesa ao Brasil em 1808, eram inspiradas nas Academias Militares lusas e suas abordagens pedagógicas amparadas no racionalismo, na matemática e ciência. Como revelou o irmão Cristiano em suas confissões autobiográficas:

não era vocação o que nos levava para a carreira da Marinha: seguimo-la por ser a mais barata, aliás escolhida por meu pai sem audiência nossa. D. Pedro I empenhado em criar oficialidade de mar, que não tinha, mandava abonar rs. 12\$000 mensais a quem se matriculava, dependente o pagamento do atestado de freqüência e aproveitamento. (OTTONI, 1983:25-26)

⁴ De acordo com palavras do próprio Ottoni: “[...] cedo aprendi o que no Serro Frio se podia ensinar, e achei-me nesta babilônia, procurando habilitar-me para servir o meu país.” (OTTONI,1972:172).

Os preparatórios para o exame de entrada na Academia Real de Guarda Marinha consistiam na aritmética e na tradução de francês. Na lógica da hierárquica interna da Academia, pessoas sem origem nobiliárquica passavam por critérios de seleção diferenciados. Era o caso de Teófilo Ottoni:

A primeira praça na corporação científica da marinha é a de aspirantes. Outrora, os filhos dos grandes, inda que idiotas, tinham o direito de assentar praça de guarda marinhas, e os descendentes de quatro avós nobres à de praça de aspirantes, isto antes mesmo de se matricular na academia. Os paisanos como eu, que não tinham quatro avós nobres, só podiam conquistar o direito à praça de aspirantes, obtendo a aprovação plena em tôdas as matérias de 1 ano. (OTTONI, 1972:172)

Um quadro geral das disciplinas ofertadas na Academia Real de Guarda Marinha nos é oferecido pelo trabalho de Beatriz Nizza da Silva:

Quanto á primeira Academia, [a de Guarda-Marinha] sabemos que nelas se estudavam as Matemáticas, as Ciências físico-matemáticas, a Artilharia, a Navegação, o Desenho. O curso completo durava três anos apenas, enquanto o da Academia Militar durava sete. No primeiro ano estudava-se Aritmética, Álgebra até as equações de 2º grau, a Geometria e a Trigonometria por Bezout; no segundo a Álgebra, a aplicação da Álgebra à Geometria, o Cálculo diferencial e integral, e a Mecânica, também por Bezout; no terceiro, a ótica e a astronomia pelos textos de Lacaille, a Navegação, o Aparelho Náutico e a prática dos instrumentos. Recebiam também os alunos aulas de artilharia com fuzil, morteiro e obus, lições de esgrima e de manobra naval [...] eram apenas sete os professores: um para o primeiro ano, outro para o segundo, dois para o terceiro, um professor de desenho e seu substituto, e um professor de aparelho. Além desses havia um instrutor para os exercícios militares e um mestre de esgrima. A média de alunos era 40 apenas [...] (SILVA, 1981: 86-87).

No prazo definido, Ottoni prestou os exames exigidos pela Academia de Guarda Marinha e ao fim do teste tornou-se aluno agraciado com o título de praça de aspirante graduado em

guarda marinha, graças ao seu notável desempenho na prova final. Em razão de perseguições de cunho político, pediu baixa desistindo de conservar o posto de guarda marinha⁵ e de continuar os estudos matemáticos e de engenharia na academia militar. Retorna ao Serro em 1830. Como podemos ver, a educação de nível primário, primeiras letras e humanidades, latim, francês realizaram-se na Vila do Príncipe tardiamente e com qualidade longe do ideal⁶. O biografado não teve acesso à educação de nível superior, vendo frustradas suas intenções de aprofundar os estudos em engenharia. Destacou-se como latinista na Academia Real de Guarda Marinha, onde teve acesso a uma formação técnica, racionalizante e empírica.

As profissões, apesar de obedeceram a certa variação nas diferentes etapas da vida, estiveram quase sempre, de uma foram ou de outra, ligadas ao mundo do comércio e às classes médias urbanas. Conforme a vontade do pai, “Teófilo [...] cedo fizera ensaios comerciais” (OTTONI, 1983:18). Até os 15 anos de vida sua atividade profissional era auxiliar o pai nas lidas relacionadas aos negócios. Com a ida para o Rio de Janeiro, leciona latim e matemática em casa para completar o soldo e auxiliar na subsistência. Desistindo da carreira militar e voltando à Vila do Príncipe na companhia do irmão Honório em 1830, retorna igualmente aos negócios. Na mesma viagem transportou uma tipografia para sua cidade natal, onde deu início à produção do jornal *Sentinella do Serro*, exercendo as funções de tipógrafo e jornalista. Adotando o papel de empresário após a rebelião mineira de 1842, retira-se da vida pública. Retornando ao Rio de Janeiro, cria com o irmão Honório uma firma atacadista de tecidos, a Ottoni & Cia., localizada na rua direita, número 77. Funda legalmente em 1847 a Companhia de Comércio e Navegação do Rio Mucuri com o intuito de explorar e desenvolver o norte de minas, escoando sua produção para o litoral. Dividido entre uma agitada vida política e a vida profissional, foi eleito presidente

⁵ Esse assunto será analisado em seus pormenores nos capítulos que seguem.

⁶ Sobre a educação nos tempos da infância, Cristiano Ottoni dizia “[...] educação tão pobre em luzes [...]” (OTTONI,1983:13)

da Praça de Comércio de 1851 a 1854; participa da fundação do segundo Banco do Brasil no ano de 1851, sendo eleito diretor-secretário; é eleito presidente do Montepio Geral em 1854. Finda a experiência no vale do Mucuri no início da década de sessenta do século XIX, é escolhido para a diretoria da Cia. De Navegação do Alto Paraguai em 3 de agosto de 1867.

Quanto à sua trajetória política, vamos nos deter nesse momento somente na exposição dos cargos políticos para os quais ele foi eleito, deixando suas idéias e ações para serem analisados nos capítulos ulteriores. Envolto diretamente na política desde sua ida para a cidade do Rio de Janeiro no ano de 1826 e de seu envolvimento com nomes importantes dos grupos de liberais exaltados e moderados, participou de clubes, escreveu em jornais, criou sua própria folha, participou de rebeliões, candidatou-se a cargos públicos. Foi eleito deputado à Assembléia Legislativa da Província de Minas Gerais, servindo em duas legislaturas de 1835 a 1839 e deputado ao Parlamento Nacional para a quarta legislatura de 1838 a 1841. Passadas as conturbações do ano de 1842, é novamente eleito deputado para as legislaturas de 1845-1847. Depois da longa experiência no vale do Mucuri com a Cia. de Navegação, retorna aos debates públicos e é eleito para deputado de 1861 a 1863. Candidato ao senado por três vezes nos pleitos eleitorais entre 1858 a 1860, sendo o mais votado da lista tríplice em duas oportunidades, teve seu nome preterido pelo Imperador. Candidatando-se novamente em 1864, Ottoni desta vez é eleito e escolhido⁷. No ano de 1862, recusa a nomeação por parte do governo imperial para o Conselho de Estado.

O levantamento de alguns dados da vida de Teófilo Ottoni, esboçada em linhas gerais acima, permite uma primeira imagem ainda frágil, todavia fundamental para traçarmos um perfil a ser cotejado com outros perfis ligados pelo espaço público. Enfim, nasceu na província de

⁷ Conforme o sistema eleitoral da época, os senadores escolhidos eram eleitos para uma lista tríplice que passava pelo crivo do Imperador, sendo escolhido apenas um nome.

Minas Gerais, na pequena Vila do Príncipe, oriundo de um seio familiar humilde, mas não totalmente desprovido, próximo ao que podemos denominar de camadas médias urbanas. Pai pequeno comerciante, e seguindo a tradição familiar, ligado às questões políticas, exercendo cargos eletivos públicos de vereador e deputado, pensando e agindo conforme os princípios liberais. Formação educacional condizente com a faixa social a que pertencia a família, cursando as primeiras letras e humanidades na cidade natal. Parte para o Rio de Janeiro para continuar os estudos, selecionando a Academia de Guarda Marinha de acordo com seus limites econômicos. Lá recebeu uma formação técnica, sem, no entanto, completar o nível superior. Politicamente chegou a ser eleito para o mandato de deputado quatro vezes, tendo sido escolhido Senador uma única vez na segunda metade da década de sessenta do século XIX. Quanto à vida profissional, quase sempre exerceu funções ligadas ao comércio e as atividades de empresário.

1.3 Posopografia: o perfil dos atores políticos relacionados a Teófilo Ottoni

O método prosopográfico consiste na utilização estatística de dados biográficos individuais visando alcançar um perfil geral de um determinado grupo (LEVI, 1998:174). Cristoph Charles define prosopografia como o método de “constituir a biografia coletiva de um corpus ou de um grupo de pessoas estabelecendo e cruzando notícias individuais” (*apud* MOREL, 2005:171). Tem sido um recurso metodológico usado com uma frequência razoável em algumas recentes pesquisas históricas brasileiras, interessadas no universo político do período imperial⁸.

⁸ Algumas obras que usam o recurso da prosopografia ao estudar o universo político brasileiro no Império: BASILE, Marcello Otávio Neri de Campos. *Anarquistas, rusguentos e demagogos: os liberais exaltados e a formação da esfera pública na Corte Imperial (1829-1834)*, Rio de Janeiro. UFRJ, 2000; CARVALHO, José Murilo. *A Construção da Ordem: a elite política imperial*. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira. 2003; NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira

Trata-se de salientar os traços de um conjunto de pessoas relacionadas a Teófilo Ottoni na esfera pública, com o intuito de melhor visualizar a identidade dele em relação ao grupo e a identidade do grupo face à sua figura. Entender melhor quem era Ottoni nas semelhanças e diferenças com aqueles que o cercavam. Ele será o fio condutor responsável por unir diversas e variadas trajetórias individuais, a força centrípeta por meio da qual será feita a seleção de outras pessoas.

O recorte abarca indivíduos que publicavam jornais e participavam de associações públicas que possuíam algum vínculo com a figura central da pesquisa. O recorte cronológico de 1827 a 1842 compreende dois impulsos que não se contradizem, mas complementam-se: o início da atuação política do personagem estudado até a rebelião de Minas, da qual ele foi um dos líderes, assim como o período das Regências (1831-1840), uma espécie de laboratório para formulações e práticas políticas até então inéditas no país. Enfim, um momento de expansão e transformações no espaço público (MOREL, 2003). Dos setenta e seis nomes inicialmente arrolados, não foram encontradas nenhum tipo de referência sobre trinta e sete. De um total de 39 pessoas restantes, foi construído um perfil com base em dados quantitativos sobre as seguintes questões: geração, família, formação escolar, profissão, vida política, honras e títulos de nobreza.

Nesse momento estava se formando uma rede de contatos em torno de palavras, líderes, espaços associativos, jornais. Um primeiro critério de seleção abrange alguns publicistas, editores de jornais que reproduziam textos do *Sentinella do Serro*⁹, artigos escritos por Teófilo Ottoni, notas sobre o jornal e/ou sobre seu editor, polêmicas envolvendo ambos entre 1829 e 1832, anos em que encontramos artigos reproduzidos. É o caso de Antônio José do Amaral e José Joaquim

das. *Corcundas constitucionais: a cultura política da independência (1820-1822)*. Rio de Janeiro. Revan. FAPERJ, 2003; MOREL, Marco. *As Transformações dos Espaços Públicos: imprensa, atores políticos e sociabilidades (1820-1840)* São Paulo: Hucitec, 2005.

⁹ Jornal editado por Teófilo Ottoni na Vila do Príncipe entre 1830 a 1832 que, infelizmente, parece ter desaparecido dos arquivos públicos nacionais.

Vieira Souto, editores do *Astréa*; Batista Caetano de Almeida e seu *Astro de Minas*; Evaristo da Veiga e o *Aurora Fluminense*; José Rodrigues Torres, Sales Homem Torres e seu *O Independente*; Antônio Borges da Fonseca e *O Repúblico*; *O Universal* e Bernardo Pereira Vaconcellos. A *Sentinella do Serro* participava ainda de uma rede de periódicos articulados em torno da liderança do liberal exaltado baiano Cipriano Barata e de seu jornal *Sentinella da Liberdade*. Havia inúmeras folhas ao redor do Brasil que eram homônimos ao pasquim de Barata ou que faziam citações explícitas à sua titulação, como por exemplo, o *Sentinella da Liberdade na Guarita ao Norte da Barra de São Pedro do Sul* (1830-1837). Existiam, do mesmo modo, os jornais que mesmo sem semelhanças nominais afiliavam-se à mesma corrente ideológica, como é o caso do *Tribuna do Povo*, de Francisco Chagas de Oliveira França. (MOREL, 1999:117-118)

Com base nas fontes¹⁰ consultadas foi possível a elaboração do quadro que se segue abaixo. Ele se refere aos redatores de periódicos que guardam alguma forma de relação, direta ou indireta, com Ottoni e a sua *Sentinella do Serro*. Ainda traz informações sobre as províncias em que eram editadas, assim como sobre o ano inicial de publicação dos pasquins.

¹⁰ As fontes usadas na elaboração dos quadros número 1, 2 e 3 foram: ARARIPE, Tristão de Alencar, LEAL, Aureliano. *O golpe parlamentar da Maioridade*. Brasília. Senado Federal. 1978; BLAKE, Augusto Victorino Alves Sacramento. *Dicionário Biográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro. 1883-1903. 7v; MENEZES, Eduardo de. *A revolução mineira de 1842*. Juiz de fora. Typographia Bbrasil. 1913; SODRÉ, Nelson Werneck. *História da Imprensa no Brasil*. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira. 1966; VIANNA, Hélio. *Contribuição à história da Imprensa Brasileira (1812-1869)*. Rio de Janeiro. Imprensa Nacional. 1946.

QUADRO Nº 1: REDATORES DE PERIÓDICOS 1827-1842			
REDATORES	PERIÓDICOS	LOCAL	ANO
Antônio José do Amaral	Astréia	RJ	1826
José Joaquim Vieira Souto	Astréia	RJ	1826
Batista Caetano de Almeida	Astro de Minas	MG	1827
Evaristo da Veiga	Aurora Fluminense	RJ	1827
Francisco de Paula Brito	A Mulher do Simplicio ou A Fluminense Exaltada	RJ	1832
João Barbosa Cordeiro	Bússola da Liberdade	PE	1831
José Joaquim Rodrigues Torres	O Independente	RJ	-
Francisco Sales Torres Homem	O Independente	RJ	-
Antônio Borges da Fonseca	O Repúblico	RJ	1830
Francisco das C. de Oliveira França	O Tribuno do Povo	MG	1830
Bernardo Pereira de Vasconcellos	O Universal	MG	1825

O segundo critério de seleção organiza-se a partir de nomes que militaram em redes de associações públicas institucionalizadas, não oficiais, distantes do poder Imperial e de caráter fundamentalmente político em que Ottoni participou, como maçonarias, clubes políticos, sociedades secretas. Dentre elas: *Clube dos Amigos Unidos*, criado por Ottoni em 1830 no Rio de Janeiro para articular arditamente pessoas na promoção do ideário republicano; a *Sociedade Promotora do Bem Público*, organizada por Ottoni no Serro em 1832 com o intuito de influir nas reformas da Constituição em debate; a *Sociedade Promotora da Maioridade do Imperador*, também denominado *Clube da Maioridade*, fundado em 1840 para, como indica o próprio nome, elevar o jovem Pedro II ao trono, antecipando sua maioridade; e a *Sociedade dos Patriarcas Invisíveis*, que surgiu provavelmente entre 1841 e 1842, formada pelos liberais para enfrentarem o avanço conservador. Dos quatro membros da *Sociedade Promotora do Bem Público* localizados, não foi possível determinar informações sobre nenhum deles. O quadro abaixo traz uma relação dos membros participantes, associações correspondentes, local e data inicial de fundação.

QUADRO Nº 2: MEMBROS DE ASSOCIAÇÕES PÚBLICAS ENTRE 1827 E 1842			
ASSOCIAÇÕES	LOCAL	ANO	MEMBROS
CLUBE DOS AMIGOS UNIDOS	RJ	1830	Cipriano José Barata de Almeida
			Cristiano Benedito Ottoni
			Epifânio José Pedrosa
			Ezequiel Corrêa dos Santos
			João Pedro Maynard
			Joaquim José da Silva
			José Augusto César de Menezes
			Manoel Feliciano Pereira de Carvalho
SOCIEDADE PROMOTORA DA MAIORIDADE DO IMPERADOR	RJ	1840	Antônio Carlos Ribeiro de Andrada Machado e Silva
			Antônio Francisco de Paula H. Cavalcanti de Albuquerque
			Francisco de Paula Cavalcanti Albuquerque
			Francisco Gê Acaiba de Montezuma
			José Bonifácio de Andrada e Silva
			José Ferreira Lima e Sucupira
			José Martiniano de Alencar
			Manoel do Nascimento Castro e Silva
Martim Francisco de Andrada			
SOCIEDADE SECRETA DOS PATRIARCAS INVISÍVEIS	CE	1842	Antônio Paulino Limpo de Abreu
			Geraldo Leite Bastos
			Joaquim Antônio Fernandes Leão
			Joaquim Cândido Soares de Meirelles
			José Antônio Marinho
			José Bento Leite Ferreira de Mello
			José Cesário de Miranda Ribeiro
			José Jorge da Silva
			José Pedro Dias de Carvalho
			Nicolau Pereira de Campos Vergueiro
Nicolau Rodrigues dos Santos França Leite			

Quanto à origem familiar das pessoas pesquisadas, de um total geral de 39 indivíduos foram localizados os pais de 25 (64,10%). Dos 14 restantes não foi possível apurar nenhuma notícia devido à escassez de informações nas fontes examinadas. De 25 pais encontrados, foram apuradas 15 profissões, resultando numa porcentagem de 60%. A grande maioria é composta por militares, 40% (6 pessoas). É o caso, por exemplo, do tenente-coronel Manoel do Espírito Santo Limpo, pai de Antônio Paulino de Abreu. O restante das profissões é representada por apenas uma pessoa cada, ou 6,67% por profissão, com exceção para 2 proprietários de terra, no caso os capitães-mores Francisco de Paula Cavalcanti de Albuquerque e José de Castro e Silva, pais de

Antônio Francisco de Paula Hollanda Cavalcanti Albuquerque e Manuel do Nascimento de Castro e Silva respectivamente, perfazendo 13,33% do total. Como podemos deduzir, a maioria dos identificados não são frutos de uma filiação que remete ao pertencimento a famílias nobres, tradicionais ou grandes proprietárias de terra. Os 40% das profissões restantes são divididas entre ocupações ligadas aos setores intermediários da hierarquia social como, por exemplo, comerciantes (1), funcionários públicos (1), professores (1) e médicos (1) e as camadas mais baixas da população na qualidade de lavradores (1) e carpinteiros (1). Apenas 1 exercia a ocupação de advogado.

O quadro de número 3 tem por função possibilitar uma leitura panorâmica sobre o conjunto dos 39 indivíduos selecionados. O quadro é portador de informações sobre os seguintes aspectos: local de origem, ano de nascimento, profissão exercida e universidade frequentada¹¹.

¹¹ As abreviaturas que compõem o quadro número 4: NASC: nascimento; PROV: província; ADVOG: advogado; BOTIC: boticário; COMER: comerciante; DIPLOM: diplomata; RNG: engenheiro; FUNCPUB: funcionário público; MED: médico; MILIT: militar; PROF: professor; SAPAT: sapateiro; TIPOG: tipografo; UNIV: Universidade; AL: Universidade da Alemanha; C: Universidade de Coimbra; RJ: Escola médico-cirúrgica do Rio de Janeiro; F: Universidade da França; SP: Escola de Direito de São Paulo; OL: Escola de Direito de Olinda.

QUADRO Nº 3: REDATORES DE PERIÓDICOS E MEMBROS DE ASSOCIAÇÕES PÚBLICAS: NASCIMENTO, ORIGEM, PROFISSÃO E UNIVERSIDADE															
REDATORES DE PERIÓDICOS E MEMBROS DE ASSOCIAÇÕES PÚBLICAS	N A S C	P R O V	A D V O G	B O T I C	C O L E R O	C O M E R	D I P L O M	E N G	F U N C P U B	M E D	M I L I T	P R O F	S A P A T	T I P O G	U N I V
Antônio Borges da Fonseca	1808	PB	X												AL
Antônio Carlos Ribeiro de Andrada M. e Silva	1773	SP	X												C
Antônio Francisco de Paula H. C. de Albuquerque	1797	PE								X	X				
Antônio José do Amaral	1782	RJ								X	X				C
Antônio Paulino Limpo de Abreu	1798	*	X												C
Batista Caetano de Almeida	1797	MG			X										
Bernardo Pereira de Vasconcellos	1795	MG	X												C
Cipriano José Barata de Almeida	1762	BA							X		X				C
Cristiano Benedito Ottoni	1811	MG					X				X				
Epifânio José Pedrosa	1818	BA												X	
Evaristo da Veiga	1799	RJ			X										
Ezequiel Corrêa dos Santos	1801	RJ		X											
Francisco das C. de Oliveira França	-	MG													
Francisco de Paula Brito	1809	RJ												X	
Francisco de Paula Cavalcanti Albuquerque	-	CE							X	X					F
Francisco Gê Acaiba de Montezuma	1794	BA	X												C
Francisco Sales Torres Homem	-	-					X								F
Geraldo Leite Bastos	1793	RJ			X			X							
João Barbosa Cordeiro	1792	PE			X						X				
João Pedro Maynard	-	**						X							
Joaquim Antão Fernandes Leão	1809	MG	X					X							SP
Joaquim Cândido Soares de Meirelles	1797	MG							X						RJ
Joaquim José da Silva	-	RJ											X		
José Antônio Marinho	1803	MG			X							X			
José Augusto César de Menezes	-	RJ							X						RJ
José Bento Leite Ferreira de Mello	1785	MG			X										
José Bonifácio de Andrada e Silva	1763	SP	X									X			C
José Cesário de Miranda Ribeiro	1792	MG	X												C
José Ferreira Lima e Sucupira	-	CE	X		X										
José Joaquim Rodrigues Torres	1802	RJ								X	X				C
José Joaquim Vieira Souto	-	RJ								X					
José Jorge da Silva	1810	MG	X												SP
José Martiniano de Alencar	1798	CE			X										
José Pedro Dias de Carvalho	1805	MG										X			
Manoel do Nascimento Castro e Silva	1788	CE						X							
Manoel Feliciano Pereira de Carvalho	1806	RJ							X		X				RJ
Martim Francisco de Andrada	1775	SP						X							C
Nicolau Pereira de Campos Vergueiro	1778	*	X									X			C
Nicolau Rodrigues dos Santos França Leite	1803	PB	X												OL
TOTAIS	-	39	12	1	6	2	1	1	5	5	5	11	1	2	20

Em relação à geração, foi possível datar o nascimento de 27 das 39 pessoas inicialmente listadas, isto é, 69,23%. Dos que vieram à luz no século XVIII, entre as datas limite 1762 e 1799, somam-se 16 individualidades ou 59,26%. No século XIX, entre os anos de 1801 e 1818, nasceram 40,74% .

No que concerne ao local de nascimento, coletamos informações sobre o lugar de origem de nada mais nada menos que 38 *personas*, isto é, 97,44% dos nomes iniciais. Desses 38, 2 (5,26%) são Lisboaetas, portanto oriundos de Portugal. De apenas 1 (2,63%) dos pesquisados não foi possível saber a província de nascimento. Os 36 restantes são todos nascidos no Brasil, sendo que: 11 ou 30,56% em Minas Gerais; 10 ou 27,78% no Rio de Janeiro; 4 ou 11,11% no Ceará; 3 ou 8,33% vieram à luz na Bahia; a mesma porcentagem serve também para a província de São Paulo; para Paraíba e Pernambuco obtivemos o percentual de 5,56% ou 2 pessoas nascidas em cada província; apenas 1 ou 2,78% dos nomes levantados nasceu na colônia de Sacramento.

Quanto ao maior percentual obtido pela província de Minas Gerais, somos forçados a levar em conta o fato de a região ter sido o lugar de origem de Teófilo Ottoni, fato que o levou a lutar pelos interesses geopolíticos do território, e local privilegiado onde ele atuou em boa parte da sua vida pública, seja escrevendo em jornais como foi o caso do *Astro de Minas* e do *O Universal* editados pelos mineiros Batista Caetano de Oliveira e Bernardo Pereira de Vasconcellos, seja participando de atos políticos como na rebelião de 1842. No caso da *Sociedade Secreta dos Patriarcas Invisíveis*, que teve papel de destaque nos ardis que culminaram na revolta de 1842, temos uma quantia de 7 pessoas, de uma soma de 11, oriundas de Minas, isto é, 63,64%. A segunda colocação do Rio de Janeiro se explica em parte pelo peso da província à época, que, além de centro político e administrativo do Império, lugar de formação de uma opinião pública, funcionava do mesmo modo como pólo de atração de migrantes como Teófilo, que teve uma longa e marcante atuação política atrelada ao Rio de Janeiro, onde foi

parlamentar em várias ocasiões, escreveu em jornais como *Astréa* e fundou associações secretas como o *Clube dos Amigos Unidos*, que teve 3, ou 37,50%, dos seus 8 membros analisados nascidos na localidade. O Ceará foi nascedouro e reduto de grande influência para o *Clube da Maioridade*, que teve 4 dos seus 9 associados lá nascidos, resultando numa porcentagem de 44,44%. São Paulo ganha certa relevância em razão da presença dos irmãos Andrada, todos atuantes no já citado clube.

Deixando de pensar a questão do lugar de origem pelo prisma da divisão provincial e deslocando o foco geográfico para o aspecto regional, temos uma porcentagem de 36,11% para os chamados, no contexto da época, governos gerais do leste que incluíam Rio de Janeiro e Bahia. Províncias centrais do bloco de poder imperial e do projeto de formação de um Estado monárquico forte, centralizado e mantenedor da unidade territorial. A soma de Ceará e Pernambuco, que constituíam as denominadas províncias do norte, representantes de uma tradição de contestação de caráter liberal ao projeto do Rio de Janeiro, resultou em 16,67%¹² (MOREL, 2005:173).

Com respeito aos dados sobre as atividades profissionais exercidas, eles se manifestam da seguinte forma: dos atores relacionados a princípio, foi possível encontrar um alto índice de informações sobre 97,43% ou 38 deles. Lembrando que o fenômeno da ocupação múltipla era comum e que uma única pessoa pode ter exercido diversos ofícios durante o período analisado (CARVALHO, 2003:95). A profissão que apresentou maior percentual foi a de advogado, 12 homens, isto é, 31,58%, exerceram a advocacia em algum momento da sua vida. Logo em seguida, vem a carreira do magistério, seja primário, de nível secundário ou superior, que se realça com 11, ou 28,95% professores. Em terceiro lugar, com 6 pessoas, isto é, 15,79%, vem os

¹² Sobre a idéia de um projeto de independência de matriz republicana gestado no Rio no Norte, em especial em Pernambuco, diverso daquele pensado na Corte ver: MELLO, Evaldo Cabral de. *A outra independência: o federalismo pernambucano de 1817 a 1824*. São Paulo.. Editora 34. 2004

eclesiásticos. Com 5 homens cada, o que equivale a 13,16% por atividade, temos empatados os cargos de militar, médico e funcionário público. Aparecem nas estatísticas 2 comerciantes e 2 tipógrafos, quer dizer, 5,26% para cada profissão. Com 2,63% cada, temos 1 diplomata, 1 engenheiro, 1 boticário e 1 sapateiro. Ainda que os redatores de periódicos e membros de associações públicas ligados a Ottoni fossem, em sua maioria, da área profissional do direito, considerando que a magistratura era a função de grande parte da elite política que guiou o leme monárquico centralizador do Império brasileiro, podemos perceber que ocupações de status social e econômico de menor expressividade, com viés nitidamente urbano e mais próximas às camadas médias e da população como professores, funcionários públicos, militares, médicos, eclesiásticos expressavam a grandeza de 84,22% das atividades. Ressaltando que profissões como tipógrafo, boticário e sapateiro, que provavelmente não eram as mais prestigiadas entre os extratos sociais dominantes da época, aparecem entre os empregos exercidos por participantes dessa rede de sociabilidades.

Verticalizando as análises sobre as principais estruturas ocupacionais, podemos conjecturar com mais delonga e minúcia sobre as nuances em relação às profissões. Pensando apenas até meados da década de 1830 e nos redatores de jornais e participantes do *Clube dos Amigos Unidos*, temos o seguinte perfil ocupacional: de um total de 18 dos quais localizamos as profissões, temos apenas 2 advogados, ou 11,11%; é o caso de Bernardo Pereira Vasconcellos, que chegou a atingir na carreira de magistrado o cargo de Juiz de Fora em Guaratinguetá e Villa Rica, de Desembargador de Relação no Maranhão, sendo Ministro da Justiça em 1837. Em compensação o professorado supera os advogados com 6, ou 33,33%. É o caso do Padre João Barbosa Cordeiro que seguiu a carreira no magistério de instrução secundária e Joaquim José Rodrigues Torres que foi lente substituto da Academia Militar. Em seguida temos igualados: 3

médicos, 3 militares com 16,67%, 2 tipógrafos, 2 comerciantes, isto é 11,11% para cada e 1 funcionário público, 1 sapateiro e 1 eclesiástico (5,56%).

Do ano de 1840 em diante, a partir dos membros do *Clube da Maioridade* e da *Sociedade Secreta dos Patriarcas Invisíveis*, teremos outra estrutura ocupacional. Tendo como base o geral de 20 indivíduos, o número de advogados sobe absurdamente para 10 (50%), como no exemplo de Francisco Gê Acaíba Montezeuma que atingiu o posto de Ministro da Justiça em 1837, galgando também o Conselho de Estado. O montante de professores cai para 5 (25%). Nesse tópico enquadram-se Nicolau Pereira dos Campos Vergueiro, professor do curso de Direito de São Paulo, e José Antônio Marinho, diretor e professor do Colégio secundário por ele fundado. Os funcionários públicos aumentam substancialmente para 4 (20%), assim como o clero, com 5 (25%); ainda temos a diminuição do número de médicos e militares com 2 (10%) cada. Entre os funcionários públicos é elucidativo o caso de Manuel do Nascimento Castro e Silva que foi Solicitador de feitos e execução da fazenda na Vila de Aracati no Ceará; tabelião público, judicial e de notas; escrivão de crime e cível na Vila do Crato; escrivão da Câmara, órgãos e almoteceria de Aracati; inspetor de algodão na capital da província.

Sobre a formação acadêmica dos grupos pesquisados, de um patamar inicial de 39 hipotéticos educandos, eliminamos 10 por ausência de notícias. Os 29 (74,36%) remanescentes formam a montante base pelo qual foi possível extrair os números subseqüentes: direito, 13 (44,83%); medicina, 6 (20,69%); formação religiosa, 5 (17,24%); matemática, 4 (13,79%); engenharia, 2 (6,90%); farmácia e filosofia com 1 (3,45%) cada. Salientando que um mesmo acadêmico poderia ter alcançado formações diferenciadas.

As instituições de ensino superior rastreadas foram 7. O número de formandos que passaram nesses pólos de educação foram 21. As mais freqüentadas foram: com larga vantagem, a Universidade de Coimbra, em Portugal, com 11 estudantes (52,38%); a Faculdade de Medicina

do Rio de Janeiro, com 3 (15%); a Universidade da França e a Faculdade de Direito de São Paulo, com 2 (9,52%); a Universidade da Alemanha, a Faculdade de Direito de Olinda e a Academia Militar com apenas 1 (4,76%).

A mais importante instituição de ensino superior da época foi a Universidade portuguesa de Coimbra, criada em 1290 por D. Pedro I, o “Mestre de Avis”. Depois de séculos de hegemonia administrativa e intelectual de juristas e jesuítas, em 1772 o espírito reformistas chega a Coimbra como reflexo das reformas levadas a cabo pelo Marquês de Pombal. O marquês implantou uma política de viés nitidamente absolutista e possibilitou a entrada de um iluminismo à portuguesa no mundo lusitano (CARVALHO, 2003:65-69). Um iluminismo marcadamente adaptado à ambígua prática de amalgamar luz e religião. As “luzes mitigadas” de que nos fala Lúcia Maria Bastos P. Neves, ou seja, a convivência da valorização da religião católica, da ordem social estamental de um lado e, de outro, o esclarecimento que se guiava pelos conhecimentos do século e pelo fortalecimento do poder estatal. (NEVES, 2003:27-28). Mesmo considerando que a formação dos coimbrãos não tenha sido homogênea, que havia tensões e conflitos internos (MOREL, 2005:176-177), concordamos que a Universidade desempenhou um importante papel ao moldar a maneira de ser de gerações de políticos brasileiros. Dentre as instituições educacionais no Brasil destacavam-se: a Academia Real Militar criada em 1810, as Escolas de Medicina do Rio de Janeiro de 1813 e a de Salvador de 1815, o curso de direito criado em São Paulo e também em Olinda em 1827, ambos inspirados na tradição de Coimbra.

A maior parte desses elementos teve acesso a uma formação cosmopolita. Como é claramente perceptível, o número de estudantes brasileiros alhures é considerável. Destarte, duas vezes mais estudantes, 14 (66,66%), passaram pelas faculdades européias, mais precisamente em Portugal, Alemanha e França com ampla vantagem para Coimbra. Para os que tiveram formação acadêmica no Brasil chegamos a 7 (33,33%), portanto a metade dos “estrangeiros”. O curso

hegemônico dentre os formados no velho continente foi o de Direito, com mais da metade, ou seja, 9 (64,29%), seguido por Matemática, com 4 (28,57%) e Medicina, com 2 (14,29%). Dos habilitados em Direito, 7 (77,78%) passaram pelas salas de aulas coimbrãs. Quando voltamos para o outro lado do Atlântico, o perfil dos estudantes modifica-se. Dos 7 formados em terras brasileiras: 1 (14,29%) estudou na Academia Militar, 3 (42,86%) são formados em Direito e a mesma quantia em Medicina, nesse último caso, todos na Academia Médico Cirúrgica do Rio de Janeiro. Dos advogados, 2 (66,67%) passaram pela Faculdade de Direito de São Paulo e 1 (33,33%) pela faculdade de Direito de Olinda. Analisando a integração entre cursos e instituições a partir de um recorte cronológico que se estende entre o início da década de 30 do século XIX e o princípio dos anos 40 do mesmo período, concluímos que de 1830 em diante apenas 1 (7,14%) alcançou a formação em direito pela Universidade de Coimbra, enquanto no início de 1840 esse percentual eleva-se para 6, isto é, 42,86%.

Apenas 5 dos homens públicos relacionados a Teófilo Ottoni obtiveram uma formação cultural que teve como ápice o nível médio. Há uma exorbitante vantagem para os redatores de periódico e os que faziam parte do *Clube dos Amigos Unidos*, que somam 4 (80%). Nesse caso encontram-se, por exemplo, Batista Caetano de Almeida e Epifânio José Pedrosa que cursaram humanidades. Daqueles que se relacionavam com Ottoni no *Clube da Maioridade* e na *Sociedade Secreta dos Patriarcas Invisíveis*, apenas 1 pessoa (20%) se enquadra nesse critério, no caso, José Pedro Dias de Carvalho, que freqüentou aulas de latim. Tudo isso nos leva à óbvia constatação de que Ottoni gravitava em torno de um irrisório grupo de privilegiados que tinham acesso a uma educação mais qualificada, nada que cause espanto, uma vez que na era Imperial a “(...) elite era uma ilha de letrados num mar de analfabetos” (CARVALHO, 2003:65).

A corrida para galgar sucesso na carreira política no Império seguia, *a priori*, uma trilha de extensão retilínea que tinha como posto de largada um diploma de direito. Daí em diante, o

percurso podia ser a magistratura, a advocacia, a imprensa ou até mesmo a influência familiar ou de lideranças. Os passos iniciais aconteciam na Câmara. Em seguida, os pretendentes poderiam se deparar com uma bifurcação, com saídas para um ministério ou a presidência de uma província. A partir daí o traçado era circular, um caminho de idas e vindas entre os principais postos burocráticos. O conselho de estado e o Senado poderiam, por exemplo, ser exercidos simultaneamente por um ministro (CARVALHO, 2003:125).

Os cargos políticos no Brasil imperial podem ser divididos, grosso modo, em dois tipos: primeiro, os eletivos, como os de deputado, provincial ou geral, e o de senador; segundo, os burocráticos, cargos públicos pertencentes à alta burocracia, mas com conotação necessariamente política, como são os casos do Conselho de Estado, da presidência das províncias, e dos ministérios.

Da relação inaugural composta de 39 sujeitos, 28, isto é, 71,79% exerceram algum tipo de cargo político. Constatamos uma rotatividade considerável de pessoas entre os variados cargos, sendo algo costumeiro na biografia política dos homens públicos do período uma lista de funções públicas vasta e variada. José Murilo de Carvalho afirma que “o império reviveu a velha prática portuguesa de fazer circular seus administradores por vários postos e regiões” (CARVALHO, 2003:121). Todos os 28 foram eleitos deputados. Os outros números são os seguintes: presidente de província, 4 (14,29%); ministro de estado, 13 (46,43%); conselho de estado, 5 (17,86%); senador, 13 (46,43%).

Uma taxa estrondosa de 71,79% dos atores previamente selecionados teve vida política ativa. Examinado apenas as duas extremidades da hierarquia da carreira política, percebe-se que na base, na porta de entrada representada pela deputação provincial ou geral, o acesso era mais fácil. No vértice está a senadaria, que simbolizava o ápice das conquistas políticas pessoais. A senadaria era vitalícia e as eleições funcionavam a partir da escolha do Imperador entre as opções

presentes numa lista tríplice. Ainda que para alcançar o senado houvesse um atalho da deputação direto para a senadoria – e Carvalho informa em relação aos senadores que “sua carreira limitava-se então à eleição para deputado geral e daí para o senado de onde não saíam” (CARVALHO, 2003:127) – saltando as etapas da presidência de província, ministério e conselho, o número de deputados por nós apurado, 28, ou seja, 100%, cai consideravelmente para pouco menos que a metade quando se trata do número de eleitos para senador, 13, isto é, 46,43%. Se imaginarmos uma figura geométrica para representar a porcentagem de deputados e senadores, tal imagem teria um pedestal largo que afunilaria à medida que se aproximasse do alto. Das 19 pessoas públicas relacionadas a Ottoni por meio dos jornais e do *Clube do Amigos Unidos*, somente 3 (15,79%) foram senadores. Quando pensamos nos 20 sócios das sociedades *Promotora da Maioridade do Imperador e Secreta dos Patriarcas Invisíveis*, os senadores elevam-se de maneira extraordinária para 10 (50%).

A grande nobreza na monarquia brasileira era composta pelos seguintes títulos, em ordem crescente: barão sem grandeza, barão com grandeza, visconde sem grandeza, visconde com grandeza, conde, marquês, duque, princesa, príncipe herdeiro, imperatriz, imperador. (MOREL, 2005:191) Os beneficiados com titulações nobiliárquicas garimpados nas fontes são reduzidos às cifras, de pouca monta, de 5 (12,82%) agraciados. Todos, sem exceção, com o título de Visconde. É o caso de Joaquim José Rodrigues Torres (Visconde de Itaboraí), Francisco Sales Torres Homem (Visconde de Inhomirim), Antônio Francisco de Paula Hollanda Cavalcanti Albuquerque (Visconde de Albuquerque), Francisco Gê de Montezuma (Visconde de Jequitinhonha), Francisco de Paula Cavalcanti Albuquerque (Visconde de Suassuna). Recorrendo novamente ao já repetido recurso de subdividir os nomes pesquisados entre os que escreviam em jornais e os que tomavam parte no *Clube dos Amigos Unidos* de um lado, e os filiados ao *Clube da*

Maioridade e a *Sociedade dos Patriarcas* do outro, resulta que 2 (40%) dos 5 nobres estão no primeiro grupo e 3 (60%) no segundo.

As ordens honoríficas tinham como objetivo, para além da homenagem pura e simples, recompensar serviços prestados. Além disso, proporcionavam benefícios aos agraciados (*Idem*:194). Um pouco mais da metade das pessoas reunidas, 21 (53,85%), receberam esse tipo de condecoração: em primeiro lugar está a Ordem de Cristo com 9 (42,86%) agraciados, em seguida a Ordem da Rosa com 7 (33,33%), depois a Ordem do Cruzeiro com 6 (28,57%), em terceiro a Ordem de São Bento de Avis com 2 (9,52%), por fim a Ordem de São Leopoldo e a Ordem portuguesa da Conceição da Vila Viçosa com 1 (4,76%) cada.

Sintetizando as características de todo o universo do grupo estudado, podemos delinear o seguinte perfil: originários de berços familiares pertencentes às camadas médias da população urbana, com pais militares, professores, funcionários públicos e até mesmo lavradores e carpinteiros, nascidos majoritariamente nas províncias de Minas Gerais e Rio de Janeiro. Quanto à profissão, geralmente desempenhavam atividades que giravam em torno da magistratura. A maioria teve acesso ao ensino de nível superior, formando-se em Direito, no exterior, pela Universidade de Coimbra. Chegaram constantemente a se envolver na vida política do país, elegendo-se ou exercendo cargos políticos. Todos foram deputados, alguns chegaram a ser ministro de estado, a fazer parte do Conselho de Estado e do Senado. Poucos receberam títulos de nobreza e um bom número deles foi agraciado com ordens honoríficas.

Como pôde ser verificado, ao reordenarmos e subdividirmos a listagem primária entre, de um lado, redatores de periódicos, membros do *Clube dos Amigos Unidos*, e de outro, filiados ao *Clube da Maioridade* e da *Sociedade dos Patriarcas Invisíveis*, o perfil coletivo ganha novos contornos. O primeiro grupo teve atuação entre fins dos anos de 1820 a meados da década de 1830. Conforme as informações obtidas na pesquisa, o perfil revela que profissionalmente o

magistério é a carreira mais prestigiada, seguida pelos médicos e militares. O direito perde espaço. Somente uma pessoa se formou em direito na Universidade de Coimbra. Uma parte desse pessoal nunca chegou a freqüentar uma faculdade. As propriedades comuns ao segundo agrupamento sugerem que a magistratura era a profissão mais valorizada. Culturalmente, possuíam formação de grau superior em direito, na maior parte das vezes em Coimbra. Apenas um desses homens estudou até o segundo grau. Atingiram o cume da carreira política do período chegando ao senado, ministérios e conselho do Imperador.

Como dito anteriormente, Teófilo Benedito Ottoni foi criado em uma família de pouco poder aquisitivo. O pai foi comerciante e exerceu funções públicas de menor influência. Talvez devido à influência paterna, talvez por aptidão ou mesmo por falta de alternativas, fato é que nos ínterims da vida política ocupava-se das lidas comerciais. Seu desejo de se tornar engenheiro pela Academia Militar foi frustrado. Limitou seus estudos à formação que obteve na Academia da Marinha. Foi eleito para deputado inúmeras vezes e conseguiu a aprovação de D. Pedro II, depois de muita relutância, para o senado em 1862.

O afã de cotejar a figura de Teófilo com o perfil coletivo dos cidadãos ligados a ele no mundo público causa, a princípio, uma surpresa, diria um estranhamento. Explico. Havia um hiato entre sua história de vida e a de seus correligionários que eram magistrados, coimbrãos, ocupavam altos cargos do sistema político imperial, recebiam títulos nobiliárquicos e ordens honoríficas. Deixando de lado a sofreguidão inicial, vislumbra-se que pelo menos nas facetas familiar, profissional, educacional e política, a vida de Ottoni tende a guardar contigüidade com os “Amigos Unidos” e os jornalistas.

Destarte, sobre a rede de sociabilidade política que o circunda num instante inicial – por volta de 1830 – pode-se presumir que há possibilidades de verificarmos possíveis analogias entre esse semblante coletivo, que guarda maior semelhança com sua biografia, e o perfil sócio-

profissional da elite intelectual exaltada. Basile, em estudo que versa sobre o núcleo central dos liberais exaltados, formado por um conjunto de 10 lideranças compostas por autores de periódicos e panfletos, que atuava na esfera pública da corte entre 1829 a 1834, relata que 6 (75%) deles possuíam nível superior educacional superior e somente 1 (16,66%) tinha formação jurídica. Apenas 1 (10%) formou-se na Universidade de Coimbra. Não há registro de um magistrado sequer, e mesmo os militares e clérigos faziam parte do baixo escalão. Por fim, eram oriundos das camadas médias urbanas (BASILE, 2000:37-54). Das fileiras exaltadas saíram o grosso dos republicanos do período.

Já o perfil dos companheiros da *Sociedade Promotora da Maioridade do Imperador* e dos *Patriarcas Invisíveis* difere em número e grau da história de vida de Ottoni. Todavia, guarda semelhança com as estruturas educacionais e ocupacionais da elite política imperial. José Murilo de Carvalho define esse grupo como constituído por pessoas que ocupavam posições formais de mando, ou seja, que tomavam decisões dentro do governo central: ministros, senadores, deputados gerais, conselheiros de estado, que tiveram acesso aos estudos superiores, com ênfase na formação jurídica na afamada Coimbra. Em termos de carreira, a magistratura era a profissão preponderante (CARVALHO, 2003: 49-117). A elite política abasteceu o estado com os principais quadros responsáveis pela construção da ordem imperial brasileira pós-independência, quer dizer, uma monarquia centralizada e gerenciadora da unidade administrativa e territorial.

Teófilo Benedito Ottoni fez parte de um reduzido grupo de homens públicos que, além de ter gozado dos conceitos de nobreza cultural, elite intelectual exaltada, elite política imperial, pôde ser sintetizado como uma elite política e intelectual. Um microcosmo de uma parte da população brasileira formada por homens alfabetizados que debateram, disputaram e guiaram as rédeas dos rumos políticos do país. Obviamente, esse conjunto não formava um todo homogêneo, acabado e coerente; as frações eram comuns. Para além da sua individualidade, irredutível aos

padrões coletivos, a caminhada pública de Ottoni indica a existência de pelo menos dois subgrupos com diferenças quanto ao perfil sócio-profissional. Um grupo pouco distante e outro mais afastado da história de vida de Ottoni. Aproximações e distanciamentos que talvez se expliquem pelas mudanças no contexto histórico, nas formas das ações políticas, nas idéias em jogo.

A esse respeito deve-se considerar o fato de que o recorte para a pesquisa posopográfica foi direcionado por meio das associações públicas e dos editores de jornais entre 1827 a 1842, o que talvez ajude a entender as diferenças e similitudes quanto aos perfis. Algumas observações sobre isso:

- a) um período longo, de 1827 a 1842, em que ocorreram mudanças no contexto político nacional. Um primeiro momento prodigioso em disputas políticas e de radicalização do debate de 1827 a 1840. Daí em diante, inicia-se a construção de uma ordem hegemônica e conservadora e o conseqüente desaparecimento dos exaltados do debate.
- b) Apesar dos jornais reproduzirem textos do *Sentinella do Serro* e de Teófilo Ottoni, as relações não eram sempre harmoniosas: havia muito debate, críticas, diatribes, afirmativas, respostas, sentidos e contra sentidos entre os periódicos.
- c) As associações públicas nem sempre eram harmoniosas ideologicamente. Às vezes podiam ter objetivos políticos conjunturais, que podiam ser base para aproximações políticas momentâneas em vista de objetivos transitórios, unindo figuras, a princípio, ideologicamente díspares.

Mesmo assim, acreditamos que os parâmetros que serviram como bússola das nossas escolhas metodológicas permitem entrever com margem de ilusão aceitável os caracteres gerais do universo pesquisado, uma vez que as mudanças que cercam a vida de Ottoni parecem ocorrer

de maneira semelhante tanto na vida política organizada como no mundo das idéias ao longo do período aqui estudado. Assuntos a serem abordados nos próximos capítulos.

**CAPÍTULO 2. “A TERCEIRA MARGEM DO RIO”:
A IDENTIDADE POLÍTICA DE TEÓFILO OTTONI ENTRE
FARROUPILHAS, CHIMANGOS E CARAMURUS**

*“Este é tempo de partido,
Tempo de homens partidos.”*

Carlos Drummond de Andrade, Antologia Poética.

*“Partidários por contradição – Quem enfureceu as pessoas contra si mesmo,
sempre ganhou também um partido a seu favor.”*

Nietzsche, Humano, Demasiado Humano.

Aditamos à tentativa de construir um perfil sócio-profissional de Teófilo Ottoni uma discussão sobre sua identidade política no espaço de tempo de 1826 a 1834. É viável perguntar sobre uma identidade partidária de Ottoni? Sim, mas talvez o mais pertinente e cauteloso seja falar em identidades políticas, no plural. Trata-se de, com a devida permissão das fontes, capturar a visão de outros atores políticos sobre as posições de Ottoni; suas auto-afirmações e criação de uma imagem de si próprio e a sua visão sobre os grupos em disputa. A escolha dos limites temporais, perpassando os trinta anos iniciais do primeiro lustro do século XIX, foi estipulada nos seguintes critérios: entre 1826 e 1834, anos de radicalização política, ocorreram calorosas disputas entre exaltados, moderados e caramurus. O ano de 1826 é o ano da mudança de Ottoni para o Rio de Janeiro e da gênese do seu envolvimento com a política. Já o marco final foi o ano

do declínio da ala exaltada¹. Desnecessário afirmar que durante todos esses longos vinte anos Ottoni marcou posição política. Em síntese, pretendemos discutir as suas identidades políticas.

Não se trata de definir ou conceituar os grupos na categoria de partido, pelo menos não na acepção usual e contemporânea. A análise dos grupos políticos imperiais não vai se restringir à organização interna, ideologias, composição social. Obviamente, que mesmo não sendo o foco principal, tais aspectos serão levados em conta no estudo. A perspectiva adotada analisa os grupos pelas representações, imagens, símbolos, idéias, palavras, sentidos que os constituem. Se possível for, as identidades do liberal mineiro serão pensadas ao sabor das querelas verbais, acusações, críticas e autocríticas que permeavam os debates naquele contexto. As representações que os grupos políticos edificavam uns em relação aos outros, as imagens que pessoas ligadas a determinados agrupamentos faziam de Ottoni e que ele fazia de si serão os temas tratados aqui.

2.1 O tripé político imperial: exaltados, moderados e caramurus.

Antes, uma alocução sobre a história dos partidos. Para Bobbio (1991) e Durverger (1970), os partidos políticos são associações que visam a um fim deliberado, à realização de intuítos materiais, ideais ou mesmo pessoais. São instituições formadas por pessoas que almejam conquistar e exercer o poder político e que primam pelas seguintes características gerais: o caráter associativo, o fato de almejarem a conquista do poder, e motivações objetivas como estilo burocrático e/ou pessoais. A concepção moderna de partido político remonta à primeira metade do século XIX, na Europa e Estado Unidos, no momento da difusão das instituições

¹ Basile defende que 1834 foi o ano da derrocada dos exaltados, devido ao Ato Adicional, à repressão sistemática que sofreram desde 1831 e à perda de respaldo junto à opinião pública. BASILE, Marcello Otávio Neri de Campos. *Anarquistas, rusquentos e demagogos: os liberais exaltados e a formação da esfera pública na Corte Imperial (1829-1834)* Rio de Janeiro: UFRJ, 2000. p. 28.

parlamentares. Antes disso, pode-se falar em “tendências de opiniões, clubes populares, associações de pensamento, grupos parlamentares, mas nenhum partido propriamente dito.” (DURVEGER, 1970:19).

O aparecimento das agremiações partidárias assim como são compreendidas contemporaneamente está associado ao problema da participação, ao aumento da demanda de participação no processo de formação das decisões políticas. O mecanismo da gênese dos partidos seguiu um roteiro que teoricamente evolui das facções, grupos inorgânicos por característica, para os grupos parlamentares organizados. O próximo passo foi o estabelecimento de uma coordenação permanente interna entre os grupos parlamentares para, em seguida, serem criados vínculos regulares entre grupos e comitês eleitorais – organizações locais que se ocupavam em recolher votos em favor desse ou daquele candidato em tempos de eleições parlamentares – que acabaram por redundar em relações institucionais. Outros fatores consideráveis, geralmente relacionados ao anterior, são o conjunto de doutrinas políticas, a vizinhança geográfica dos futuros correligionários ou mesmo a defesa de interesses profissionais. Outra fonte de origem dos partidos foi a exterior, quer dizer, quando os mesmos nascem fora da órbita eleitoral ou parlamentar, sob a influência de mecanismos exteriores como sindicatos, cooperativas, sociedades de pensamento e grupos intelectuais como maçonarias, igrejas e seitas religiosas, e até mesmo agrupamentos comerciais e industriais².

Certamente, tanto o conceito tradicional de partido político quanto os meios de análise consagrados nos estudos sobre a origem parlamentar dos partidos estrangeiros não servem como parâmetros a serem seguidos de forma fidedigna para estudos que se apliquem à realidade brasileira. No Brasil as primeiras forças políticas com feições partidárias surgem no século XIX,

² Sobre a história dos partidos, ver: BOBBIO, Norberto (*et al.*) *Dicionário de Política*. 3ª ed. Brasília. UNB. 1991. P.898-905 e DUVERGER, Maurice. *Os partidos Políticos*. Rio de Janeiro: Zahar., 1970. p. 13-30.

sob o impacto da independência política em 1821 e das querelas em torno dos rumos políticos do país, contendas envolvendo o Imperador e as forças sociais interessadas no sentido da constituição a ser implementada. No entanto, fica patente que não se deve afirmar que existiam partidos naquele contexto. Falar em partidos no Império é cometer anacronismo, exigir uma forma organizacional não condizente com o tempo e lugar analisados. Não existiam organizações partidárias definidas nos termos que nós, contemporaneamente, temos em mente. Impossível pensar em partido-máquina, em partido de massas, compreendido como “uma organização difusa e estável com um corpo de funcionários pagos e especialmente para desenvolver uma atividade política e um programa político-sistemático.” (BOBBIO, 1991:900).

Sé é impensável o partido-máquina para aquele contexto, é totalmente aceitável a caracterização dos grupos como forças proto-partidárias. A esse respeito, Octávio Tarquínio de Souza menciona “[...] agrupamentos fluídos, até certo ponto ocasionais, de vida limitada à cidade da Corte, sem nenhuma base eleitoral. Sua força principal não estava em eleitores, mas numa imprensa efêmera e desatinada” (SOUZA *apud* FRANCO, 1974: 29).

Para Afonso Arinos, nos anos que cobrem tanto o primeiro reinado quanto os momentos iniciais das regências, “[...] é possível que identifiquemos grupos e até associações políticas [...] mas não no sentido técnico constitucional, não podemos chamar partidos tais grupos, mas, apenas facções” (FRANCO, 1974:26-27). José Murilo de Carvalho caminha para uma direção semelhante ao dizer que “até 1837, não se pode falar em partidos políticos no Brasil. As organizações políticas ou parapolíticas [...] eram do tipo sociedades secretas, a maioria sob influência maçônica” (CARVALHO, 2003:204).

Rodrigo Patto Sá Motta, diz que nos primeiros anos do império os partidos não existiam, pelo menos não em sua forma moderna. Concorde que existiam grupos de opinião, comunhão coletiva de certos aspectos doutrinários e de certas visões políticas. Contudo, para ele, tais grupos

de pessoas não eram nem duradouros nem organizados o suficiente para receberem o rótulo de partidos (MOTTA, 1999:27).

Não existiam Partidos, mas sim grupelhos com qualidades partidárias. Evitando a proposição tradicional de que o nascedouro dos partidos remete sempre à gênese dos parlamentos, a tese é que, no período, identidades políticas específicas representavam forças sociais com o objetivo de interferir na cena pública. Dito de outra forma é possível falar em partidos no sentido proposto abaixo:

Um partido político, na primeira metade do século XIX, era mais do que tomar um partido e constituía-se em formas de agrupamento em torno de um líder, por meio de palavras de ordem e da imprensa, em determinados espaços associativos ou de sociabilidade e a partir de interesses ou motivações específicas, além de se delimitarem por lealdades ou afinidades (intelectuais, econômicas, culturais, etc.) entre seus participantes. Tais agrupamentos eram identificados por rótulos ou nomeações, pejorativas ou não (MOREL, 2005:67).

Os autores que se debruçam sobre a história política daquele período falam geralmente em uma tripartição das identidades políticas do período: exaltados, moderados e caramurus. Conforme aponta Armitage, logo após a Independência política brasileira, em 1821, no calor dos acontecimentos relacionados à convocação da constituinte em 3 de junho de 1823, os partidos políticos mais salientes eram dois: de um lado os absolutistas, formados em sua maioria por portugueses e contrários a um governo de orientação constitucional; do outro lado os patriotas, aqueles que aderiram à idéia de constituição (ARMITAGE, 1977:110). Para o final da década de vinte, o autor pinta outro quadro e fala em partido exaltado ou ultra-liberal, cujas idéias seriam “a doutrina da federação, abolição do veto suspensivo do imperador [...] e até mesmo o fim da monarquia hereditária a ser substituída por um governo eletivo” (*Idem*: 209). Cita como

militantes exaltados Antônio Borges da Fonseca, Silvério Mariano Quevedo de Lacerda, Francisco das Chagas Oliveira, editores respectivamente dos periódicos “*O Republico*”, “*Luz Brasileira*” e “*Tribuna do Povo*”. Longe das opiniões exageradas dos exaltados, estavam os moderados que rejeitavam a revolução em prol da ordem. O principal nome moderado era o de Evaristo da Veiga e seu jornal “*Aurora Fluminense*” (*Idem*: 209-210).

Octávio Tarquínio de Souza discorre sobre três agrupamentos principais. Em primeiro lugar, sobre os exaltados, “anarquistas”, “farroupilhas”, “jururubas”, influenciados por Rosseau, pela revolução francesa de 1789. Trajavam chapéu de palha. Clamavam pela autonomia provincial e pela república. Depois, os moderados, que recebiam as alcunhas de “chimangos” ou de “chapéus redondos”. Lutavam por reformas, porém preocupavam-se “com a defesa policial da ordem pública” (SOUZA, 1972:165). Já o partido restaurado, ou “caramuru”, tinha nas suas fileiras conservadores que lutavam pela continuação do primeiro reinado após a abdicação do Imperador D. Pedro I em 7 de abril de 1831 (*Idem*: 165-167).

A opinião de Américo Brasiliense é que após 1831 apareceram na arena de combate político três partidos, sendo eles: o restaurador, que pugnava pela volta de D. Pedro I ao poder; o republicano, que pretendia a abolição da monarquia; e o liberal, que sustentava a conservação da monarquia, desde que feitas reformas na constituição. O partido liberal se dividiu em moderados e exaltados. Esses últimos destacavam-se por idéias mais democráticas e pretendiam uma monarquia federativa (MELO, 1979: 17).

Caio Prado Júnior informa sobre o partido restaurador. Sobre eles recaía o epíteto de partido “português” ou “caramuru”. Lutaram contra a independência, no entanto, depois de concluída a emancipação, tenderam ao absolutismo, encontrando no imperador um eventual aliado. Depois do evento da abdicação passaram a levantar a bandeira da restauração de D. Pedro I. Do lado oposto se fixavam os nativistas, que possuíam como agenda política comum a

cumplicidade no combate à reação lusitana. No aspecto interpartidário dividiam-se em duas tendências distintas: exaltados ou democratas radicais, ligados às classes médias que tentavam uma aproximação com as camadas inferiores da população, visavam a uma mudança profunda na ordem vigente conforme os ditames jacobinos e dos revolucionários franceses de 1789; moderados, que representavam as classes abastadas e que, após a abdicação, colocaram-se contra a reação do partido português e o extremismo revolucionário (JUNIOR, 1969:42-64).

Faoro segue seu discurso numa direção assaz similar aos autores anteriores. Dividia a cena política brasileira entre: os liberais, influenciados pelo enciclopedismo, pela revolução francesa, independência norte-americana e restauracionismo espanhol de 1842; e os restauradores, “caramurus”, absolutistas. Eram “homens do estamento tradicional” (FAORO, 1984:279), saudosos de D. Pedro I e preocupados com a centralização. A corrente liberal era apartada em duas matrizes: a exaltada, democrática, defensora da soberania popular, da república federativa e da revolução; e a moderada, denominada ainda liberal temperada, realista ou “chimangos”. Entre eles predominava a autoridade intelectual de pensadores como Sieyes, Constant, Montesquieu. Reivindicavam a “liberdade de participação, sem o absolutismo monárquico e o absolutismo popular [...]” (*Idem*: 281), a preexistência da constituinte em relação ao imperador, da liberdade em relação à democracia (*Idem*: 279-302).

Similarmente, Paulo Pereira de Castro fala em grupos republicanos, de cognome exaltados ou “jururubas”, que discursavam pela revolução armada, recorriam às classes subalternas para alcançar seus intentos. Analisa os moderados como partido do centro, em contraposição aos anarquistas e restauradores (CASTRO, 2004:9-25).

2.2 Identidade política como representação: batalhas semânticas entre exaltados, moderados e caramurus.

A abordagem adotada no exame das tendências políticas imperiais foge das habituais análises que sistematizam e classificam modelos partidários de acordo com a doutrina ou ideologias manifestas, conforme a natureza da organização dos partidos, consoante uma concepção de partido-classe calcada na composição social dos partidos. Essas perspectivas se encaixam como uma luva para os estudos que visam à compreensão do funcionamento da máquina partidária moderna tal qual ela é conhecida contemporaneamente, mas demonstram ser verdadeiro equívoco teórico quando aplicadas a contextos históricos e racionalidades políticas outras que não aquelas para as quais foram desenvolvidas, como no caso do Brasil na primeira metade do século XIX. A análise das tendências políticas com as quais Ottoni se identificou e foi identificado por terceiros levanta questões pontuais, como as idéias, propostas, agenda programática, classes sociais que devem ser levadas em conta. Não obstante, olharemos de soslaio para tais questões. Ainda que esses enfoques sejam estratégicos na composição de um panorama sobre os grupos políticos em ação, a preocupação central trata-se, igualmente, de percorrer o caminho das representações.

De acordo com Chartier, as formas como os indivíduos ou as coletividades constroem, pensam, lêem a realidade social, as classificações que organizam a apreensão do mundo são categorias de compreensão, avaliação e construção do real. As representações, apesar de aspirarem a universalidade são determinadas pelos interesses específicos dos grupos que as criam e expressam. Assim, as representações estão posicionadas num campo de competição, poder e dominação que produzem estratégias e práticas que visam impor uma determinada autoridade, legitimar um projeto em detrimento de outro e justificar para os próprios indivíduos suas

condutas. Isso leva a considerar as representações “como as matrizes de discursos e práticas sociais diferenciadas [...] que tem por objetivo a construção do mundo social, e como tal a definição contraditória das identidades tanto a dos outros como a sua” (CHARTIER, 1998:18). A noção de representação permite:

[...] articular três modalidades da relação com o mundo social: em primeiro lugar, o trabalho de classificações e de delimitação que produz as configurações intelectuais múltiplas, através das quais a realidade é contraditoriamente construída pelos diferentes grupos; seguidamente, as práticas que visam fazer reconhecer uma identidade social, exibir uma maneira própria de estar no mundo, significar simbolicamente um estatuto e uma posição; por fim, as formas institucionalizadas e objetivadas graças as quais uns representantes (instâncias coletivas ou pessoas singulares) marcam de forma visível e perpetuada a existência do grupo, da classe da comunidade (Idem: 23).

O propósito é compreender como as diferentes forças políticas do período classificavam, percebiam, pensavam e representavam a realidade que os circundava e de que modo reconstruíam e expressavam o mundo social. Interessa, sobretudo, as lutas de representação travada pelos grupos políticos imperiais, isto é, nas suas conflitantes visões de mundo, como exaltados, moderados e caramurus imaginavam e representavam seus adversários políticos, como os representantes desses agrupamentos protopartidários representavam Ottoni e vice e versa, como esse se classificava. As representações criadas por diferentes forças sociais para significar e compreender uma determinada realidade podem se manifestar de modos variados. No caso das identidades políticas imperiais, trata-se de expor as imagens imputadas a cada um dos grupos, tendo como atenção especial o campo semântico por meio do qual essa identidade era permanentemente reconstruída. Entender a luta de representações como luta semântica.

De acordo com profícuo estudo de Marco Morel, em seguimento à independência nacional começou a ser edificado um campo semântico delimitado em torno de um grupo determinado de pessoas, imputando a elas um conjunto de léxicos-base: exaltados, anarquia, demagogia, revolução, democracia³.

A idéia de exaltação no sentido de excesso político é uma característica do período pós-revolução francesa de 1789. Os próprios termos representativos dessa identidade política brasileira foram cunhados nos debates verbais. “Exaltado” era mais usado como acusação que como atitude afirmativa. Se à modernidade é associada à idéia de soberania da razão, exaltados são aqueles indivíduos que se deixam guiar pelos sentimentos, paixões, instintos. Já “farroupilha”, que era um termo correlato e depreciativo, fazia alusão às vestimentas esfarrapadas do povo pobre. Uma alusão à proximidade dos exaltados com as camadas menos abastadas da população. “Anarquia” era um termo empregado por moderados e restauradores em relação aos exaltados no aspecto de: falta de lei, desordem, despotismo, revolução. Ao passo que os próprios exaltados se valiam da expressão para denotar despotismo das autoridades, ausência de leis e desordem causada pela tirania. “Demagogia” era utilizada pelos defensores da soberania monárquica como sinônimo de fúria e animalidade. Era o termo usado para acusar os defensores da soberania popular de defender o povo em benefício próprio. Os acusados respondiam denominando demagogos os inimigos do sistema constitucional que sublevam o povo mesmo quando não há tirania. Os acusadores – leia-se moderados e caramurus – opunham democracia à soberania monárquica, associando a primeira à idéia de desordem, revolução, violência da maioria. Os “farroupilhas” associavam democracia ao regime misto de governo, com formas

³ As definições e redefinições semânticas criadas pelos grupos políticos para representarem uns aos outros, criando identidades políticas para a santíssima trindade exaltados, moderados e caramurus serão expostas com base no terceiro capítulo da obra: MOREL, Marco. *As Transformações dos espaços públicos: imprensa, atores políticos e sociabilidades na cidade Imperial*. São Paulo: Huciteec, 2005. p. 99-147.

monárquicas e democratas, e à idéia de bem comum. Na concepção das outras tendências políticas nacionais os exaltados eram revolucionários e pretendiam uma mudança violenta da ordem. Eles se assumiam revolucionários e julgavam que a revolução seria “[...] praticada como direito natural pelo “povo” e tendo como causa a opressão dos governos despóticos” (MOREL, 2005: 110).

O discurso dos adversários ressaltava uma perigosa aproximação dos exaltados com o povo. Ao olhar moderado e restaurador, o aceno radical ao povo, a gente miúda, a turba representava ameaça séria a ordem vigente. Boa parte dos indivíduos ligados à exaltação tinha origem social nas camadas médias urbanas e tendiam em direção do povo. Concebiam o povo de maneira diversa das outras sensibilidades políticas. Além do sentido abrangente de habitantes da nação, havia um critério étnico e social que definia povo como as camadas pobres, trabalhadoras, urbanas, pardas, negras, livres e libertas.

A noção de moderação era apresentada como um comportamento, uma atitude, uma sensibilidade diante do mundo que equivalia a civilização, sabedoria, bom senso, enfim, a sinônimo de razão. As palavras-chave associadas aos moderados na ocasião eram: razão, *juste milieu*, liberdade, monarquia constitucional, soberania nacional, recusa ao despotismo e à revolução.

A idéia de monarquia constitucional era algo associado ao DNA moderado, correspondendo à procura de equilíbrio entre o princípio monárquico e o democrático, entre a partilha da soberania entre o soberano e o parlamento. Era a busca do *juste milieu* entre o velho *Ancien Regime* e o novo estado de coisas condensadas nos apelos de revolução. O comportamento moderado concebia liberdade como limite que deveria partir da lei e de um Estado forte, como meio de evitar conflitos sociais e garantir a ordem institucional. Razão era a pedra angular do edifício vocabular que identificava os moderados. Antes de tudo, era uma

atitude que denotava bom comportamento, harmonia, equilíbrio, delimitação. Os agentes da moderação no campo político contrapunham soberania da razão, percebida como racionalização da atividade pública e capacidade intelectual das pessoas que deviam governar, à soberania popular entendida como vontade da maioria. Uma das antípodas do comportamento moderado era o conceito de revolução. Os moderados se preocupavam em fundar uma nova ordem, evitando rupturas bruscas, conflitos e sangue. E o exemplo citado constantemente era o da Independência, que na leitura histórica dos moderados foi uma mudança na ordem sem rompimentos demasiados.

Restauração era compreendida como regeneração, recuperação de uma tradição. A identidade restauradora passava, obviamente como indica o termo definidor da corrente política, pela defesa da restauração, seja da unificação Brasil/Portugal seja do retorno de D. Pedro I ao trono após a abdicação. Outros caracteres definidores do perfil restaurador eram o anti-liberalismo o apelo à soberania monárquica.

A constelação semântica associada aos restauradores incluía imagens estereotipadas como “maroto”, “marinheiro”, “pé-de-chumbo”. Todos esses epítetos que povoavam o imaginário anti-lusitano brasileiro do período eram denúncias feitas pelos adversários, especialmente em relação aos portugueses associados à causa absolutista. “Marinheiro” era uma explícita referência ao português invasor, estrangeiro. “Pé-de-chumbo” era uma alusão aos tamancos calçados pelos lusitanos. “Caramuru” e “corcunda”, além de designar o português colono que se impôs, fazia menção aos que se curvavam ao poder monárquico, aos inimigos da independência e favoráveis à soberania monárquica. A tendência caramuru se identificava com o constitucionalismo desde que houvesse um filtro que permeasse, aceitando e recusando certos pontos do liberalismo. Havia uma questão de honra: o poder do monarca era intocável.

As disputas simbólicas não se restringiam às redes dos significados verbais e ao imaginário, migravam também para o âmbito do vestuário. As distinções, hierarquizações da

realidade, de si e dos outros aconteciam igualmente no traje dos indivíduos. Cabe nesse momento uma digressão de teor estético:

Aos “exaltados”, porém, pareceu necessário adotar outro distintivo: uma sempre-viva à lapela. Um cidadão na rua, de sempre viva à lapela, já se sabia que era um “exaltado”, um republicano, um federalista. Breve, descobriu-se outra maneira de identificá-los: o chapéu. Chapéu de palha. E o chapéu de palha passou a ter um sentido político de diferenciação partidária [...] O chapéu de palha, distintivo de “exaltado”, “federal” ou republicano, era feito no Brasil, de fibra de taquaraçu, e custava três patacas [...] ao passo que o estrangeiro, certamente inglês, não custava menos que 8\$000. Chapéu brasileiro, em 1831, havia de ser por força símbolo de liberal exaltado, de republicano, de patriota. Quem não o usava, protegia o estrangeiro, era pouco patriota, não gostava do Brasil, só podia ser absolutista, “corcunda”, ou [...] “moderado” [...] Por se refratário a nova moda [...] Evaristo da Veiga motivo de zombarias, com seu “chapéu redondo”, importado do estrangeiro; e “chapéu redondo” passou a ser alcunha dos “moderados” (SOUSA, 1972:125-126).

Tratava-se, para os exaltados, de interpretar a realidade à sua volta, dar um sentido ao mundo, distinguir identidades, externar valores, exteriorizando e materializando idéias em signos/símbolos. A sempre-viva na lapela e o chapéu de palha serviam como distintivos simbólicos e aspectos de identificação intrapartidário e interpartidário. Externavam idéias políticas divergentes sobre os destinos do país. Identificavam num campo os exaltados que se opunham aos moderados. O chapéu de palha era fabricado com material nativo, a preços módicos. Tudo fazendo menção à “gente miúda” para quem e por quem os “farroupilhas” discursavam, agiam e representavam. Do lado oposto, os chimangos adotavam outra moda, o chapéu redondo, importado, de alto custo monetário. Corcundas e moderados, por não usarem os acessórios nacionais, eram acusados de estrangeirismo, elitismo, despotismo. Resta perguntar como Ottoni se classificava, como ele era representado e como se auto-representava.

2.3 Ottoni entre a anarquia e a ordem

Aqueles historiadores que se debruçaram sobre as contendas “partidárias” do período tenderam quase sempre a aproximar Ottoni do grupo exaltado na década de 1830, não obstante alguns pesquisadores da vida política do período revelaram algumas incertezas e penderam a localizar Ottoni numa zona paralela entre a dicotomia exaltado/moderado, uma espécie de terceira via entre esses grupos políticos.

Nelson Werneck Sodré anuncia ligeiramente um Teófilo Ottoni “portador de idéias liberais” (SODRÉ, 1966:79). Outro autor marxista, no caso Caio Prado Júnior, parece conciliar Ottoni e uma postura exaltada. O historiador concorda com a frase do político mineiro “*journalée de dupes*” usada para descrever os caminhos políticos da nação após o 7 de abril, acrescentando que após a abdicação do Imperador foram esquecidas e logradas as reformas e mudanças sociopolíticas requeridas pelos exaltados e que beneficiariam a massa do povo (JÚNIOR, 1969:59). A decepção pelo rumo moderado dos acontecimentos, veio, de um lado, dos caramurus sedentos pela conservação da situação e, de outro lado, dos exaltados que esperavam maior radicalização das mudanças. Não sendo o político mineiro um caramuru, especulamos que Caio Prado vê a sua decepção como uma frustração de cunho exaltada.

José Murilo de Carvalho define o político da Vila do Príncipe como precursor na década de 1830 de um tipo de demanda liberal própria de setores urbanos formados por profissionais liberais e intelectuais, que reivindicavam, além de maior descentralização, liberdades civis e participação política. Ele seria a expressão máxima em Minas Gerais “[...] da tradição de liberalismo de seus velhos núcleos urbanos gerados pela economia mineradora” (CARVALHO, 2003:221).

Raymundo Faoro situa Ottoni no rol das vozes que protestaram contra a linha que moldou o Império durante seus 70 anos de vida, calcada na soberania nacional, sem absolutismo monárquico ou popular. Ao seu lado estaria, por exemplo, frei Joaquim do Amor Divino Caneca e Francisco Sales Torres Homem (FAORO, 1984:281). Ao fracionar os exaltados em duas linhas durante o fim do primeiro reinado e início das regências, o autor classifica Ottoni na ala dos teóricos, que se distinguiram dos agitadores, a dita extrema esquerda do movimento portadora de idéias ultrademocráticas (*Idem*: 300-301). Em outro momento, Faoro descreve o político Serrano como discípulo do principal nome exaltado, Cipriano Barata, e sucessor da tradição de Frei Caneca. Ele seria representante de um liberalismo que não conseguiu constituir uma alternativa real de poder (*Idem*, 1993:72-73).

Paulo Pereira de Castro fala da sociedade secreta “Sociedade dos Amigos Unidos”⁴, presidida por Teófilo Ottoni, como pertencente ao ramo “farroupilha”, republicano, revolucionário e nativista. Para ele, ocorreu uma concessão tática por parte de alguns “farroupilhas”, que abandonaram os planos revolucionários e acertaram a transação com amplos setores como os monarquistas constitucionais. Castro propõe o acontecimento de uma bifurcação da linha exaltada em: “[...] de um lado, os liberais puros de inspiração jeffersoniana, como Borges da Fonseca e Teófilo Ottoni e, de outro, o agitador que toca nos ressentimentos de classe e de raça e acena com promessas de uma nova ordem social, como Cipriano Barata e Ezequiel Corrêa dos Santos.” (*Idem*: 9-10)

Valdei Lopes Araújo, em dissertação de mestrado sobre Teófilo Benedito Ottoni, afirma que os historiadores têm dificuldades em classificá-lo como exaltado, moderado e caramuru. Valdei acredita em sua singularidade diante dos dois principais grupos de oposição aos

⁴ O verdadeiro nome da sociedade secreta era “Clube dos Amigos Unidos”, e não “Sociedade dos Amigos Unidos” como afirma Castro. O clube foi criado em 1831 na cidade do Rio de Janeiro.

“caramurus.” Em relação aos exaltados, afirma com todas as letras ser um exagero fazê-lo discípulo de Cipriano Barata, principal nome desse grupo. Diz ainda que nada indicava que ele seria um radical. E descarta qualquer possibilidade de compatibilidade entre Ottoni e a sensibilidade exaltada. Valdei parece, em um primeiro momento, ver mais semelhanças entre Teófilo e os moderados que diferenças, todavia após o 7 de abril, aposta numa singularidade de Ottoni em relação aos membros do grupo moderado. Os interesses e vínculos orgânicos deles eram diferentes. Explicitando uma tese cara a Lenharo⁵, defende que os moderados eram comprometidos com os interesses dos grandes produtores rurais do centro-sul da província de Minas Gerais, envolvidos no comércio de abastecimento da Corte. Seus interesses regionais estavam alinhados com a agricultura mercantil escravista. Tais amarras sócio-econômicas impediam os moderados de avançar para posições mais radicais e algumas lideranças do grupo como Rodrigues Torres e Bernardo Vasconcellos acabaram cooptadas pelo projeto conservador de construção do Estado Imperial. Ottoni possuía vínculos e interesses geopolíticos outros, vinha de uma região da província de Minas que não tinha participação econômica neste comércio de abastecimento da cidade do Rio de Janeiro. O norte da província estava à margem do projeto de construção do Estado Imperial. Em síntese, para Valdei o político da Vila do Príncipe “[...] buscava uma posição de equilíbrio entre um grupo e outro, por não se considerar representado plenamente em nenhum dos setores.” (ARAÚJO, 1998:35).

De uma maneira total, as leituras historiográficas sobre as “filiações” políticas de Ottoni, o caracterizam como liberal. Em nenhum lugar é feita alguma referência a uma hipotética simpatia “caramuru”. Alguns pesquisadores apontam para um pertencimento ao espectro exaltado. Dentro de uma possível bifurcação da ala exaltada, ele se alinharia a um subgrupo mais

⁵ A obra: LENHARO, Alcir. *As Tropas da Moderação*. Rio de Janeiro. Secretária Municipal de Cultura, Turismo e Esportes. 1993.

teórico, menos apressado nas suas perspectivas, mais aptos a trasladar, debater e transigir. Para estupefação do leitor, Valdei afasta qualquer possibilidade de contato de Ottoni com os exaltados. Igualmente, não o lista como moderado devido às suas origens regionais e sociais contrastantes com os perfis dos demais “chimangos”. Reproduzindo as falas de Teófilo, ele aposta que o Serrano traçou um caminho singular.

A questão é complexa. Por um lado, Basile não cataloga Ottoni entre o que ele conceitua como elite intelectual exaltada⁶ (BASILE, 2000:52). Representado o norte da província de Minas, o objeto dessa pesquisa não possuía os mesmos interesses econômicos e políticos que os moderados nascidos no centro-sul, como bem mostrou Valdei expondo a tese de Lenharo. Por outra perspectiva, a formação política do personagem aconteceu, em grande medida, através da idéias, ações e exemplos exaltados. Não resta dúvida de que a vida e ação política de Cipriano Barata exerceram grande inspiração sobre Ottoni. Não parece mera coincidência ou apenas solenidade institucional o fato de Cipriano Barata, “o mais conhecido membro deste grupo [exaltado]” (BASILE, 2000:39) ter sido eleito presidente do Clube dos Amigos Unidos, sociedade secreta da qual Teófilo Ottoni era um dos secretários. Da mesma forma, não parece simples obra do acaso o jornal editado por ele na Vila do Príncipe se chamar *Sentinella do Serro*⁷. O jornal fazia parte de uma rede de sentinelas espalhadas pelo Brasil que tinha como mote inspirador o pasquim criado e escrito por Cipriano Barata, o famoso *Sentinella da Liberdade*. É notório que o jornalista do Serro recebeu as primeiras leituras e lições teóricas políticas de dois dos principais nomes moderados, Evaristo da Veiga e Joaquim José Rodrigues Torres, que reproduziam em seus periódicos, respectivamente, o *Aurora Fluminense* e *O Independente*, textos

⁶ O núcleo central dos exaltados listado por Basile era formado por dez pessoas: Antônio Borges da Fonseca, Antônio João Rangel de Vasconcelos, Cipriano Barata de Almeida, Francisco das Chagas de Oliveira França, Francisco Paula de Brito, João Baptista Queiroz, Marcelino Pinto Ribeiro Duarte, Miguel de Frias e Vaconcellos, Silvério Marianno Quevedo de Lacerda.

⁷ Tanto o jornal *Sentinella do Serro* quanto o Clube dos Amigos Unidos serão temas tratados com mais profundidade no próximo capítulo.

escritos por Ottoni em seu *Sentinella*. Então, qual a sua identidade política? Ele seria um exaltado ou um moderado? Qual a respostas para essa dubiedade? Ele seria um terceiro caminho? Como ele se auto-representava e como era representado?

2.4 “Ele ser perde num labirinto”: a identidade política de Teófilo Ottoni na visão de jornais moderados

Faz-se necessário analisar e discutir as representações da sua identidade política construídas por outros, sejam esses “outros” agentes moderados ou exaltados, e pelo próprio interessado direto, usando como fontes documentais artigos do periódico “*Sentinella do Serro*”, reproduzidos em jornais moderados, assim como textos e notas sobre o editor da folha da Vila do Príncipe, redigidos pelas folhas moderadas⁸. Em razão dos limites das fontes usadas foi possível captar de maneira insatisfatória a opinião exaltada. A opinião caramuru sobre as identidades Ottonianas ficou de fora da análise, porque as fontes não expressam as mesmas. Parte dessa trama artilosa, formada por acusações, *mea culpa*, defesas, contra-ataques, guerras de palavras, guerras de imagens, que foi possível resgatar é o ambiente freqüentado na reconstrução incompleta e imperfeita do perfil político “partidário” do nosso personagem.

Batista Caetano de Almeida, editor da folha *Astro de Minas*, na edição do mês de setembro de 1830, sob o título “Argumento da imprensa periódica em Minas”, faz loa ao fato de que nas suas palavras: “Na nossa Provincia foi neste mez enriquecida com mais dous Periodicos liberaes: hum em a Villa do Principe a Sentinella do Serro, que veio a luz em o dia 4 do corrente

⁸ Em razão dos limites das fontes disponíveis, foi possível captar de maneira insatisfatória a opinião exaltada. A opinião caramuru sobre a identidade política de Teófilo Ottoni ficou de fora desse estudo, porque as fontes não expressam a mesma.

[...]” (*Astro de Minas*, nº 444, 23/09/1830)⁹. Como a citação deixa evidente, o nome do redator da *Sentinella* é associado aos liberais.

Outro a saudar o nascimento do jornal de Ottoni e do *Pregoeiro Constitucional* foi Evaristo da Veiga, uma das mentes pensantes da visão de mundo moderada. Sobre o jornal recentemente saído do prelo publica uma discreta nota de cunho panegírico que diz:

Ambos nos parecem bem escriptos e dictados pelo espirito da verdadeira liberalidade: moderação com energia parece ser a sua divisa; ilustrar o povo, tonal-o melhor, he certamente o seu fim. Não tratão de azedar paixões violentas, nem de accender furores, sim de fazer amar as instituições, e de mostrar aos cidadãos que se não póde ser livre sem justiça e moralidade. Promettem ser inflexíveis contra os inimigos das liberdades publicas [...] (Aurora Fluminense, nº 395, 01/10/1830).

Da “pena” de Evaristo da Veiga percebemos o delineamento de uma imagem associada à postura moderada. Estão na sua descrição do jornal propriedades como: o comportamento racional, a civilidade, a boa educação, o estilo decente e calmo, sem afrontas e injúrias; a missão de ilustrar, levar as luzes do século ao povo; a moderação que sufoca as paixões violentas; o respeito às instituições, à justiça, à lei e à moralidade.

Alguns meses mais tarde o mesmo Evaristo muda um pouco o tom da conversa e descreve o mesmo *Sentinella do Serro* como “folha escripta com verdadeiro talento, e com todo o calor de hum patriotismo fozozo [...]” (*Aurora Fluminense*, nº 448, 11/02/1831). Nada demais, se não levarmos em consideração que o “calor” e o “fogo” do seu patriotismo remetem a paixão, a atitudes consideradas por demais impetuosas para um liberal tipicamente moderado. Pode ser que essa interpretação, que insinuava uma excitação nas atitudes de Ottoni, já demonstrava uma leve

⁹ O outro jornal saudado por Batista Caetano era o *Pregoeiro Constitucional*, também enaltecido por Evaristo da Veiga na citação abaixo.

desconfiança em relação a ele e expunha uma fissura entre sua atitude e o perfil moderado ideal. Avançando um pouco mais no tempo, depara-se com Veiga demarcando nítidas fronteiras políticas entre sua *Aurora Fluminense*, modelo único de moderação, e a “[...] *Sentinella do Serro*, bem conhecida pelo calor do seu estilo, talvez por usa tendencia excessiva para as reformas violentas e que ninguém portanto acusaria de moderada ou jesuita” (*Aurora Fluminense*, n.º 495, 15/06/1831). O calor, o excesso, a violência, todos esses componentes de uma vivência política perigosamente “dionisiaca”¹⁰, eram associados ao *Sentinella* e, por conseguinte, ao seu autor, que automaticamente se via dissociado de forma radical do grupo moderado.

Não obstante a clareza das declarações transcritas acima, a ambigüidade vem à tona numa posição em total dissonância com as afirmações anteriores. Evaristo da Veiga organizou uma lista em que dividiu os jornais brasileiros entre os “[...] escriptos no sentido da ordem e combatendo a anarchia [...] e jornaes ou exaltados ou anarchicos” (*Aurora Fluminense*, n.º 530, 14/09/1831). Classificou o *Sentinella* de Ottoni entre os primeiros¹¹. Em outro texto, Evaristo da Veiga analisou o sentido da imprensa na Província de Minas Gerais:

O espirito publico nesta provincia matinha-se no ramo da ordem, e das leis; todos os escriptores das folhas periodicas sem excepção, empregão a penna e os talentos em combater com vigor as idéas anarchicas, que se tem procurado fazer triumphar na nossa capital [...] Por idéas anarchicas entendemos [...] aquellas que incluem o desprezo das leis, o emprego da violencia, que legitimão as deportações arbitrarias, os movimentos insurreccionaes, que dão aos soldados ebrios a authoridade de legislar, e de pôr em coação o governo; que transformão finalmente todos os principios e ordem

¹⁰ Talvez não seja de todo insensato forçar uma aproximação das sensibilidades políticas imperiais exaltada e moderada dos princípios nietzschianos do dionisiaco e do apolíneo, componentes primários da realidade que referem-se, o primeiro, a forças anárquicas, fluxo, tumulto, desordem permanente; e o segundo, a fonte de limites às potências do dionisiaco. Ver NIETZSCHE, Friedrich. *O Nascimento da Tragédia ou helenismo e pessimismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

¹¹ Dentre os 35 jornais classificados como pertencentes ao campo da moderação, 7 eram da Província de Minas Gerias, dentre eles: o *Universal*, *O astro de Minas* e o próprio *Sentinella do Serro*. Os jornais exaltados somavam 9 ao todo. Dentre eles: o *Nova Luz Brasileira*, o *Exaltado*, o *Observador Constitucional*.

social. Estas idéas não agradão aos escriptores mineiros, sem embargo dos esforços da N. Luz [...] A Sentinella do Serro, cuja redacção se deve a hum patriota de talentos transcendentés, mas ardente por caracter, e essencialmente democrata [...] (Aurora Fluminense, nº 530, 14/09/1831).

O tom laudatório permanece, porém, ao mesmo tempo, Veiga continua a lançar um olhar de desconfiança sobre o redator do *Sentinella do Serro*. No trecho acima, ele inclui todos os escritores de folhas mineiras na fileira moderada, entre os que se posicionam ao lado da ordem e da lei contra as idéias anárquicas, violentas, arbitrárias, insurreccionais. Obviamente, sendo um jornal escrito na Comarca do Serro, o *Sentinella* é entendido por Evaristo da Veiga como um inimigo da anarquia. Todavia, após elogiar Ottoni como “patriota de talentos transcendentés”, faz uma objeção ao seu caráter descrito como ardente e democrático em demasia. Um afago seguido de uma admoestação. Mais uma vez, Veiga associa a personalidade do redator da *Sentinella* ao excesso, à ardência própria das paixões que são atitudes e sentimentos que se chocam com a soberania da razão defendida pelos moderados. O liberal da Villa do Príncipe era tido como democrata, algo que na concepção moderada ia contra o princípio da soberania monárquica, um pilar no edifício dos valores por eles defendidos.

Os afastamentos ocorridos entre o grupo moderado e Ottoni são perceptíveis, ainda que de forma tímida, num pequeno episódio de polêmica pública envolvendo Evaristo da Veiga e o ex-pupilo e então jornalista da Villa do Príncipe. Evaristo rebateu acusações do *Sentinella do Serro* sobre sua hipotética defesa de uma proposta de lei feita pelo senado imperial em 36 de outubro de 1831. Concordou que os artigos da proposta “[...] parecerão offensivos da Constituição e direitos dos povos [...]”, e contrapôs “[...] que apenas sustentamos na discussão aquelles [artigos] em que serão aggravadas as penas contra os vagabundos, desordeiros e valentões [...]” (*Aurora*

Fluminense, nº 575, 30/12/1831). Ou seja, diferentemente de Ottoni, Veiga defendia uma lei mais enérgica para aqueles que, no seu entender, ameaçam a ordem e a própria lei.

Algo semelhante ocorria com outro moderado que, tal qual Evaristo da Veiga, também foi responsável por apresentar Ottoni às idéias liberais. José Joaquim Rodrigues Torres, redator em conjunto com Francisco Sales Torres Homem da gazeta moderada *O Independente*, era professor e correligionário político do jovem mineiro na cidade do Rio de Janeiro. Torres descreve o redator do *Sentinella* como “[...] um dos mais ardentes defensores das liberdades publicas [...]” (*O Independente*, n.º 36, 2/09/1831). A frase pode ser interpretada como uma simples constatação elogiosa do apego do então jovem serrano à defesa da liberdade, como também há de se notar certa pertinácia em fazer com que palavras que denotassem o sentido de exagero, impulsividade, instintividade, acompanhassem a imagem de Ottoni mesmo quando a intenção manifesta era o reconhecimento, a congratulação pública. Como vimos, impetuosidade, arrebatamento, mesmo quando expressos na defesa das liberdades, e talvez principalmente nesse quesito, eram posturas encaradas pela ótica moderada como sentimentos irracionais e violentos, ameaçadores da ordem pública. Ainda assim, Torres congratulava a posição do *Sentinella do Serro* em dar apoio ao Ministério¹² que exercia a função pública naquele conturbado momento e opõe Ottoni às “paixões rancorosas” da folha exaltada *Nova Luz Brasileira*, que insistia em criticar o governo que veio a lume depois da saída do ex-Imperador Pedro I. Ainda com respeito às querelas envolvendo moderados e exaltados em torno da continuidade ou não dos Ministros em ação naquela conjuntura, Torres é categórico ao apoiar a posição de Teófilo Ottoni, descrito como patriota, “[...] pela conservação da actual administração, em quanto ella se não mostrar disposta a pactuar com a violação das leis”, contudo não deixa passar em branco a oportunidade de dizer “[...] não já

¹² Os ministros em questão eram Lino Coutinho e Bernardo Pereira de Vasconcellos nomeado para a Fazenda.

porque estejamos inteiramente de accordo com o digno redactor deste periódico à cerca d'algumas ideas, que ahi apparece [...]" (*O Independente*, n.º 39, 13/09/1831).

O também moderado Bernardo Pereira Vasconcellos, oriundo de Ouro Preto, região central da Província de Minas, foi outro que esteve próximo a Ottoni em sua iniciação política. Em seu periódico *O Universal*, noticia o segundo número do *Sentinella* da Villa do Príncipe e escreve que “[...] cada vez mais louvamos o estilo em que é redigido; força e moderação, optima linguagem, escolha acertada de materias, eis o que ocupa aquella folha, que tanto illustra, e tanta honra faz, a redacção periodica desta Província” (*O Universal*, n.º 494, 17/09/1830). É bom frisar que o estilo agrada e honra os mineiros por uma única e simples razão: o uso da linguagem correta, da moderação. Vasconcellos, não contente apenas em elogiar o estilo moderado de Teófilo, ao relatar a decisão dos Serranos de, sob seu comando, criarem uma associação patriótica com vistas a se prepararem para o pior em razão dos conflitos entre brasileiros e portugueses acontecidos na cidade do Rio de Janeiro no ano de 1831, posiciona em campos opostos os associados e o partido português¹³.

A imagem de um Ottoni “moderado”, imagem essa permeada de desconfianças por parte de algumas pessoas que a forjaram, começou a transformar-se de maneira súbita a partir do ano de 1832. Sob a assinatura de “Um soldado de catão”, uma carta tecendo críticas a Teófilo Ottoni é publicada no periódico *O Universal*:

¹³ Conflito esse que entraram para os anais da história como “Noite das Garrafadas”. Diante da repercussão negativa da viagem de D. Pedro I a Minas Gerais, entre janeiro e fevereiro de 1831, na mídia liberal do Rio de Janeiro, que falava na urdidura de um golpe absolutista e que se mostrava preocupada com a Proclamação aos Mineiros feita pelo Imperador, os seus partidários portugueses resolveram preparar uma festa para comemorar o seu retorno. Fato esse que foi encarado como provocação pelos brasileiros. Deu-se, assim, o início dos conflitos, agressões e insultos entre portugueses e brasileiros entre os dias 11 e 16 de março. A repercussão desses acontecimentos na Villa do Príncipe não tardou e a população, sob a liderança de Teófilo Ottoni, organizou-se belicamente para possíveis conflitos futuros. Fato esse a ser devidamente estudado mais a frente.

[...] elle [Ottoni] se perde n'um laberinto, que pela contradição multiplicada de seus caminhos, o precipita no abismo do erro, e de tal sorte confunde seu entendimento, que passando d'um hemisferio a outro; isto é, da região das luzes á das trevas, perde desgraçadamente o tino [...] Em o curto espaço de menos de um anno nós temos visto o Redactor da Sentinella do Serro apresentar ideias tão incongruentes, e incompatíveis, que difficultão ajuizar-se da sua opinião; pois que elle ora crimina as mais insignificantes acções por desaffectedas á Constituição, ora deffende outras evidentemente criminosas [...] ora se constitue em Sustentaculo do Governo, e apoia seus desvarios; ora propõe a todo o Imperio, o oppor-se previamente ás suas futuras deliberações; e ora finalmente nega ao actual Imperador a authoridade [...] Tal é sr. Redactor, a mizeria da fraquesa humana, especialmente na juventude, que sem o uso da navalha, sem o pezo dos annos, sem a necessaria lição para discipula se julga habilitada para fazer de mestra? Por isso dizia um, que a exaltação, quer politica, quer religiosa, degenera sempre no mais perigoso fanatismo” (O Universal, n.º 729, 28/03/1832).

Para o “soldado de catão”, a falta de firmeza ideológica do jovem jornalista revelava que ele estava “perdido num labirinto”. Trilhando um caminho de inconseqüências, o redator da *Sentinella do Serro* teria migrado do hemisfério “chimango” da luz, metáfora de razão e ponderação, para o hemisfério “farroupilha” das trevas, símbolo de ignorância, comportamento primitivo, de loucura. Diante de seus arroubos de juventude, o “soldado de catão” aconselhava sobre os perigos da exaltação, sintoma de fanatismo, crença irracional, excitação, impetuosidade.

No ano de 1832, vários periódicos, invariavelmente de cor moderada, publicaram artigos em que os debates sobre o destino do país entre as sociedades “Defensora da Liberdade e Independência Nacional” e “Promotora do Bem Público” eram divulgados¹⁴. Mais do que o conteúdo dos debates entre as duas formas de associação política, a ser tratado em outro

¹⁴ A Sociedade Defensora, era um instrumento dos moderados sob comando de Evaristo da Veiga, criada em 13 de março de 1831. Discordava dos meios propostos pela Promotora do Bem Público – criada por Ottoni na Villa do Príncipe – para alcançar as desejadas reformas da Constituição em debate.

momento, interessa nesse instante, sobretudo, como a Defensora projetava a identidade da Sociedade Promotora.

A folha *Astro de Minas* publicava em suas páginas um parecer da comissão da Sociedade Defensora em São João D’el Rei, província de Minas Gerais, em que a mesma rejeitava um convite de ação conjunta feito pelo clube da Villa do Príncipe. Os motivos alegados para a recusa da solicitação diziam respeito ao perfil exaltado da Promotora, que dava a entender que, em razão dos meios extraordinários defendidos, desejava “[...] huma revolução ou antes sedicção, que deve terminar-se com a queda do Senado, e talvez com a do mesmo Codigo fundamental”, o que resultaria no “[...] rompimento dos laços sociaes [...]”. Já para a comissão era tempo de “[...] estabelecer a ordem, e consolidar os animos, que se achão divididos já pelo espirito das facções [...]” (*Astro de Minas*, nº 674, 20/03/1832). Ainda conforme o parecer da comissão:

Não he que a Commissão desconheça a necessidade das reformas, tantas vezes pronunciada éla pela publica opinião; porem so reprova os meios violentos e contrarios ao Systema, ora lembrados pela Sociedade Promotora do bem public o, em que todavia a Commissão não supõe má fé no convite que faz, mas pressente que a mesma esteja dominada de hum excessivo ardor pelas reformas, que tem allucinado à ponto de querer precipitar-se em demasia, occasionando desordens, que depois sirvão mesmo para evitar, ou retardar as reformas” (*Astro de Minas*, n.º 674, 20/03/1832).

Os moderados reconheciam que reformas na Constituição eram indispensáveis, mas rejeitavam revoluções. Toda os axiomas da semântica elaborada pelos moderados para caracterizarem o partido exaltado estavam presentes no discurso em que a comissão da Sociedade Defensora criticava a Promotora do Bem Público de Ottoni: meios violentos, contrários ao sistema, excesso, paixão, pressa nas mudanças, desordem, alucinação que pode ser lida como distorção das sensações quanto como delírio e maluquice, falta de razão.

A Sociedade Promotora do Bem Público provocava polêmicas e acaloradas discussões nos jornais mineiros. *O Universal* censurava o periódico *Liberal do Serro*, que veio à luz no Itambé, região pertencente à Comarca do Serro Frio, por tentar absolver os pretensos erros da Promotora. O redator do *Liberal do Serro* postava-se como advogado da causa da Sociedade Promotora. Às acusações de que a Promotora pretendia “[...] acelerar as reformas na Constituição [...]”, cujos “[...] allicerces serão abalados[...]”, o defensor replicava “[...] que esse partido empenhado a sustentar os interesses da actual administração pretende desacreditar aquellas Associações que se opoem à preponderância de ellementos [ilegível] da Liberdade Americana.” A tréplica dizia que “A Comarca do Serro não se compõem de poucos exaltados, que trabalham por apressar as Instituições republicanas, esquecidos do perigo de uma mudança na forma do Governo de qualquer paiz [...]” (*O Universal*, n.º 751, 21/03/1832). O redator do *Universal* escrevia ainda que quando o partido moderado,

[...] defende o governo, quando se oppoem às maquinações dos anarchistas, e dos retrogados, elle só trabalha pela conservação da sociedade brasileira. Mantendo a publica tranquillidade [...] elle quer firmar a causa publica, e evitar os perigos de uma licença demasiada, e sempre ruinosa; e se elle se opõe ao desenvolvimento dessas Associações que aspirão desde já a uma extrema liberdade [...]” (*O Universal*, n.º 751, 21/03/1832).

O Universal divulgava a imagem que os moderados tinham de Ottoni naquele momento: um exaltado que pregava reformas apressadas e, por isso, inconstitucionais; um republicano que não se importava com as conseqüências de uma liberdade extrema; um anarquista que pregava em associações a revolução para o Brasil e, conseqüentemente, a ruína da ordem pública.

Evaristo da Veiga anunciava aos quatro ventos, num misto de alívio e satisfação, o fim de dois meios de expressão pública das idéias de Teófilo Ottoni. De acordo com suas palavras, o

liberal mineiro era responsável pela veiculação de idéias exageradas, radicalmente republicanas, perigosas à ordem monárquica constitucional centralizada que se erguia. Doutrinas extremas, que enquanto fossem livremente espalhadas ameaçavam a tranqüilidade pública em Minas Gerais. Em suma, todo um imaginário anti-exaltado foi construído e, nos idos de 1832, Ottoni era parte integrante desse espectro.

Em Minas, tudo estava tranquillo [...] A Sociedade promotora na Vila do Principe [...] suspendeo as suas sessões, e o mesmo aconteceo com a publicação da Sentinella do Serro, cujas doutrinas duramente republicanas tinham desagradado muito a população [...] Enthuziasta de boa fê; elle merece a estima dos homens de bem, mas o seu jornal pregando doutrinas exageradas, e contrarias ao nosso Pacto Fundamental, era um extremo perigoso. (Aurora Fluminense, nº 616, 13/04/1832)

Outro a analisar e noticiar com indisfarçável júbilo o ocaso da Sociedade Promotora e da *Seninella do Serro* foi a folha *O Universal*. Na interpretação dos moderados, a razão do fim de ambos foi a reprovação geral do povo da Província. A reprovação dos meios de ação política de Ottoni pela população era um sinal evidente de perda de legitimidade. Ao contrário da versão moderada, tudo leva a crer que foram ações do poder constituído que deram fim ao jornal e à sociedade (CASTRO, 2004:30). Bernardo Pereira Vasconcellos, ao comentar sobre a trajetória da *Sentinella do Serro*, oferece um testemunho que de certa forma resume bem o que os moderados pensavam sobre o jornal e seu redator. Eis o seu comentário:

A Sentinella do Serro, Jornal, que merece grande conceito e estima, durante o reinado de Pedro Bourbon, e que podia continuar a prestar-nos ainda relevantes serviços sem em vez de querer desde de já a Republica, se propusesse a censurar com decencia e força os actos da Administração que julgasse menos próprios para o bem ser dos Brasileiros, embora não fisesse causa commum com os Moderados, embora mesmo lhes

fisesse guerra, assentou de que era já tempo de mudar a forma do nosso Governo[...] (O Universal, n.º 732, 04/04/1832).

Para Vasconcellos, Ottoni nunca chegou a ser um autêntico moderado e pertencia mesmo a outro campo político. Porém, nas últimas cenas do Primeiro reinado, o *Sentinella do Serro* era bem conceituado pelos moderados, caindo nas graças de nomes importantes da ala moderada como o de Evaristo da Veiga e do próprio Vasconcellos. Num segundo momento, a imagem criada em torno do seu nome incorporou outra aura; ele passou a ser descrito como desejoso de mudanças rápidas e radicais de governo, como revolucionário, republicano, doutrinário da mudança da ordem consolidada, promotor da desordem em Minas. Mais adiante em seu artigo, Vasconcellos conclui que os últimos acontecimentos na Villa do Príncipe lançavam luz sobre a situação política da Província:

Um único fim util encontramos neste acontecimento. Elle prova a todas a luzes que a opinião da Provincia é toda a favor da ordem, toda a favor da Constituição [...] Não foi preciso que interviesse a força da Auctoridade para que em um ponto da Provincia se repimisse uma facção que queria insurgir, e dictar a lei contra o voto geral [...] Ninguem por certo dirá agora que foi o servilismo para com o governo quem os condemnou; é antes a opinião geral [...] Agora conhecer-se-há se os Moderados exprimem ou não o voto da Provincia; pois os factos são argumentos mais poderosos que as leis. Que Minas Gerais aborrece os extremos, que ela se não liga a partidos contrarios á Constituição temos já provas em factos acontecidos [...] na Villa do Príncipe forma-se um partido contrario, e o mesmo Povo sem intervenção alguma das auctoridades o dissolve [...] Ora se a opinião da Provincia não fesse [sic] a mediana entre os dous extremos, seria possível que nas Municipalidades, nas Sociedades Patrióticas, em todos os circulos, dominassem as mesmas ideas [...] ? Sejamos pois de boa fé, e confessemos que a nossa Patria não quer revoluções; que tanto detesta a anarquia, como abomina o corcundismo” (O Universal, n.º 732, 04/04/1832).

Bernardo Vaconcellos utiliza o fechamento da sociedade e do jornal como sinais irrefutáveis de que o partido moderado possuía hegemonia em Minas Gerais. A província provava que era a favor da ordem e da constituição. Ottoni, derrotado, era tido como representante da facção exaltada. Esforçava-se para fazer prevalecer a opinião de um grupo minoritário sobre a vontade geral. Propagava meios arbitrários de mudanças políticas, pregando a insurreição, a ruptura com a ordem constitucional, a revolução que, para terror dos moderados, traria a falta de lei e autoridade, a guerra civil.

2.5 “Huma opinião independente”: a auto-identificação de Teófilo Ottoni e suas representações sobre os grupos políticos brasileiros

Qual a opinião do próprio Teófilo Ottoni sobre tudo isso? Como ele concebia os grupos políticos em ação naqueles anos conturbados? Como se classificava em relação aos partidos da época? Esses questionamentos irão orientar o rumo das discussões que seguem.¹⁵

Em 1830, ele alertava para os perigos que rondavam “[...] a constituição que pôde ser derribada pela facção lusitana [...]” (*Astro de Minas*, nº 451, 09/10/1830), e associava a esse grupo os nomes do Visconde de Cairu e do “caduco” Silva Lisboa. Nota-se que se falava em facção. Talvez a intenção manifesta foi a de destacar o espírito de parcialidade, bando, divisão da unidade nacional, fracionamento da pátria. Num momento de afirmação da identidade nacional iniciado com a Independência brasileira de Portugal, a caracterização de “lusitana” indicava o risco de forças externas, ameaçando o sentido liberal do corpo político nacional, o risco de re-colonização.

¹⁵ Daqui em diante usaremos artigos do jornal *Sentinella do Serro*, trechos de textos, que algumas folhas moderadas reproduziram em suas páginas.

O *Aurora Fluminense* nos permite saber que Ottoni tinha em mente para seu jornal, dentre outras coisas, a missão de:

[...] censurar os actos do Governo (como diz a Setinella) com a energia do homem livre, e a civilidade do homem bem educado. Este último [A Sentinella do Serro] oferece-se para inserir correspondencias, mas que não contenhão doutrinas contrarias aos principios liberaes [...] e sendo, alem disso, escriptos no estylo civil e decente que é proprio da gente liberal. (Aurora Fluminense, n.º 395, 1/10/1830).

Nessa citação destacamos alguns pontos importantes. Primeiramente, na definição do próprio Teófilo, o periódico seria um órgão de oposição, um instrumento de transmissão dos princípios liberais. Todavia, apesar da defesa da liberdade, os limites eram concedidos pela civilidade, boa educação, decência. A semântica de matriz moderada era completada pela recusa aos escritos de estilo grosseiro, injurioso, ultrajante. De um lado a razão como algo positivo, de outro a agressividade e os termos de baixo calão descritos com descartáveis.

Sobre a onda de conflitos, agressões e assassinatos entre portugueses e brasileiros que varreu o país no calor dos acontecimentos que redundaram na renúncia do primeiro Pedro ao trono, Ottoni coloca frente a frente os cidadãos brasileiros e os “guerreiros de fundo de garrafa”, “[...] os por excellencia amigos do throno, [que] fizerão correr sangue dos patriotas [...]” (*O Universal*, nº 581, 13/04/1831). O partido português primava pelo uso da força, eram guerreiros e feriam, assassinavam dos brasileiros. Eram monarquistas e desejavam a permanência do Imperador no poder. Outras representações do campo português forjadas pela sua imaginação foram as de “infames telegrafos”, “pandilha telegrafica”, “chibata do despotismo”, “culbs [sic] infernais” (*O Universal*, nº 586, 25/04/1831). As representações adotadas idealizam o campo conservador como despótico, violento. Pandilha, ou agrupamento de animais, e num sentido

correlato, grupo de criminosos, abjetos. Infernal, arquétipo do mal que na acepção judaico-cristã remete à idéia de diabo, inferno, pecado¹⁶.

Ainda se debruçando sobre a mesma temática dos conflitos entre portugueses e brasileiros, Ottoni relatou os acontecimentos da cidade da Bahia, em março de 1831: “[...] os chumbos provocarão, ousarão, insultar a colera d’ hum povo ludibriado em extremo, e o resultado do desafio foi huma vingança assignalada” (*Astro de Minas*, nº 563, 05/06/1831). Em relação ao embates acontecidos na Vila do Rio de Contes, revelou que “[...] os adoptivos dessa povoação pensando, que era chegado o tempo de cativar os caibras, reunirão-se, derão vivas ao Imperador absoluto, e assim desafiarão a colera do povo, o qual reunido ao destacamento da primeira linha [...] assaltou a casa dos principaes, e os assassinou”. Protestando contra as violências, argumentou que caso os portugueses por ventura possuíssem “[...] crimes so a lei cumpre puni-los: não appareção os Brasileiros como barbaros e cannibaeos aos olhos do mundo civilizado” (*Astro de Minas*, nº 563, 05/06/1831). “Chumbos” seriam os portugueses, assim chamados devido aos tamancos calçados pelos trabalhadores vindos de Portugal. Imagem essa geralmente associada ao partido restaurador e que realçava o traço de elemento extrínseco e antipatriota. Já “adotivo” designava o português que, após o processo de independência, optou pela causa brasileira. Constata-se o uso de metáforas animais, toda uma zoologia política construída conforme a seguinte lógica: supremacia da razão e crítica ao irracionalismo, simbolizado por imagens animalescas. Era algo costumeiro comparar os brasileiros às imagens caprinas, isto é, chamá-los de cabra, bode, cabrito. Tais representações podiam sugerir conotações diversas: patrióticas, ao remeterem aos brasileiros em geral; classistas, ao dizerem respeito aos trabalhadores manuais;

¹⁶ As informações contidas no texto não nos permitem aprofundar a interpretação dada pelo autor aos termos telegrafo, telegráfico. Conjetura-se que, talvez, o autor pensava expressar exterioridade e antipatriotismo, valores ligados ao campo português.

racial, ao designar escravos, negros livres, mestiços¹⁷. Percebe-se que Ottoni parecia ligar a imagem do “cabra” à gente miúda, e reprova seus atos de violência em conjunto com os militares de baixa patente e contra o partido português¹⁸. A associação entre canibalismo e as populações autóctones do novo mundo era algo que perpassava o imaginário da Europa desde as grandes navegações e descobertas. Não por acaso, os ameríndios, povos habitantes do continente americano, eram vistos pela razão europeia e eurocêntrica como povos bárbaros e incivilizados.¹⁹ As críticas eram dirigidas tanto às provocações lusitanas quanto às violências do povo brasileiro. Entre as duas práticas, propunha-se o meio termo, representado pela razão, lei e civilização.

Algum tempo depois, em 1832, Ottoni cobrava das autoridades punição e justiça ao Padre Malheiros, ao “Cheira” e ao “Vivas”, portugueses que teriam comandado agressões contra os brasileiros nos conflitos de rua acontecidos no Rio de Janeiro envolvendo populares portugueses e nacionais. Para classificar o grupo português movimentou as seguintes imagens: plumbipedes, revolucionários das garrafas, monstros, salteadores, assassinos, hordas de vândalos. Além das já usuais imagens de pés-de-chumbo, monstros e violentos assassinos, aparece a acusação de agentes da revolução, geralmente aplicada aos exaltados, e que tinha sentido de mudança e perturbação violenta da ordem social – Ottoni procede a uma inversão semântica nesse ponto. Os portugueses também foram denominados de hordas de vândalos. Esse termo seria uma

¹⁷ Sobre as metáforas animais e demais imagens de monstruosidades e deformações humanas usadas nos debates sobre identidades políticas no Brasil entre 1820 e 1840 ver: (MOREL, *Op. Cit.* p. 83-98)

¹⁸ Em outra passagem Ottoni retoma as imagens de bodes e cabras para designar os brasileiros, inclusive negros livres e escravos. Ver: *O Universal*, n. 586, 25/04/1831.

¹⁹ Sobre essa temática indicamos: SOUZA, Laura de Mello e. *O Diabo e a Terra de Santa Cruz: feitiçaria e religiosidade popular no Brasil Colônia*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990. 49-72. Nessa passagem, os indígenas são descritos pelo olhar cristão europeu como uma outra humanidade anti-humana, monstruosa, selvagem, animalésca, demoníaca, violenta, canibal, pecaminosa.

representação de um imaginário que envolve guerra, portanto violência, e a idéia de inimigo externo. Grupo de selvagens violentos, que destruíam, agrediam e roubavam.²⁰

No imediato pós-abdicação, o responsável pelo *Sentinella do Serro* falava em três grupos: em primeiro os servís, caramurus, “inimigos da liberdade”, adeptos da tirania, que só tinham a “[...] ganhar com as desordens, e anarquia”, motivados a insuflar motins “[...] na esperança de levar a revolução a excessos anarchicos, de onde somente pode renascer o despotismo”; depois os liberais, formados pelos “filhos da Patria”, homens virtuosos, circunspectos, prudentes, reflexivos, defensores da lei e da ordem; por fim, aqueles acusados de jacobinismo, que planavam ao redor do espectro do francês Robespierre, “os sanguinários e ambiciosos sempre fracos e cobardes; elles esperão que os liberaes triunfem, e depois buscão arteiramente aproveitar-se da victoria para [...] empolgarem o mando” e que também se destacavam por serem escravos das paixões e das vontades imprudentes (*Aurora Fluminense*, nº 495, 15/06/1831).

Otoni praticou uma inversão semântica e imputa ao corpo restaurador toda uma gama de recursos imagéticos habitualmente relacionados aos exaltados, como, por exemplo, a anarquia, o excesso, a desordem, a revolução e o costumeiro despotismo. Exaltados seriam violentos, pois, sanguinários, aspiravam ardentemente ao poder, mas eram dissimulados, pusilânimes.

Em outro momento, o político da Comarca do Serro tece críticas ácidas a duas facções políticas:

Seremos entregues ás garras de monstros sangui-sedentos, de homens sem patria, sem moralidade, sem honra, e que em revolução julgão todos os meios lícitos, e bons, com tanto, que elles consigão os seus fins. E como se enganão [...] alguns patriotas ardentes que dão ouvidos aos cantos dessas artificiosas sereas, as quaes pregão a Republica

²⁰ Eliana Dutra trabalha com a imagem do vândalo como uma das representações-chave do imaginário da guerra, do confronto com o inimigo externo, aplicada no imaginário anticomunista brasileiro da década de 1930. Ver: DUTRA, Eliana. *O Ardil Totalitário: imaginário político no Brasil dos anos 30*. Rio de Janeiro, Belo Horizonte. UFRJ/UFGM. 1997. p. 40.

ensanguentada, a Republica já, a Republica por todos os meios! A Republica dos horrores, que aconselhão, e aspirão os amotinadores do Rio de Janeiro, he peor, que o Despotismo da China, e da Turquia, e tão boa, tão apetecível, como o Governo de Miguel, ou de Fernando. Não sabemos decidir qual he mais horrível, mais digno de se temer; se Pedro Panaca sentado n'um Throno absoluto, ou se a frente de hum governo republicano, hum..... João Baptista Queiroz [...] Valha-nos a consolodora esperança de que nenhum desses monstros terá jamais influência nos destinos do nosso Brasil (Aurora Fluminense, nº 530, 14/09/1831).

Ele aproxima as duas facções; seriam então as duas pontas da “ferradura”, ou como julgou Evaristo da Veiga, “a liga de matérias repugnantes”, hesitando em decidir qual seria a pior escolha, em se tratando de tomar o leme do (des) governo nacional. Por fim, revelando otimismo e/ou fingindo para si mesmo acreditar que o Brasil estaria livre daquelas facções, ele se mostra esperançoso. Sobre os exaltados, Ottoni recorreu às imagens das “garras de monstros sanguinolentos” e ao “canto de artificiosas sereias” para representá-los. O imaginário político do contexto era prodigioso em usar imagens de monstros. As metáforas de monstruosidade eram antagônicas ao liberalismo e normalmente aplicadas ao campo político português, acusado de absolutismo e antipatriotismo. Monstros eram figuras grotescas, anormais, violentas, perversas, bárbaras, desumanas e contrárias aos valores da liberdade (MOREL, 2005:94-95). Eles eram descritos pela imaginação do liberal do Serro como homens sem pátria, moralidade, honra, eram ardilosos, colocavam os fins acima dos meios para alcançarem a revolução. A revolução fixada acima de toda ética e valores morais, derivando daí a violência desmedida. Lutavam pela “república por todos os meios”, a “república ensangüentada”, dos horrores, a “república já”, sem paciência, moderação, meio termo, com excesso. Na vida pública, ações azáfamas, precipitadas, aflitas, levam à irreflexão, ao irracionalismo. Nessa linha de raciocínio, tratando-se de política, a pressa não era uma boa conselheira. A sede desses amotinadores era apontada como a cidade do Rio de Janeiro, algo que vai de encontro com a tese de que o “núcleo central” exaltado atuou

principalmente nas ruas da capital do Império. Ottoni chega mesmo a nomear os membros da corrente exaltada, citando expressamente João Baptista de Querioz, que era membro da elite intelectual exaltada, escrevendo no *Nova Luza Brasileira* e sendo o redator dos periódicos *O Jururba dos Farroupilhas* e *Matraca dos Farroupilhas*²¹. Em relação ao grupo caramuru, ele fala em despotismo da China e da Turquia. Remonta a Montesquieu, à tradição de fazer das nações da Ásia sinônimo de governo despótico. A servidão política seria nessa concepção uma consequência da natureza do clima daquela parte do mundo²². Naquela conjuntura, fazendo campanha por uma demanda tipicamente moderada, ele pediu o apoio irrestrito ao ministério em vigor, que não era formado pelos “[...] infames cúmplices do malvado Pedro” (*O Independente*, nº 36, 02/09/1831), ou seja, pelos restauradores. Figuras tidas como representantes do ideal absolutista são citadas como caras aos caramurus. O governo desejado por eles seria o da volta de Pedro, picarescamente chamado de “panaca”. A forma de governo almejada: monarquia absoluta. Seu fim político: restaurar D. Pedro I ao trono.

No artigo abaixo, Ottoni continua tecendo críticas, muito parecidas com as anteriores, aos dois partidos que ameaçavam as conquistas constitucionais e libertárias do 7 de abril: absolutista e exaltados. Vejamos:

Assás desgraçado he o estado da nossa Patria na presente crise: esquecerão-se os antigos inimigos, os infames absolutistas, que todavia não dormem, que se alentão, e esperanção com as nossas miseraveis divisões, e que animados pela fraqueza, que dellas

²¹ A escolha desse nome para representar a exaltação não parece ter sido aleatória e nesses termos o texto de Ottoni assume um caráter profético, uma vez que Queiroz foi um dos farroupilhas que aderiram nos anos de 1833 e 1834 a aliança firmada entre segmentos exaltados e caramurus, chegando mesmo a escrever em publicações restauradoras.

²² Conforme a tese de Montesquieu: “*A servidão política não depende menos da natureza do clima do que a servidão servil e a doméstica [...]. Já dissemos que o calor excessivo diminui a força e a coragem dos homens e que havia nos climas frios uma certa força de corpo e de espírito que tornava os homens capazes de ações duradouras, penosas, grandes e ousadas [...]. Não nos devemos, pois, espantar que a covardia dos povos de clima quente os tenha, quase sempre, tornado escravos, e que a coragem dos povos dos climas frios os tenha mantido frio.*” (MONTE SQUIEU, 1979:239). Daí, a razão porque Ásia, e igualmente África e América, por possuírem o mesmo clima quente, sejam lugares onde reina a servidão política.

infallivelmente resultará, vão tratando de minar o edificio da Liberdade, que alfin conseguirão derribar [...] se não nos unirmos para vencermos o monstro do despotismo, que reconhecendo aprópria nullidade, e envergonhado pela derrota, que soffreu no dia 7 de abril, occultou-se nas trevas, deixando porém em campo hum auxilia poderoso, a anarquia, que pode inutilisar a victoria de 7 de abril, e reduzir-nos a huma escravidão mais pezada ainda que aquella, que sofremos antes do memorável triunfo que obtivemos. Differentes partidos, inimigos huns dos outros pela heterogeneidade e da sua crença politica, e capazes de commetter huns contras os outros os excessos, que aconselha e dita o espirito de partido, todavia dezejão o bem da patria, querem sua liberdade, differindo porém nos meios para conseguil-a. Dous partidos unicos tem hum fim todo seu, referem tudo a si, e nada á patria, os absolutistas, e anarchistas; não tem opinião politica, mas querem vingar antigos odios, saciar seus ferinos corações no sangue Brasileiro, que esperam ver correr aos regatos; he contra estes dous partidos, que devemos assestar particularmente as nossas armas. (Aurora Fluminense, nº [?], 21/11/1831).

Os exaltados eram classificados como “anarquistas”, associados à escravização da pátria e vistos como agindo no sentido de finar a liberdade advinda com a renúncia de D. Pedro I ao trono brasileiro. Os absolutistas eram tidos como infames, indignos, vis. A metáfora da monstruosidade retorna, só que agora usada não mais para designar anarquistas. Ao partido absolutista é imputada a pecha de “monstro do despotismo”²³ que desejava minar a liberdade. Estavam “oculto nas trevas”, o que significava duas coisas: primeiro, que depois do revés sofrido com a derrota no 7 de abril, os absolutistas estavam traiçoeiramente à espreita de um momento propício para agirem; segundo, que as trevas podiam ser usadas como imagem associada à idéia de mal, diabo, de inimigo invisível, que se contrapõe a idéia de luz que na tradição judaico-cristã simboliza o bem, Deus, visibilidade e ordem²⁴.

²³ Lembrando que “A imagem de monstros, [era] freqüentemente associada ao despotismo nos antigos regimes europeus [...]” (MOREL, 2005:94).

²⁴ Sobre o imaginário político construído com base no par antitético bem/mal, no caso em relação ao comunismo brasileiro, ver: (DUTRA, 1997:47-62) e MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *Em Guarda Contra o Perigo Vermelho: o anticomunismo no Brasil (1917-1964)*. São Paulo: Perspectiva/FAPESP. 2002. p. 49-52.

Pelas suas afirmações, especulamos que Ottoni via como aceitável, natural e saudável o pluripartidarismo. As disputas partidárias eram normais, devido à heterogeneidade das ideologias. Porém, apesar dos diversos meios usados, o fim devia ser o mesmo: a liberdade, sinônimo de bem da pátria, bem comum. Os dois partidos foram aproximados outra vez, exaltados eram auxiliares dos caramurus. Ambos “não possuíam opinião política”, pensavam e agiam apenas de acordo com seus interesses particulares de vingança. As vantagens grupais eram colocadas acima do interesse de todos. Eram facções e não partidos. Desejavam vingança. Irascíveis, agiam motivados pelo ódio, conforme seus ferinos corações. Queriam o sangue nacional correndo em abundância. A imaginação ottoniana cria um monstro que habitava as trevas, tomado por paixões animalescas, fera que ansiava por sangue. Uma imagem bestial e grotesca.

A partir de 1832, a opinião do nosso personagem parece mudar. No número 78 da *Sentinella do Serro*, é possível ler um artigo em que foram reproduzidas algumas críticas do francês Vergniaude ao jacobino Robespierre:

Hum dia o feroz Robespierre [cuja atrocidade não preenche ainda o bello ideal do chefe da facção farroupilha no Rio de Janeiro] arguia da moderação o patriota Vergniaude, aquelle mesmo, que nunca pactuára com a corrupção, e que era conhecido pelo ódio, que votava aos reis, e á tyrannia. “Nós Moderados! Exclamava este grande homem [...] Moderados! Não; eu não sou no sentido de pretender extinguir a energia nacional; sei que a liberdade é sempre activa, como a chama, que he inconciliável com a completa apathia que convem somente a escravos: se houvessem querido apenas nutrir este fogo sagrado [...] tão grandes dissensões não haverião rompido nesta Assembléia. Sei tambem, que em tempos revolucionários tanta loucura seria pretender acalmar o capricho effervescencia do povo, como ordenar as ondas, que estejam tranquillias, quando são batidas pelos ventos: mas toca ao legislador prevenir, quanto poder, os desastres da tempestade por meio de judiciosos conselhos, e se a pretexto de revolução, he preciso para ser patriota, declarar-se patrono do assassinio, e do saque, eu sou moderado! (O Independente, nº 67, 24/03/1832. Grifo nosso, em itálico no original).

Antes de qualquer coisa, Ottoni reproduziu trechos de outro artigo, citando a fala de outra pessoa em um contexto político diferente, como forma de afirmar posições políticas e ideológicas de forma indireta. Ao se referir à França, ele pensa na cena política nacional e nos debates entre exaltados e moderados. Ao mencionar Robespierre e Vergniaude, ele parece pensar em Ezequiel Corrêa do Santos e em Evaristo da Veiga. De início aproxima a figura de Robespierre do líder dos “farroupilhas” no Rio de Janeiro. Em seguida, define Vergniaude como moderado. Não é um completo absurdo cogitar que o destaque dado a certas palavras desse último foi o meio encontrado por Ottoni para afirmar suas próprias opiniões. Quando Vergniaude protestava alertando para os perigos das revoluções, parece plausível afirmar que, na verdade, era Ottoni que falava contra a exaltação, por meio da voz daquele de Vergniaude.

Em outra ocasião, o jornalista do *Sentinella do Serro* permanecia dividindo o universo político imperial entre aqueles que queriam fazer o tempo histórico retroceder e os que propunham apressar as mudanças em demasia, e via com apreensão a possível oportunidade do “[...] partido absolutista, ligar-se aos anarchistas e dar cabo não so dos democratas partidistas [sic] da justiça e energia Nacional, como também de muitos timidos amigos de meias medidas, e de remedios brandos para males extraordinários” (*Astro de Minas*, nº 669, 08/03/1832). Pode-se interpretar aqui que ele acrescenta dois novos segmentos: os democratas, talvez identificados com as suas próprias posições na oportunidade; e “os muito amigos das meias medidas”, que seriam os moderados. Se até aqui Ottoni tecia críticas às duas alas extremas – exaltados e caramurus – e mantinha um certo silêncio estratégico em relação aos moderados, o que leva a pensar numa aproximação sua ao grupo, na citação acima ele fraciona ainda mais os grupos políticos. Alfineta o partido moderado criticando-o por sua brandura e indecisão, e aponta mesmo que de maneira singela sua posição como sendo de independência.

Como Teófilo Ottoni se identificava politicamente? Como ele se via entre exaltados, moderados e caramurus? O texto da *Sentinella* reproduzido no *Astro de Minas* talvez esclareça seu perfil:

Qual será o partido da Sentinella do serro? perguntarão. Ela proclama não ser moderada ao mesmo tempo que bate com toda força nos rusguentos; quaes serão seus irmãos? O partido da Sentinella he o daquelles homens prudentes, que abominão o despotismo e a anarchia [...] detestamos a violencia, os assassinatos, e as proscricções do terror; queremos que se cumprão nossos votos á sombra da legalidade e da ordem, e julgamos, que assim muito mais ganharemos na mudança. Estes sentimentos explicam a nossa conducta como Jornalista. Quando a anarchia ergueo o medonho colo no Rio de Janeiro, temendo, que ella triunfasse, e reconhecendo, que a falta de governo he peor de todos os males que podem sobrevir no Brasil, esquecemos as faltas dos governantes, procuramos dar lhes força moral para se conservarem; porque antes queremos a Regencia e o Ministério actual com todo os erros, do que a republica de Queiroz, Gomide, Frias, e mesmo do Sr. Barata. Embora esta conducta nos atrahisse da parte dos rusguentos, e mesmo de alguns Patriotas, que não entendem a liberdade, os epithetos de moderado, voluvel, traidor, jesuíta, vendido á Santa Alliança, isso não nos fez mudar de rumo [...] Mas logo que suppuzemos a anarchia derrotada, fomos procurando o nosso lugar, que sempre foi a opposição [...] mas como sempre tivemos huma opinião independente, a iremos emittindo em quanto não se suspenderem as garantias e liberdade de imprensa (Astro de Minas, nº 644,10/01/1832).

Qual o partido de Ottoni? Não era um restaurador. Não se considerava como tal, nem assim era identificado por boa parte dos adversários e companheiros. A questão é complexa. Os exaltados o consideravam um trãnsfuga. Como ele mesmo afirmava, batia com toda força nos partido exaltado, associando o grupo a toda uma gama usual de imagens negativas como despotismo, violência, assassinatos, terror, anarquia, entendida como ausência de governo e desordem. Não se afirmava como moderado, mas em 1832 preferia apoiar o governo regencial a uma república encabeçada pela liderança exaltada: João Baptista de Queiroz, Miguel de Frias e

Vasconcellos e até mesmo Cipriano Barata com quem parecia manter um diálogo político. A representação que faz de si mesmo era a de um homem prudente, racional, ordeiro e pronto a defender a legalidade. Mas, apesar dos recursos imagéticos de matriz moderada que requer para si, não se dizia nem exaltado nem moderado. Escolhia uma opinião independente, alerta, sempre na vigília, preparado para apontar os deslizes do governo e os melhores caminhos para a liberdade, caminhos do norte, diga-se de passagem. Passado o fervor da abdicação, não era mais o momento de paixões ardentes, mas sim de construir uma nova ordem.

Interessante notar que Ottoni usa um léxico de matriz moderada (razão, ordem, legalidade, reforma), critica as ações exaltadas e usa um vocabulário caricatural para defini-los (rusguentos, anarquistas, despóticos) e, ao mesmo tempo, não se define como moderado, reivindicando uma posição singular entre os grupos políticos. Convém pensar que a ênfase e a preocupação em “bater” nos “farroupilhas” era uma maneira de desvincular sua imagem da postura exaltada. Apesar de não se assumir como um moderado, não faz críticas veementes aos mesmos. Tudo isso leva a crer que, mesmo afirmando uma independência política no período inicial das regências, que serão de hegemonia moderada, o filho mais famoso da família Ottoni construiu uma imagem pública mais próxima da moderação que da exaltação.

Os grupos políticos brasileiros do princípio do século XIX, associações unidas mais por uma determinada sensibilidade, uma visão de mundo, que por parâmetros institucionais e organizacionais modernos, formavam uma tripartição: exaltados, moderados e restauradores. Correspondiam, respectivamente, a posições políticas de esquerda, de centro e direita. Pesava sobre esses grupos uma série de representações que os definia conforme imagens, como, por exemplo, racional/irracional, violento/pacífico, ordeiro/desordeiro, despótico/constitucional. Essas imagens eram imputadas às pessoas identificadas a cada grupo e reconstruídas, reconfiguradas, invertidas ao sabor das disputas semânticas. Logo que o jornal *Sentinella do*

Serro apareceu na cena política nacional, seu redator foi bem recebido por alguns jornais e elogiado pela postura liberal e moderada, apesar de pairar sobre ele certa desconfiança em torno de um patriotismo feroso em excesso. A partir de 1832, os moderados tenderam a representá-lo como alguém que havia feito a peregrinação do caminho moderado da ordem para o caminho exaltado da revolução. Já o próprio Teófilo Ottoni descrevia, num primeiro instante, o partido português como despótico e violento. Após a abdicação, ele tendeu a dividir a vida política brasileira em três grupos: caramurus adeptos da tirania; liberais moderados, defensores da lei e da ordem; e exaltados, vistos como anárquicos e violentos. Dizia-se independente, criticava restauradores, exaltados, e após 1832, ainda que de maneira tímida, também aqueles que “usavam remédios brandos para males extraordinários”. Mas ao mesmo tempo, dava a impressão de querer criar uma imagem moderada de si mesmo, talvez com a intenção de desvincular-se do perfil exaltado. Aproximação essa feita repetidamente pelo grupo moderado.

Teófilo Ottoni, posicionado do “alto azul da Serra do Espinhaço”, olhou à sua volta e lá em embaixo avistou uma imensa planície cortada pelo caudaloso rio da liberdade. Algumas forças tentavam fazer o rio correr em sentido contrário aos ditames da natureza, voltando suas águas para a direção da Europa. Na margem esquerda do rio, a impressão era de desordem. Na margem direita, tudo estava na mais perfeita ordem, mas talvez calmo demais. Ottoni escolheu, então, traçar um caminho próprio, navegar a terceira margem do rio, seguir suas águas turbulentas rumo a seu roteiro natural em direção à liberdade. Para onde a bússola das suas idéias apontava? O norte da América.

**CAPÍTULO 3. “INSTANTANEAMENTE A CIDADE ILUMINOU-SE”: OTTONI E AS
TRANSFORMAÇÕES NO ESPAÇO PÚBLICO NO RIO DE JANEIRO E EM MINAS
GERAIS**

“[...] nesse tempo o Brasil vivia, por assim dizer, muito mais na praça pública do que mesmo no lar doméstico [...]”

Francisco de Paula Ferreira de Rezende

Após a exposição e o exame dos traços sócio-profissionais e político-partidários do político e jornalista aqui estudado, depois de efetuada uma tentativa de esboçar um perfil para o mesmo, situá-lo no mundo Imperial quanto à sua vida, trabalho, classe, posição política, tenciona-se, compreender como as ações políticas de Teófilo Ottoni contribuíram para a formação de uma esfera pública no cenário nacional, com destaque para a cidade do Rio de Janeiro e para Vila do Príncipe, seu berço natal. Os marcos cronológicos correspondem a 1826 e a 1831, anos em que ele chegou ao Rio de Janeiro e comandou um levante na Vila do Príncipe respectivamente. No entanto, nada impede que as amarras cronológicas sejam desrespeitadas, especialmente quando se trata de estudar de analisar as associações em que Ottoni participou durante parte de sua vida pública. As perguntas gerais do capítulo, que encaminham a pesquisa para quatro direções são:

- a) Qual o valor da experiência familiar nas primeiras experiências públicas de Ottoni?
- b) Como foi a sua vivência no Rio de Janeiro em uma época de intensas mudanças da esfera pública?
- c) Como ele utilizou aquela experiência ao retornar à província e Minas Gerais em 1830?
- d) Como foi sua experiência nas sociedades secretas e nos clubes políticos da época?

3.1 Esfera pública, esfera privada: os primeiros contatos de Ottoni com as transformações da esfera pública

Para o perfeito entendimento da formação e transformações da esfera pública no Brasil Imperial e do envolvimento de Ottoni nesse “burburinho”, é condição *sine qua non* perguntar sobre o conceito de esfera pública. A estrutura básica da esfera pública formou-se no século XVIII, tendo como caso modelar a Inglaterra, e depois a França, marcando a inauguração da modernidade política em detrimento do Antigo Regime. Habermas pensa esfera pública como “[...] a esfera das pessoas privadas reunidas em um público; elas reivindicam esta esfera pública regularmente pela autoridade, mas diretamente contra a própria autoridade, a fim de discutir com ela as leis da troca da esfera fundamentalmente privada [...] as leis de intercâmbio de mercadorias e do trabalho social.” (HABERMAS, 1984:42)

Assim definida, a esfera pública é o espaço intermediário onde as pessoas privadas se relacionam entre si como público, e reunidas, debatem, reivindicam, exigem, negociam publicamente suas demandas, uma ponte de confluência entre o setor privado representado pela sociedade civil, setor de troca de mercadorias e trabalho social; e pela família burguesa com sua esfera íntima, e o poder político, ou seja, o Estado.

O passo inicial para a formação de uma esfera pública burguesa foi à constituição de uma esfera pública literária, em que pessoas privadas davam vazão à “[...] uma esfera pública sem configuração política - o esboço literário de uma esfera pública a funcionar politicamente [...] um processo de autocompreensão de pessoas privadas em relação às genuínas experiências de sua nova privacidade.” (*Idem*: 44) Pessoas privadas oriundas da esfera íntima da pequena família patriarcal falam publicamente das suas experiências, visando ao entendimento mútuo. A esfera

publica literária é, sob certos aspectos, contígua à representatividade pública da sociedade de Corte. Sua formação deve algo aos contatos realizados entre uma vanguarda burguesa de classe média culta e parte da aristocracia cidadina. As matérias levantadas e debatidas na esfera pública literária giravam em torno de temas relacionados à cultura e à arte e não expressavam ainda o debate aberto do poder público.

A esfera pública propriamente dita, constitui uma refuncionalização da esfera pública literária, isto é, “[...] o público constituído pelos indivíduos conscientizados se apropria da esfera pública controlada pela autoridade e a transforma numa esfera em que a crítica se exerce contra o poder do Estado [...]” (*Idem*: 68). Essa esfera é assegurada por instituições, verdadeiros espaços de sociabilidade como cafés, salões, sociedades secretas de estilo maçônico, teatros, concertos, museus, jornais, livrarias, tipografias e associações públicas.

Até 1808, é improvável pensar na formação de uma esfera pública vinculada à modernidade política e desvinculada do Antigo Regime no Brasil. A partir da chegada da Corte ao país, observa-se uma tendência progressiva à construção de espaços orientados no sentido do debate e ação pública, cujo pico inicial desponta nos idos de 1820-1822. Estudos recentes mostram que, desse momento em diante, com ápice nos anos de 1831-1834, o país, tendo o Rio de Janeiro à frente, passou a ser palco da constituição de uma esfera pública. Uma opinião pública consistente dava vazão ao surgimento de tipografias em que eram editadas as mais variadas publicações como livros, periódicos, folhetos e panfletos políticos. O Rio de Janeiro fervilhava devido à formação de associações públicas, tanto de caráter secreto como abertas, as manifestações e ações coletivas públicas¹¹.

¹¹ Dentre as obras que pesquisam a esfera pública no Brasil imperial, Lúcia Maria Bastos discute o surgimento de uma esfera pública em Portugal a partir do final do século XVIII e no Brasil nos anos que seguem à chegada da Corte, em especial no período de 1820 a 1822. Ver NEVES, Lúcia Maria. *Corcundas e Constitucionais: cultura e política (1820-1822)*. Rio de Janeiro. Revan/FAPERJ, 2003 p.32-48. Morel discute sobre o processo de nascimento

É no âmbito da *res privata*, ainda na esfera íntima da família patriarcal que Ottoni vai tecer seus primeiros contatos com as questões envolvidas nas transformações dos espaços públicos¹². Nesse sentido, é esclarecedor o acontecimento envolvendo seu tio, o poeta José Eloy Ottoni, em 1821. Período conturbado politicamente, no dia 26 de janeiro, as ruas do Rio de Janeiro eram convulsionadas pela população que foi às ruas da cidade para protestar em favor do juramento da Constituição promulgada pelas Cortes de Lisboa. À noite, durante um espetáculo no teatro São João, em presença de D. João VI e de toda a Corte, declamou o seguinte poema:

*Portugueses! A nuvem tenebrosa
Que ofusca a razão desaparece
Desfez-se o caos que a discórdia tece:
Já se encara sem medo a luz formosa.
Dos erros a progênia maculosa
Baqueando em soluços estremece.
A justiça dos céus ao trono desce
Marcando os faustos à nação briosa.
Lísia, berço de heróis, ó Lísia, alerta!
Cumpre que os ferros o Brasil arroje,
Seguindo o impulso que a razão desperta.
A expressão de terror desmaia e foge
Graças á invicta mão que nos liberta.
Escravos ontem, sois Romanos hoje! (OTTONI, 1851:19-20)*

da opinião pública na cidade do Rio de Janeiro entre 1820 a 1840, estudando dados quantitativos sobre o aparecimento e desenvolvimento da imprensa periódica, pesquisando as temáticas mais recorrentes nos periódicos em questão, analisando as concepções de opinião pública verificada em cada conjuntura. O autor passa depois pelo perfil do público leitor e pela visão que os redatores tinham da sua platéia, classificando os leitores entre ativos – “um público privilegiado. Sábios, literatos, ilustrados, esclarecidos [...]” (MOREL, 2005:215) e passivos, “[...] um público visto como rude, iletrado, pobre, sem instrução” (Idem: 216) que, por isso, devia ser alvo dos homens de letras. Na terceira parte da sua obra, Morel fazendo uso das teorias desenvolvidas por Maurice Agulhon, dedica-se às diversas formas de sociabilidades políticas desenvolvidas naqueles anos. (MOREL, 2005: em especial capítulo 6). Já Basile afirma que, no período inicial da regência, a Corte Imperial teve seu período de maior dinamismo quanto ao crescimento de uma esfera pública. Após a revolução do 7 de abril, verifica-se “[...] uma proliferação sem precedentes de jornais, associações públicas e manifestações de rua.” (BASILE, 2000:203).

¹² É pertinente a observação de Valdeir Araújo que afirmou: “É como tradição familiar que Ottoni terá seus primeiros contatos com as idéias liberais” (ARAÚJO, 1998:23)

Ofendido com o soneto, o rei reagiu dizendo: “Escravos não! Vassalos!” Ao que o público em coro teria respondido: “Pior, pior!” Segundo palavras do sobrinho Teófilo, “o soneto de José Eloy [...] foi ocasião de serio conflito entre o rei velho do seu camarim, e da platéia o povo verdadeiro soberano, que naquelle dia recobrava seus inauferíveis direitos” (*Idem*: 20) O teatro era naquele momento um espaço de manifestação política, um lugar de sociabilidade, um espaço híbrido entre a rua e a casa, “o teatro ocupa, na Corte brasileira, uma dimensão comparável à Ágora grega. Quer dizer, um lugar de expressão das vontades dos cidadãos que se consideram os donos da cidade” (MOREL, 2005:234).

O poema recitado em voz alta funcionou como um desabafo contra a autoridade real e uma afirmação de liberdade, um estímulo seguido por um coro da multidão que desafiava a sua maneira a autoridade régia. A sala de espetáculos se configurava como expressão de vontades coletivas e o público se tornava sujeito histórico. Ali estavam dois atores políticos: o soberano e os súditos e ali estavam em jogo as noções de soberania monárquica e popular.

Seu irmão, Cristiano Ottoni, deixou um valioso depoimento sobre como as notícias da independência refletiram na pacata Vila do Príncipe e como causaram manifestações de expansão do espaço público:

Mais me exalta a imaginação aos 11 anos, uma festa de arvorada em 1822 ao chegarem notícias da Independência: a festa, segundo uso da terra, consistia em povo reunido, com músicas e archotes reunidos percorrendo as ruas, vitoriando com discursos e versos os cidadãos eminentes, e sendo recebidos por alguns com mesas de doce e bebidas, que faziam requintar o entusiasmo patriótico. Na arvorada pela independência, fui o leão da festa; recitava uma poesia que era imensamente aplaudida. (OTTONI, 1983:20)

Abaixo podemos conferir a verve poética do jovem aspirante a “beletrista”:

*O caduco Portugal
 A impulso do servilismo
 Queria com despotismo
 Do Brasil ser maioral.
 Mas achou nele um rival,
 Que aborrece esse traidor que queria ser senhor
 De nossa dourada terra.
 O Brasil não teme guerra;
 Viva o nosso Imperador. (Idem: 21)*

O exemplo acima fornece uma categoria de manifestação pública, na qual política, festa popular e mobilização estavam imbricadas na expansão da esfera pública. As ruas estavam tomadas pela população que declamava versos, discursava, dançava e se deleitava com quitutes e bebidas. E a família Ottoni marcava presença, rompendo as barreiras do aconchego do lar. Iam para as ruas estreitas da Vila do Príncipe comemorar aos versos infantis a liberdade política da pátria.

Teófilo Ottoni recorda o verdor dos seus 13 anos em 1821, quando as notícias e os reflexos da revolução constitucionalista do Porto chegavam até o Brasil: “Era o tempo das emoções patrióticas. Primeiro a liberdade, depois a independência foram o assunto de meus primeiros ensaios poéticos [...] Mas que obtinham aplausos nas reuniões entusiásticas da época [...] e enraizavam no meu espírito as idéias liberais.” (OTTONI, 1972:171) Da mesma forma que o irmão Cristiano, Teófilo vinha saudar publicamente a independência por meio de escritos poéticos de teor liberal. Conforme o próprio relembra, tudo aquilo “foi uma faísca elétrica que, passando através do espírito patriótico do meu pai [...] me abrasou também a imaginação.” (Idem) Mais uma vez as manifestações literárias dos Ottoni debatiam e exaltavam de um ponto de

vista liberal os últimos acontecimentos políticos, outra vez as manifestações públicas tinham amparo no exemplo familiar, dessa vez do próprio chefe da família.

3.2 “Achei-me nesta babilônia”: a experiência ottoniana no Rio de Janeiro, um espaço público em transformação.

Jorge Benedito Ottoni, patriarca da família, percebendo as transformações políticas pelas quais passava o país, tomado de entusiasmo pela expansão das possibilidades abertas, compreendeu que era a ocasião de enviar os filhos para o coração da mudança. Na cidade Corte, um leque de oportunidades se abria e era preciso estar preparado para aproveitá-las. De acordo com Cristiano Ottoni,

Mas o juramento da constituição e a inauguração da bandeira auvi-verde; a independência e a liberdade produziram nessa família verdadeira revolução. Jorge Ottoni compreendeu que seus filhos tinham pátria, que cumpria prepará-los para servi-la. E o único deles que sahia da infância sentiu expandir-se o seu talento [...] deixando a carreira que encetava, teve ambição de saber e de lutar pela liberdade [...] (OTTONI, 1870:7)

Aquele de quem Cristiano fala, é o irmão mais velho Teófilo, que, em 1826, abandonava as lidas comerciais e era encaminhado pelo pai, ao lado do irmão e fiel escudeiro, Honório Ottoni, para a capital do Império Rio de Janeiro¹³. Conforme as confissões de Teófilo:

Foi desenrolando diante de mim os novos horizontes que ia abrir aos homens ilustrados o estabelecimento de um governo livre, que meu pai me passou das lidas comerciais [...] para o banco dos estudos [...] cedo aprendi o que no Serro-Frio se podia ensinar, e

¹³ Em 25 de janeiro de 1828, a diáspora da família continuava e mais dois irmãos Ottoni eram encaminhados para o Rio de Janeiro: Cristiano e José Eloi.

achei-me nesta babilônia, procurando habilitar-me para servir o meu país. (OTTONI, 1972:172)

Destacamos nas suas palavras alguns aspectos relevantes: primeiro, os novos horizontes que se abriam eram decorrência direta da fundação de um governo livre; segundo era um momento de expansão para homens ilustrados, educados e por isso aptos para intervir na nova situação; terceiro, o centro irradiador dessa nova experiência era a capital Rio de Janeiro, imaginado como uma babilônia, um centro urbano efervescente e pólo de atração; por último, sua missão era encarada como sendo guiada pela virtude, ele entendia como apego a questão do bem público. O objetivo era, acima de tudo, servir o país. Após a Independência, o contexto era de esperança e otimismo gerados pelas expectativas diante de um país autônomo e um governo constitucional que poderia dar vazão aos ensejos de alargamento do espaço público. O Rio de Janeiro era o centro político do país, cidade onde homens de letras debatiam e decidiam os rumos da nação. Ottoni deslocava-se para a babilônia para “ilustrar-se”, habilitando-se assim para servir e discutir a pátria.

A imagem de babilônia, cunhada para designar o Rio de Janeiro, representava bem o burburinho que ecoava das ruas da capital. A cidade era centro do poder monárquico e estava no topo da hierarquia administrativa imperial. Sede do governo geral da América Portuguesa em 1763, capital do Reino Unido de Brasil, Portugal e Algarves em 1816, centro da monarquia a partir de 1822.

Cidade Imperial, duas faces da mesma urbe, duas formas de ocupação do mesmo espaço geográfico. Imperial: local de atividades públicas que expressavam toda a pompa ritualística do Antigo Regime, lugar de espetáculos de visibilidade pública do poder monárquico como missas, procissões, festas religiosas, celebrações dinásticas, desfiles de autoridades, cortejos de

condenados à morte. Com a chegada da Corte Real em 1808, o Rio de Janeiro configurou-se como cidade-Corte, espaço de maior controle policial sobre os comportamentos públicos. Centro nevrálgico da expansão do poder centralizador que visava abarcar tudo sobre o manto, cetro e coroa monárquico. Cidade: Lugar de atividades caracterizadas pelas manifestações públicas, pelas vozes, gritos, gestos, violências, postura anárquica que emanavam da “plebe”, do “populacho” que invadia as ruas. Palco de conflitos. *Polis*, local de reunião de cidadãos, de homens livres que debatem, gerem e decidem a vida política. Encontrava-se no Rio da época uma esfera pública controlada pelo poder oficial e, ao mesmo tempo, ruas, praças, largos ocupados como palcos de manifestações públicas. A estrutura urbana do Rio de Janeiro era tomada simultaneamente pela presença monárquica e pelos cidadãos que interferiam no espaço público fora do controle das autoridades, enfim temos o “[...] conflito entre duas formas de sociabilidades nas ruas: uma já tradicional [...] e outra no sentido da modernidade política, na perspectiva de indivíduos livres (cidadãos) que se reuniam em público como expressão da soberania nacional ou popular.” (MOREL, 2005: 161)¹⁴

Rio de Janeiro, local de formação de uma opinião pública em que se cruzavam duas dimensões, cidade e Corte. Além de pólo da gênese e da expansão de um projeto geopolítico monárquico centralizador e homogeneizador, o Rio de Janeiro funcionava também como ponto de atração de atores políticos de várias regiões do país. Marco Morel, ao analisar o perfil dos atores políticos que formavam uma nobreza cultural no Rio de Janeiro entre 1820 e 1840, diz que 63% das pessoas que atuavam na cidade imperial eram oriundas de outras regiões da província (*Idem*: 174). Havia uma expansão do centro para a periferia e um movimento em sentido contrário, de ocupação do espaço público da Capital por agentes políticos originários de outras províncias. Essas elites políticas regionais estabeleciam uma relação de caráter dialético com a cidade corte,

¹⁴ Sobre o conceito do Rio de Janeiro como cidade Imperial, ver: MOREL, 2005: capítulo 4.

podendo se transformar em agentes da centralização monárquica ou representar interesses e demandas das suas regiões de origem, como foi o caso de Ottoni (*Idem*: 173-174).

Ao realizar o percurso entre a província de Minas Gerais e a capital do Império para cursar as aulas da Academia da Marinha, Teófilo Ottoni viveu sua formação política, cultural e de personalidade em um ambiente ambíguo dividido entre uma ocupação tradicional e uma ocupação moderna do espaço público; entre as demandas pela soberania monárquica e soberania popular, entre centralização e autonomia provincial. O mais importante a frisar nesse momento é o fato de que a migração do jovem representou a possibilidade de estar no olho do furacão. Mais do que a formação profissional e educacional proporcionadas pela Academia da Marinha, o período do Rio de Janeiro significou um aprendizado cívico. A cidade com suas transformações do espaço público e constituição de uma esfera pública moderna foi a escola de preparação política de Ottoni. O método de ensino dessa pungente “pedagogia da vida pública” seguia a cartilha das manifestações públicas coletivas, da intensa criação de periódicos, da agitada vida das tipografias, do ardiloso mundo das sociedades e clubes.

Pensando opinião pública como aquela que se configura “[...] com peso para influir nos negócios públicos, ultrapassando os limites do julgamento privado” (*Idem*: 201), pode-se detectar que o Rio de Janeiro foi cenário da criação de uma imprensa que, pelo menos desde de 1820, foi canal fundamental no nascimento dessa opinião. Se em 1808, ocorreu a criação do jornal Gazeta do Rio de Janeiro devido ao seu caráter oficial, não devemos considerá-la com um instrumento de constituição da opinião pública. O momento inicial da sua construção remonta aos anos de 1820-1822, ínterim em que a cidade é tomada por uma avalanche de publicações variadas como jornais, brochuras, panfletos, cartazes, manuscritos em que as leituras privadas e debates públicos que diziam respeito principalmente às disputas políticas entre Brasil e Portugal e que resultariam

na formação de uma identidade nacional e na independência, ganhavam fôlego até então inédito no país.

Depois de um período de modorra, os anos de 1831-1833 são testemunho de um novo crescimento da imprensa na cidade corte. Com os conflitos e manifestações em torno do evento da abdicação do imperador D. Pedro I em 1831, o conseqüente enfraquecimento do poder monárquico com as regências provisórias, as várias rebeliões em diversas províncias no período, e a enxurrada de escritos que tomaram conta das ruas, esse interregno é, nos dizeres de Marco Morel, o da explosão da palavra pública.¹⁵

É no Rio de Janeiro, então berço da gênese da formação de uma opinião pública, que o jovem Ottoni travou seus primeiros contatos com a imprensa e passou a colaborar em periódicos,

Na Astréa publicava as cartas assinadas Jovem Pernambucano, e, não estando ainda, por falta de idade, no gozo dos direitos políticos, aceitava para seus escritos a responsabilidade legal que nobremente lhe concedia um distinto oficial do nosso exército, filho de Pernambucano [...] No Astro de Minas, em São João Del-Rei, e no Eco do Serro, na Diamantina, fazia se sentir a atividade do escrivinhador. (OTTONI, 1972:74)

Convém notar que, dos jornais que ecoavam a palavra escrita de Ottoni, dois eram de Minas, mesmo ele residindo no Rio de Janeiro. Registramos pelo menos três movimentos possíveis: primeiro, nosso personagem viveu e foi influenciado por toda a atmosfera do palavrório impresso e oral que invadia a cidade imperial; segundo, em razão da sua experiência no centro da explosão da palavra pública e em um período crucial, ele contribui para a constituição da opinião pública local escrevendo para um jornal da cidade do Rio de Janeiro;

¹⁵ Sobre a imprensa no período ver: VIANNA, Hélio. *Contribuição à história da imprensa brasileira (1812-1869)* Rio de Janeiro. Imprensa Nacional. 1945 e também: SODRÉ, Nelson Werneck. *História da imprensa no Brasil*. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira. 1966.

terceiro, foi da cidade imperial que ele iniciou sua contribuição para a constituição de uma opinião pública na sua província natal, escrevendo em periódicos de Minas Gerais.

Não passa despercebido o fato de que os jornais mineiros que registraram a escrita ottoniana eram de lugares diferentes da província, ponto esse que corrobora a tese de que havia uma rede de periódicos em Minas Gerais e, por conseguinte, a constituição de uma opinião pública coligando regiões diversas e distantes como São João Del'Rei, Diamantina, Serro e Ouro Preto sem a concentração em um pólo aglutinador como era o caso da cidade corte em relação à província do Rio de Janeiro e mesmo em relação ao restante das províncias, cidades e vilas brasileiras.

A Astréia surgia em 1826 na cidade do Rio de Janeiro com oficina à rua do Sacramento. Seus editores eram Antônio José do Amaral e José Joaquim Vieira Solto. Sua posição política trilhava o caminho das idéias moderadas e “[...] e seguia, mais ou menos, a linha traçada pelo jornal de Evaristo da Veiga: combatiam ambos os excessos do governo, mas também a pregação violenta liberal de esquerda.” (SODRÉ, 1966:128)

De 1827 a 1839, o *Astro de Minas* de São João D’el Rei, redigido por Batista Caetano de Almeida, circulou pelas mãos mineiras. Em 1828 veio a lume em Diamantina um dos primeiros jornais do interior de Minas Gerais, o *Eco do Serro*. Evaristo da Veiga, o papa da moderação, ao classificar os jornais de Minas, em relação ao parâmetro político-partidário exaltação/moderação, ordenou todas as folhas mineiras como periódicos moderados. Dentre elas: *O Universal*, *Astro de Minas* e o *Echo do Serro*. (*Aurora Fluminense*, N. 530, 14/09/1831)

Sobre a noção geral de sociabilidade, pode-se afirmar que se trata do estudo “[...] sobre a dinâmica relacional de um dado grupo ou população [...]” (GONTIJO, 2005:259) Endossando o método elaborado pelo historiador francês Maurice Agulhon, Marco Morel propõe a abordagem do tema das sociabilidades como “uma história da vontade associativa com dados comparativos e

quantitativos, com suas mudanças no tempo e espaço” (MOREL, 2005:220) Para Agulhon, “[...] a sociabilidade é uma categoria descritiva, que serve para designar uma atitude geral das populações ao viver relações públicas, não implicando, necessariamente, uma ligação com associações formalmente organizadas, como as instituições” (GONTIJO, 2005:260) Esboçando uma tipologia baseada em sociabilidades formais e informais, Morel as divide entre: as primeiras, que se estabelecem institucionalmente como lojas maçônicas, associações econômicas, filantrópicas, pedagógicas e grupos políticos; e as outras, que não se estabelecem institucionalmente, que se desenvolvem em espaços informais e mais espontâneos e que se expressam em espaços públicos como as ruas ou em espaços híbridos como o teatro (MOREL, 2005:221-222).

Um dos primeiros ambientes de contato de Teófilo Ottoni com espaços de sociabilidade aconteceu na Real Academia dos Guardas-Marinhas na cidade do Rio de Janeiro, criada a partir da chegada da Corte em 1808. Daí em diante, iniciava-se uma série de mudanças na educação superior colonial destinadas a formar culturalmente a elite intelectual¹⁶. Nesse tempo, a preocupação básica do Estado em relação à transmissão da cultura concentrava-se na preparação de oficiais e de cirurgiões em instituições como as academias de Guarda-Marinha e Militar, e as escolas de Medicina. A Academia de Guardas-Marinhas deve ser também considerada como uma instituição importante para a transmissão de erudição e conhecimentos científicos, contribuindo para a formação de uma elite cultural (SILVA, 1981:86-97). Mesmo considerando que as disciplinas dos cursos eram voltadas para as ciências exatas e da natureza, de balde a instituição

¹⁶ Tais mudanças tiveram prosseguimento com a criação de escolas: “*uma Real Academia dos Guardas-Marinhas e uma Academia Real Militar foram logo criadas (1808 e 1810), seguidas pelas Escolas de Medicina do Rio de Janeiro e de Salvador (1813 e 1815) e, em 1820, pela Academia de Belas Artes*” (CARVALHO, 2003: 73-74) e radicalizaram-se após a independência com a fundação dos “[...] dois cursos de direito criados em 1827 e iniciados em 1828, uma na cidade de São Paulo e outro em Olinda [...] uma Escola de Farmácia foi criada em Ouro Preto em 1839 e no mesmo local instalou-se uma Escola de Minas em 1876.” (Idem: 74)

ter sido criada e mantida pelo governo monárquico, ali era um local de troca de experiências e idéias, de debates e contatos.

Contribui para a veracidade dessa teoria o fato do professor da Academia, amigo e correligionário político de Ottoni, Rodrigues Torres, influenciar o jovem aluno e levá-lo a livraria de Evaristo da Veiga para ler, escutar e debater política.

Ao sair da Academia , eu me comprazia muitas vezes em acompanhar meu digno mestre ao telônio de Evaristo. Não sei onde o Sr, Rodrigues Torres enlevava mais seu discípulo, se na academia, iniciando-o nas fórmulas de Francoeur e de Poison, se nas palestras do livreiro patriota, explicando as belas teorias de Jefferson, de que S. Exa. Era caloroso ecomiasta e eloqüente tradutor. (OTTONI, 1972:176)

No ano de 1821, “[...] o Diário do Rio de Janeiro inseria anúncios de nada menos de oito lojas de livros [...]” (SOUSA, 1972, V. 5:304) Incentivado pela expansão das livrarias e seguindo a profissão do pai, Evaristo da Veiga, em companhia do irmão João Pedro, abriu sua livraria em 1823. A loja localizava-se no Rio de Janeiro, na esquina das ruas da Quitanda e São Pedro. A respeito das obras vendidas na livraria, Otávio Tarquínio de Sousa deixa importante pista:

Os primeiros anúncios da nova livraria – João Pedro da Veiga & Comp.- apareceram no Diário do Rio de Janeiro de 11 de outubro de 1823. A 29 do mesmo mês, Evaristo e seu irmão anunciavam ‘por preços cômodos’ o Cours de Politique Constitutionnelle, em oito volumes, de Benjamim Constant, várias obras de Bentham, entre elas, a Tactique des Assemblées. (Idem: 305)

O mesmo Sousa diz ser possível reconstituir as leituras que formaram o ideário político de Veiga pesquisando nos jornais da época as obras que sua livraria dispunha, reunindo nomes como: Constant, Bentham, Blackstones, Foy, Ganilh, Ricardo, Say, Sismonde. Fazia parte do seu

catálogo o seu jornal *Aurora Fluminense* além de outros periódicos de várias partes do Brasil. (*Idem*: 307). Seguindo um raciocínio análogo, têm-se aqui os indícios das leituras feitas por Ottoni quando da sua formação ideológica. Ottoni, ao rememorar tais fatos na sua autobiografia pública, relega de forma proposital nomes e obras de vários desses autores ao esquecimento, destacando apenas o nome de Tomas Jefferson, cuja leitura da obra e a audição das palestras sobre o pensamento dele marcaram seu ideário.

A famosa livraria constituía, na ocasião, importante espaço de sociabilidade. Nesses anos, “[...] não havia clubes, a não ser de natureza política.” (SOUSA, 1972, V. 7:173). Os pontos de encontros e conversas das pessoas ligadas aos clubes “[...] eram as lojas comerciais, os cafés, as esquinas das ruas e as portas das igrejas. Dentre as lojas, tinham preferência as livrarias.” (*Idem*). O ano de 1827 foi importante para Veiga. Iniciou a publicação do seu *Aurora Fluminense*, apartou-se do irmão no aspecto comercial e iniciou sua própria livraria na rua dos Pescadores, número 49. No sobrado da sua loja, estabeleceu sua residência particular. A localidade “[...] tornou-se o centro de um grande círculo que todos os dias se ampliava [...] transformou-se no que alguns desafetos chamariam de ‘clube da rua dos pescadores’, e o Visconde de Cairu apelidaria pejorativamente de ‘telônio’ [...]” (*Idem*:174)

As conversas, debates e palestras do clube tinham como interlocutores, além do próprio Evaristo da Veiga, nomes como Diogo Antônio Feijó, os já citados Rodrigues Torres e Ottoni, e Sales Torres Homem. Esse círculo informal que se reunia para discutir as idéias liberais, tinha como quartel general um espaço físico dotado de características únicas: um estabelecimento comercial, uma residência familiar que se transformava num espaço público literário, em uma forma de sociabilidade híbrida entre o privado e o público. Local de discussões teóricas, de debates políticos, troca de informações, aprendizados e ensinamentos, freqüentado pela elite

letrada da cidade, mas imaginamos, talvez, também, por indivíduos de menor expressão econômica e de formação intelectual tacanha.

É na Academia da Marinha que o jovem pupilo se aproxima do mestre liberal Rodrigues Torres e trava seus primeiros relacionamentos com as idéias avançadas. Desse local de formação educacional, não por coincidência um ainda tímido espaço de sociabilidade, Ottoni é levado pelo professor e correligionário político para aquele espaço de sociabilidade, onde ocorria uma reutilização do espaço público literário e onde as discussões políticas colocavam em xeque o *status quo*. Como o liberal deixa claro, o local era ponto de encontro de liberais que, além de adquirirem livros, jornais e toda uma gama de informações disponíveis somente a um público letrado, também tinham acesso às teorias pela via oral. Palestras eram realizadas no ambiente e tudo leva a crer que havia leituras de livros em voz alta, seguidos de debates e calorosas discussões.

Dessa maneira, Ottoni travou conhecimento com as teorias de Thomas Jefferson pela primeira vez. Pode-se pensar que um público não letrado freqüentasse o local e tivesse acesso a “luzes da razão” que ali eram concebidas e que, assim, poderiam atingir aqueles que se encontravam nas trevas da ignorância.

3.3 Entre escritos, vozes nas ruas e sociabilidades: Ottoni e a transformação da esfera pública na Vila do Príncipe.

Corria o ano de 1830, quando Ottoni resolveu retornar à Vila do Príncipe em razão de perseguições políticas praticadas pelo então ministro da Marinha.¹⁷ Voltava diferente do jovem que anos antes tinha mudado para o Rio de Janeiro. Um pouco mais velho, tinha vivido

¹⁷ Esse assunto será tratado com mais profundidade no próximo capítulo.

experiências marcantes nas ruas, livrarias e bancos escolares da cidade imperial. Trazia uma bagagem cultural e de vivência política que repercutiriam nos becos da pequena vila natal.

Luciano Moreira usa como roteiro, para o entendimento da formação de uma esfera pública nas Minas Gerais entre 1828 a 1842, o caminho percorrido pelas publicações desde o autor, passando pelos editores, os impressores e chegando aos leitores. Minas foi berço de uma verdadeira “cultura dos impressos” que contribuiu através de tipografias, periódicos e práticas de leituras para a constituição de um espaço de debates e para redefinir as relações entre os indivíduos e o poder (MOREIRA, 2006:parte II).

Para Moreira, “[...] arte de imprimir em Minas teve um início marcado pelo servilismo e adulação” (*Idem*:95)¹⁸ Já na segunda metade da década de 1820, a arte de imprimir em Minas matinha o aspecto artesanal inicial, todavia naquele momento “[...] a crítica e a disputa ocupavam os impressores [...]” (*Idem*:97)

O custo exorbitante do material tipográfico levou muitos tipógrafos mineiros a montar prelos e fundir tipos por conta própria e, simultaneamente, redigir e imprimir os periódicos. Esse é o caso das tipografias de Manoel Sabino de Sampaio Lopes, no Tijuco, onde era editado o jornal *Echo do Serro*; e de Geraldo Pacheco de Melo, em Santo Antônio do Itambé, então distrito da Vila do Príncipe, onde era impresso o *Liberal do Serro*. O primeiro tipógrafo era um simples ourives que mesmo com a falta de meios formou por iniciativa própria uma matriz e começou a fundir tipos, dando origem a sua tipografia e a um jornal de matriz liberal, um dos primeiros a levar à público a opinião de Ottoni. Geraldo Pacheco Melo era moço pobre, que, com seus poucos conhecimentos de ourivesaria e mecânica, utilizou materiais serranos, fundiu tipos e montou um

¹⁸ A título de ilustração é bom lembrar que a primeira obra impressa em Minas, datada de 1806, era um canto encomiástico composto por Diego Pereira de Vasconcellos para o governador da Capitania de Minas, Pedro Maria Xavier de Ataíde e Mello.

prelo rudimentar onde deu a luz ao Ouro Jornal, irmão de idéias do periódico de Ottoni. (BRISKIEVICZ, 2002:24-28; MOREIRA, 2006:99)

Além do esforço artesanal praticado por alguns, outra maneira de estabelecer o empreendimento tipográfico era a também árdua tarefa de importar os prelos da cidade do Rio de Janeiro. Foi o caso de Teófilo Ottoni, que, na bagagem carregada no lombo das tropas de burros, trazia um maquinário que mudou significativamente a paisagem urbana da Vila do Príncipe. Conforme suas lembranças, quando retornava do Rio de Janeiro: “[...] eu transportava para Minas uma tipografia, e ia lá publicar a *Sentinella do Serro*.” (OTTONI, 1972:176)

Um percurso pelo interior das tipografias mineiras do começo do século XIX, revela que esses espaços não eram grandes empresas fazendo os proprietários às vezes de redator, compositor e impressor, com as funções de compor os textos, ordenar os tipos e apertar as prensas. Já nas décadas de 1820-1830, algumas tipografias mudaram o perfil empregatício e contavam com certo número de funcionários que dividiam entre si as tarefas da composição e da impressão. (MOREIRA, 2006:103-105)

A inexistência de informações precisas com base em fontes documentais factíveis e numerosas, não garante uma viagem totalmente segura pelo cotidiano da tipografia da *Sentinella do Serro*. Todavia, as migalhas deixadas pelos vestígios, quando devidamente inquiridas, podem fornecer alguns indícios sobre o funcionamento dessa oficina da informação. Diversamente dos seus vizinhos do Tejuco e do Itambé, Ottoni não montou sua tipografia usando matérias primas locais e foi buscá-la pronta em terras alhures. Como já dito, enquanto nas tipografias maiores, como por exemplo, a Typografia do Universal que contava com três prelos e chegou a colocar quatro periódicos na praça na mesma época, na qual havia um número razoável de funcionários que dividiam certas tarefas no interior da loja, nas tipografias de menor porte, como as do *Echo do Serro* e do *Liberal do Serro*, a mesma pessoa se desdobrava nas várias funções exigidas.

Joaquim Felício dos Santos que revelou ter comprado na década de 1860 o prelo que pertenceu a Ottoni, informou sobre as condições da tipografia da *Sentinella do Serro* de características simples, com seu prelo de madeira de impressão rudimentar e manual, material tipográfico básico para imprimir um periódico, sem variedade nem grande quantidade de tipos para a composição. (FILHO, 1957:197; SANTOS *Apud* BRISKIEVICZ, 2002:35-36)

Comparando a estrutura da tipografia de Ottoni à de seus vizinhos do Tejuco e Itambé, concluímos que todas se pautavam por imprimir folhas liberais e pela simplicidade do maquinário, ainda que a tipografia da Villa do Príncipe tivesse sido trazida da capital do Império. Devido a essas proximidades geográficas, ideológicas e principalmente tecnológicas – ou de ausência de tecnologia – especula-se que, provavelmente, Ottoni detinha a função em suas mãos solitárias, exercendo as tarefas de montar prelos, fundir tipos, redigir e imprimir seu *Sentinella do Serro* que, conforme o *Astro de Minas*, surgiu em 4 de setembro de 1830 (*Astro de Minas*, N°. 444, 23/09/1830) e deixou de existir provavelmente em abril de 1832, quiçá no mês anterior, conforme noticiaram o *Universal* (N°. 732, 04/04/1832) e o *Aurora Fluminense* (N°. 616, 13/04/1832). É bom lembrar as distâncias geográficas e a situação rudimentar dos meios de transporte que acarretavam atrasos consideráveis em se tratando de notícias vindas alhures distantes.

Nelson Werneck Sodré, expõe que entre, o Sete de Setembro e o Sete de Abril, ocorreu uma disputa entre a corrente liberal que pretendia aprofundar o processo de Independência até as últimas conseqüências, e os conservadores que queriam impedir as alterações estruturais. Essa luta alastrou-se pelas províncias brasileiras “e tudo isso se refletia [...] na imprensa, na Corte e nas províncias. Neste particular, destaca-se o esforço das províncias por ter imprensa [...] por tê-la em condições de liberdade de expressão, da parte dos liberais, ou cerceada, da parte dos conservadores.” (SODRÉ, 1966:100) Já foi dito que “[...] os anos de 1831-1833 são marcados por

nítido crescimento da imprensa periódica no Rio de Janeiro.” (MOREL, 2005:209). Não coincidentemente, José Pedro Xavier da Veiga afirma que, entre 1828 e 1834, Minas Gerais assistiu a um crescimento sem precedentes na produção de periódicos (VEIGA *apud* MOREIRA, 2006:90)

Nesse momento estratégico de “explosão da palavra pública”, Ottoni resolveu interferir no debate, planejando e imprimindo seu *Sentinella do Serro*. O nome do jornal fornece o mote pelo qual pode-se analisar a rede “periodiqueira” em torno da qual a folha ottoniana construiu sua malha de relações.

O título do jornal remete a figura do Baiano Cipriano Barata (1762-1838), espécie de “*maîtres á penser*”¹⁹ dos liberais exaltados brasileiros. Estudante na Universidade de Coimbra em 1786, entrou em contato com as idéias revolucionárias. Ao retornar, viu-se envolvido em várias rebeliões, preso em épocas diferentes da sua vida por pregação subversiva e conspiração. Eleito deputado para as Cortes lisboetas, esteve presente nos momentos mais importantes da vida política nacional, sempre defendendo uma idéia radical de liberdade.²⁰

Dentre os mecanismos de mobilização política pelos quais Barata forjou sua liderança política, destacavam-se: imprensa, agrupamentos em formas de sociabilidades, mobilizações nas ruas, recurso a luta armada, participação eleitoral (MOREL, 1999:116). Entre o final da década de 1820 e o início da década de 1830, uma das formas de articulação dos exaltados foi a imprensa. A *Sentinella da Liberdade*, criada por Barata em abril de 1830, foi pólo aglutinador de uma rede de jornais exaltados de diversas províncias do Brasil. As articulações desse enredo se davam de duas formas: primeiro, alguns periódicos eram homônimos do *Sentinella Bahiano* e

¹⁹ Expressão francesa que significa pensadores que, com suas atividades, orientam o modo de pensar de um grupo ou de toda uma sociedade.

²⁰ Sobre a vida de Cipriano Barata ver: MOREL, marco. *Cipriano Barata na Sentinella da Liberdade*. Bahia. Academia de letras da Bahia, Assembléia Legislativa do Estado da Bahia. 2001.

outros apesar de variações nas titulações faziam explícitas alusões a sua filiação, como por exemplo, o *Sentinella do Serro*; segundo, havia periódicos que, mesmo sem alusões ao título, filiavam-se à corrente em torno do *Sentinella da Liberdade* através das referências a pessoa de Cipriano Barata – dedicatórias, notícias sobre suas prisões, das posições políticas semelhantes e da repetição de certas palavras de ordem como “Alerta!!!” Faziam parte dessa corrente de folhas exaltadas a *Sentinella Maranhense* (1834), o *Typhis Pernambucano* (1824) de Frei Caneca e o *Repúbico* (1830-1831). (*Idem*:117-118)

A rede da qual participava o periódico de Ottoni, ligava-o a outras folhas da época. Era uma prática comum aos periódicos reproduzirem artigos e notas de outros jornais da mesma posição política ou não, tecendo encômios ou criticando as idéias e propostas, estabelecendo dessa forma um diálogo interprovincial entre os pasquins. Além dos já mencionados *Echo do Serro* (Tejuco, atual Diamantina) e *Liberal do Serro* (Itambé), que, ademais coabitarem espaços regionais próximos, mantinham afinidades ideológicas e contatos jornalísticos com o *Sentinella do Serro*. Incluímos na tabela abaixo, dentre a lista de jornais que formavam essa rede de comunicação, os seguintes periódicos, todos de tendência liberal, sendo alguns exaltados e outros moderados:

Quadro N° 4: Jornais que reproduziram textos da Sentinella do Serro entre 1829-1832		
Periódicos selecionados	Local de origem	Número de textos reproduzidos da Sentinella do Serro, comentários sobre o jornal e polêmicas entre os periódicos
Astréa	RJ	7
Astro de Minas	MG	12
Aurora Fluminense	RJ	14
O Independente	RJ	3
O Republico	RJ	1
O Universal	MG	8
Total: 6	2	Total: 45

Fontes: Periódicos pesquisados na Divisão de Obras Raras Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro.

Conforme indica o quadro N° 4, nas pesquisas realizadas, foi possível detectar um número total de 6 jornais que reproduziram artigos do periódico da Vila do Príncipe. É bem provável que o número de jornais envolvidos nessa rede tenha ultrapassado a quantia de 6, assim como é certo que o *Sentinella do Serro* também reproduzisse textos, notas e polêmicas de outras folhas. O teor dos textos reproduzidos variava e incluía artigos na integra, notas sobre o periódico, comentários sobre os textos e o jornal, polêmicas com ataques e respostas, além de textos escritos por Ottoni que não necessariamente foram tirados do seu jornal e que poderiam ter sido produzidos por “encomenda” das outras folhas. O número de 45 textos reproduzidos é uma quantia razoável, levando-se em conta o curto período de mais ou menos 3 anos e os apenas 6 jornais identificados. O que leva a pensar que o *Sentinella do Serro* alcançou certa projeção política e que a rede de periódicos estabelecida obteve certa regularidade e consistência. Até onde foi possível levantar a rede não possuía dimensão nacional e se restringia às províncias de Minas Gerais e Rio de

Janeiro. Limite geopolítico esse que se explica por dois motivos: Minas Gerais foi área de origem de Ottoni e de atuação da sua Sentinella; e, como vimos, a cidade corte do Rio de Janeiro possibilitou ao mineiro travar contato com uma sociedade que viva a experiência da transformação do espaço público, proporcionando ao jovem mineiro ter sido fruto e artífice daquelas mudanças.

Luciano Moreira fornece uma visão geral dos aspectos materiais dos periódicos mineiros do século XIX: formatos, divisões, conteúdo. Possuíam, quase sempre, quatro páginas que poderiam ser completadas por um suplemento cujo conteúdo podia ser formado por proclamações, correspondências, sermões ou discursos. A primeira página costumeiramente registrava o título, data e número da publicação. Era obrigatória por lei a identificação da tipografia e sua localidade. Os títulos podem auxiliar no reconhecimento das posições políticas das folhas daquela época e poderiam funcionar também como uma tentativa de arregimentar o público leitor, chamando sua atenção para certas causas. Assim como, poderiam indicar a maneira considerada correta pelo redator de ler o conteúdo impresso. Na primeira página, o periódico apresentava uma epígrafe que poderia variar de citações de autores estrangeiros a trechos da Constituição do Império. O primeiro número costumava apresentar um prospecto ou carta de intenções, em que o redator expunha suas idéias a respeito dos fins da folha e sobre suas visões políticas. Havia uma parte destinada a correspondências e reservada à participação dos leitores. Bem como espaço de debates e polêmicas. A parte preenchida com anedotas, frases de efeito cunhadas por escritores famosos, curiosidades, costumeiramente era denominada variedades. Os anúncios de sumiço de escravos, peças teatrais, venda de produtos finalizavam os jornais. Na sua maioria, os periódicos obedeciam a uma periodicidade de duas ou três vezes semanais. (MOREIRA, 2006:115-122)

Como já foi mencionado nas páginas que ficaram para trás, o “sumiço” da *Sentinella do Serro* dos arquivos públicos nacionais dificultam uma descrição pormenorizada da feição do jornal. Sacramento Blacke já informava no seu Dicionário biográfico que nunca tinha visto o periódico de Ottoni. (BLACKE, 1902:264-267) As raras informações que chegaram até os pesquisadores contemporâneos podem ser interpretadas a partir da fotocópia da primeira página do número extraordinário datado de 12 de outubro de 1831.

Já foi discutida em seus pormenores a forma como o título fazia uma clara alusão ao *Sentinella da Liberdade* do republicano Cipriano Barata, integrando o periódico da Vila do Príncipe a uma rede de sociabilidade formada por jornais exaltados, que se aglutinavam em torno das idéias republicanas. Ilustrando a titulação, no centro do cabeçalho havia a imagem de um soldado alerta e de armas em punho. O título simbolizava a disposição do jornal em estar vigilante quanto aos perigos que ameaçavam a liberdade e para insuflar o povo a pegar em armas para recuperarem a liberdade e debelar os déspotas. Um soldado serrano armado de idéias perigosas, sempre em alerta e apto para defender a soberania popular contra as ameaças de escravidão. A epigrafe dizia: “O fim de toda associação política é a conservação dos direitos naturais e imprescindíveis do homem; estes direitos são a liberdade, a segurança, a propriedade e a resistência a opressão.” Uma citação de Thomas Jefferson, que visava deixar explícita seu vínculo com o republicanismo anglo-saxão. Além disso, ressaltava o direito de rebelião caso a liberdade humana fosse ameaçada. Na parte superior à esquerda, estavam as informações sobre a periodicidade do impresso, a sair todos os sábados. As subscrições podiam ser feitas na casa do Sr, Joaquim Borges de Oliveira. A *Sentinella do Serro* era impressa na tipografia de A. F. Carneiro, em Villa do Príncipe. A assinatura trimestral saía aos bolsos dos leitores a 1:000.

QUARTA FEIRA 12 DE OUTUBRO

NUMERO EXTRAORDINARIO.

SENTINELLA

DO SERRO.

Subscriva-se para esta Folha em casa do sr. Joaquim Borges d'Almeida na Villa do Principe, a rua da Typographia a 1.000 rs. por Trimestre. Habita-se por toda as Sabbadas.

O fim de toda a associaçõ politica he a construçõ dos direitos nacionaes, e representações do homem; estas direitas sãõ a liberdade, e segurança, e propriadade, e a resistẽcia a oppressã.

Villa do Principe: Na Typographia de A. F. Carneiro. Anno de 1831.

Villa do Principe 12 de Outubro.

Extracto das Sessões da Municipalidade na 4.a Reunião ordinaria principada a 3 de Outubro 1831.

Vice-Presidencia do sr. Carneiro.

1.a Sessão — Presentes os srs. Carneiro, Araujo, Franco, Nepomaceno, e Fidelis abito-se a sessão, que foi empregada em nomeaçõ da Comissãõ, leitura de officios, &c.

2.a Sessão — Depois do expediente sobre parecer da respectiva comissãõ deliberou-se expedir huma circular a todos os srs. Eleitores do Municipio, e hum officio ao Juiz de Paz de Contendas, onde o Conselho estabelecera novo collegio Eleitoral, assim de se proceder a 13 de Novembro a eleiçõ de hum Deputado em lugar do sr. Vasconcellos. Mandarõ-se publicar, e registar difficeis leis, e entre ellas, a que eria no Tejuco huma Escola para meninas. Foi escuso por enfermo o Juiz de Paz do Rio Vermelho, e mandou-se proceder a eleiçõ de outro no 1 de Novembro. A Com. de peticoens julgou atendivel a de B. Martins Pacheco, que pertende levantar hum Paiol de pedra janeto a huma casa sua no Tejuco: adiado a requerimento do sr. Araujo. Mandou-se em virtude da resoluçõ do Conselho afixar Editacs no Rio preto, e Pessanha convidando oppositores para irem em Março proximo habilitarem-se no Ouro preto para Professores de primeiras letras nestes dous Arraiaes. Deliberou-se participar a F. de Paula Meirelles a sua nomeaçõ para escrivãõ da decima dos predios urbanos no Tejuco. Len se o parecer da Com. de peticoens izemptando da multa os Eleitores da Barra, que faltãrãõ para a eleiçõ do Jury: adiado. O secretario como procurador de José Joaquim Bento, tomou posse de professor de 1.a letras da Conceiçõ.

3.a Sessão. — Lido o expediente, resol-

veu-se officiar ao cidadão José Pereira da Magalhaens para vir tomar posse de Juiz de Paz supplente desta Parochia: que se expedisse ordem para a eleiçõ de Juiz de Paz do Morro do Pilar por haver fallecido o anteriormente eleito: que o Fiscal informasse sobre a pertençaõ de F. de Paula Moreira, que quer fazer hum Moimho à margem do Lucas: por proposta do sr. Carneiro, que se estabelecesse hum correio mensal de Tejuco para Formigas, Barra, e Contendas: cujo plano d'organizaçõ foi remettido aos srs. Franco, e Nepomaceno: que se respondesse ao Juiz de Paz da Paroquia naõ competir à Camara approvar a criaçõ da Guarda Nacional, que creou por occasiaõ das noticias de Julho: e julgando legal huma licença concedida pelo ditto Juiz na forma das posturas: que se officiasse a Camara de Minas Novas, remettendo-lhe o plano da obra da ponte do Arassuhy, que ella requisitãra: que se participasse ao Juiz de Paz de Formigas naõ estarem conformes as posturas as licenças por elle concedidas por sobrecarregarem as partes com despesa de huma Alvarã: devendo ser concedidas por simples despacho mencionando a quantia, que resulta da licença, e assignando o Vereador: no mesmo sentido ao Juiz de Paz de Contendas que se officiasse ao cidadão mais votado para Juiz Paz supplente no Rio Preto affin de vir tomar posse por ter desair do Districto o proprietario: e bem assim ao Juiz de Paz, e supplente eleitos no Fidarrãe, e ao supplente de Contendas: que se remetteste ao Juiz de Paz do Rio Vermelho a petiçõ de C. J. Perpetuo para ser deferida sem prejuizo de 3.º, e quando este recuse, que o sr. presidente defira com informaçõ do Fiscal: que se officiasse ao professor de 1.a letras do Rio Vermelho para vir tomar posse.

4.a Sessão. — Depois do expediente, resolveo-se, que se agradecesse ao Fiscal re-

Figura 1: Fotocópia da Sentinella do Serro Fonte: Revista do Instituto Histórico Geográfico

Brasileiro, número comemorativo do Primeiro centenário da Imprensa Periódica no Brasil, 1908.

Ao tecer comentários sobre a folha criada por Ottoni, o periódico *Aurora Fluminense* deixou um testemunho sobre o tipo de opinião pública veiculado pelo *Sentinella do Serro*. Para Evaristo da Veiga, “[...] ilustrar o povo, torná-lo melhor, he certamente seu fim. Não tratão de azedar paixões violentas [...] mostrar aos cidadãos que não se póde ser livre sem justiça e moralidade.” (*Aurora Fluminense*, N.º. 395, 01/10/1830) A partir de sua visão política moderada, Veiga imputa a Ottoni uma concepção de opinião pública como expressão individual, crítica e abstrata de idéias através de impressos, como reinado da razão, força moral e jurídica construída por cidadãos esclarecidos que propagam o progresso e combatem a exaltação política, a idéia de revolução e dissenso (MOREL, 2005:202). Mas é necessário frisar que essa posição em relação ao *Sentinella do Serro* é uma visão construída a partir de um lugar social, de um conjunto de idéias, de certa posição política e que não necessariamente corresponde à realidade.

Infelizmente não foi possível recuperar falas que expressassem em seu conteúdo a visão direta de Ottoni sobre o tema. Antes de qualquer coisa, chama atenção a sua consciência sobre a necessidade de se levar em conta à rígida separação entre público e privado na função do jornalismo. A esse respeito, o jornal de Evaristo da Veiga reproduz as idéias de Ottoni que dizia “[...] que em nossa folha nunca apparecerão os grosseiros convícius, arrieiradas, e insultos a vida privada que por desgraça nossa enfeitão as paginas de alguns periódicos.” (*In Aurora Fluminense*, N.º 395, 01/10/1830) Ao comentar o surgimento de uma nova folha liberal no Tejuco de nome o *Diamantino*, o redator do *Sentinella do Serro* fala novamente sobre a tarefa do jornalista e os princípios básicos do jornalismo

Conhecemos, que a tarefa do jornalista é espinhosa em extremo, e faz não poucas vezes amargar a boca; pois que ora o dever manda pospor considerações de amizade, que n'outra qualquer posição prevalecerião sempre; outr'ora recusando servir de canal a paixões particulares o misero jornalista tem de sofrer o labeo de parcial. As vezes a prevenção o apellida injusto por censurar mais fortemente a authoridade, que se afasta dos caminhos da lei, e outr'ora o mesmo jornalista que tem por timbre a justiça, e a

imparcialidade, será o instrumento de paixões particulares. (In Aurora Fluminense, N° 547, 24/10/1831)

Ater-se aos assuntos públicos em detrimento dos temas da vida privada; à neutralidade em razão da opinião tendenciosa, eram essas as premissas básicas do jornalismo liberal formador da opinião pública. Os percalços dessa tarefa em um contexto de formação de um espaço público consistiam em almejar a imparcialidade e sofrer acusações de parcialidade, buscar o domínio da lei e ser chamado de injusto, procurar atingir uma postura isenta e ser alvo das paixões particulares.

Destaca-se a idéia que uma das funções do jornalista é vigiar e censurar a autoridade política quando ela flerta com o governo despótico. No número 43 de 25 de junho de 1832, Ottoni revelou que a queda de D. Pedro I pelo povo soberano “[...] é devido a espantosa revolução que operou no espírito nacional a imprensa livre!” (*Apud* Ottoni, 1972: 83) Em outro número da *Sentinella do Serro*, discursava: “[...] continuaremos a bradar aos governantes [...] que não se liguem aos nossos inimigos, e que olhem para a responsabilidade, que pesa sobre suas cabeças.” (*In Astro de Minas*, N° 644, 10/01/1832) A idéia de opinião pública que pode-se inferir das falas de Ottoni difere daquela definição dada por Evaristo da Veiga. Uma concepção de opinião pública coletiva, ligada à soberania popular e usada para a intervenção direta na vida pública, com intenções pedagógicas diante das autoridades. (MOREL, 2005:205-210)

Uma das formas em que as sociabilidades informais se configuravam nas ruas da cidade do Rio de Janeiro era por meio da *Vox Populi*, ou seja, as manifestações de gestos, gritos e vozes que ecoavam nas ruas. As vozes das ruas ressoavam nos quarteirões e lojas, a partir das facções e lideranças políticas, camadas pobres urbanas. (*Idem*:230-232) Aliás, a presença da turba, do povo, dos pobres, pardos e escravos ocupando as ruas, praças e largos das cidades, preocupava

sobremaneira os que cuidavam de resguardar a ordem política e social do Império. O mundo da rua era sinônimo de anarquia, desordem, caos a ser ordenado por uma elite civilizadora. Como nos ensinou Mattos, “no entender de muitos dos componentes do mundo do governo, a desordem das ruas contrastava vivamente com a ordem da casa.” (MATTOS, 1994:115)

Basile, fala em uma “cultura da mobilização”, ou seja, “a valorização das manifestações públicas coletivas (petições, comícios, movimentos contestatórios) como forma legítima de ação política” (BASILE, 2000:308) Como as portas da participação política via eleição eram restritas a uma parcela ínfima da população, desenvolveram-se maneiras de participação cívica “para além de uma cidadania formal Estado-cêntrica construída de cima para baixo [...] desenvolvia-se no âmbito da esfera pública uma prática informal de cidadania construída de baixo para cima, mediante a participação ativa dos diversos segmentos sociais [...]” (*Idem*:309)

Os quatro primeiros meses do ano de 1831 se revelaram decisivos para os rumos do governo de D. Pedro I. A constituição outorgada de 1824 que, com seus ranços absolutistas feria as esperanças liberais em relação ao sentido da Independência, as desconfianças do assassinato do jornalista Líbero Badaró que caíam sobre o Imperador e a crescente pressão liberal por reformas na Constituição foram alguns dos fatores que contribuíram para o desfecho do governo. No campo político acentuavam-se as disputas entre o poder legislativo, em especial a Câmara dos deputados, e o Imperador em torno de projetos políticos distintos, envolvendo a tese liberal da soberania popular e de maior autonomia provincial e reivindicação monárquica da soberania do rei e da centralização política. A situação econômica era de crise, inflação, carestia. Outro acontecimento que contribuiu para minar a imagem do Imperador foi a derrota do país na guerra da Cisplatina, com perdas territoriais e desgaste político. Os ventos franceses traziam notícias sobre uma revolução que teria destronado o rei Carlos X, ligado pelos seus opositores ao

despotismo. A identificação pela oposição nacional entre D. Pedro e Carlos X foi feita pelos críticos do governante brasileiro.

A viagem realizada pelo Imperador a Minas Gerais em janeiro do mesmo ano foi motivo de especulações e boatos sobre a articulação de um possível golpe político de teor despótico. A imprensa de oposição fazia alarde em relação à viagem. A resposta do setor monarquista, tendo como linha de frente os comerciantes portugueses, foi organizar uma série de festejos em comemoração ao retorno de D. Pedro I. A reação dos liberais exaltados, das tropas e do povo deu início a provocações e conflitos violentos que se estenderam do dia 11 a 16 de março, que ficaram conhecidos como Noite das Garrafadas. As notícias sobre os conflitos no Rio de Janeiro se espalharam por outras plagas e os distúrbios migraram para outras províncias, onde milícias civis e sociedades políticas se prepararam para o esperado confronto.

Ainda que o olhar europeu de Saint Hilaire acostumado a apreciar outras realidades tenha emitido um juízo nada otimista do mundo público na Vila do Príncipe, quando da sua rápida passagem por lá no princípio do século XIX, anotando as seguintes impressões: “não existe, na capital do Serro Frio, nenhum desses estabelecimentos em que os habitantes das cidades européias vão procurar distrações honestas. Não se encontram aqui sociedades literárias, nem cafés, nem bibliotecas, nem passeios públicos.” (SAINT HILAIRE, 1975:147), na Vila do Príncipe não foi diferente do restante de outras regiões e manifestou seu descontentamento com a situação política do país em 1831.

Com um atraso natural devido às distâncias geográficas e a comunicação precária, Ottoni informava que “no dia 3 de abril de 1831, chegou-nos um expresso enviado pelo Sr. José Feliciano Pinto Coelho da Cunha [...] Comunicava-nos [...] as ltuosas cenas das garrafadas nas noites de 13 e 14 de março no Rio de Janeiro [...]” (OTTONI, 1972:177) Em resposta às novidades, Teófilo Ottoni a partir do seu *Sentinela do Serro*, tornou-se o epicentro propagador e

organizador de uma rebelião na Villa do Príncipe com ramificações em outras localidades da Comarca do Serro Frio. Simultaneamente, o *Sentinella* reverberava as inquietações e anseios da população diante da crise das Garrafadas no Rio de Janeiro, que acabou por redundar na abdicação do Imperador, e dava um sentido para o descontentamento geral. Tendo Ottoni como principal liderança – era o secretário dos confederados, sendo o presidente João Inocêncio de Azevedo Coutinho – a população da Vila se organizou em armas à espera de novas notícias e de um possível confronto bélico com tropas e simpatizantes do governo.

A Rebelião do Serro deu ensejo a práticas de sociabilidade informais, que levaram a população a ocupar espaços como as ruas, praças e largos da Vila. Interessam nesse momento da pesquisa os aspectos de mobilização em torno do acontecimento. Atendendo a um chamado de Ottoni feito três dias antes, “no dia 6, mais de 500 pessoas, inclusive todas as autoridades populares, se reuniram no paço da Câmara [...]” (*Idem*). Mesmo levando em conta o informe do jornal *O Universal* sobre os acontecimentos da Vila do Príncipe em que “Os proprietários, e abastados capitalista fizeram uma concordata Publica de que prestariam a vida e a fortuna em defeza da Liberdade” (*O Universal*, Nº 581, 13/04/1831), é necessário dizer que no dia 3 de abril, apenas 41 pessoas assinaram, na casa do Juiz de Paz da Vila, o tal acordo em que se compromissavam a se alistar na guarda cívica e a formar uma caixa militar para defender a liberdade e a pátria. (*O Universal*, Nº 586, 25/04/1831) O mesmo jornal informou ainda que “depois de assignada a Concordata, decidio-se que houvesse uma reunião pública no dia 6 e que fossem convocados os cidadãos. Nesse dia reunirão-se os Vereadores e Presidente da Camara como o Juíz de Paz e todo o Povo da Villa em Paço da Câmara Municipal [...]” (*O Universal*, Nº 586, 25/04/1831 Grifo meu)

Tomando dados populacionais de anos anteriores, pode-se analisar com bases em conjecturas o número de pessoas e a composição do público no evento. A população da Vila do

Príncipe, entre 1800-1809, girava aproximadamente entre 3000 e 5000 habitantes respectivamente. (MENESES, 2000:104) Saint-Hilaire, em passagem pela Vila de Príncipe em 1816, afirma que a capital da Comarca do Serro Frio²¹ era ainda “[...] a sede de uma paróquia que tem trinta léguas de comprimento, e compreende onze sucursais e uma população de cerca de trinta mil almas” (SAINT-HILAIRE, 1975:141) Desse total populacional no ano de 1816, pessoas brancas e do sexo masculino giravam em torno de 1559; sendo do sexo feminino e brancas, 1669 mulheres; negros livres do sexo masculino, 2011 pessoas, e do sexo feminino, 2285; negros escravos homens, 7184 e mulheres, 4734. Desse contingente, se levarmos em conta apenas o que se conjectura ser a população politicamente ativa e alfabetizada, isto é, homens, brancos e, portanto, livres, maiores de idade temos o total de 221 almas. Um número reduzido, levando em conta o que diz respeito à população de toda paróquia e que nos leva a concluir que outros setores da população possivelmente assinaram a concordata pública no ano de 1831, além das pessoas do sexo masculino, livres e maiores de idade, como por exemplo, as mulheres livres da região que dentre a faixa etária que vai de vinte e cinco a quarenta anos somavam uma percentual de 356 pessoas (*Idem*:141-144). Obviamente, é importante perguntar sobre a exatidão dos dados à época, assim como pensar que os números levantados por Saint-Hilaire mantêm silêncio sobre a taxa de alfabetização da paróquia. O viajante francês traz mais informações quando expõe que “Vila do Príncipe compreende cerca de 700 casas e uma população de 2500 a 3000 indivíduos.” (*Idem*:145). Quando fala apenas do pequeno centro urbano, Saint-Hilaire demonstra números mais modestos e condizentes com os dados referentes aos anos de 1800 e 1809.

²¹ A Comarca se dividia em dois termos: o do Serro Frio e o de Minas Novas, conforme informa Saint-Hilaire. (SAINT-HILAIRE, 1975:141)

Impressiona a quantia de 500 assinaturas que subscreveram a concordata. Número que leva a pensar em uma alta taxa de alfabetização entre os homens bons do lugar, público masculino, adulto e livre. Imagina-se que a participação da “gente miúda” também ocorreu. Subtraindo dessa soma a população que residia na área rural, crianças, mulheres, e tendo em conta que a maioria desse contingente populacional era formado por escravos e pardos, a presença da chamada turba, do povo com “p” minúsculo, da plebe, da massa de homens livres e pobres, mestiços e negros alforriados, sem ocupação, entre as mais de 500 pessoas reunidas, tinha grandes chances de ser em quantidade considerável.

Se o chamado feito por Ottoni no seu Sentinella conseguiu aglutinar 500 pessoas três dias depois de vir a público, é de se imaginar que o jornal chegava a um número razoável de leitores, que a informação correu de boca em boca, logo, que provavelmente a leitura daquela folha incendiária em público, nas ruas da Vila foi um procedimento corriqueiro naqueles dias, fazendo com que a invocação para a reunião pública chegasse aos analfabetos, pessoas do povo e até escravos.

Reforça nossa opinião o fato de que Ottoni, na sua proclamação aos habitantes da Comarca do Serro Frio, afora ter se dirigido aos cidadãos em geral, convocou os “Homens de cor! Irmãos! Amigos!” (*In O Universal*, N° 581, 13/04/1831) Desnecessário dizer que a convocação pública dos homens de cor denotava uma concepção alargada de cidadania que incorporava no debate, trazendo para o espaço público e para a participação política direta nas ruas aqueles que costumeiramente e juridicamente não eram considerados nem cidadãos. Convocados, nada coloca em dúvida que havia homens de cor, pardos, forros e escravos dentre as provavelmente mais de 500 almas presentes no ato político. Que não se acredite que a Câmara Municipal era um local de reunião restrito aos homens bons. No Rio de Janeiro, por exemplo, a

Assembléia Geral era um local de manifestações informais, inclusive com participação popular (BASILE, 2000:310).

Em uma esfera pública notadamente marcada pela oralidade, os discursos, debates, acusações, palavras de ordem, sonetos patrióticos eram proferidos constantemente nas celebrações, festividades públicas, lojas boticas. O burburinho da agitação política urbana ecoava pelo lugar. Conforme o relato do *Sentinela do Serro*, eis que o correio chegou nos momentos finais do ato transportando os periódicos da capital e noticiando a demissão do “Ministério traidor”, “[...] e foi recebido com uma salva geral, com bombas, e foguetes [...]” (*In O Universal*, Nº 586, 25/04/1831). Apenas no dia 22 de abril chegava à Vila do Príncipe as notícias sobre a abdicação do Imperador no dia 7 do mesmo mês. Eis o relato de Ottoni sobre as conseqüências da notícia nas ruas do lugarejo:

Instantaneamente a cidade iluminou-se, bandas de música acompanhavam a guarda cívica e a população em massa, que até o romper do dia percorreram as ruas, cantando hinos patrióticos, entre vivas à liberdade, à revolução de 7 de abril, ao redator do Sentinella do Serro etc, etc.... Nessa noite, sem a enérgica e generosa intervenção do redator da Sentinella do Serro, os primeiros ímpetos do povo triunfante teriam sido fatais a alguns poucos desafetos à nova ordem de coisas e ao mesmo tempo pessoas inofensivas. Entre hinos e vivas, repetiam-se com furor o grito de guerra dos dias antecedentes : - Abaixo o tirano! – Morram os Portugueses! – Morra o Japiassu! Como designavam o ouvidor da Comarca, Desembargador Antônio José Vicente da Fonseca [...] que por efeito das suas convicções tinha desaprovado o nosso movimento revolucionário. A exacerbação dos espíritos prognosticava cenas horrorosas, mas minha influência [...] era imensa. À porta do ouvidor, depois de uma cena tumultuosa, pude conseguir silêncio e atenção. Arenguei ao povo, pregando e exigindo moderação e generosidade e pedindo que – os morras – somente ecoassem contra o tirano, e que não manchássemos com excessos criminosos a bela vitória que nossos irmãos fluminenses acabavam de ganhar. Minha palavra tinha autoridade, e coube-me a glória de salvar um magistrado honrado e os portugueses que residiam na povoação [...]” (OTTONI, 1972: 181-182)

Com a Abdicação, as luzes da publicidade e da razão raiavam sobre a escuridão do despotismo. A banda de música fazia a trilha sonora do festejo da massa que tomava as ruas. Ao som da música, misturavam-se as “vozes das ruas”: hinos patrióticos, vivas à liberdade e à revolução, gritos ameaçadores de “abaixo o tirano” e de “morte aos portugueses” e ao Ouvidor da Comarca emprestavam às comemorações uma tonalidade violenta. No relato de Ottoni, as falas das ruas ganham um contorno ameaçador da ordem social, gerando uma tensão resultante do clima de violência, conflito, desordem e barbárie, em razão das ameaças à integridade física dos portugueses da região, em especial o Ouvidor da Comarca, Antônio José Vicente da Fonseca. As intimidações foram contornadas graças à ação discursiva do líder que impôs moderação à “exacerbação dos espíritos” e aos “excessos criminosos”.

Para se ter uma idéia exata de como a rebelião de 1831 foi responsável por uma ocupação diferenciada do espaço público na Vila do Príncipe, vale a pena recorrer ao olhar europeu de Saint-Hilaire que, quando esteve na Comarca do Serro Frio, narrou os festejos na Vila do Príncipe em razão da coroação do rei D. João VI de Portugal, Brasil e Algarves em 1817.

Já se tinha anunciado, desde de muito por toda a província, que a coroação do Rei de Portugal e Brasil teria lugar no Rio de Janeiro a 6 de abril (1817), que era dia de Páscoa. Quis-se também celebrar, em Villa do Príncipe, esse notável acontecimento; em conseqüência na véspera soltaram-se bombas durante todo dia; a tarde do mesmo dia todas as casas foram iluminadas; os principais habitantes passearam pelas ruas acompanhados de bandas de músicas, e, quando o grupo chegou ao canto da praça em que residia o cura, um dos funcionários da tesouraria leu um pequeno poema em honra do soberano; finalmente, os negros dançaram durante toda a noite. No dia seguinte, dia da festa, pelas dez horas, os membros da Câmara municipal (camaristas), com ou ouvidor à frente, dirigiram-se à igreja em trajes de gala [...] Como o ouvidor, os funcionários traziam na mão um bastão de cerca de seis pés; mas, em vez de branco, era dourado, e, na extremidade superior, viam-se as armas de Portugal. Os camaristas e o

ouvidor ouviram a missa alinhados em duas filas no meio da nave [...] Quando terminou , os camaristas,o ouvidor e os principais cidadãos entraram na casa da câmara. Ali se leu um formula de juramento que cada um assinou por sua vez, enquanto um destacamento da milícia, reunido à entrada da igreja matriz dava tiros de fuzil [...] Após o juramento, voltou-se à igreja, e cantou-se um Te Deum com música [...] Quando o Te Deum terminou, os dois almotacéis (espécie de comissário de polícia) e o juiz do povo montaram a cavalo. Eram seguidos pelos principais cidadãos, após os quais vinham os camaristas e o ouvidor. O juiz do povo portava um estandarte com as armas de Portugal e marchava entre dois almotacéis. Em todas as esquinas e encruzilhadas os três cavalheiros paravam, e o juiz do povo gritava: Viva o rei dos reinos unidos de Portugal, Brasil e Algarves. O povo descobria-se, e respondia viva! Quando o cortejo acabou de percorrer a cidade, voltou à porta da casa da câmara, e ai se dispersou. (SAINT-HILAIRE, 1975:151-152)

Um festejo oficial, sem caráter de comício contestatório, em que a ocupação do espaço público das ruas e do espaço híbrido das igrejas e câmara, respeitou e repetiu as hierarquias sociais num simbolismo que saudava o monarca D. João VI e toda família real nas figuras dos representantes locais do poder real português, isto é, tesoureiro, ouvidor, camarista, almocatéis, juiz do povo, representantes da igreja. O povo e os escravos assistiam ao espetáculo comemorativo, muito mais como espectadores do que como agentes políticos.

Voltando à conjuntura de 1831, as manifestações públicas coletivas de viés informal não ficaram limitadas à Vila do Príncipe e se dispersaram por outras regiões da Comarca do Serro Frio. A partir da Vila de Ottoni, uma corrente de civismo percorreu toda a região, conectando-a ao Tejuco e Milho Verde. Nas ruas desse último distrito, as cenas foram semelhantes: a metáfora da iluminação para descrever o povo nas ruas, músicas, poesia e palavras de ordem. Diversamente do que aconteceu na Vila do Príncipe, o autor da nota destacava a manutenção da ordem pública que não chegou a ser ameaçada pela desordem, e a presença de formas de ocupação do espaço público tradicionalmente ligadas ao Antigo Regime como as procissões e

missas, ainda que o foco principal fosse o enfrentamento ao poder monárquico. Vejamos o que o número 95, de 28 de maio de 1831, do *Eco do Serro* informa sobre os festejos públicos em razão da Abdicação do Imperador:

O entusiasmo dos honrados habitantes do Milho Verde não merece ser esquecido. Felizmente fui testemunha ocular dos festejos e patriotismo com que solenizaram nossa regeneração política e resistiria ao meu coração se o não expusesse ao conhecimento do público. A noite do dia 14 foi espontaneamente iluminada; um grande concurso de cidadãos patriotas percorreu as ruas, recitando muitas poesias; uma música estrondosa os seguia, e um plutão de Guarda Nacional [...] houve um riquíssimo carro triunfante, onde fingindo-se a onipotência satisfeita com a queda do vil tirano, colocou-se Apolo recitando seus versos em analogia; este papel foi dignamente executado por um jovem da Vila do Príncipe; no dia seguinte, 15, houve festa de Igreja e procissão do Santíssimo em triunfo a que tão bem continuou o festejo; houve iluminação e o músicos da Vila assaz mostraram que estavam animados do espírito, que ali domina [...] passou-se toda noite em divertimentos e o dia 16 ainda foi festejado. É notável, Sr. Redator, que na efusão de tanto júbilo nem ao menos foi alterada a tranqüilidade pública. Esqueciam-me de dizer-lhe que o nome do imortal Vasconcelos, e outros beneméritos da pátria foi ali grandemente aplaudido e que se davam vivas ao jovem imperador, se for constitucional e nem ao menos parecer-se com seu tirano pai. É assim, senhor diretor, que o pequeno arraial do Milho Verde entra na categoria de vilas e cidades civilizadas [...] Um assistente. (Apud BRISKIEVICZ, 2002:25)

3.4 Dos “Amigos Unidos” aos “Patriarcas Invisíveis”: a participação de Ottoni nas sociabilidades formais

Ottoni também participou de clubes e sociedades, secretas e abertas com fins claramente políticos e de intervenção direta na cena pública, como por exemplo: Clube dos Amigos Unidos, Sociedade Promotora do Bem Público, Clube da Maioridade e Sociedade dos Patriarcas

Invisíveis. Pretende-se fazer aqui uma análise qualitativa das associações em que o personagem tomou parte, narrando o ano, membros, objetivos, atuação, estratégias e perfil das mesmas.

Grande parte das ações associativas levadas a cabo por Teófilo Ottoni aconteceu em um período de ascensão da prática dessa cultura. Entre os fins do Primeiro Reinado (1822-1831) e até meados das Regências (1831-1840), houve um gradativo crescimento da prática das sociabilidades formais. Durante o reinado de D. Pedro I, o governo se posicionou de maneira distinta em relação à postura unicamente repressiva que tinha até então: coibição às sociedades políticas e secretas e autorização e proteção para as agremiações corporativas. No período regencial, com o enfraquecimento do poder monárquico, ocorreu uma ampliação qualitativa e quantitativa das sociabilidades, sejam elas políticas, sejam filantrópicas, sejam patrióticas. A partir do ano de 1836, houve uma queda notável no número de associações públicas (MOREL, 2005:261-268).

Em fins da década de 20 do século XIX²², foi criado o Clube dos Amigos Unidos na cidade do Rio de Janeiro. Além do secretário Teófilo Ottoni, contabiliza-se entre seus participantes o número de 13 membros conhecidos. “Um dos presidentes do clube era o Dr. Cipriano Barata.” (OTTONI, 1972:174). Outro notório republicano era Ezequiel Correa dos Santos, cérebro por trás da folha exaltada *Nova Luz Brasileira*.

Sociabilidade formal de teor político, que representava grupos republicanos e denunciava o despotismo de D. Pedro I, preservava seus membros da publicidade usando o segredo como prática de ação. Christiano Ottoni revela em sua autobiografia que “minha matrícula de revolucionário teve lugar no fim de 1830, logo depois da partida de Teófilo para Minas: tomei o seu lugar na Sociedade dos Amigos Unidos [...]” (OTTONI, 1983:29) “Era sociedade secreta de

²² Paulo Pereira Castro na sua clássica biografia, especula que o início das atividades do Clube dos Amigos Unidos foi o ano de 1829.

fins exclusivamente políticos [...] grande cautella na escripta para resguardar seus membros de perseguições, dado o caso de apreensão dos papeis” (OTTONI, 1870:8) Para Castro, “[...] preparavam uma revolução contra o regime monárquico.” (CASTRO, 2004:9) Conforme palavras de Teófilo Ottoni, “O Clube dos Amigos Unidos teve mais influências do que se pensa na revolução de 7 de abril.” (OTTONI, 1972:174)

As intervenções do Clube dos Amigos na cena pública nacional ocorriam de diversas maneiras: “Os Amigos Unidos agitavam os espírito público, influíam na imprensa, escreviam, recommendavam e facilitavam leituras liberaes, defendiam seus co-religionários, levantavam propaganda contra o mal disfarçado despotismo que nos opprimia.” (OTTONI, 1870:8) Seu irmão e substituto na função de secretário deixou informações sobre suas ações no clube: “[...] já declamando nas rodas para animar os tibios, e até fabricando cartuchos que eram distribuídos ao povo liberal.” (OTTONI, 1983:29)

A única menção a um possível vínculo de Teófilo Ottoni com as sociabilidades formais maçônicas reporta ao Clube dos Amigos Unidos. “Clube político com forma maçônica [...]” (*Idem*) segundo Christiano Ottoni, que “Para alargar a sua propaganda fizeram-se elles iniciar, um a um, em algumas lojas maçônicas [...]” (OTTONI, 1870: 9) Consoante Teófilo, foi do Amigos Unidos “[...] de que originalmente proveio o Grande Oriente do Passeio Público” (OTTONI, 1972:174).

As origens das primeiras lojas maçônicas remontam à primeira metade do século XVIII. Inicialmente circunscritas à Inglaterra, espalhando-se posteriormente para o restante da Europa e América do Norte. O ideário maçônico se pautava pela imaginação e busca de uma sociedade embasada na razão e perfeição. Apesar de se resguardar no segredo, portanto nas sombras, a metáfora das luzes era algo recorrente no discurso maçônico. A maçonaria esteve no cerne do processo de passagem para a modernidade política, contribuindo para as transformações dos

espaços públicos e para a superação do Antigo Regime, sendo prática política importante nas independências nacionais americanas. Duas tendências marcaram de maneira geral a maçonaria: a idéia de um gradualismo evolucionista que levaria a humanidade para libertação via desenvolvimento individual interior e espiritual advindo em razão do contato com as luzes; e a intervenção direta na política. Esta última prática influenciada pela Revolução Francesa. Desenvolveram-se tendências revolucionárias, calcadas na ação direta e nas sublevações. Daí o segredo como artil para proteger os maçons contra possíveis ações repressivas do Estado (MOREL, 2005:242-246).

Nos primórdios do século XIX já se tem notícias de prática maçônica no Brasil, mas é a partir de 1822, durante o processo de Independência, que houve um surto maçônico no país. De 1831 em diante, surgiram cinco Grandes Orientes no Brasil. Dentre eles, aquele do Clube do Passeio em 1835 e que teve como matriz o Clube dos Amigos Unidos. O Grande Oriente, situado ao Vale do Passeio, construiu uma rede maçônica com mais de cinquenta lojas espalhadas pelas províncias brasileiras.

No campo das idéias políticas, guardavam proximidades com os grupos liberais e com os princípios do federalismo. Para além do fundo teórico, prático e simbólico comum que uniam as lojas maçônicas, Morel detectou três tendências políticas na maçonaria brasileira. Uma delas ajusta-se aos princípios que nortearam o Clube dos Amigos Unidos e, por conseguinte, o Grande Oriente dos Amigos Unidos. Era aquela que visava à oposição ao governo e a intervenção direta para alcançar mudanças políticas. Foi colocada em prática tanto pelo partido exaltado como pelo grupo absolutista. Do ponto de vista liberal, imperava a idéia de soberania popular em detrimento da soberania monárquica. O segredo era estratégia fundamental em se tratando de atingir o Estado e os inimigos das luzes. Em razão do caráter secreto, as lojas podiam usar uma fachada pública como os jornais e clubes patrióticos. Essa tendência política revolucionária da maçonaria

brasileira foi importante na constituição de uma esfera crítica independente do governo. (*Idem*: 246-271)

Os debates sobre os projetos da reforma da Constituição que se seguiram após a chamada revolução do 7 de Abril, envolveram interesses políticos diversos representados por grupos distintos. Conforme o depoimento de Ottoni,

Era tempo das sociedades patrióticas de todas as nuanças. No Rio os conservadores conspiravam na sociedade militar, e mesmo em um dos grandes orientes maçônicos convertido em alavanca política. A sociedade Defensora era com as suas filiais o instrumento de Evaristo e o espírito santo do governo. A sociedade Federal, de que era presidente o Sr. Frei Custódio Alves Serrão, simbolizava o progresso pacífico. Nas províncias, via-se por toda parte o reflexo da Corte. (OTTONI, 1972:189).

Como esclarece a citação acima, os grupos políticos exaltados, moderados e conservadores se organizavam e buscavam expressão em forma de sociedades patrióticas. Reforçando a tese esboçada no segundo capítulo de que Teófilo Ottoni buscava, em certo momento da sua trajetória, construir um discurso de independência política em relação a tripartição exaltados/moderados/conservadores, em 1832 ele deu início à organização da Sociedade Promotora do Bem Público que representava uma quarta via entre as sociedades patrióticas ligadas a grupos políticos. Forma de sociabilidade formal e política, que não se preocupava em manter segredo sobre seus objetivos, estratégias e membros. Entre os membros da Sociedade Promotora, encontramos os nomes do presidente Joaquim Pereira de Queiroz e dos secretários Bento José Afonso, José Inocêncio de Azevedo Coutinho, Joaquim José de Araújo e Teófilo Ottoni. A *Sentinella do Serro*, número 74 de 4 de fevereiro de 1832 trazia o ofício circular preparado pela Promotora:

A sociedade Promotora do Bem Público, anelando com todos os cidadãos a prosperidade e glória da pátria, não podia deixar de lançar os olhos sobre a questão das reformas constitucionais, que atualmente ocupa, não só os amigos, como os adversários da felicidade pública, os primeiros trabalhos por afastar os estorvos que inutilizam as mais belas garantias que a constituição oferece e por extinguir as instituições européias, que se pretende enraizar entre nós; os segundos, ora procurando evitar ou retardar estas inevitáveis reformas, ora procurando precipitá-las em demasia [...] A sociedade tem meditado, não só sobre os elementos que se opõem à reforma como sobre os meios de os destruir: em resultado tem concluído existir no senado o primeiro escolho que devemos evitar, se queremos chegar ao porto da liberdade [...] À vista disto, julga a sociedade promotora do Bem Público que os brasileiros devem prevenir o caso de que o senado não anua ao projeto das reformas aprovado na câmara dos deputados; parecendo-lhe mais que neste caso seriam contradição admitir os votos dos atuais senadores para as reformas que se houveram de fazer; e, firmada nestas razões, deliberou convidar a todas as municipalidades e sociedades patrióticas, não só dessa como das outras províncias, para que, no caso de que não tenha ainda passado ou tenha sido rejeitado no senado o projeto das reformas constitucionais, se reforcem de comum acordo para que nos respectivos círculos eleitorais se dêem poderes constituintes aos futuros deputados para reformarem a constituição, na forma do projeto aprovado na Câmara dos deputados, fazendo-se a reforma independente do senado, reunindo-se os futuros eleitos o mais breve que se possa ser, declarando terminada a legislatura atual com o senado, fazendo os deputados eleitos as funções de assembléia legislativa em tudo mais; não passando os seus poderes constituintes além do projeto de reforma da Câmara dos deputados, atual, e continuando depois as funções que segundo a constituição reformada competirem à Câmara dos deputados. (In OTTONI, 1972:191-192)

A estratégia usada para promover o “Bem Público” entrava em atrito com as propostas das outras sociedades patrióticas representantes das forças protopartidárias do contexto. Enquanto o objetivo mais amplo tencionado pelos associados da Promotora era apressar e garantir uma reforma constitucional de sentido liberal, o plano proposto era um golpe de Estado eleitoral, conferindo poder à futura Câmara dos Deputados para criarem uma nova Constituinte independentemente dos desejos e da ratificação do senado.

Já a Sociedade Conservadora da Constituição Brasileira de 1832, depois Sociedade Militar, desejava manter o Senado e “[...] submeter nos de novo ao jugo; [...]” (*In Astro de Minas*, 08/03/1832) A Sociedade Federal fundada em 16 de outubro de 1831 em Pernambuco pelo Brigadeiro Francisco de Paula Vasconcelos, era a expressão institucional do partido exaltado e: “querendo precipitar demasiadamente as mudanças e desejando tudo perturbar [...]” (*In Astro de Minas*, 08/03/1832) Os moderados, na sua Sociedade dos Defensores da Liberdade e Independência Nacional, criada em 13 de março de 1831, “nos meses de março e abril de 1832, ficaram sempre fiéis à convicção de que a primeira necessidade para o Brasil seria a manutenção da ordem e tranqüilidade pública, rejeitando qualquer procedimento revolucionário ou ilegal, ou ‘não previsto na Constituição’ [...]” (WERNET, 1978:122) Daí, terem “[...] rejeitado a proposta da Sociedade Promotora do Bem Público da Vila do Príncipe, orientada por Teófilo Ottoni [...]” (*Idem*:123)

A divisão da Sociedade Defensora de São João D’el Rei deu seu parecer sobre a circular da Promotora, julgando que a mesma tinha por fim “huma revolução, ou antes, sedicção, que deve terminar-se com a queda do Senado, e talvez com a do mesmo Código fundamental” (*Astro de Minas*, Nº 674, 20/03/1832) A proposta da Sociedade capitaneada por Ottoni, era entendida como passível de resultar em “rompimento dos laços sociaes” e por isso “reprova o [sic] meios violentos, e contrários ao systema, ora lembrados pela Sociedade Promotora do bem público [...]” (*Astro de Minas*, Nº 674, 20/03/1832) A contraproposta dizia que “[...] o senado observando o pensar da maioria, ou quais totalidade da Nação, e attendendo ao interesse geral do estado, não quererá oppor se inteiramente ao projeto de reformas [...]”, e ainda que “[...] se desse no Senado sentimentos oppostos à semelhante medida, não estavam esgotados todos os meios legaes, e ordinários para que a Nação lançasse mão de hum extraordinário [...]” (*Astro de Minas*, Nº 674, 20/03/1832)

Já a sucursal da Defensora do Rio de Janeiro em resposta à proposta da Promotora, rejeitava a oferta para “aniquilar a Assembléa Geral, e crear huma Constituinte [...]”, caso as reformas constitucionais não fossem referendadas, porque “[...] os desastres, que commumente sobrem às revoluções dependem da violação das leis [...] do vertiginoso espírito de insubordinação contra as auctoridades legitimas.” Acreditava que “Se a reforma constitucional he apetevida por todos os Brasileiros, se a opinião publica se tem com efeito declarado altamente a favor della, os legisladores a farão, e os Anciãos da pátria se não mostram de certo oppositores [...] ao voto da nação, porque a opinião publica he a rainha do universo.” Defendia que “Somente ao Corpo Legislativo compete decidir da conviniencia ou da desconviniencia da reforma da Constitucional, e a Sociedade Defensora nunca dara hum so passo, que tenda a atacar as prerrogativas dos poderes constituídos.” (*Aurora Fluminense*, N° 608, 25/05/1832).

O Clube da Maioridade foi outra sociedade formal com intuits políticos e artimanhas secretas em que tomou parte Ottoni. De acordo com Tristão de Alencar Araripe, a maioria foi a tentativa de “[...] dispensação da idade legal [18 anos conforme a lei] para o Imperador governar [...]” (ARARIPE, 1978:137) Os artífices dessa manobra pensavam que assim poderiam limitar a influência política conservadora e influenciar o jovem imperador num sentido liberal. Com esse objetivo, o Senador José Martiniano de Alencar articulou a criação de uma sociedade em 15 de abril de 1840. Conforme os estatutos do clube, em seu capítulo I, artigo 1 dizia que “estabeler-se-a, na cidade do Rio de Janeiro, uma sociedade com o titulo Sociedade Promotora da Maioridade do Imperador, o Senhor D. Pedro Segundo.” (*Apud* ARARIPE, 1978:175) Já o artigo 4 do mesmo capítulo afirmava que “O fim da sociedade é conseguir, que se declare, quanto antes, a maioria do Imperador, como meio de sustentar a maioria constitucional, ora ameaçada.” (*Idem*) Na ata da primeira sessão, “Conveio-se, que o clube assim instalado trabalhasse secretamente.” (*Idem*: 178).

A proposta da criação do Clube estabelecia que o critério para adoção de novos membros passava pelo compromisso de “[...] votar pela maioria do Imperador, e não sendo membro do corpo legislativo, de procurar [...] adquirir votos para o mesmo fim.” (*Idem*: 173) Outro critério era a escolha de membros que “[...] se encarreguem da redação de um periódico [...]” (*Idem*: 174). Dentre os membros: os deputados Antônio Carlos, Martim Francisco, Peixoto de Alencar, José Mariano, e os senadores José Martiniano de Alencar, Costa Ferreira, Holanda Cavalcanti e Paula Cavalcanti, e também José Antonio Marinho, Pinto Coelho.

Para atingir seu fim, a Sociedade Promotora da Maioridade do Imperador centrava-se em três vias possíveis: a vontade favorável do monarca mancebo, a conquista de filiações de deputados e senadores que votassem a favor da medida antecipatória nas Câmaras legislativas, e a fomentação de uma opinião pública favorável através dos periódicos *Maiorista* e o *Despertador*.

Outra forma de sociabilidade pública de fins políticos que Ottoni tomou parte foi a Sociedade dos Patriarcas Invisíveis. Em vista do regresso conservador materializado nas “leis do cabresto” de 1841 que recriava o Conselho de Estado, dando cabo das conquistas do Ato Adicional sancionado sete anos antes, e que reformava o Código do Processo Criminal, os liberais recorreram ao tradicional recurso de formarem sociedades políticas.

Como o próprio nome denota, a Sociedade dos Patriarcas Invisíveis, formada em 1842, era uma sociedade secreta de fundo maçônico. Formada por José Martiniano de Alencar, no Ceará, e composta por membros como Ottoni, Limpo de Abreu e Antônio Carlos. Sua organização se dava de modo a resguardar seus afiliados, protegê-los da repressão, facilitando suas ações e a expansão da sociedade:

A Sociedade cria, em cada província, um Conselho Patriarcal, de cinco membros. Nas localidades fundam-se os Círculos Patriarcais, designados por uma letra do alfabeto,

sendo seus membros indicados pela respectiva letra e por um número. Cada membro do Círculo, credenciado pelo Conselho [...] organiza novos círculos, onde se façam necessários. As relações entre os diversos círculos se realizam, exclusivamente, por intermédio do Conselho Patriarcal. Quanto aos conselhos, apenas se relacionam por meio dos Patriarcas Fundadores, na Corte [...] Com isso, do mesmo passo que se multiplicavam aos milhares os associados, ficava diminuto o comprometimento em caso de traição. A Sociedade se torna [...] uma poderosa força de expansão, incentivando as municipalidades a protestarem contra as leis reformistas. (CHAGAS, 1978: 82-83)

Na eminência da dissolução da Câmara pelo Imperador D. Pedro II, os Patriarcas Invisíveis agitavam a opinião pública, incentivando protestos contra as leis reformistas, preparando o levante e preparando o seguinte plano: “[...] as províncias assumiriam uma ‘atitude revolucionária’, intimidando o ministério oligarca, que se veria forçado a reconsiderar seus atos.” (*Idem*:84) E assim, as províncias de São Paulo e Minas Gerais se levantaram dando início a revolução mineira de 1842, com participação importante de Teófilo Ottoni.

Fugindo do filão das associações puramente políticas, o liberal da Villa do Príncipe tomou parte em uma sociedade filantrópico-pedagógica de nome Sociedade de Instrução Elementar, fundada em 1831, e tendo como presidente Francisco Crispiano Valderato. Em 25 de setembro de 1831, a Sociedade aprovava nomes de novos membros dentre eles os irmãos Honório Benedicto Ottoni e Teófilo Ottoni como sócios correspondentes. O objetivo da Instrutora era “[...] o melhoramento da instrução elementar neste Império [...] A sociedade confiada nas luzes, patriotismo e philantropia das pessoas, incumbidas entre nós do interessante trabalho de dirigir os primeiros passos da infância [...]” (*O Independente*, Nº 51, 25/10/1831). De tal sorte que sua função era levar ajuda aos despossuídos, os iluminados levariam razão, luz, civilização, incorporando setores não letrados da população à modernidade.

A política governamental, essencialmente a partir das Regências, pautou-se por um posicionamento ambíguo em relação às associações. Os membros do governo, em sua maioria

moderados ex-membros de clubes políticos, procuraram olvidar suas antigas peripécias e agiram atacando por dois flancos possíveis, ou seja, “[...] enfraquecer os grupos que reforçavam o debate político e, ao mesmo tempo, estimular atividades institucionais de filantropia, desenvolvimento econômico e da pedagogia civilizadora.” (MOREL, 2005:280).

Das cinco associações que tomamos conhecimento da participação de Ottoni, quatro eram grupos políticos, sendo que desses, três faziam uso do segredo. Já a Promotora do Bem Público assumia publicamente suas atividades e intenções políticas. Constatam-se indícios consistentes da sua participação em uma associação maçônica. E como foi visto, houve militância em uma pedagógica. A sua inserção nas fileiras da Sociedade da Instrução Elementar talvez se explique em parte pela preocupação de Ottoni com o tema da educação (ponto a ser abordado à frente), e em parte pela política do governo regencial de coibir associações políticas e incentivar as filantrópicas, pedagógicas, econômicas e culturais. Isso também ajuda a explicar porque a maioria das associações em que o político mineiro se filiou não recebeu apoio imperial, pelo contrário, chegando mesmo a serem perseguidas, como é o caso da Promotora do Bem Público fechada em 1832 pelo governo. Sendo de oposição ao governo, era natural que fossem perseguidas. Outro fator que ajuda a entender a participação maciça do liberal em clubes políticos foi o próprio contexto. Durante o primeiro reinado e regências, as vertentes politizadas foram hegemônicas em relação às associações apolíticas (*Idem*:280-296).

A cidade Imperial foi a escola cívica de Ottoni. Sala de aprendizado feita num espaço público em transformação, em que o pupilo aprendeu as lições de uma cultura política de construção da esfera pública. A pedagogia era calcada nos exemplos de ações como manifestações públicas que tomavam as ruas e praças. A biblioteca eram as tipografias e o material didático, os jornais, livros e panfletos que circulavam por esses ambientes. Passando no teste, formado na vida política imperial, o aluno se tornava mestre e foi reutilizar o conhecimento

adquirido na sua Comarca do Serro, contribuindo de maneira indelével para a construção e transformação de um espaço público em Minas Gerais por meio de uma rede de periódicos, *town meeting* na Vila do Príncipe, da sua tipografia, e da participação em associações formais políticas e filantrópicas. As idéias que impulsionavam Ottoni nas aventuras de ação na esfera pública serão o assunto do capítulo final.

CAPÍTULO 4. REPUBLICANIZAR A MONARQUIA: A IDÉIA DE REPUBLICA NO DISCURSO OTTONIANO

“Ou queremos monarquia constitucional, isto é governo misto, ou queremos uma monarquia republicana”

Francisco Gomes da Silva

“Mais verdadeira é talvez a observação de que os homens atuam na vida social, e particularmente na arena política, muito mais de acordo com as circunstâncias que se apresentam – as conjunturas, como se diz – do que com o ideário que acaso tenham. Todos nós estamos permanentemente nos representando a nós mesmos, representando para platéias indiferentes ou coniventes, que tanto nos coagem com suas expectativas que nós interiorizamos como se projetam em nós.”

Darcy Ribeiro, *Ensaaios insólitos*.

O objetivo nesse capítulo é reconstruir a *langue*, a estrutura das linguagens políticas Imperiais, concomitantemente à abordagem da *parole* de Ottoni, do emprego da estrutural gramatical vigente pelo liberal mineiro. O *métier* aqui fixado segue uma via de mão dupla: pretender ir das convenções lingüísticas que circundavam Ottoni naquela sociedade imperial até a primeira metade do século XIX, às suas ações e reações no interior das estruturas de linguagens disponíveis naquele contexto. Rastrear o contexto lingüístico das idéias políticas republicanas com o qual ele teceu diálogos, através de um levantamento prévio, de uma síntese construída *a priori*, feita com base na recente bibliografia que pesquisa os debates políticos e idéias republicanas nos primeiros quarenta anos da vida política imperial brasileira.

4.1 Langue: o contexto intelectual no Brasil na primeira metade do século XIX

Teófilo Ottoni teve participação direta na transformação e solidificação do espaço público na Comarca do Serro Frio. As idéias que sustentavam e direcionavam suas ações públicas em seus escritos, manifestações, discursos e debates, serão discutidas nesse momento, tendo como suporte teórico a abordagem collingwoodiana para o estudo do pensamento político, também denominada Escola de Cambridge, amparada, principalmente, nos trabalhos de Quentin Skinner e J. A. Pocock sobre o estudo histórico das idéias políticas.

Visando superar interpretações históricas que imputam aos autores do passado problemas e linguagens que são exclusivos do presente do estudioso e que redundam em “mitologias do presentismo”, Skinner oferece uma alternativa metodológica que visa alcançar a intencionalidade autoral, o que o próprio autor aceitaria como uma descrição correta daquilo que ele quis dizer. Para isso é indispensável compreender a força ilocucionária do enunciado, ou seja, o significado novo e adicional agregado ao significado convencional que revela o que o agente poderia estar fazendo ao proferir aquele enunciado, e que empresta sentido particular ao ato de fala. Já “[...] a compreensão da intenção autoral advém do conhecimento de convenções lingüísticas que historicamente contextualizam o texto. Tais convenções “fechariam” o rol dos significados possíveis que o texto poderia ter tido.” (JASMIN; JÚNIOR, 2006:17) Determinado autor ao proferir um enunciado está necessariamente envolto em um contexto lingüístico em que ele se vê obrigado a usar, adaptar e transformar vocabulários e teorias em voga, construindo e participando de jogos de linguagem.

John G. A. Pocock tem como máxima do seu labor teórico a linguagem. Para ele interessa ao historiador os vocabulários políticos, formados por conceitos, gramáticas e sintaxes, de uma

certa sociedade ou de uma época. Várias línguas podem coexistir no interior de uma determinada sociedade ou mesmo numa mesma língua, sendo apropriada por certos grupos com interesses muitas vezes distintos. Cabe ao historiador do pensamento político reconstruir essas camadas lingüísticas estudando os autores em relação a elas, ao mesmo tempo em que levanta as convenções lingüísticas que são contemporâneas a esses mesmos autores. É tarefa do pesquisador compreender as relações entre a *langue*, a língua como um todo ou o contexto lingüístico e a *parole*, as performances particulares realizadas por autores particulares realizadas no interior da *langue*. (*Idem*:18-21)

Lúcia Maria Bastos das Neves, fazendo uso das metodologias anglófona das *ideas in context* e germanófona da história dos conceitos para compreender o significado dos conceitos políticos no Brasil entre 1821 e 1822, trabalha com termos centrais de onde emergem vocabulários novos que permitem entender as idéias políticas das elites coimbrã e brasiliense. Dos quatro conceitos originalmente levantados pela autora, três interessam de perto: despotismo, liberalismo e constitucionalismo. A tese levantada por Neves é que a matriz desse trio conceitual remete a ilustração portuguesa e originalmente a Revolução Francesa. Em torno dos conceitos gravitava uma constelação semântica que era formulada e reformulada nos debates políticos e que externavam idéias relacionadas aos grupos absolutistas, monarquistas constitucionais, separatistas e unitaristas de ambos os lados do Atlântico. Os vocábulos ligados ao conceito de despotismo eram: tirania, arbitrariedade, poder absoluto, antigo regime, opressão, servilismo, escravidão, ferro, grilhões, cadeia, jugo. O termo liberalismo tinha como esteio ideológico os conceitos liberdade, igualdade e fraternidade e termos como: livre, liberal, liberalismo, constitucional, constituinte, pacto social, igualdade de direitos civil, política, interesse público, soberania da nação, soberania popular. Coroando a tríade conceitual encontravam-se os vocábulos: razão, luzes, ilustração progresso, civilização, felicidade. (NEVES, 2003:119-169)

Renato Leite Lopes, ao estudar “[...] a existência de um pensamento republicano no Rio de Janeiro à época da Independência no Brasil.” (LEITE, 2000:11) procurou compreender o significado do republicanismo nos escritos da época, através de um estudo comparativo entre Frei Caneca, João Soares Lisboa, José da Natividade Saldanha e Cipriano Barata.

Esses republicanos tinham em comum o silêncio que envolvia a palavra república em seus ditos e escritos. Contorcionismo lingüístico-discursivo esse que talvez se explique em razão do sentido pejorativo imputado ao termo pelos adversários e também pela cautela reativa ao cerceamento da liberdade de consciência expressa nas leis do período. Em conseqüência da repressão à palavra república uma das estratégias dos republicanos era tecer severas críticas ao despotismo, contrapondo governo constitucional ao absolutismo. Apenas em momentos críticos, de ruptura da ordem legal, a idéia de república era expresso publicamente, especialmente através do artifício do uso público do conceito de federação.

Destarte, outro traço comum que formatava o conteúdo do ideário desses republicanos era a defesa, por paradoxal que possa vir a ser, da monarquia desde que constitucional, representativa e federativa. Algo como uma máscara monárquica com conteúdo republicano. Essa forma era defendida porque antagônica ao governo sem leis e despótico. A monarquia constitucional representativa e federal tinha como propriedades a divisão dos poderes, um judiciário livre, representatividade política, respeito a lei e a constituição, liberdade individuais, autonomia provincial. Um governo republicano devido ao peso do poder legislativo e da soberania popular. Um governo que conciliaria direito do cidadão e direito do monarca.

O apoio de republicanos brasileiros ao governo monárquico constitucional não constituía um contra-senso. Através da representação democrática na constituinte eles poderiam negociar autonomia federativa e equilíbrio na divisão de poderes. Para Leite, esse compromisso constitucional com monarquia explica-se, em parte, em inferência das duas fontes do

republicanismo nos séculos XVIII e XIX, a saber: o equilíbrio da monarquia inglesa no século XVIII, e o governo misto do republicanismo clássico. O princípio federalista do governo dos Estados Unidos permitiu conciliar as vantagens do sistema monárquico inglês e do republicanismo clássico através de práticas como: Juíz de Paz eleito, autonomia distrital, separação de poderes. (LEITE, 2000: 31-59)

Marcello Otávio Basile, ao perscrutar as bases do projeto político dos liberais exaltados coloca em destaque um vocabulário político de matriz republicana. Um dos traços desse ideário era a crítica ao absolutismo conceituado como despótico. A defesa do direito à rebelião em caso de governos tirânicos também compunha o vocabulário exaltado. O regime de governo pretendido era a república, não obstante a ambigüidade das folhas exaltadas na defesa de seus objetivos em razão da ameaça de repressão governamental. República possuía uma dupla acepção: organização política voltada para o bem comum; regime de governo no qual o mandatário é eleito por tempo determinado. A alternativa, ainda que paliativa, passava pela defesa de uma monarquia constitucional e representativa. Era o que propunha Ezequiel Correa dos Santos, com sua *Monarquia Americana sui generis*, uma monarquia republicana, constitucional, representativa, federalista, não hereditária e eletiva Trocando em miúdos, uma república. O sistema de governo almejado era a organização federal das províncias. (BASILE, 2000:62-96)

Para Silvia Carla Fonseca, “inúmeros periódicos regenciais elaboraram [...] dicionários de conceitos políticos tendo por fim redefinir palavras e conceitos não mais adequados ao que era concebido como um ‘novo’ tempo.” (FONSECA, 2004:69) A linguagem republicana constituía-se a partir da articulação de determinados conceitos, compreendidos de forma particular conforme a conjuntura, de acordo com o momento histórico. Assumir publicamente a defesa da república era crime previsto pelo código criminal de 1830 e pelo código de Processo de 1832.

Dessa forma, a herança de um ideário republicano se manifestava mediante alguns recursos que disfarçavam a defesa do governo republicano. Importante, então, mencionar a valorização e a popularização do ensino da retórica no Brasil, entre fins do XVIII e início do XIX, entendida como a arte de persuadir, a utilidade do diálogo como método, a arte da disputa.

Algumas formas de apresentação da república se davam por meio de uso de expressões alternativas como, por exemplo, monarquia eletiva ou mesmo federação. Outra forma de apresentação, era a alusão à virtude como pré-requisito para governos republicanos, ou seja, valores como apego à coisa pública redundariam na transformação das instituições políticas. As reivindicações acerca da federação baseada nos princípios da autonomia e auto-governo, eram outra forma alternativa de se afirmar o desejo da república. A reivindicação de uma milícia cívica, de um exército cidadão, formada por cidadãos proprietários era outro tema caro à tradição republicana.

Alguns jornais se auto-definiam como republicanos, sorrateiramente, por meio do elogio de outros jornais denominados republicanos. Outro recurso para amparar princípios republicanos era a prática de alguns periódicos liberais transcreverem de artigos de teor republicano de outros jornais. Assim, eximia-se da responsabilidade legal por tais idéias. Outra maneira usada de defender a república, era a desqualificação da monarquia, seus atributos, protocolos e rituais. Daí uma postura anti-aristocrática dos escritos republicanos criticando os privilégios, comendas, títulos de nobreza e outras práticas monárquicas. A forma de governo pretendida era algo próximo a uma monarquia constitucional republicana federal, podendo ser vitalícia ou temporária. A república era definida em função da sujeição de todos os cidadãos indistintamente às leis e em razão da precedência do princípio do bem comum. O poder soberano deveria residir no povo que o delega temporariamente a muitos para fazer a constituição e as leis e a um para executar as mesmas. (*Idem*:89-103)

Outro traço desse republicanismo era o americanismo. A localização geográfica do Brasil entre repúblicas e o peso do exemplo da república norte americana era um argumento forte usado em pró da monarquia republicana. O sistema Americano era concebido como sinônimo de liberdade e democracia em contraposição à Europa associada ao despotismo e à Santa Aliança. (*Idem*:141-173)

Heloísa Starling e Christian Edward Lynch, dividem a história do conceito de república no país, no século XIX, em quatro fases cronológicas distintas: 1º) 1750-1792; 2º) 1792-1821; 3º) 1821-1834 e 4º) 1834-1850. Apesar das mudanças do conceito no tempo, os dicionários Bluteau e Moraes entre o extenso período que corre os anos de 1713 a 1877, expressavam em suas páginas basicamente dois sentidos para a palavra república: Estado voltado para o bem comum; Estado governado por magistrados eleitos pelo povo. (STARLING; LYNCH, 2007:1)

Em conformidade com os objetivos e recorte cronológico dessa pesquisa, a terceira e a quarta fase do conceito de república no Brasil serão privilegiadas. A partir da Revolução Constitucionalista, república passou a ser compreendida como monarquia republicana.

*[...] o encaminhamento de uma fórmula de transição do Antigo Regime para o governo constitucional, que preservava a fórmula monárquica de governo, leva o conceito de república a passar para o segundo plano, escondido seu significado sob as fórmulas de uma monarquia democrática ou republicana. A aceitação da monarquia constitucional reduziu a antiga oposição entre direita absolutista e esquerda republicana a uma luta entre adeptos de uma monarquia republicana, isto é democrática [...] e que assumiu também aspirações federalistas, americanistas, e uma monarquia temperada, isto é, governo misto à inglesa, com acentos unitaristas, europeístas. (*Idem*: 4)*

As disputas políticas e as batalhas semânticas passaram a ser travada entre os lados direito e esquerdo do espectro político liberal. A “direita” moderada reivindicava uma monarquia constitucional representativa. Uma modalidade equidistante da república e do absolutismo. Um

governo misto que unia elementos democráticos e aristocráticos. Identificava monarquia ao unitarismo administrativo e territorial, interpretava república como federalismo e lia essa opção como feudalismo e despotismo. Dessa maneira, se auto-definia como forma de governo que sintetizava e era portadora dos ideais de civilização e luzes. Já a “esquerda”, defendia uma república travestida de monarquia. O apoio dos republicanos à emancipação política brasileira sob o a tutela de D. Pedro I, era regulado por um hipotético acordo tácito que tinha como cláusula única e fundamental a instalação de uma monarquia constitucional que privilegiasse elementos democráticos ou republicanos. Isso significava enfraquecer o poder monárquico e fortalecer a Câmara popular, combater as propostas de uma segunda Câmara de perfil aristocrático e o veto absoluto do monarca. Ir contra tudo aquilo que foi estabelecido na carta outorgada pelo Imperador em 1824, isto é, o unitarismo, o Poder Moderador, o Conselho de Estado, o Senado Vitalício. (*Idem*:pp.5-6)

Obviamente a palavra república era oculta através de certos recursos semânticos, como denota a própria estratégia discursiva de imputar ao termo o estratagema conceitual de monarquia constitucional. “Abraçar uma monarquia democrática era assim uma forma de aceitar a monarquia sem deixa de ser republicano.” (*Idem*:7) Apenas no limiar da ruptura violenta com o Imperador, somente nesses casos extremos a esquerda liberal assumiu-se publicamente como republicana. Como foi o caso da Confederação do Equador, em Pernambuco a partir de 1824. Mesmo nas Regências, o abandono da fórmula de transigência com a monarquia constitucional se dava em último caso. Nas guerras civis provinciais do período como na Farroupilha no Rio Grande do Sul e na Sabinada na Bahia, os republicanos se assumiam federalistas e falavam em república como meio de emancipação do governo nacional. (*Idem*:8)

Em resumo, conclui-se que o contexto lingüístico que sobrevoava as idéias de Teófilo Ottoni era constituído pelas seguintes características:

- a) Havia uma insegurança em assumir publicamente a república como opção ideológica. O temor de perseguições políticas desdobrava-se em precaução e, conseqüentemente, no uso de certos ardis semânticos como meio de se apresentar e defender a república,
- b) Era comum o estratagema da crítica à opção pela monarquia constitucional centralizada, como forma enviesada de republicanismo,
- c) Frente a governos tirânicos, as rebeliões armadas eram vistas com direito natural,
- d) Para além dos sentidos gerais de governo voltado para o bem comum e formado por magistrados eleitos pelos cidadãos, república se apresentava como monarquia constitucional e representativa,
- e) Essa monarquia republicana se distinguiu por primar pelo federalismo, compreendido como independência e auto-governo das províncias,
- f) Outro traço peculiar, era a idéia de soberania popular materializada na crítica a uma segunda Câmara aristocrática e na tese do fortalecimento da Câmara popular,
- g) Justificava-se uma filiação republicana para o país, em efeito do pertencimento à América, reino do novo e da liberdade em contraposição à Europa, continente imaginado como decrépito e ambiente naturalmente tendencioso ao despotismo,

4.2 A Utopia Americana: o discurso republicano Ottoniano

4.2.1 “Huma hidra de cem cabeças”: o despotismo nas palavras de Ottoni

O embate com as forças políticas imperiais, a relação crítica com a ordem monárquica centralizadora e a convivência com o contexto intelectual em voga, leva a questionar de que maneira emergiam no discurso de Ottoni conceitos importantes como despotismo, rebelião, república, monarquia, federalismo.

Quanto ao despotismo, em 1832 diziam que “O partido da Sentinella he o daquelles homens prudentes que abominam o despotismo [...]” (*In Astro de Minas*, Nº 644, 10/01/1832) Numa máxima nosso personagem alertava sobre os perigos que rondavam o edifício da liberdade, em uma espécie de aforismo em que meditava sobre a os efeitos prejudiciais da pompa e bajulação que cercam os homens poderosos, corrompendo mesmo os mais confiáveis e os transformando em candidatos a tiranos: “A liberdade he ameaçada, quando se insençam em extremo seus supostos, ou mesmo verdadeiros defensores, que estejam actualmente cercados pelo prestígio do poder, ou da popularidade [...] o entusiasmo por homens he perigozo, e quase sempre nocivo.” (*In Astrea*, Nº 792, 28/01/1832)

Rememorando que as críticas ao regime político adotado pelo Império eram, além de expressar asco real dos republicanos, um bom exercício lingüístico de contorcionismo discursivo ante as eventuais ameaças de repressão à publicidade do termo república. Em 1831, o periódico *Astrea* publicava um artigo do *Sentinella do Serro* intitulado “Caráter do Despotismo”, o qual podemos ler na integra:

O Despotismo, que cimenta sua glória com lágrimas, e gemidos da humanidade; o Despotismo, que suffoca a voz da sabedoria para não ouvir senão o horroroso brado do capricho, e das paixões, só foi estabelecido entre os povos, para os precipitar no abismo dos males incalculáveis. E, certamente, que horrorosos quadros nos não offerecem os annaes do Despotismo? Alli se vê o crime quazi sempre coroado por bons successos; a virtude desprezada, e calcada aos pés; a innocencia sem apoio, estendendo a garganta ao cutello da injustiça; e finalmente todos os generos de tormentos afflictivos inventados para opprimir a humanidade. A menor sombra de ventura desaparece na prezença dos Despostas: este nome só inspira horror; este nome faz estremecer de susto a Nação escravizada; este nome odioso está associado á idéas de sangue, de patíbulos, de cadafalsos [...] Mas quem pôde pôr limites aos flagellos do Despotismo? He huma hidra de cem cabeças, sempre venenosas, sempre renascentes para devorar a nação [...] Ceos! Que horror!! Povos! Abominai o Despotismo! Se quereis ser felices, exterminai-o debaixo de qualquer fôrma, que elle appareça. (In Astréa, N° 661, 18/011831)

Na citação acima, o despotismo é descrito como antípoda da felicidade humana. O recurso alegórico pinta o Despotismo como uma hidra. Terrível entidade monstruosa de cem cabeças, venenosa e inimiga do bem público. Lidando com o imaginário do leitor, utiliza o processo de zoomorfização, associando características do animal feito besta monstruosa à valores do despotismo. Destarte, o déspota era apresentado como figura inumana, pois equivalente imageticamente a um animal com feições de monstro²³.

O Despotismo passa pelos interesses de poucos ou um só. O agir orientado pelo “capricho” e pelas “paixões”. A história da humanidade na perspectiva dos seus momentos mais sombrios sob a égide do Despotismo, revela um quadro desolador em que “*se vê o crime quazi sempre coroado por bons successos*” [Grifos meus], a “virtude desprezada” e, em resultado, o grassar da injustiça e opressão, a escravidão e o fim da liberdade. O Despotismo age através da

²³ Pode-se definir a zoomorfização assim: chama-se “[...] de imaginação teriomórfica ao processo de utilizar o simbolismo animal para representar valores, temores e anseios.” (DURAND *apud* MOTTA, 2002:51)

violência, patíbulos, cadafalsos e sangue. O horror dominante vem acompanhado por lágrimas e gemidos.

Importante ressaltar o contexto em que o artigo veio à tona. O ano de 1831 foi marcado por turbulências políticas oriundas de embates de forças radicais contra D. Pedro I redundando na sua abdicação. D. Pedro era associado pelos adversários ao absolutismo, que, por sua vez, era interpretado como Despotismo. O despotismo, fundamentado nas paixões pessoais e no uso da violência, eram vistos como contrário ao governo constitucional e, por isso, arbitrário. Na impossibilidade de atacar diretamente o Imperador, Ottoni usou o subterfúgio de atacar os valores associados ao Despotismo àquela altura tacitamente ligado a figura do monarca bragantino. Diante da impossibilidade de defender em público a república, fazia-se propaganda negativa da monarquia, associando-a ao Despotismo.

4.2.2 “O sagrado direito da insurreição”: Ottoni e o apelo às armas

Thomas Jefferson, principal esteio do pensamento político de Ottoni e que será citado freqüentemente nesse capítulo, escreveu que “*malo periculosam libertatem quem quietam servitutem*”²⁴. Ao aceitar que os governos republicanos estão mais sujeitos a turbulência, pois nele o homem se encontra mais livre, contrapõe que “uma pequena rebelião, de quando em vez, é boa medida e tão necessária no mundo político como tempestades no mundo físico [...] É um remédio necessário à saúde saudável do governo.” (JEFFERSON, 1964:63-64) Ao seu ver, “As agitações que ocorreram na América [...] nada oferecem de ameaçador. Constituem prova de que o povo tem suficiente liberdade [...] Se se pode conseguir a liberdade da massa do povo a

²⁴ Tradução: “prefiro liberdade com perigos a uma escravidão tranqüila”.

expensas de uma pequena tempestade, vez ou outra, ou mesmo de um pequeno derramamento de sangue, seria preciosa aquisição.” (*Idem*:65) Completa afirmando que:

*Livre-nos Deus de passar vinte anos sem tal rebelião [...] E que país poderá preservar a liberdade se seus governantes não forem advertidos, de tempos em tempos, de que o povo preserva o espírito de resistência? Deixemo-lo levantar-se em armas. O remédio esta em esclarecê-lo quanto aos fatos, perdoá-lo e pacificá-lo [...] Deve-se regar a árvore da liberdade, de quando em vez, com o sangue de patriotas e tiranos. É sua adubação natural (*Idem*:65)*

Para Jefferson, mesmo nos governos livres o sagrado direito à rebelião devia ser resguardado e visto com bons olhos. A liberdade política requer a participação ativa da população na cena pública, mostrando estar vigilante, atenta, a qualquer sinal, por menor que seja, de tirania. Uma sociedade por demais tranqüila seria sinal de doença do corpo político, e as rebeliões são o remédio mais eficaz no combate a letargia, sintoma da escravidão.

No mesmo texto em que trata do despotismo, Ottoni diz que diante desse mal “[...] os flagellos da guerra, e da esterilidade são terríveis; porém passageiros, e tempo mais felices podem reconduzir a paz [...]” e termina o libelo afirmando que “Se quereis se felices, exterminai-o [o despotismo] debaixo de qualquer forma, que elle appareça.” (*In Astréa*, Nº 661, 18/011831) Na *Sentinella do Serro*, dizia que quando a liberdade se vê ameaçada, “[...] he licito, ou antes he rigoroso dever dos filhos da Pátria correrem ás armas, voarem ao campo de batalha, e fazerem ahi (mas somente ahi) cruenta guerra aos inimigos da liberdade” (*In Aurora Fluminense*, Nº 495, 15/06/1831) Diante de um regime discricionário, o uso da força visando a liberdade era concebido como a única alternativa política viável e justa.

A epígrafe que encabeçava o *Sentinella do Serro* conclamava os leitores a usar o direito de revolução como saída em caso de governos despóticos. A epígrafe era uma citação de Thomas

Jefferson e ficava ao lado da figura do soldado que ilustrava jornal com armas em punho e sempre alerta para debelar tiranos: “O fim de toda associação política é a conservação dos direitos naturais e imprescritíveis do homem; estes direitos são a liberdade, a segurança, a propriedade e a resistência à opressão”. Conforme a epígrafe deixa transparecer, a resistência à opressão era vista como um direito natural, uma medida justa e legal em caso de abusos do poder político instituído.

A análise da justificativa do uso do direito de revolução vai se concentrar em dois momentos distintos em que Ottoni apelou ao uso das armas liderando movimentos na Vila do Príncipe em 1831 e na rebelião mineira de 1842. Interessa, sobretudo, o discurso sobre o direito de rebelião e não propriamente uma narrativa das ações em si.

Em 1831 a Vila do Príncipe se convulsionava em armas e festejos cívicos. As batalhas de rua entre lusitanos e homens da terra acontecidas na cidade do Rio de Janeiro entre os dias 13 e 14 de março, repercutiram na Vila com atraso. As primeiras notícias dos acontecimentos chegaram no dia 3 de abril de 1831. O redator da folha *Setinella do Serro*, no mesmo dia 3 “[...] fazia uma proclamação aos serranos, chamando-os às armas, para deitar por terra a tirania.” (OTTONI, 1972:177) Na proclamação convocava os habitantes da Comarca do Serro Frio com o apelo: “o captivo é infallível, se não corremos às armas para defendermos o que é mais precioso sobre a terra.” (*In O Universal*, Nº 581, 13/04/1831) Em outra proclamação estampada nas páginas do *Sentinella do Serro* no dia 13 de abril, prometia apoio de toda a província de Minas e incentivava todos o soldados do Rio de Janeiro: “[...] armai-vos tranquilamente para deffender esses firmes esteios da nossa liberdade [...]” (*In O Universal*, Nº 586, 25/04/1831) O sentido do apelo ao povo e do incentivo aos homens de armas era despertar o sentimento cívico,

pois a tirania ameaçava levar todos a escravidão. Para defender a liberdade das garras do despotismo restava o caminho natural do recurso às armas.

No dia 6 de abril, cerca de 500 habitantes, entre vereadores, lideranças, populares, da vila atenderam ao chamado cívico do *Sentinella do Serro* e reuniram-se na Câmara Municipal. Um dia antes da revolução de 7 de abril na cidade do Rio de Janeiro, os confederados tendo com secretário Teófilo Ottoni formaram uma caixa militar reunindo uma quantia de 11.000\$. “Antecedentemente se havia comprado todo o chumbo, pólvora e salitre e armamento da Vila do Príncipe [...]” (OTTONI, 1972:178) “Do dia 4 até 22 de abril, foi Sêrro uma praça d’armas de cuja revolta contra o governo geral eu assumi com prazer a principal responsabilidade” (*Idem*:181) A população agregada jurou um compromisso baseado em 6 artigos em defesa da pátria e liberdade:

Art. 1º - Pois que pelo código criminal se impõe aos brasileiros a obrigação de resistir às ordens ilegais [...] comprometem-se a repelir os abaixo assinados a fôrça pela fôrça e a tirar da prisão qualquer cidadão que não esteja legalmente preso. Para este feito, logo que algum dos associados souber que está prêso algum cidadão, convidará a quantos encontrar e [...] examinará se há ordem para ela, e havendo-a, se é legal, e, logo que não o seja, tirar-se-á o preso à fôrça d’armas.

Art. 2º - Logo que cheguem notícias que continuam as desordens no Rio de Janeiro, os cidadãos abaixo assinados se reunirão neste mesmo lugar para concorrerem com as quantias precisas para uma caixa militar que servirá para sustentar os guardas nacionais de fora [...] e para pagar o sôldo aos que tiverem de marchar contra os absolutistas e a favor dos patriotas.

Art. 3º - Todos os associados assentarão praça na guarda nacional [...] e promoveram a união entre os guardas nacionais e o entusiasmo pela causa da liberdade [...]

Art. 4º - Se antes de chegarem notícias do Rio de Janeiro houver certeza de que das Divisões de Minas, ou de qualquer outra parte, marcham tropas para o Serro, ou que no Ouro Preto rebentou a lavra revolucionário, reunir-se-ão imediatamente todos os associados [...] promoverão a reunião da Câmara Municipal [...] convocarão todos os cidadãos para concorrerem ao largo da Cavahada e ai se alistarem em diferentes companhias, as quais se organizaram em batalhões, na forma de representação do conselho, afim de operar em defesa da pátria e da liberdade.

Art. 5º - Se a segurança individual e as garantias constitucionais forem atacadas aqui [...] ou quando cheguem as notícias em que falam os artigos antecedentes [...] mandar-se-á tocar a rebate em todas as igrejas da Vila, a fim de reunir o povo em defesa da Pátria. (Idem: 178-179)

Com o intuito de defender a pátria e as liberdades ameaçadas pelo governo arbitrário de D. Pedro I, os confederados se prontificavam a resistir à ilegalidade e a tirar da prisão pela força das armas cidadãos que, por porventura, fossem aprisionados. Em caso de notícias sobre uma possível agressão bélica a vila, sobre desrespeitos a segurança individual ou às garantias constitucionais, o povo se comprometia a se alistar em companhias armadas para defesa da liberdade. O direito de resistência armada aparece, mais uma vez, como ação justa e legal contra o despotismo e recurso limite em caso extremo corporificado na ameaça a liberdade política e a segurança individual.

As notícias sobre a abdicação do Imperador em 7 de abril, chegavam ao Serro no dia 22 e davam termino ao movimento da Vila do Príncipe. Com o ocaso do movimento, as festividades tomaram conta das ruas da vila e o ímpeto revolucionário se transformou em furor assassino e a massa ameaçou os portugueses que lá residiam, em especial a figura o Ouvidor da Comarca. Em reação Ottoni clamou ao povo que “[...] não manchássemos com excessos criminosos a bela vitória [...]” (*Idem*: 182) Ouvido pela multidão salvou os portugueses que moravam na Vila do Príncipe. A revolução para ele constituía um meio legal de luta contra governos despóticos, todavia não aceitava os abusos da violência. A esse respeito escreveu: “[...] he uma vileza, he huma indignidade abusar da fraqueza dos vencidos para espancal-os.” (*In Aurora Fluminense*, Nº 495, 15/06/1831)

Quando das disputas políticas pós-abdicação, o político da Villa do Príncipe manteve a opinião e comentou num artigo do número 43 de 25 de junho de 1831 da Sentinella do Serro que:

“A Sentinella do Sêro nunca pertenceu ao partido das meias medidas [...] enquanto existiu o tirano, apelou constantemente para os golpes nacionais, consagrou em suas páginas o sagrado direito da insurreição [...]” Porém, após o tirano debelado se colocou contra a guerra fratricida e a favor do constitucionalismo afirmando: “[...] mas hoje, caros patrícios, o despotismo caiu, e, se nos afastamos da órbita da lei, nos arriscamos a perder o muito que temos ganho pelo pouco que nos resta a ganhar [...]” (In OTTONI, 1972:186)

Afastados do poder, os caramurus organizaram uma sedição conservadora em Minas Gerais. Em 1833, os caramurus promoveram uma revolta militar em Vila Rica, depondo o governador Manuel Inácio de Melo e Sousa. O vice-governador Bernardo de Vasconcellos abandona a província escoltado por soldados, sendo libertado pelo povo de Queluz. Vasconcellos instala o governo em São João Del Rei. É organizado um exército sob comando do General Pinto Peixoto. (CHAGAS, 1978:45) Ottoni na Vila do Príncipe forma um batalhão de voluntários. A sua justificativa era a seguinte: “Tratava-se de combater o princípio retrógrado, e por isso eu não podia ficar neutral [...] fiz-me centro do movimento no Sêro e marchei comandando uma companhia da guarda nacional da fôrça expedicionária, que dali foi até Caeté [...]” (OTTONI, 1972:199-200) Os serranos não chegaram a usar as armas. Durante sua marcha os sediciosos haviam se rendido em Vila Rica.

Naquela conjuntura restavam as veredas da luta constitucional para construir nos limite da lei uma ordem monárquica pautada por princípios democráticos. Era o momento de baixar armas e partir para o debate parlamentar. O recurso das armas era legítimo em caso de escravidão cívica oriunda da existência de governos tirânicos, mas derrubado o regime despótico emerge o momento da construção da ordem constitucional. Conseqüentemente, temendo uma sucessão de revoltas, golpes políticos e de governos e visando evitar a anarquia oriunda dessa situação, Ottoni

pega em armas, dessa vez, para enfrentar uma tentativa de rebelião. Na sua lógica, findado o despotismo era o momento de erigir a liberdade e não de ameaçá-la com sedições.

Dando um salto cronológico para 1842, vamos nos concentrar na rebelião mineira daquele ano. Eleito deputado à Câmara dos Deputados em 1838, Ottoni assistiu à reação conservadora e testemunhava que “Fundidos na oligarquia alguns conservadores eminentes do primeiro reinado, a reação corria à rédea solta. O que andava na berra era seita do regresso [...]” (*Idem*:213) Com a renúncia de Feijó em 1837, a regência passou as mãos do conservador Araújo Lima ancorado na aliança moderados-caramurus. O ministério organizado em 19 de setembro de 1837 seguia essa tendência. Emergia o partido conservador e “Um dos símbolos do novo credo era a reforma do ato adicional.” (*Idem*:214) Em 12 de maio de 1840 a lei de interpretação do Ato Adicional foi promulgada findando as conquistas de 1834, reformando a lei de teor federalista e dando cabo a autonomia das províncias com a proibição das assembleias legislativas de decidirem assuntos relativos a economia, tributos, segurança.²⁵

Conforme Miranda, “[...] para tentar frear o rolo compressor conservador [...] A idéia era ganhar a confiança e a gratidão de Pedro II, influenciá-lo politicamente e tirar o Poder Executivo das mãos dos conservadores.” (MIRANDA, 2007:75) Para dar vida a idéia de antecipar a maioria do Imperador e colocá-lo no trono o mais rápido possível, os liberais criaram a sociedade secreta Clube da Maioridade, que agia pretendendo conquistar a opinião do principal interessado, o Imperador, a opinião pública e o voto do Deputados para reformarem o artigo 121

²⁵ Informações mais detalhadas sobre os acontecimentos políticos envolvendo liberais e conservadores na conjuntura exposta acima ver: MIRANDA, Nilmário. *Teófilo Ottoni: a república e a utopia do Mucuri*. São Paulo. Caros Amigos. 2007. pp. 72-74 e CHAGAS, Paulo Pinheiro. *Teófilo Ottoni Ministro do Povo*. 3º ed. Belo Horizonte Itatiaia.1978, pp.48-61

da Constituição no sentido de adiantar o jovem de, então 15 anos como chefe político da nação²⁶. A 23 de julho de 1840, a maioria foi declarada.

Mas, para os liberais “o feitiço volta-se contra o feiticeiro” (*Idem*:76) e conforme desabafou Ottoni “mal triunfava a maioria, já sobravam razões ao partido liberal para se arrepender de havê-lo iniciado [...] o governo pessoal se inaugurava com a nomeação do chefe da facção áulica, o Sr. Aureliano de Souza e Oliveira Coutinho, para ministro dos negócios estrangeiros.” (OTTONI, 1972:269) O gabinete formado em 1841 de hegemonia conservadora, tinha na suas fileiras como ministros da Marinha e da Guerra, respectivamente, os nomes do Marquês de Paranaguá e de José Clemente Pereira. E no mesmo ano, foram aprovadas as leis do cabresto: uma de 23 de novembro que restabelecia o Conselho de Estado e mutilava a conquista liberal do Ato Adicional, outra de 3 de dezembro que mudava o Código de Processo Criminal restringindo a inviolabilidade do asilo e permitindo as prisões arbitrárias. (CHAGAS, 1978: 80-81; MIRANDA, 2007:76; OTTONI, 1972:280) Em 1º de maio de 1842, o Imperador dissolveu a Câmara dos Deputados, que tinha obtido maioria liberal, justificando sua atitude devido a possíveis fraudes eleitorais.

Para os liberais como Ottoni “Tudo se encaminhava para a passagem da arma da crítica para a crítica das armas.” (MIRANDA, 2007:79) Ele adere a sociedade secreta dos Patriarcas Invisíveis, formada pelos liberais que através da associação faziam propaganda revolucionária e campanha contra as leis reformistas. No dia 17 de maio São Paulo se levanta em armas. Minas Gerais adere ao movimento, artimanha usada para “distrair” as forças governamentais. No dia 10 de junho a Câmara Municipal de Barbacena elege José Feliciano Pinto como presidente da província. Ottoni, então na Corte, fica sabendo do levante apenas 5 dias depois. A par da derrota de São Paulo, Ottoni galopou cerca de 198 quilômetros em um dia e meio em direção a Minas. A

²⁶ As características, estratégias e membros do Clube da Maioridade foram discutidas no capítulo 3, páginas 40-41.

revolução se espalha por Queluz, São João Del Rei, Baependi, Cataguazes, Lavras, Caeté, Paracatu, entre outras vilas. A batalha decisiva ocorreu em Santa Luzia²⁷ sob comando de Ottoni, já que José Feliciano tinha abandonado o local na véspera. Derrotado por Caxias, espera a prisão em companhia de outras lideranças²⁸. Ficou dezesseis meses encarcerado em Ouro Preto, onde foi julgado e absolvido. (CHAGAS, 1978:84-129; MIRANDA, 2007:81-88; MARINHO, 1977)

O republicano do Serro justificou o apelo dos mineiros às armas em dois momentos distintos: diante da reação monárquica anterior a revolução, e no seu julgamento quando fez sua própria defesa. Num discurso que esteve nos pódromos da Revolução de 1842, numa sessão parlamentar ocorrida em 12 de julho de 1841, em que ele debatia com o adversário Carneiro Leão a inconstitucionalidade de um governo que por ventura viesse anular as eleições da Câmara futura e o Ato Adicional, acusou o adversário de defender a tese de que “O governo, a cuja testa está o monarca é sempre legítimo. O imperante é sempre chefe do governo legítimo, é sempre legítimo o governo a cuja testa está o Imperador [...]” e completa o raciocínio afirmando que “está doutrina anula, evidentemente, o direito de insurreição e resistência e considera, em todos os casos, a resistência criminosa, a insurreição ilegítima.” (OTTONI, 1979:252-253)

A idéia era que se o governo dissolvesse a Câmara de 1842 e anulasse o Ato Adicional seria um governo ilegítimo e que diante governos inconstitucionais e ilegítimos deve-se recorrer ao direito de insurreição. Governos que rasgam a constituição a seu bel-prazer e desrespeitam as liberdades civis, tornam automaticamente legítima a insurreição armada, independente de serem encabeçados por um Rei que governa através do poder moderador. Mas conforme a teoria do deputado Carneiro Leão o direito de resistência era ilegítimo “[...] porque a resistência e a

²⁷ Como todos sabem, em razão da derrota liberal na cidade mineira de Santa Luzia, foi imputada aos liberais pelos conservadores a alcunha de “luzias”.

²⁸ Algumas das lideranças que foram presas com Ottoni foram: José Pedro Dias de Carvalho, os irmãos João Gualberto, Pedro e Antônio Teixeira de Carvalho, os padres Manuel e Francisco Ferreira Pais.

insurreição não podem deixar de ser criminosas contra um governo que é sempre legítimo.”(Idem:253) Para refutar seu opositor, Teófilo recorre a, então, recente história nacional de luta pela liberdade, citando apenas de passagem os “mineiros de 1790” e os “patriotas pernambucanos de 1817” para se concentrar em 1821 como ponto de partida da sua narrativa:

Começarei em 1821. Já não era, então, o Brasil colônia de Portugal, mas um dos três reinos da monarquia portuguesa. Haviam-se instalado as Cortes da nação portuguesa e o monarca legítimo dos três reinos, D. João VI, se achava em Portugal, á testa do Governo dos três reinos. Por consequência, o Governo de Portugal era, em 1821, a respeito do Brasil, o governo único e legítimo. Entretanto, o Brasil depois de ter nomeado Deputado as Cortes gerais e extraordinárias da nação portuguesa, reconheceu que o Governo de Portugal não correspondia as suas intenções [...] e qual foi o nosso comportamento? Corremos às armas, procuramos decidir a questão como rebeldes, porque é o que éramos, a princípio [...] Entretanto, a quem se fazia guerra: Ao governo legítimo, a cuja testa estava D. João VI. Os rebeldes, que tomaram as armas para chamar o governo de Portugal ao cumprimento de seus deveres, entenderam que à vista da falta de fé com que aquele governo nos pretendeu tratar [...] era violado o pacto fundamental da monarquia pelas Cortes e pelo monarca, a respeito do Brasil [...] correram às armas, tendo à sua frente Pedro I, rebelde a seu pai, a seu Monarca e nação [...] Mas, pergunto se o Governo de Portugal havendo violado o pacto social a respeito do Brasil [...] era para o Brasil mais legítimo do que o governo de Piratini. Creio que não; ambos eram ilegais e ilegítimos [...] um porque não quer submeter-se; e outro, porque não queria que subsistíssemos como nação. Entretanto, o governo de D. João VI era, na opinião do nobre Deputado, sempre legítimo, porque á sua testa estava o Poder Moderador. (Idem:253-254)

Diante da profusão de palavras e idéias que jorravam, Carneiro Leão se demonstrava perdido e replicava com respostas curtas como, por exemplo “há uma confusão de idéias”. A retórica de Ottoni parecia atordoar o político conservador. Utilizando uma certa ironia, o liberal mineiro confundia o debatedor ao insinuar que se a tese de Leão estivesse correta, a independência brasileira, levada a cabo por D. Pedro I, era ilegítima frente á violação do pacto

fundamental que unia Brasil a Portugal. Isso porque, quem estava à frente do governo português era o monarca D. João VI. A pergunta proferida implicitamente por Ottoni era: Se todo governo cujo comando está em posse de um monarca é legítimo em toda e qualquer ocasião, o recurso dos brasileiros de conquistarem a independência pelas armas contra D. João VI e as Cortes portuguesas era ilegítimo? O que estava em jogo nas suas palavras era que se a independência nacional foi uma resposta justa aos desmandos portugueses em 1821, uma resistência a quebra do pacto constitucional do governo monárquico em 1841 era, da mesma forma, válida, desejável e natural.

Fechando seu discurso, ele invocou uma série de autoridades intelectuais que comprovem suas teorias a respeito do direito legal a insurreição. Citou: Vatel, “Se a autoridade do príncipe é limitada e regulada por leis fundamentais, o príncipe, saindo dos limites que lhes estão traçados, governa sem direito algum e mesmo sem título: a nação, desobrigada da obediência, pode resistir as suas tentativas injustas” (*Idem*:256); e também Dias Silvestre Pinheiro para confirmar que toda vez que cessa o contrato social é legal o direito de insurreição “logo que cessa o império das leis, cessa o dever da obediência” (*Idem*:257); utilizou Deloime que disse sobre constituição inglesa, “foi a resistência que deu nascimento à Carta Magna, fundamento e base da liberdade inglesa e o excessos de um poder estabelecido pela força foram reprimidos pela força” (*Idem*). Diante das leis do cabresto de 1841 que restabeleciam o Conselho de Estado e modificavam o Código do Processo Criminal, sendo a primeira uma mutilação ao Ato Adicional, e diante da dissolução da Câmara com maioria liberal, Minas, com Teófilo à frente, pega em armas exercendo o direito de resistência armada.

Findada a revolução e dissolvido o governo insurgente restava aos rebelados a defesa de seus atos perante os tribunais que “[...] iam decidir se aquele protesto tinha sido um crime ou uma resistência legal.” (OTTONI, 1972:308) O jornal *Itacolomi*, se tornou “[...] centro e curadoria

geral dos acusados [...]” na sua defesa.(*Idem*) Segundo Ottoni, debelada a revolução “[...] não cessávamos de estigmatizar os atos inconstitucionais que tinham dado causa ao movimento.” (*Idem*:308-309) e que vinham a ser a lei de 3 de dezembro de 1841 e a dissolução prévia da Câmara dos Deputados. E a comprovação maior de que o movimento de 1842 tinha sido uma resistência legítima foi a absolvição dos acusados pelo júri e pelos juízes que ao conceder liberdade aos rebeldes, justificou a teoria da resistência legal à leis inconstitucionais.

*A resistência de 10 de junho, discutida de mil modos perante os tribunais de Minas, ficou plenamente legal. Qualquer que tenha continuado a ser a opinião dos poderes legislativo e executivo, os atos contra os quais se erguera o grito de Barbacena foram declarados inconstitucionais pelo poder judiciário, que é também independente. Todos os chefes de alguma importância levados ao júri obtiveram absolvição e em muitos casos apoteose [...] Honra ao júri de Mariana, do Ouro Preto, da Piranga e outros, que nos restituíram o gozo dos nossos direitos, completamente justificados, salvando o direito de resistência a ordens ilegais, e, com mais forte razão, a leis inconstitucionais [...] ‘Peçam misericórdia!’ nos repetia a Ordem de São João Del-Rei. “Peçam misericórdia”! Repetiam no Itacolomi. Misericórdia devem pedir esses irmãos degenerados, que se tem locupletado com a rapina e engordado com o espólio do órfão e da viúva, que tem oprimido seus concidadãos, que tem vendido a justiça e cometido toda a parte de iniquidades [...] Quanto aos cidadãos que, por efeito de suas convicções, tomaram parte nos movimentos políticos do ano passado, de que hão de pedir perdão? [...] Coube-lhes a rara fortuna de que seus pares e juízes nos tribunais tem antecipado a purificação da sua conduta, emitindo acerca das revoluções de Barbacena e Sorocaba um juízo que a posteridade sem dúvida confirmará. (*Idem*:311-312)*

Para nosso personagem “as revoluções são remédios violentos, e que so para males de grande consequencia se devem empregar [...]” (*In Astro de Minas*, Nº 670, 10/03/1832) A revolução era vista como medida justa e legal diante do despotismo. A revolução legal era encarada como um recurso extremo a ser acionado em casos extremos. Mas tal prática tinha uma

coloração violenta e um caráter popular que poderia envolver brancos pobres, negros, pardos, e até mulheres.

4.2.3 Homens de cor, telegráficos e o belo sexo: Ottoni e a Cidadania

Ilmar Rohloff de Mattos, ao analisar as hierarquias sociais do Império, no seu clássico estudo sobre a formação do Estado Imperial²⁹, constatou que havia entre as duas principais forças políticas brasileiras após 1842 a “[...] identificação efetuada por luzias e saquaremas de uma semelhança entre ambos [...]” (MATTOS, 1994:105), quer dizer, existia um sentimento aristocrático que perpassava a visão de mundo dos dois grupos na medida em que eles distinguiam na sociedade brasileira três grupos, correlativos “[...] dos mundos do Governo, da Desordem, e do Trabalho: o Povo, a plebe, e os escravos, respectivamente.” (*Idem*:120)

Dois atributos principais – liberdade e propriedade – orientavam a classificação das pessoas como cidadãos ou não cidadãos. Expropriados desses dois atributos fundamentais, os escravos sofriam um processo de “coisificação”. Eram considerados propriedade de outrem, portanto desumanizados. Juridicamente não eram considerados cidadãos. A diferença entre cidadãos ativos e não ativos era estabelecida “[...] a partir da capacidade eleitoral censitária [...]” (*Idem*:110) A posse de bens, leia-se terras e escravos, apartava o cidadão ativo do passivo³⁰. Os

²⁹ MATTOS, Ilmar Rohloff. *O tempo Saquarema: a formação do Estado Imperial*. 4.º. Rio de Janeiro. Access. 1994.

³⁰ Conforme José Reinaldo de Lima Lopes na Constituição de 1824: “[...] somava-se a limitação dos eleitores ao universo dos homens livres, com renda superior a cem mil réis [...] excluídos os menores de 25 anos, os filhos que vivessem na companhia dos pais, os criados de servir e os religiosos [...] Além disso, as eleições eram indiretas (art. 90-97): ‘ a massa dos cidadãos ativos’ elegeriam em Assembléias Paroquiais, os eleitores da Província e estes elegeriam os representantes [...] Assim, por diversos graus, se dividiam os cidadãos entre ativos (eleitores) e passivos (não eleitores). E entre os eleitores dividiam-se por renda, condição social e origem nacional os que votavam e os que podiam ser votados.” (LOPES, 2002: 285)

cidadãos ativos formavam a “boa sociedade”³¹, os homens brancos portadores de liberdade e propriedade incumbidos das funções de governar a casa e o Estado. Cabia a eles regular e administrar o mundo do trabalho, constituído pelos escravos. Era função da “boa sociedade” findar a anarquia das ruas e dos movimentos políticos. Era preciso ordenar o mundo da desordem, formado por “[...] uma massa de homens livres e pobres [...]”, que “não tinham nem lugar nem ocupação; não pertenciam ao mundo do trabalho, e muito menos deveriam caber no mundo do governo. Predominantemente mestiços e negros, estes quase sempre escravos que haviam obtido alforria.” (*Idem*:114)

A direção da nação era competência da minoria que além de livre era proprietária: o Povo, branco, livre, cidadão ativo. Na posição intermediária: a plebe, mestiça, pobre, sem escolaridade. Livre, porém sem direitos políticos reconhecidos. E por fim, os escravos sem liberdade e sem nenhum tipo de direitos.

A tradição estadista portuguesa reforçada no Brasil pela elite imperial, redundou numa concepção de cidadania enquanto estadania. Conceito cunhado por José Murilo de Carvalho que significava que “A inserção de todos eles na política mais pela porta do Estado do que pela afirmação dos direitos dos cidadãos.” (CARVALHO, 1999:96-97)

Superando essa noção “oficial” de cidadania, construída de cima para baixo, os exaltados se diferenciavam dos grupos que os sucederam na arena política porque:

[...] partilhavam da crença de que a sociedade imperial era profundamente desigual e excludente, dividindo-se entre ricos e pobres [...] os exaltados não hesitaram em se colocar ao lado dos pobres e oprimidos, lutando por uma sociedade mais justa e

³¹ A “boa sociedade” era formada por “fazendeiros, comerciantes e negociantes, capitalistas, membros da alta burocracia leiga e eclesiástica, tabeliães, médicos, engenheiros e advogados – acompanhados por lavradores e sitiantes, artífices e artesãos, vendeiros e caixeiros, além de pequenos funcionários [...]” (MATTOS, 1994: 114)

igualitária e pela incorporação desses segmentos à cidadania plena. (BASILE, 2000:97)

Os exaltados colocavam em prática uma inversão semântica dos sentidos usuais dos termos Povo e plebe. Assim, povo seriam todos aqueles homens livres que contribuísem para pátria através da virtude, do talento, do trabalho e do merecimento, produzindo riquezas e prestando serviços, sem distinção alguma com exceção, óbvio, para escravos. A “boa sociedade” passava a ser compreendida e descrita como sendo a plebe, a aristocracia ociosa que vivia às custas do trabalho alheio. (*Idem*:100)

Numa ousadia para a época, os exaltados reivindicam a inserção das mulheres, inclusas até então na categoria de cidadãos passivos, na esfera pública. Nomes como Cipriano Barata e jornais como *Nova Luz Brasileira*, admitiam “[...] a mulher na cidadania política, com direito a voto [...]” (*Idem*:101). E a valorização do belo sexo chegava a ponto da defesa sistemática da “[...] igualdade de direitos entre os sexos”. (*Idem*:102) E as mulheres atendiam aos apelos, porque além de participar de revoltas, escreviam para os jornais exaltados do Rio de Janeiro que se prontificavam a publicar suas correspondências.

Os jornais exaltados que se pronunciaram sobre a questão da escravidão se mostraram contrários ao sistema escravista. Basile detecta cinco pontos em comuns na visão dos exaltados sobre o tema: um dos argumentos usados contra a escravidão “[...] era o efeito que tinha na geração do preconceito em relação ao trabalho manual. Sendo este denegrido e visto como aviltante para o homem livre, vinha a estimular [...] o ócio e a indolência dos senhores”. (*Idem*:116) Outro ponto atacado eram “[...] os freqüentes e excessivos maus tratos aos escravos”. (*Idem*:117). Entretanto, alguns exaltados não se libertavam “[...] de uma visão paternalista e de certos preconceitos em relação à cultura e ao modo de vida dos negros” e dessa

maneira o fim da escravidão era concebido como “[...] meio de livrar a civilização branca dos males e vícios daquele sistema”.(Idem: 118) Em quarto, “[...] os exaltados não ousaram propor a abolição imediata da escravidão. Preferiram, antes, seguir uma linha emancipacionista, pleiteando a libertação dos nascituros.” (Idem:119) Por fim, “[...] o preconceito racial contra negros e mulatos livres foi também duramente combatido pelos exaltados [...]” (Idem:121)

Em razão da constituição de uma esfera pública, formas “alternativas” de cidadania construída de baixo para cima estavam sendo geradas no país naquele momento. Havia uma “cultura da mobilização”, uma intensa movimentação nas ruas, marcadas por manifestações. Nesse espaço, a cultura política letrada se espalhava atingindo setores excluídos como camadas pobres iletradas, mulheres, escravos.

Regina Horta Duarte, aponta no pensamento de Teófilo uma “[...] correspondência entre auto-governo e regime representativo.” (DUARTE, 2002:8) Não obstante, a autora faz críticas a postura de Ottoni porque este “[...] silenciava-se absolutamente acerca da desigualdade entre cidadãos [...] Aqui não se trata de pensar na exclusão e negros escravos e mulheres, mas de uma imensa parcela de homens brasileiros detentores de direitos civis, aos quais eram negados direitos políticos: os cidadãos passivos [...]” (Idem)

Duarte retoma a tese de Ilmar Mattos e afirma que o liberal Ottoni se igualava aos conservadores no sentimento aristocrático que perpassava por ambas correntes políticas e defende que “Em relação a massa, liberais como Ottoni não planejam sua inclusão na cena política, mas apenas acenam com a possibilidade futura [...] de, a partir da instrução [...] aceitá-los como iguais.” (Idem:9) A sua postura durante os eventos da Abdicação seriam os indícios comprovadores de sua postura aristocrática, uma vez que teria aceitado o princípio monárquico em razão do perigo da anarquia representado pelo despotismo da turba. Para Regina Horta, apesar

do discurso teoricamente democrático, o liberal agiu no sentido de restringir a participação política de uma parcela considerável da população.

Mesmo não encontrando nenhuma referência direta ou pormenorizada nos escritos do republicano da Villa do Príncipe sobre a defesa da plebe e do ocaso da desigualdade social, pode-se dizer que há na sua visão e, principalmente, na sua *práxis* política uma invocação dirigida ao povo para ocupação do espaço público, principalmente nos eventos em torno da Abdicação.

A rebelião do Serro em 1831 foi um acontecimento importante na expansão da esfera pública na Vila do príncipe. Ottoni levou uma tipografia para o Serro, passou a editar um jornal de crítica e oposição republicana ao governo, conseguindo mobilizar a opinião pública da Vila do Príncipe e, a partir disso, os cidadãos decidiram pegar em armas para enfrentar o governo de D. Pedro I e o partido português. Provavelmente, a tipografia da sentinela era ponto de encontro onde se discutia e debatia os acontecimentos políticos da Corte. Um espaço de sociabilidade de onde seu redator espalhava o discurso republicano e direcionava a opinião pública. No dia 3 de abril, em razão da noite das garrafadas na cidade do Rio em 13 e 14 de março, o liberal mineiro através do Sentinella chama os serranos a insurreição para lutar contra a tirania. A Sentinella tornava-se uma folha incendiária que agitava a opinião pública, levando os cidadãos da Vila a se oporem frontalmente ao governo monárquico. A vila do Príncipe era um caldeirão de efervescência cívica. Apenas três dias depois mais de 500 pessoas se reuniram na Câmara Municipal. Imagina-se que nesse interregno o jornal foi lido em público nas ruas da cidade, que as notícias do Rio e da convocação do jornal corriam boca a boca pela Vila, que as discussões e debates travados nas vielas da pequena Vila tenham ajudado na mobilização. Os mais ou menos 500 cidadãos, subscreveram e assinaram um compromisso público, formaram uma caixa militar e se dispuseram a defender as liberdades e a pátria.

No dia 3 de abril de 1831 a *Sentinella do Serro* estampava em suas páginas uma proclamação de autoria de Ottoni dirigida ao povo Serrano, em que dizia em alto e bom tom “Homens de côr! Irmãos! Amigos! Vêde quanto a Constituição melhorou a vossa sorte: ella vos igualou aos outros cidadãos, e quem attaca à Constituição pretende golpear vossos direitos; não o duvides; o plano [...] para vos fazer servos da gleba, ou captivos não foi ainda esquecido, áler! às armas!” (In *O Universal*, Nº 581, 13/04/1831) No dia 13 de abril, Ottoni redigia outra proclamação publicada originalmente na sua *Sentinella* e, num tom muito próximo ao manifesto anterior, novamente, se dirige aos

*[...] homens de côr! vêde, que os Telegráficos vos querem illudir....áler! são os telegráficos, que forjarão a carta das liberdades impressa no Astro. São os telegráficos do Rio de Janeiro, que gritarão pelas ruas – Morrão os bodes e os cabras – são os telegráficos de Minas, que nos seus culbs [sic] infernaes tem decretado o nosso captiveiro; e tem deliberado, que em caso de aperto, se ligarão à gente Africana para dar cabo dos cabras: áler! Unão-se os Brasileiros de todas as cores, que infallivelmente cantaremos o triunfo da Liberdade. (In *O Universal*, Nº 586, 25/04/1831)*

Devemos levar em consideração que as declarações deixavam margem para interpretações ambíguas. Em ambos os casos, tratavam-se de uma convocação aos homens de cor, negros ou mestiços que poderiam incluir tanto forros, pardos e escravos uma vez que não há especificações na declaração quanto a condição social e civil dos mesmos, para lutarem contra os portugueses e corcundas na situação política criada com a crise da abdicação de D. Pedro I. Não obstante a possível suspeita que pode pairar no ar em relação as intenções de Ottoni ao convocar homens de cor para agir na cena pública num momento de tendência belicosa e de redefinição da

esfera política³², no caso da primeira proclamação, chamar os homens de cor de irmãos, amigos, e conclamar os mesmos a lutar pela Constituição, salvaguarda da liberdade da nação, era um ato de ousadia para época e que conferia visibilidade as esses homens, além, claro, de torná-los agentes políticos. Na segunda proclamação, ele pediu a união dos brasileiros de todas as cores na luta pela liberdade, o que poderia soar de forma diversa do que apenas liberdade da pátria aos ouvidos dos cativos. Ele alertava os homens de cor quanto aos ardis dos “telegráficos” para usá-los como “bucha de canhão” na luta contra os brasileiros. A intenção parecia ser esclarecer e convencer os africanos que seu lugar era nas fileiras dos “bodes” e “cabras”, como eram denominados os brasileiros pelos portugueses. Outrossim, naquele momento de crise, Ottoni igualava brasileiros de todas as cores e condições, intimava os que pertenciam as camadas mais baixas da pirâmide social a agir na cena pública e a lutar pela liberdade, palavra abstrata que poderia ser entendida tanto como libertação da pátria e construção de uma ordem constitucional, quanto como liberdade do cativo no caso dos escravos.

Pensando de outra forma e considerando todos os lados possíveis da questão, há margem para interpretar o apelo aos homens de cor como uma sutileza retórica do redator da *Sentinella do Serro*. Se cabras era o termo pejorativo e preconceituoso com que os portugueses se referiam aos nascidos no Brasil em razão da mestiçagem, ao falar aos homens de cor Ottoni poderia estar aceitando a provocação e convocando, todos os cabras, ou seja todos os brasileiros mestiços que

³² Pode esclarecer o porque de Teófilo convocar os homens de cor apenas num momento de crise política, abrir espaço para uma menção sobre a questão da participação política de escravos na Grécia da época clássica. Conforme aponta José Antônio Dabdab “[...] são freqüentemente cidadãos livres que suscitam a mobilização de escravos.” (TRABULSI, 2001: 123) A inclusão dos escravos nos assuntos da *polis* acontecia pela iniciativa dos cidadãos e sempre em situação de crise política. Havia três tipos de mobilização de escravos: o perigo militar, a reconstrução do corpo cívico, a *stasis*. Explicando: “Podemos constatar, portanto, que os escravos nem sempre estiveram afastados dos assuntos políticos. Por vezes, eles eram incitados ou convidados a participar deles, o mais das vezes para ajudar a defender a cidade contra o inimigo, por vezes para substituir ou reforçar a camada dos cidadãos, para remediar uma situação de oligantropia que enfraquecia uma polis; por vezes, enfim, “utilizados” por facções em luta pelo poder no interior de uma cidade.” (Idem: 131) De certa forma a convocação de Ottoni parecia adequar-se á última opção. Havia uma crise política que caminhava para um possível confronto bélico entre grupos políticos com interesses diversos e a convocação para a participação dos homens de cor na luta civil partia de ambos os lados com interesse em “ganhar” a simpatia e a participação ativa dos mestiços.

constituíam boa parte da população. Nesse caso, o político liberal falava a massa da população parda, pobre e sem direitos políticos, falava para a plebe e não apenas a população africana forra ou escrava. Mas ao dizer “homem de cor”, sutilmente também tocava os interesses tanto de libertos quanto de escravos, todos marcados indelevelmente pelo atributo racial.

Quanto à escravidão, talvez nesse momento seja interessante convocarmos a opinião de Cristiano Ottoni, mesmo porque esse sempre afirmou em relação ao irmão Teófilo que “quanto às suas opiniões e apreciações políticas, devo expo-las, porque no essencial sempre foram as minhas; fomos solidários em todas as épocas da minha modesta vida pública.” (OTTONI, 1870:5) Ao relembrar a escravidão na sua infância a partir do âmbito privado, podemos perceber na sua fala o viés humanitário e filantrópico, isto é, condenava o trabalho escravo e usava o exemplo da longevidade das cativas da sua família para comprovar o tratamento humano que recebiam:

Não faltava em nossa casa o elemento ordinário de desmoralização nas famílias do Brasil, a escravidão: mas o trabalho, a vigilância, o benéfico influxo de minha veneranda mãe atenuava em muito o efeito dessa peste [...] Das cinco escravas que nos serviam, só uma morreu moça (tísica). Mãe Tereza [...] faleceu aos 70 anos e três existem (libertas) maiores de 60 anos. De 5 escravas chegaram 4 a ter cabelos brancos é o maior testemunho da humanidade com que eram tratadas. (OTTONI, 1983:13)

Também fica claro que sua opinião sobre o assunto seguia o caminho da emancipação lenta e gradual como sendo a estratégia mais lógica a ser adotada:

O problema de libertação do milhão e meio de escravos que possuímos [...] acovarda-me. É doutrina corrente no Brasil a impossibilidade da emancipação sem indenização; e esta parece de todo impraticável. Proclamar a liberdade para o fim do século, como querem alguns, é zombaria, porque nos 30 anos a decorrer terão morrido quase dois

terços dos atuais [...] A libertação dos ventres sem grandes providências para asilar as crianças será o infanticídio em larga escala. A emancipação gradual, por medidas diretas e indiretas é o que parece mais lógico: mas é imensa a dificuldade de fixar o limite de ação dessas medidas. (Idem: 14)

Voltando para as opiniões emitidas pelo próprio Teófilo Ottoni, é certo que ele combateu os preconceitos raciais. Ao debater em plena Câmara dos deputados com o Sr. Souza Martins, na sessão de 27 maio de 1841, o condenou por frase de teor racista e se colocou em defesa dos homens de cor. Ao protestar contra a alcunha pejorativa de “cabras” imputada aos homens de cor, ele reivindicava tratamento igualitário de todos diante da Constituição, independente da cor da pele.

Ora, não deixarei passar sem algumas observações as palavras que escaparam ao meu nobre colega pelo Ceará. Lamentou ele que os cidadãos da Vila de Sobral recrutados pelo ex-presidente tivessem ido fazer manejo de mistura com os cabras! Há poucos dias, o nobre ex-presidente do Ceará, falando a respeito de um cidadão, a quem disse que o sucessor havia nomeado comandante de uma força, querendo tratá-lo com menosprezo, disse: ‘É um cabra!’ Eu não quis fazer observações [...] não queria que se dissesse que eu pretendia lançar em rosto a um lado da Câmara ao tratar com desprezo aos homens de cor [...] (OTTONI,1979:182)

Ao que Souza Martins respondeu: “*Essa palavra no Norte não é de desprezo*”; e a tréplica de Ottoni veio da seguinte maneira:

É uma palavra de desprezo dadas aos homens de cor [...] e que os homens nascidos em Portugal dão aos brasileiros [...] Eu julgo que esta frase [...] é imprudente, e que irroga um insulto a uma parte interessante do Brasil. Eu não sei o que querem dizer essas distinções, não conheço se não o que diz a Constituição, e na conformidade dela não há diferenças entre homens de cor mais clara ou mais escura, são todos cidadãos. Talvez a constituição fosse lata de mais concedendo esse direito aos africanos; quando os deu aos portugueses residentes no Brasil ampliou-os aos africanos. [...] todos tem o mesmo

direito, qualquer que seja a sua cor, e por isso não é bom que se use dessas frases na Câmara. (Idem:183)

Com alegações bem próximas das emitidas pelos periódicos exaltados, o liberal mineiro afirmou, em sessão da câmara de 15 de junho de 1848, que o trabalho escravo exercia uma influência maléfica sobre a visão que as pessoas tinham do trabalho manual, mas adverte que exceção deveria se feita à atividade comerciais não praticada pelos escravos:

Sem dúvida que a existência da escravidão exercendo uma influência funesta sobre a educação da nossa mocidade, a vida dos homens deve ressentir-se desses efeitos. É natural que os moços educados entre escravos, vendo que certas ocupações por hábito do nosso País pertencem aos escravos, tenham alguma repugnância em se darem a essas ocupações; mas não tem este argumento tanto valor quando se trata de caixeiros, porque não existe entre nós o hábito de ser essa indústria exercida pelos escravos; desde que os escravos não exerçam essa indústria, não é razão tão forte para se dizer que a existência da escravidão faz criar repugnância ao exercício dessa indústria. (Idem: 433)

Faz-se necessário cotejar as raras exposições da visão de Ottoni em relação à escravidão com a maneira geral pela qual o tema era tratado pelo discurso republicano, porque diante da escassez de fontes que nos permitam analisar e afirmar com certeza as “reais” posições de Teófilo, podemos ter uma visão mais clara em razão do contexto intelectual em que ele estava envolto. Do contrário poderíamos correr o risco de fazê-lo um abolicionista *avant la letre*, o que redundaria em claro anacronismo. Não parece errado pensar que nosso personagem não aprovava a escravidão, porém os limites da época se fazem presente e é possível que suas posições nunca foram mais que humanitárias, filantrópicas e a favor de uma emancipação lenta e gradual.

Outro traço que aproximava Ottoni dos exaltados, pelo menos naquela conjuntura de 1831, era “[...] uma tendência discriminatória em relação aos estrangeiros.” Essa xenofobia, “era

uma decorrência do nacionalismo exacerbado nutrido pelos exaltados e da imagem que tinham os estrangeiros em geral como agentes “imperialistas”, associados às forças absolutistas.” (BASILE, 2000:124) A xenofobia era mais marcante quando voltada para os portugueses. “O anti-lusitanismo foi um dos sentimentos mais arraigados na mentalidade coletiva dos brasileiros [...] Associados ao Absolutismo, à alta do custo de vida e à disputa no mercado de trabalho os portugueses sofreram violenta perseguição, mas não deixaram igualmente de discriminar os brasileiros.” (*Idem*:127)

Como foi relatado no panfleto “Circular aos eleitores...”, graças a sua atuação moderadora desgraças maiores foram evitadas no dia 22 de abril durante as comemorações da abdicação do Imperador na Vila do Príncipe. Apesar da sua atuação no episódio em que salvou a vida do Ouvidor da Comarca Antônio José Vicente da Fonseca e dos portugueses lá residentes, ameaçados de morte pela plebe enfurecida, Ottoni nos mesmos artigos em que convocava publicamente os homens de origem africana para lutar pela pátria, revelou tendências xenófobas, como no trecho que segue: “[...] alerta! Às armas! [...] Cidadãos em geral! Não escuteis se não a voz da Pátria e da Liberdade [...] Escorvemos as espingardas, e as pistolas; afiemos as espadas e estejamos prontos para exterminar os guerreiros de fundo de garrafa.” (*In O Universal*, Nº 581, 13/04/1831) Mesmo que se leve em conta o momento de polarização e radicalização da luta política entre os “cabras” e os “telegráficos” ou “marotos”, é notório a discriminação que chegou as raias da apologia da violência física contra os lusitanos.

Às mulheres era reservada apenas a cidadania passiva. Em razão da sua condição de gênero, possuíam somente os direitos civis. A participação política era subtraída ao sexo feminino. Mas em alguns casos essa norma era burlada e o dito “sexo frágil” transgredia os limites e se manifestava na cena pública.

Talvez seja interessante comparar a situação da mulher no século XVIII com sua condição no século XIX na província mineira, a partir da participação do gênero feminino em revoltas políticas como a Inconfidência Mineira e a Rebelião do Serro.

Recorre-se a um estudo inicial de Liana Maria Reis, que visa “[...] tecer algumas considerações sobre a participação da mulher na Conjuração Mineira através da análise dos ‘Autos da Devassa’.” (REIS, 1989:86), para dar início a acareação entre as situações distintas. Procurando fugir de uma concepção abstrata da mulher a autora mergulha no grupo de retaguarda que dava apoio aos Inconfidentes, formado por pessoas dos mais diversos níveis e profissões, e recorta seu objeto de estudo às mulheres das classes dominantes e subalternas constituídas respectivamente por: mulheres brancas, livres e casadas com Inconfidentes como Bárbara Eliodora esposa de Inácio José de Alvarenga Peixoto e Hipólita Jacinta Teixeira de Melo casada com Francisco Antônio de Oliveira Lopes; e mulheres livres pobres, forras e escravas. Segundo Reis:

Os dados não nos permitem avançar muito em nossas conclusões e embora só tenhamos conhecimento da referência e participação de algumas mulheres, podemos aventar a hipótese de que outras (das classes dominantes e dominadas) possam ter tido conhecimento ou divulgado as idéias dos inconfidentes. No contexto da articulação da Inconfidência Mineira, a atuação das mulheres da classe dominante (escravista) como Bárbara Eliodora e Hipólita Jacinta, foi determinada pela relação afetiva e pela defesa de seus próprios interesses de classe. [...] Ambas, por serem esposas de inconfidentes assim como a concubina (forra) de Plácido Rolim – que queimou documentos comprometedores e o ajudou a fugir – ao defenderem seus maridos e amante, visavam defender também seus próprios interesses na medida em que, confiscados os bens sofreriam diretamente as conseqüências [...] Já as mulheres escravas e forras que não mantinham relações afetivas (íntimas) com os inconfidentes, seu comportamento foi dirigido, supostamente, apenas pelas relações de amizade – como o caso de Elena e Antônia, serviçais na casa de Tomás Antônio de Gonzaga. Evidentemente não descartamos a hipótese de terem sido recompensadas pelo silêncio (nos interrogatórios)

ou pelos auxílios prestados em diversos momentos aos inconfidentes [...] Outras mulheres como as costureiras (Simplicia, Caetana e Ana Maria), a cozinheira (crioula forra Maria Pinto) ou a vendedora (parda forra Josefa Teixeira) foram arroladas no processo como testemunhas que poderiam esclarecer [...] quais os conjurados que divulgavam idéias contra a ordem colonial. Outras ainda foram citadas por ajudarem os inconfidentes, como Inácia que acobertou Tiradentes embora não soubesse o verdadeiro motivo que o levou a se esconder. (Idem: 93-94)

Conclui-se que a participação de mulheres tanto da classe dominante como da classe dominada aconteceu por vias indiretas, por envolvimento afetivo, defesa de interesses materiais ou mesmo por laços de amizade, mas em nenhum momento as mulheres participaram abertamente da articulação política do movimento, ainda que muitas tivessem informações a respeito do levante.

Na Rebelião do Serro ocorrida, em 1831, além da formação de uma guarda cívica e de uma caixa bélica de onze contos de reis, o jornal mineiro *Astro de Minas* anunciou que “Este patriótico entusiasmo não se limitou aos homens; muitas senhoras das principaes famílias da Villa não satisfeitas de ajudar a seos Pais, maridos, e Irmãos e prontificar as armas e petrechos de guerra, ainda offereceram as suas jóias, e subscreveram para caixa militar [...]” (*Astro de Minas*, Nº 538, 07/05/1831)

Já o periódico *O Universal* comentava sobre os fatos acontecidos na Comarca do Serro frisando que “O entusiasmo e a coragem do bello sexo não foi menos sensível. Promptas as senhoras Serranas a toda sorte de sacrificios a prol da Liberdade da Pátria não só concorrião com donativos para despesas da guerra, como fundião ballas para seus pais e maridos [...]” (*O Universal*, Nº 586, 25/04/1831)

Os jornais informavam que as senhoras citadas pertenciam às famílias mais importantes da região, as classes dominantes da vila. Essas folhas qualificaram as senhoras serranas de

corajosas e exaltaram seu entusiasmo. Além de oferecerem alguns de seus bens materiais para a caixa militar, as mulheres auxiliavam seus maridos, pais, irmãos na preparação bélica do evento. Aqui, o “belo sexo” aparece como submisso ao papel masculino, como mais uma peça do sistema patriarcal, para o qual era reservado apenas uma vaga na retaguarda do mundo político.

No dia 6 de abril, cerca de 19 mulheres da Vila do Príncipe³³ assinaram um ofício em que escreviam:

Senhores. – As abaixo assinadas, convencidas da utilidade que seguramente deve resultar da reunião patriótica de sues concidadãos em prol da liberdade, e tendo notícias das prestações voluntárias que os mesmos tem feito de suas pessoas e vidas, e de seus bens, lamentando a fraqueza do seu sexo, que as impede de impunhar as armas para defesa comum, vem oferecer espontaneamente para a caixa militar suas jóias, seus serviços, quando sejam necessários. Além das ofertas acima declaradas, onze das abaixo assinadas oferecem mais para a mesma caixa, 850 \$. (OTTONI, 1972:180)

No ofício, as senhoras reconheciam os homens que tinham assinado os artigos do compromisso como concidadãos, reivindicando, assim, para o gênero feminino a condição de cidadãs não meramente passivas, pois dispostas a lutar em prol da liberdade política. Aceitando a condição da “fraqueza física do sexo”, elas entravam pela porta dos fundos da esfera pública doando jóias para a contabilidade militar e oferecendo serviços, muito provavelmente, condizentes com práticas mais femininas.

Das dezenove mulheres arroladas, um total de oito ofereceram, além das jóias, a quantia de 100\$000 cada. Apenas uma concorreu com 50\$000 para a soma total. As dez pessoas

³³ A lista com os nomes das senhoras e os valores oferecidos: Maria Salomé Perpétua de Queiroga 100\$00; Teodora de Azeredo Coutinho 100\$00; Bernadina Flora de Queiroz 100\$00; Ana Ermelinda de Queiroga 100\$00; Marceliana Emília de Magalhães 100\$00; Eufrosina Perpétua de Queiroz 100\$00; Carlota Joaquina da Fonseca 100\$00; Francisca Dorotéia de Padilha 100\$00; Ana Bonifácia de Lima 50\$00; Maria Nazaré de Queiroz; Maria Salomé de Querioz; Maria de Nazaré de Queiroz; Maria Salomé de Azeredo Coutinho; Maria Flora de Castro Lessa; Policena Alenxandrina da Fonseca; Maria Carlota da Fonseca; Firmiana Henriqueta da Fonseca; Maria Nazaré de Lima; Eufrásia Augusta de Lima. (OTTONI, 1972: 180-18)

restantes não listaram suas doações ou não chegaram a doar dinheiro, ficando suas participações restrita, talvez, apenas à disposição de auxiliar de alguma forma.

Otoni chama atenção ao salientar a figura de Maria Salome Perpétua de Queiroga que, conforme seus dizeres, era “[...] uma das mais matronas mais veneráveis que tenho conhecido, já pelas suas virtudes domésticas e exemplar caridade, já pela sua elevada inteligência e retidão de espírito.” (*Idem*:179-180) Elogiava a Senhora Queiroga pelas qualidades que se esperava uma mulher “exemplar”, como: lisura, honestidade, caridade, virtudes domésticas. Típicos valores de um comportamento submisso ao *pater familias*. Otoni, não obstante enaltecer a atitude cívica das mulheres serranas, ao elogiar Maria Salomé de Queiroga acabou, de certa maneira e contraditoriamente, reiterando certas visões em relação ao sexo feminino que reservavam ao gênero o que se pensava ser o seu lugar típico: a esfera privada. Nessa perspectiva a esfera pública seria o habitat natural do sexo masculino. Pode-se analisar que a atitude das mulheres serranas fosse vista, simultaneamente e incoerentemente, como uma invasão “bem vinda” á um espaço que em condições normais não deveria abrigá-las.

De acordo com ele, era a “[...] Sra. D. Maria Salomé de Queiroga, tronco ilustre de uma ilustre e estimável descendência.” (*Idem*) Sugestão que vem reafirmar a hipótese aventada anteriormente de que essas senhoras pertenciam famílias da elite mineira. Outros indícios que corroboram essa opinião foram: as elevadas quantias financeiras doadas, além das jóias familiares; o fato de serem alfabetizadas, raridade numa sociedade majoritariamente ágrafa; e por fim, as dezenove abaixo assinadas pertenciam somente á oito famílias, provavelmente algumas das mais importantes da vila, sendo duas da família Queiroga, duas da família Coutinho, cinco da família Queiroz, uma da família Magalhães, quatro da família Fonseca, uma da família Padilha, três da família Lima, uma da família Lessa.

Inversamente a situação das mulheres próximas aos inconfidentes, as serranas participaram diretamente da Rebelião do Serro envolvendo-se com os revoltosos por meio de doações em dinheiro e artefatos, além de se predisporem a prestar auxílio dentro das suas limitações. No caso do levante da Vila do Príncipe se pode falar em provas diretas da participação de mulheres que compunham as elites regionais, todavia é provável que as mulheres da plebe, escravas tenham tomado parte nos acontecimentos e nas manifestações de rua que ali aconteceram, algo que escapa a nossa oportunidade de verificação. É digno de nota que a recepção por parte de Ottoni, apesar de entusiasta da coragem feminina, ainda assim, guardava restos ranços de uma visão conservadora sobre o “belo sexo”.

Se não se pode dizer que Ottoni tenha se prontificado a defender ou mesmo feito “campanha pública” através de seus escritos pela transformação dos cidadãos passivos em cidadãos ativos, ou pelo fim dessa distinção política de origem social e financeira, há indícios fortes de que no seu envolvimento como líder do movimento armado na Vila do Príncipe em 1831, ele tenha não apenas convocado pardos, forros, escravos, para uma participação ativa na cena pública e que não se efetivou através da via eleitoral, como também foi um dos líderes de uma rebelião que teve a participação direta de outro grupo naquela época tradicionalmente à margem do mundo político, as mulheres. Contribuindo dessa forma para um alargamento da concepção de cidadania vigente então³⁴.

³⁴ Sempre se deve levar em conta que uma importante fonte para o entendimento do pensamento de Ottoni, seu jornal *Sentinella*, perdeu-se e que a “*Circula aos eleitores...*” foi um panfleto misto de autobiografia política e de plataforma política, que tinha intenções eleitorais e talvez por isso produziu uma determinada visão do passado que de ensejo a uma certa “versão” dos acontecimentos narrados, como por exemplo pintar uma postura demasiadamente moderada de seu autor em determinados contextos.

4.2.4 “Instrucción, instruccão he o que mais precisa o Brasil”: a idéia de educação em Ottoni

Outro quesito considerado fundamental para a preservação da liberdade de um povo na ótica de Thomas Jefferson era educação. Dentre outras funções da educação na formação política dos cidadãos estava a preservação da paz civil interna. Em prejuízo de um governo forte, Jefferson raciocinava sobre “[...] se se preserva melhor a paz dando energia ao governo o instruindo o povo. Esta última é a mais certa e a mais legítima máquina de governo. Educai e esclarecei toda a massa do povo.” (JEFFERSON, 1964:65) Jefferson esteve atento para o fato de que o auto-governo republicano dependia da difusão do conhecimento entre os cidadãos, amparado num sistema de educação pública. Em três cartas diferentes, escritas em momentos distantes – 1820, 1786 e 816 – endereçadas à três pessoas, respectivamente A. Willian C. Jarvis, George Washington e a A. Charles Yance, Jefferson dissertou sobre a educação como fundamento básico para a preservação da liberdade política de um povo, preparando a população para o exercício da soberania. O depositário do poder é o povo, mas não qualquer povo. Povo ignorante é escravo. Povo instruído está preparado e vigilante quanto a tendência natural do poder de expandir para além dos seus limites originais.

Não sei de nenhum depositário seguro do poder último da sociedade senão o próprio dono e, se não o julgamos suficientemente esclarecidos para exercer o controle com critério sadio, o remédio não está em tirá-lo dele, mas em esclarecê-lo pela educação. É axioma, em meu espírito, que nossa liberdade jamais poderá estar segura senão nas mãos do próprio povo, mas, também, do povo com certo grau de instrução. É o que cumpre ao Estado levar a efeito, com base num plano geral. Se uma nação espera ser ignorante e livre num estado de civilização, espera o que jamais existiu e jamais existirá. Os funcionários de todo governo têm propensão para dominar [...] a liberdade e a propriedade de seus constituintes. Pra estas não há depósito seguro senão nas mãos

do próprio povo, nem poderão estar seguras sem informações. Onde a imprensa é livre e todo homem sabe ler, tudo estará em segurança. (Idem: 88)

Para o político estadunidense, era questão premente e de suma importância que todo homem tivesse acesso a cultura. A educação deveria ser extensiva a todos os setores da população, atingindo todas as classes sociais, enfim, “Um sistema de instrução geral que atinja todas as classes de nossos cidadãos, desde os mais ricos até os mais pobres, da mesma maneira [...]” (*Idem*)

Talvez inspirado em Jefferson³⁵, Ottoni também demonstrou preocupações quanto à educação. Evaristo da Veiga reproduziu sob elogios um artigo do republicano mineiro, estampado originalmente em seu *Senitnella do Serro*, que apresentava as idéias do mesmo sobre o sentido da ilustração elementar:

O verdadeiro patriota, amigo da prosperidade, e augmento do seu paiz, não pode olhar com indifferença para o estado lastimoso em que até agora se acha a instrucção elementar em o nosso Brasil. Ainda nem se quer estão estabelecidas as escolas de primeiras lettras [...] não se tem podido preencher o numero das cadeiras criadas. O nosso Conselho Geral vai reunir-se, e não se deve esquecer desse importante objecto: na se limitando unicamente às escolas primárias. Convém desde de já facilitar os meios de instrucção à mocidade estudiosa, para irmos pouco e pouco formando cidadãos que saibão conhecer seus direitos e deveres, capazes de avaliar e sustentar a própria dignidade como fracções de hum povo livre e soberano. Para que hum povo seja livre e por conseguinte feliz, basta querer com firmeza a liberdade, mas não pode querel-a e dezejal-a quem não tem conhecimento della. O regimen constitucional é complicado; exige no geral dos cidadãos conhecimentos, que a massa dos escravos nunca tem sem deixar de o ser. Neste regime he mister que cada Municipio tenha pessoas hábeis para Juizes de Paz, para Vereadores, para membros do Conselho do Jury, para Deputados, e para muitas outras funcções. No regimen absoluto huma Comarca he governada por

³⁵ Quiçá inspirado nos Inconfidentes mineiros do século XVIII que tudo indica terem planejado fundar uma Universidade em Vila Rica caso a revolta vingasse e o seu programa fosse colocado em pratica (MAXWELL, 1995:151).

hum Desembargador com huma dúzia de beleguius, assim como uma manada de gado he dirigida por um vaqueiro como meia dúzia de cães; aqui a soberania está com o tyranno a quem de nenhuma forma convém que os escravos se illustrem; alli a soberania está com o povo, e como quase todas as fracções deste exercem alguma delegação do soberano (todas as funcções publicas o são); segue-se que para serem bem exercidas estas funcções o povo deve ser illustrado. E não podemos considerar-nos verdadeiramente livres em quanto virmos aqui hum Juiz de Paz, que para despachar hum requerimento simples precisa ir tomar por accessor hum velho rábula [...] acolá hum Juiz de facto que escolhido para hum conselho do Jury, não entende a lei, que mal soletra e sem malicia absolve o crime e condenam a innocencia graças a sua ignorância; em quanto virmos nas Municipalidades, nos Conselhos Provinciaes e mesmo nas Câmaras Legislativas homens muitas vezes de optimos sentimentos, cidadãos bem intencionados [...] e sem saberem como hão de vottar neste ou naquelles negocio [...] seguindo sempre o votto de certas pessoas que vindo a ganhar prepoderancia, principalmente n'um corpo legislativo, são ahi verdadeiros Dictadores. Instrucção, instrucção he o que mais precisa o Brasil; a intrucção dar-lhe-há todas as virtudes sociaes, a intrucção lhe ensinará a não desviar-se huma só linha do rumo que deve conduzi-lo a à prosperiedade e à ventura; hum paiz illustrado he sempre feliz. (In Aurora Fluminense, Nº 564, 02/12/1831)

O político mineiro, depois de se pejar do estado lastimoso da instrução elementar no país, destacou a importância da ilustração como meio primordial de formar cidadãos ativos, conhecedores de seus direitos e deveres, preparados para agirem na cena pública e sustentáculos da liberdade. A educação injetaria virtude no povo e o capacitaria para exercer as funções públicas. Felicidade era associada à liberdade civil, e está última dependia em último caso de conhecimento. Prova cabal é o fato de que no regime absoluto, em que a soberania está em posse do tirano, a instrução é privada do povo feito escravo, tornado dependente do monarca. Nesse caso, não é interessante que a instrução, o exercício da crítica, a reivindicação de direitos, seja alargado a todo o escopo da população, transformando um povo dependente em cidadãos autônomos e, portanto, livres. Não basta desejar a liberdade, é preciso conhecê-la. O regime constitucional, a organização política livre, em que a soberania popular é a “bola da vez”, exige

peessoas preparadas para exercerem as várias funções públicas. Para exercem bem a soberania o povo deve estar preparado, o povo deve ser ilustrado. Por fim, Ottoni coloca em pauta os desastres que podem resultar do exercício das funções judiciárias e legislativas por pessoas despreparadas para tal.

Além disso, o artigo versava sobre possíveis reformas na educação e ensino no país:

Olhe-se para o estado desgraçado da instrução elementar da populosa e rica Comarca do Serro: além das aulas primeiras há apenas 2 ou 5 cadeiras de latinidade, donde se tira actualmente pouquíssimo proveito. Talvez se devesse supprimir todas as aulas de latinidade [...] pois as regras grammaticaes para compor a oração em liguagem commum, bem podem os jovens aprender nas aulas primarias. Em nossa opinião, deverão-se pois supprimir as aulas públicas de língua latina, ou quando muito deixá-las subsistir somente nas Villas e Cidades mais populosas, e em todas as cabeças de Comarca criar hum – curso elementar – de dous annos lectivos, em que os jovens logo depois das primeiras letras estudem as seguintes matérias: No 1º anno: a língua franceza [...] e conjunctamente noções de Arimethica [sic] , Álgebra, e Geometria, a saber, da Arimethica [sic] a explicação completa do systema usual de numeração [...] razões, e proporções fazendo-se applicações aos usos da vida e ao comercio [...] da Algebra somente quando seja mister para resolver os problemas, cuja solução dependa de equações do 1º grau, fazendo-se também repetidas applicações em resolução de problemas commerciais dos mais complicados [...] No 2º anno lectivo dever-se-hão continuar as explicações de Geometria, as applicações de Álgebra, e Arimethica aos usos da vida; ensinar os princípios da Geographia, explicando o lente a configuração do globo, o modo de conhecer as distancias [...] dando uma idea geral sobre o systema do mundo; e finalmente lições de história [...] Dous professores peritos podem bastar para este Curso; hum explica no 1º anno Arimethica [sic], Álgebra e Geometria e no 2º continua as lições do 1º anno adicionando os princípios de Geographia. Outro professor no 1º anno ensina língua a língua franceza; no 2º a história, e o Curso abre -se de 3 em 3 annos. Hum jovem de 13 a 14 annos pode estar muito inteirado nestes estudos e assim habilitado para empregar-se em qualquer occupação util. Que falta faz a hum Negociante a Arimethica [sic]! [...] Quanto à Geometria, ella pode muito bem supprir o estudo da lógica [...] A repetição continuada das demonstrações geométricas [...] vai acostumando o espirito dos jovens a meditar e raciocinar. (Idem)

Com propostas concretas e pontuais para o ensino elementar de Minas Gérias, Ottoni “educador” discutiu como se daria na prática a preparação do povo para atividades profissionais e ligadas ao exercício da soberania política. Descartando as vantagens do ensino da retórica, propõe reformas que dividiam o ano letivo em dois, período em que se estudaria geometria, aritmética, álgebra, francês, geografia e história. A proposta pedagógica privilegiava o ensino técnico e as disciplinas deviriam ter um sentido útil e calcado na prática, além de auxiliarem na vida cotidiana e profissional dos alunos.

Sobre o público que possivelmente seria agraciado com o acesso à educação, se a soberania no regime constitucional é de posse do povo, é o todo o povo que deveria ser educado. Porém, não há especificações se esse povo seria o “Povo” ou o “povo”, ou seja, as camadas médias urbanas e a elite dos “homens bons”, ou a plebe formada por classes sociais que ocupavam o escopo menos favorecido da população, brancos livres pobres, pardos e libertos. Mas se pensarmos que o critério para o direito de voto e a ocupação de cargos eletivos e públicos obedecia a certas exigências monetárias, de sexo e idade, podemos imaginar que o povo a ser devidamente educado para o exercício da liberdade não atingia grande parte da população. Todavia o personagem da pesquisa parece acenar para uma compreensão da educação como sendo pública e extensiva á toda a população, principalmente às camadas pobres, ao dizer que “Centenas de pais de família não podem com a exorbitante despeza, que faria actualmente hum jovem para obter estes mesmos estudos; he mister facilitar-lhes os meios de educarem a seus filhos.” (*Idem*)

O redator da *Sentinella do Serro* não ficou apenas no discurso em relação ao tema da educação. Em 25 de setembro de 1831, foi aprovado como sócio correspondente da Sociedade de Instrução Elementar do Rio de Janeiro, sociedade guiada pelas Luzes, pautada na filantropia e com o objetivo de melhorar a instrução elementar do Império. (*O Independente*, Nº 51,

25/10/1831) Na atuação como Deputado nas duas legislaturas de 1835-1839, foi membro, dentre outras, da Comissão de Instrução Pública, colocando em prática o projeto exposto anos antes no seu jornal, e sendo o “[...] responsável pela criação na província de aulas de latim, francês, filosofia, em cada uma das Comarcas e da de taquigrafia na capital; propôs que todas as deduções do ordenado dos professores fossem desviados a um monte-pio em favor das famílias – idéia votada, mas não colocada em prática [...]” (OTTONI,1870:13)

Em síntese, para ele liberdade advém com educação, escravidão é fruto direto da ignorância. E se sua luta era por um regime constitucional com soberania popular, nada mais natural que a educação fosse acessível a todos, inclusive os das camadas menos favorecidas economicamente.

4.2.5 “Coração verdadeiramente Brasileiro, verdadeiramente Americano”: a defesa do sistema americano

Toda uma gama de recursos foi usada pelos republicanos brasileiros no Império em seus jornais, panfletos e discursos, para manter sigilo sobre suas reais intenções políticas. Esse chamado “contorcionismo lingüístico-discursivo” (LEITE, 2000:47), essa “[...] estratégia de ocultação dos republicanos atrás das ambigüidades semânticas do próprio conceito de república [...]” (STARLING; LYNCH, 2007:6) pode ser entendida como “[...] uma reação à vulgarização que aquela concepção política sofreu por meio de sucessivos ataques dos periódicos absolutistas.” (LEITE, 2000:47-48) ou como uma “malandragem” retórica que visava burlar o olhar atento do

Código Criminal de 1831 e do Código de Processo de 1832, já que “[...] a defesa da república como forma de governo era considerada crime [...]” (FONSECA, 2004:89)³⁶

Uma das “brechas” usadas para defender a forma de governo republicana sem mencionar claramente o termo república era a exaltação do “sistema americano”. Para ilustra tal assertiva cabe dizer que “[...] o fato do Brasil estar na América era um dos mais freqüentes argumentos em favor do modelo democrático ou republicano de monarquia.” (STARLING, LYNCH, 2007:6)

De outra feita, Silvia Carla Fonseca reparou que nos jornais republicanos das duas primeiras décadas do século XIX era possível ler dois movimentos: primeiro, “[...] uma certa idéia de natureza [...] assume o lugar da história como forma de emprestar sentido ao passado e ao futuro [...]” (FONSECA, 2004:142); segundo “[...] a primazia conferida à geografia constituiu-se em chave e argumento para a defesa da República no Império do Brasil.” (*Idem*)

Ao espaço físico Europa, era associado o tempo histórico passado. De tal sorte que, os republicanos inverteram o argumento já clássico de Montesquieu que de que a servidão política dependia da natureza do clima, posto que “não nos devemos, pois, espantar que a covardia dos povos de clima quente os tenha [...] tornado escravos, e que a coragem dos povos dos climas frios os tenha mantido livres.” (MONTESQUIEU, 1979:241) Portanto, a Europa no argumento de Montesquieu estava fardada à liberdade em consequência do seu clima frio, enquanto que “[...] na Ásia reina um espírito de servidão que nunca a abandonou [...] aí nunca se verá senão o heroísmo da servidão.” (*Idem*:242) Já “A África está situada num clima semelhante ao do Sul da Ásia e encontra-se sob uma mesma servidão. A América [...] quase não pode hoje revelar seu

³⁶ No Código Criminal promulgado em 16 de dezembro de 1830, “os crimes dividiam-se em públicos e privados [...] Eram públicos os crimes contra a existência do império, contra o livre exercício dos poderes políticos, contra o livre gozo dos direitos políticos dos cidadãos, contra a insegurança interna do império e a tranqüilidade pública, contra a ordem e administração pública [...]” (LOPES, 2002: 288)

verdadeiro espírito, mas o que sabemos de sua antiga história está muito de acordo com nossos princípios.” (*Idem*:243)

Alterando a idéia de Montesquieu, os republicanos brasileiros defendem que o despotismo, natural da Ásia e África, teria “migrado” para Europa onde o terreno político era propício para o seu desenvolvimento. A Europa era o local do passado, da tradição, do velho, do despotismo, da servidão, violência, do governo hereditário e vitalício, do absolutismo. (FONSECA, 2004:156-158)

Ao recorte geográfico América, o tempo associado era o futuro. O exemplo da Revolução Americana ao instalar na América uma república federativa livre contrariava a tese do pensador Francês. A monarquia Brasileira era uma anomalia em meio às repúblicas que na América seguiam o exemplo de liberdade dos Estados Unidos. A ausência de uma aristocracia natural no Brasil era uma prova da especificidade americana e era usada como artifício de defesa do sistema americano. O sistema americano devia, na ótica dos republicanos, suplantado o sistema europeu. A América era o espaço do futuro, do novo, da transformação, da liberdade e da república. (*Idem*: 158-173)

Os próprios estadunidenses cuidaram de forjar uma consciência de uma identidade política para a América. E Thomas Jefferson não fugiu á esse desígnio de homem público. Em carta datada de 24 de outubro de 1820, Jefferson escrevia e constatava a diferença entre a América e os governos do velho mundo, dizendo: “Nada é tão importante quanto o separar-se a América dos sistemas da Europa e estabelecer o seu próprio. Nossas circunstâncias, nossas atividades e nossos interesses são distintos; os princípios da nossa política devem também sê-lo.” (JEFFERSON, 1964:68) Circunstâncias e atividades diferentes deviam resultar, conseqüentemente, em um governo diferenciado.

Quais seriam essas circunstâncias diferentes? A especificidade da condição da natureza da América é um fator considerado numa mensagem de 1803 em foi dito que: “Seríamos realmente insensatos se menosprezásemos as singulares bênçãos da disposição em que a natureza nos colocou, a oportunidade com que ela nos dotou de prosseguir [...] as veredas da indústria, da paz e da felicidade [...]” (*Idem*: 69)

As singulares bênçãos da natureza com que a Providência presenteou a América, coincidentemente ou não, resultavam em uma ordem política que contrastava com o sistema Europeu. Para Jefferson,

A América, norte e sul, tem um grupo de interesses distintos dos da Europa e peculiarmente próprios. Deve, por conseguinte, ter um sistema todo seu, separado e à parte do da Europa. Enquanto esta labora para tornar-se domicílio do despotismo, devem certamente nossos esforços dirigir-se no sentido de tornarem-se nosso hemisfério o hemisfério da liberdade. (Idem: 70)

Nessa carta, não por acaso, endereçada ao então presidente James Monroe³⁷, Jefferson aconselhava a formação de um bloco constituído pela fraternização do norte e sul da América e a adoção de um sistema político oposto e desligado ao sistema da Europa, descrita como domicílio do despotismo. A América emergia como espaço da liberdade. A liberdade Americana é descrita como “[...] confiar aos homens governarem a si mesmos sem um senhor [...]” (*Idem*: 74)

A independência norte-americana influenciou o pensamento político em todo o mundo Atlântico, com destaque para a América Latina onde inspirou os movimentos de independência. A tradição republicana chegou ao Brasil por duas matrizes diferentes:

³⁷ Célebre por proclamar a chamada doutrina Monroe que convocava a “América para os Americanos” e ditava uma política de independência geopolítica e diplomática para os países do aquém Atlântico.

De maneira simplificada, podemos dizer que o pensamento republicano chegou até nós por duas vias diferentes. A primeira é a do republicanismo anglo-saxão que, pela influência dos federalistas americanos, se fez presente no curso do século XIX nas discussões do destino do império. A segunda via que poderíamos chamar de francesa, nos liga tanto a tradição jacobina quanto ao positivismo do século XIX [...] (BIGNOTTO, 2002:54).

O brado de Thomas Jefferson pela união de toda América conforme o exemplo de liberdade que emanava dos Estados Unidos foi ouvido no Brasil e acolhido, dentre outros, pelo seu jovem discípulo Teófilo Ottoni. O político mineiro pode ser facilmente arrolado entre os políticos liberais responsáveis pela reverberação da ideologia da Revolução norte-americana na cultura política imperial, que no Brasil configurou-se como uma “monarquia com inédito perfil democrático” em alternativa a uma “monarquia constitucional centralizada”. Foi “[...] nas palestras do livreiro patriota, explicando as belas teorias de Jefferson [...]” (OTTONI, 1972: 17-176) que Ottoni recebeu de Evaristo da Veiga e Joaquim Rodrigues Torres a “inspiração jeffersoniana”. (CASTRO, 2004: 10) O *founding father* da nação norte-americana Thomas Jefferson, foi o principal responsável direto pela conexão entre o ideário de Ottoni e a cultura política republicana estadunidense. Através dele “[...] a cultura anglo-americana vai se tornar-se, em Ottoni, a espinha dorsal de seu sistema político.” (CHAGAS, 1978: 26) Regina Horta, percebe como o personagem dessa pesquisa via com ressalvas a presença do “iberismo” na cultura política brasileira, expresso na escravidão, ignorância e despotismo, e buscava a marcha para o estado ideal alcançado pelos Estados Unidos na sua realização de perfeição e felicidade.

A tradição ibérica é vista pelo viés da negatividade: trezentos anos de escravidão, de despotismo, de ignorância e falta de instrução impediam o alcance do ‘nível dos americanos do norte’ [...] E como bom latinista que era [...] Ottoni provavelmente atentava para o sentido de perfectus, a saber, ‘feito até o fim’, ‘acabado, terminado’. A

existência de um lugar, onde tal completude já se configurava como realidade, trazia a garantia da validade e pertinência de tais idéias. Seduzido frente a uma América apresentada como ideal e mesmo infalível em suas opções Ottoni preconizava a necessidade da fundação de uma república no Brasil, a partir de seu modelo.
(DUARTE, 2002: 5)

Ao comentar as cenas de violência envolvendo cabras e chumbos na Vila de Caetité no ano de 1831, o liberal da Vila do Príncipe comentou: “Que horror! Representar se hão em Caetité as scenas medonhas, com que os infernaes Maratistas ensaguentarão a França!? Deos da América salvai esses 80 Portuguezes inermes [...]” (*In Astro de Minas*, Nº 563, 05/06/1831)

No mesmo ano, “pintava” um retrato crítico de Robespierre de olho nos confrontos políticos envolvendo moderados e exaltados no Brasil, para alertar sobre os perigos da exaltação: “Robespierre escondeu-se, quando os verdadeiros republicanos no dia 10 de Agosto atacarão o Palácio de Luiz XVI; ganha a batalha eis o monstro surgindo para o vir fazer os massacres de 2 e 3 de Setembro.” (*In Aurora Fluminense*, Nº 495, 15/06/1831) Ottoni rejeita o jacobinismo simbolizado pelas figuras de Marat e Robespierre, e associa a corrente política francesa ao despotismo, à violência, ao horror, desordem.

Em contraposição, ele recorre à imagem do sistema Americano como figura que sintetizava valores opostos tanto ao jacobinismo, como ao sistema europeu. Quando dos debates envolvendo as propostas de reformas constitucionais no ano de 1832, a Sociedade Promotora do Bem Público dividia os que participavam das discussões entre os amigos da felicidade pública e os inimigos da felicidade pública: “[...] os primeiros trabalhando para affastar os estorvos que inutilisão as mais bellas garantias que a Constituição offerece e por conseguinte as Instituições Europeas, que se pretendeo enraisar entre nos; [...] os segundos ora pretendendo evitar, ora retarda estas indispensáveis reformas [...]” (*In Astro de Minas*, Nº 669, 08/03/1832) Os amigos da

felicidade pública seriam aqueles que propunham e defendiam reforma liberais na Constituição, já os inimigos seriam os exaltados com sua sofreguidão por mudanças radicais, assim como os que defendiam as Instituições Europeias, como por exemplo o Senado Vitalício que era visto como a salvaguarda do monarquismo.

Otoni também falava em “coração verdadeiramente Brasileiro, verdadeiramente Americano [...]” e estimulava para que o governo marcha-se por uma vereda “[...] digna de hum governo Americano.” (*In Aurora Fluminense*, Nº 530, 14/09/1831) E o caminho Americano da independência política já repercutia na vida intelectual nacional entre os Inconfidentes mineiros no século XVIII. De acordo com o liberal da Vila do Príncipe “Já no século passado o Brasil aspirava emancipar-se [...] A primeira entre as outras colônias americanas onde repercutio sympathica a revolução dos Estados-Unidos, foi o Brasil.”³⁸ (OTTONI, 1862:3)

³⁸ João Pinto Furtado em seu magnífico trabalho sobre a Inconfidência Mineira de 1788-9, ao desmistificar o intricado jogo de visões, construções e versões historiográficas distintas produzidas pelas obras de referência sobre o movimento sedicioso mineiro, discutiu as especulações que rondavam a hipotética e muito comentada ligação do, então, embaixador norte-americano Thomas Jefferson e os Inconfidentes. O estudante brasileiro na França José Joaquim Maia e Barbalho, sob orientação de comerciantes cariocas e representando os interesses dos conspiradores mineiros, teria estabelecido alguns contatos com Jefferson sobre um possível apoio dos Estados Unidos da América à independência da nação, movimento do qual a Inconfidência seria precursor. Esse acontecimento foi visto como um indício seguro da formação de um triângulo insurrecional formado por Minas, Rio de Janeiro e Estado Unidos, ligados no objetivo de uma independência global das províncias brasileiras, ou pelo menos de uma trama que expandisse até a sede do vice-reinado. Realizando uma perquirição atenta e original das fontes de inquérito, Furtado afirma que “*Não nos parece [...] que, relidos à luz do conjunto da documentação infra e extraprocessual, os fatos possam sustentar a hipótese da ocorrência de sólidos contatos com a finalidade de buscar apoio externo, fosse no plano das potências estrangeiras, fosse mesmo de outras capitanias.*” (FURTADO, 2002:147) Sobre o possível contato entre os inconfidentes mineiros com os do Rio de Janeiro, João Pinto Furtado realiza a crítica documental comparativa entre as fontes e a partir da constatação do conflito jurisdicional entre as devassas produzidas em Minas Gerais e Rio de Janeiro conclui que “[...] é possível minimizar, em larga medida, a ressonância do evento no Rio de Janeiro, colocando sob suspeição alguns dos depoimentos de Minas” e baseia seu argumento nas “[...] sucessivas tentativas, realizadas por Barbacena [Visconde de Barbacena, Governador da Província de Minas à época] de transportar o centro da ação para o Rio de Janeiro e, portanto, compartilha parte de sua suposta omissão no desvendamento e na prevenção da trama” (*Idem*: 137-138) A tão repetida conjectura da ligação entre os Inconfidentes e representantes do governo norte-americano foi contestada por Furtado, apesar de que “*Do ponto de vista da conjuntura internacional, o exemplo da independência dos americanos do Norte teria se convertido em forte referência para alguns dos americanos das Minas, em especial os mais intelectualizados [...]*.” (*Idem*: 151) De qualquer maneira, corrobora a opinião de que “*Os contatos concretos e apoio efetivo, no entanto, não passaram de uma intenção louvável, mas ainda assim muito distante do que sustenta a historiografia.*” (*Idem*)

Em junho de 1831, a *Sentinella do Serro* pregava o respeito à ordem após o 7 de Abril e defendia mudanças via reformas na Constituição. O caminho apontado era o sistema americano. O modelo de perfeição e felicidade indicado era o Estados Unidos. Ottoni aconselhava que o Brasil seguisse os passos dos “patriarcas da liberdade Americana”. Dizia então que:

Estamos intimamente convencidos de que só assim poderemos marchar em segurança para o estado de perfeição e felicidade a que elevou a pátria dos Washington, dos Jefferson e dos Franklin. Estamos intimamente persuadidos de que se Washington, Franklin e todos os patriarcas da liberdade Americana tivessem nas atuais circunstâncias o leme dos negócios do Brasil, eles nos encaminhariam assim. (OTTONI, 1972:187)

Indagado sobre qual seria o partido do *Sentinella do Serro*, o redator apontava para o norte da América e dizia que seu partido era o daquelas pessoas que:

[...] querem lentamente, e à sombra da razão fazerem, que o Brasil imite à Terra Washington; que procura a reforma dos costumes, para que o nosso povo seja em tudo, e por tudo como os Estados Unidos; que se reformem radicalmente as Instituições governativas, para que daqui a alguns annos o nosso governo seja em tudo e por tudo como o governo dos Estados Unidos. O nosso único Norte he a Liberdade Americana, a Liberdade da Pátria de Franklin, única que nos agrada e pela qual sacrificaremos a própria vida [...] (In Astro de Minas, Nº 644, 10/01/1832)

O partido da *Sentinella* era os daqueles que pela via constitucional desejam instalar no Brasil uma república nos moldes dos Estados Unidos. O caminho apontado por Ottoni era o da reforma dos costumes do povo brasileiro e das instituições nacionais no sentido da liberdade americana. E a liberdade era o assunto de um dos artigos do *Sentinella* que analisava a situação política de países que se localizavam tanto na Europa como na América.

Como he risonho o aspecto que hoje apresenta a causa da liberdade em todo o Universo! Que diferença considerával entre o anno de 1831, e os anteriores até 1829 inclusivamente! Lançando os olhos para a velha Europa nesses annos anteriores, veríamos, que o gênio da liberdade parecia haver abandonado as suas Regiões. O regimen arbitrário oprimia a França debaixo das formas legaes; a imprensa estava ao todo agrilhoada, e nem se podia fallar a verdade na Tribuna Nacional [...] A Hollanda conquistada em 1797 pelos Prussianos e entregue por elles a vara de ferro da Caza d'Orange depois de ter passado por todas as crizes da Revolução Francesa, achava-se em hum lethargo de morte, e outra vez nas garras dos seus antigos oppressores. Os salteadores coroados, membros da chamada Santa Alliança, haviam tornado infrutíferas as tentativas heróicas feitas pela Hespanha, Napolis, Sardenha e Portugal para se livrarem do jugo tyrannico victimas. A restante Europa, exceptuando a Suécia, e a [ilegível no original] estava naquella sonolência mortal, que caracteriza o despotismo. A terra de Albien [...] sujeita a influênciã dos torys coadjuvava nos seus planos tenebrosos a sancta canalha, e apenas por alguns mezes se oppoz ao espirito dos retrogradados, em quanto o leme dos negócios foi dirigido ahi pela poderosa mão de [ilegível no original] Se olhássemos para a América, veríamos, que a liberdade so podia alçar a fonte magestosa no seu antigo asylo, na Pátria dos Paine, dos Jefferson e dos Franklin. Presentemente tudo está mudado: o [ilegível no original] dos tyranno acha-se quase dissolvido. Na França já nem existe a lotta entre opprimidos e oppressores: apenas disputão entre si homens, que todos querem [...] liberdade. A Bélgica proclamou-se independente; a Hollanda já sahio do seu lethargo. Na Allemanha já se fazem observações às ordens do Déspota. Na Hespanha já se combate pela divina liberdade [...] cahio na Inglaterra o Ministério de Wellington; já se trata de reformas Constitucionaes no Parlamento Britânico, e o leme do Estado he dirigido pelo partido Wigh, ou liberal. (In Aurora Fluminense, Nº 457, 04/03/1831)

O tema desenvolvido era a causa da liberdade no mundo. O espaço analisado compreendia a América e a Europa. O recorte cronológico era limitado pelos anos anteriores a 1829 e por 1831. Antes de 1829, o velho continente Europeu era dominado pelo igualmente senil e ultrapassado sistema monárquico. Países como França e Holanda encontravam-se sob domínio das doutrinas da Santa Aliança e de tiranos. Na América, os Estados Unidos continuavam a ser a

morada da liberdade e modelo a ser seguido pelos demais países do continente. O ano de 1831 marcava uma mudança de atitude. O liberal brasileiro pensava no fim do caduco “sistema europeu” entre os compatriotas, reivindicando “rumos americanos” para a pátria. Ottoni comentava a conjuntura política internacional pós 1829 atento à conjuntura nacional pós Abdicação. Destacava o ar de liberdade respirado, inclusive, pelas nações do velho continente que abandonavam o “sistema europeu”. Eram os ventos “juvenis” que bafejavam liberdade dos Estados Unidos, atravessavam o oceano Atlântico e purificavam o decrepito e pútrido ar que asfixiava a vida política européia. Astutamente e de forma velada, Ottoni solicitava que o novo clima descesse da Filadélfia em direção a América do Sul.

4.2.6 O episódio do beija-mão: uma postura anti-aristocrática

Regina Horta reafirma que “[...] havia diferenças entre liberais e conservadores [...] Mas em um ponto eles se igualavam: o sentimento aristocrático do qual se desdobrava a imagem de pertencimento à ‘boa sociedade’”.³⁹ (DUARTE, 2002:9)

Em que pese o argumento, outros pesquisadores apresentaram conclusões diversas para períodos diferentes e dizem que havia um espírito anti-aristocrático entre os republicanos. Silvia Carla Fonseca ao estudar o pensamento republicano no Rio de Janeiro e Pernambuco entre 1824 a 1834, defende que “[...] o meio mais comum utilizado pelos jornais para enaltecer a república era, indiretamente, por meio da desqualificação da monarquia, seus atributos, protocolos e rituais [...]” (FONSECA, 2004:109) Reforçando o raciocínio, Marcelo Otávio Basile, pesquisando os liberais exaltados na Corte imperial entre 1829-1834, fala em uma “[...] postura profundamente

³⁹ O argumento apresentado é uma conclusão de Ilmar Mattos no seu “*Tempo Saquarema*”, mas é importante lembrar que o autor se refere à polarização da disputa política entre liberais e conservadores após a derrota dos últimos na Revolução Mineira de 1842, portanto o autor analisa um período posterior ao analisado na dissertação.

anti-aristocrática dos exaltados, contrária a privilégios, comendas, títulos de nobreza e seus portadores.” (BASILE, 2000:98)

Assim sendo, Ottoni se aproximou no seu discurso dos republicanos ao difamar certas práticas aristocráticas vinculadas à monarquia. O jornal moderado *Aurora Fluminense* reproduziu um texto da *Sentinella do Serro*, em que o redator da folha serrana discorria sobre a sobrevivência do regime do privilégio entre os brasileiros. Dizia:

Os prejuízos da educação com muita dificuldade se desarreigão. Em quanto o Brasil gemia debaixo da vara de ferro do despotismo, não era de estranhar-se, que, sendo melhor a condição dos privilegiados, muitos buscassem comprar o seu privilégio (carta-patente e assignada pelos tyrannos) que os livrasse das perseguições dos opressores. Hum habito de christo, que hoje, nada serve, outr' hora isemptava de ir à [Ilegível no original] de ser prezo em ferros, etc, etc, etc. O prestígio destas isempções e privilégios sobrevivem a sua extinção; e por isso, ainda depois de jurado o novo systema tem sido procuradas as condecorações; mas felizmente [...] está arma esta inutilizada pelo abuso, que fuzerão della os nossos inimigos: contudo as idéas velhas, que bebemos com o leite, ainda fazem aparecer alguns, que sabem apreciar as reliquias das Crusadas [...] pedimos encarecidamente aos nossos patricios, que abandonem, não só os costumes em que acima falamos, como todos aquelles, que cheiram à aristocracia e feudalismo. Sendo verdadeiramente cidadãos, seremos tudo. (In Aurora Fluminense, Nº 448, 11/02/1831)

Além de relacionar a busca por privilégios, títulos e condecorações aos regimes monárquicos, Ottoni fazia apelos aos brasileiros para que na condição de cidadãos rejeitassem aqueles costumes tipicamente aristocráticos e feudais.

O republicano do Serro deixou outros registros bem claros sobre o que pensava em relação aos ritos da monarquia e sua opinião exalava um manifesto anti-aristocratismo. Trata-se, então, de narrar o episódio da querela em torno do “beija mão”, polêmica esta que comprova que num certo momento ele desqualificou o sistema monárquico atacando seu cerimonial.

Em 1837, nas festividades da Cruz, o então Regente inclinou-se e beijou a mão do jovem Imperador. O liberal mineiro interpretou o retorno daquele costume, em desuso desde de 1831, como um sinal do avanço conservador. Na sessão da Câmara dos Deputados de 10 de maio de 1838, ele pediu a palavra e entrou em polêmica com o colega de plenário e adversário político Antônio Carlos. Este, defendendo sua posição argumentou que o beija mão era um sinal do respeito que os filhos tinham para com os pais. Ottoni replicou dizendo: “Ora, os filhos não se prostram de joelhos para beijar a mão de seus pais e este ato é um pouco degradante!” (*Apud* CHAGAS, 2978:56)

O assunto ainda se propagou por alguns anos e acabou envolvendo outros membros da família Ottoni. Cristiano Ottoni em suas confissões autobiográficas relembra que no ano de 1839 “[...] encontrei-me pela primeira vez com o Imperador e beijei-lhe a mão [...]” (OTTONI, 1983:48) Pedindo conselhos aos irmãos Teófilo, Jorge e Ernesto sobre se devia ou não seguir a prática, apenas do primeiro familiar escutou um sim. Justificou sua adesão ao beija mão como uma posição de respeito aos seus superiores da Marinha que participaram do ato e aderiram à ação. Não se dizia arrependido, mas revelou que “[...] quando me achei envolvido no movimento político, toda a alusão à diferença de procedimento dos irmãos Ottoni, humilhava-me terrivelmente; quase me reputava no papel de cortesão e adulator [...]” (*Idem*)

Anos mais tarde, mais precisamente em 1857, enquanto Cristiano estava ausente da Corte na direção da estrada de ferro D. Pedro II, o *Jornal do Comércio* publicava um artigo, assinado por um “monarquista puro”, que o acusava de praticar o beija mão em razão do seu emprego. Usando o espaço do mesmo Jornal, Teófilo foi a público defender seu irmão e expor sua posição

sobre o tema⁴⁰ que considerava uso oriental e impróprio à liberdade. Ajoelhar em frente ao Imperador era considerado submissão, postar-se de pé sinal de igualdade:

Na sessão de 10 de maio de 1838, impugnando as tendências retrógradas do ministério de 19 de setembro de 1837, citei, por exemplo, o restabelecimento do beija-mão, que estivera em desuso durante todo o tempo da menoridade, e que me parecia [...] um uso oriental impróprio do cidadão de um país livre. As poucas palavras que eu disse neste sentido foram abafadas pelos gritos de ordem e pelos insultos da polícia ou do partido ministerial [...] Repeli com energia tão indecorosa manifestação e [...] julguei que devia dar prova da sinceridade das minhas opiniões não me sujeitando jamais ao uso que uma vez e tão solenemente condenara [...] tenho sido fiel a este propósito. E, tendo tido a honra de comparecer perante sua Majestade o Imperador, já como Vice-Presidente da Câmara dos Deputados em 1847, já como orador da deputação que em nome da Câmara felicitou a Sua Majestade o Imperador pelo nascimento de Sua Alteza o príncipe imperial, e já como particular, tenho consciência de que em minhas palavras e no meu procedimento tenho sabido conciliar a dignidade da minha posição com o acatamento devido ao tão augusta pessoa, que, [...] não é possível pessoa que tenha levado a mal ver diante de si diante de si um homem em pé. (OTTONI, 1972:220)

4.2.7 Republicanizar ou mornaquizar a constituição: as controvérsias envolvendo Poder Moderador, Conselho de Estado e Senado vitalício

Ao discutir as reformas necessárias à constituição nacional, a *Sentinella do Serro* fez uma análise comparativa entre os sistemas republicano e monárquico:

⁴⁰ Na sua autobiografia Cristiano dizia que devido a esse fato “[...] tive contra Ottoni uma queixa que não externei senão na intimidade, mas que era muito fundada” (OTTONI, 1983: 48) Censurava o irmão por ter ido a imprensa externar sua opinião sobre os fatos e desabafava todo seu descontentamento: “Mas tudo isso importava em provocar a confrontação entre o seu e o meu procedimento: se ele só estava em pé, considerava os outros de joelhos. Mas para que vir dizê-lo quando a questão era comigo [...] e não havia menor necessidade de responder por mim?” (Idem: 48-49) Em 1869 Cristiano Ottoni voltou a questão do beija mão. Desta vez a controvérsia girava em torno da biografia que Cristiano tinha escrito sobre o irmão mais importante que acabava de falecer. Um artigo anônimo publicado, questionava por que Cristiano descartava as críticas de Ottoni sobre o beija mão. O autor da biografia respondeu e deixou clara a sua própria visão sobre esse protocolo do ritual monárquico ao afirmar “o estilo é repreensível e deve ser abolido.” (Idem: 49)

No systema republicano o chefe de o chefe do Estado he escolhido pela nação; e por isso he de esperar, que de ordinário não será hum idiota, ou um perverso;mas quando succeda haver huma escolha má, esse chefe é responsável, sua cabeça he o fiador de sua conducta; elle não tem direito e nem força para se oppor à vontade da Nação; obedece a Assembléia dos Representates do povo; não há que temer collizões e rompimentos de equilibrio; tudo se pode fazer sem a menor commoção. Pelo contrário nos governos monarchicos o chefe de Estado he escolhido pelo accaso do nascimento; sua educação he sempre a peor possível; milhares de circunstancias concorrem à perverter lhe o coração, e por isso raro será o rei não inimigo do povo, em quanto elles não commettem crimes estrondosos a Nação os vai tolerando por temer as revoluções, mas muitíssimas vezes lhe he preciso recorrer à estes meios violentos, que n'huma republica bem organizada são desnecessários. (In Astro de Minas, Nº 670, 10/ 03/1832)

Num instante em que eram discutidas reformas na vida política nacional o liberal mineiro analisava de forma sucinta as formas de governo republicana e monárquica tomando parte pela primeira e tecendo encômios ao sistema republicano como o mais propício ao bem comum. As razões levantadas para sua escolha diziam respeito, entre outras, a escolha do governante máximo, que na república é encargo da nação – se bem que Ottoni não revela a forma da escolha do chefe da nação. Conjeturava que a população preze em escolher o cidadão mais capacitado para representar seus interesses. Se por algum motivo a nação erre na sua escolha e caso o governante cometa algum desvio de conduta pública, nem tudo está perdido e ainda há possibilidades de se corrigir a situação porque o governante obedece e depende da vontade da nação expressa pelos seus representantes eleitos. Ao governante é delegada temporariamente a soberania que tem seu lugar natural na nação. Logo, é mais raro que os impasse políticos resultem em revoluções. A visão sobre os governos monárquicos, ao contrário, é negativa. O monarca se torna governante graças as vantagens nobiliárquicas. O acaso é o critério de seleção, tornando possível e real a possibilidade do governante se corromper. O monarca é soberano e sua

vontade independe da nação. Se o governante se torna um tirano, o único meio de destroná-lo passa a ser o recurso às armas.

Alguns dos argumentos de Ottoni coincidem com o julgamento de Thomas Jefferson sobre as vantagens e desvantagens dos governos monárquicos e republicanos. Os males das monarquias recaem sobre o princípio hereditário e nobiliárquico. O regime ideal seria aquele em que fosse rechaçado o princípio da hereditariedade e, através da representatividade, o povo controlasse o governo e isso se realiza plenamente na república. Dizia ele que

Aqui, todos os ramos de governo são eletivos pelo próprio povo, salvo o judiciário, de cuja ciência ele não é juiz competente. Mesmo nesse departamento, contudo, convocamos o júri de pessoas para decidir todas as questões controvertidas de fato [...] A verdade é que o povo, especialmente quando moderadamente instruído, é o único seguro, porque o único honesto, depositário dos direitos públicos, e deve ser, portanto, introduzido na administração destes em todas as funções em que for eficiente. Errarão às vezes, e acidentalmente, mas jamais deliberadamente, com o propósito sistemático e constante de derrubar os livres princípios de governo. Corpos hereditários, ao contrário, sempre existentes, sempre alerta para seu engrandecimento, aproveitam-se de toda oportunidade para fomentar os privilégios de sua ordem e usurpar os direitos do povo. (JEFFERSON, 1964:85)

Sistemas políticos com a presença de privilégios de ordem hereditária facultam a autonomia dos governantes em relação à nação. Distante do controle popular, intocável, o monarca procede conforme seus desejos. Sobre as “bênçãos” de se ter um governo monárquico e a respeito das lições que as repúblicas deveriam tirar disso afirmava que elas deveriam “[...] resguarda-se de magistrados hereditários [...]” (*Idem*) Em contraposição assegurava que “Nenhum governo poderá continuar a ser bom, a não ser sob o controle do povo” (*Idem*:87) ou que “É incorreto chamar republicano um governo no qual um dos ramos do poder supremo seja independente da nação.” (*Idem*:88)

O juízo do liberal mineiro sobre os sistemas republicano e monárquico, pode ser auferido da análise da sua leitura da recente história política brasileira. Diante da inauguração de uma estátua eqüestre edificada na praça da Constituição na cidade do Rio de Janeiro no ano de 1862 em homenagem ao primeiro Imperador do Brasil, o Duque de Bragança D. Pedro I, Teófilo Benedito Ottoni lançou um libelo em forma de panfleto político em que questionava a validade histórica e política da condecoração⁴¹.

Recusando participar da homenagem como representante de duas Assembléias Legislativas municipais e uma sociedade científica, o autor do panfleto debruçou-se sobre a recente história política do país para desqualificar as razões do monumento da praça da Constituição. Para o autor,

Com a inauguração da estatua eqüestre e pretende resolver:

1º A quem deve o Brasil sua independência proclamada em 7 de setembro de 1822?

2º E a constituição jurada em 25 de março de 1824?

3º E sentenciar o acto de virilidade popular que no dia 7 e abril de 1831 transferio a coroa imperial para a augusta cabeça de Sua Majestade Imperador Sr. D. Pedro II.

(OTTONI, 1862:2)

Otoni articulava sua defesa rechaçando o que, na sua leitura, significava o monumento para quem o edificou:

1º Que a independência de 1822 foi uma doação do monarca, cujos augustos descendentes imperam sobre os dous reinos em que se dividio a família portugueza.

2º Que a constituição foi, senão uma outhorga do direito divino, ao menos espontânea concessão da philosophia do príncipe, e documento de sua adhesão às idéas liberaes.

⁴¹ OTTONI, Teófilo Benedicto. *A Estatua Eqüestre*. Rio de Janeiro. Typ. Do Diário do Rio. 1862.

3º Que o 7 de Abril de 1831 foi um crime de rebelião, de que o Brasil constricto deve pedir annistia, annullando por injusta a setença que lavrou aquel le dia contra o primeiro reinado. (Idem)

O seu protesto escrito “[...] contra essas epopéas que o arauto de bronze quer levar à posteridade.” (*Idem*:3) começava com a exposição das raízes que desencadearam o 1822. A Inconfidência Mineira aparece no registro como um dos primeiros movimentos que tentaram emancipar o Brasil. A inspiração era a revolução norte-americana. Joaquim Silvério dos Reis, o Tiradentes, era reverenciado como o grande herói, mártir e patriarca da independência do país. Porém, “A árvore da liberdade regada com o sangue precioso do martyr frutificou.”⁴² (*Idem*:5) O

⁴² João Pinto Furtado rebate as afirmações da historiografia de referência sobre as intenções dos inconfidentes em constituir uma república em Minas Gerais nos moldes modernos do termo. O autor insiste no significado diverso do conceito no setecentos em relação ao seu uso contemporâneo, criticando dessa forma o anacronismo de determinadas abordagens. Os principais textos formadores da visão política dos Inconfidentes arrolados nos Autos da Devassa foram: obras do Abade Raynal, *O Espírito das Leis* de Montesquieu e o *Recueil de Loix Constitutives des états-Unis de l' Amériuqe*, que incluía os Artigos da Confederação e das constituições de vários estados norte-americanos. A leitura seletiva e muito própria realizada pelos inconfidentes leva o autor a concluir que “[...] não julgamos possível afirmar que [...] os princípios constitutivos de uma democracia participativa e da soberania popular pudessem ser minimamente associados ao contexto mineiro em geral e aos nosso protagonistas em particular.” (*Idem*: 156) Quanto ao tão afamado exemplo da república norte-americana, Furtado argumenta que “As premissas liberais de concepção e organização do Estado, o aparato legislativo referente à forma de governo e à concepção de uma forma de um sistema representativo ensaiados e expressos no *Recueil* não parecem ter constituído sequer em referência de discussão para os inconfidentes de Minas.” (*Idem*: 161) Ottoni nos legou uma leitura própria da Inconfidência mineira e da Revolução norte-americana. Em sua biografia do tio poeta José Eloy Ottoni, misto de estudo de vida e homenagem, ao passar pela fase em que o parente residia em Minas Gerais como titular da cadeira de latim da vila de Bom Sucesso, entre os anos de 1791 e 1792, Teófilo fez uma análise do contexto político no final do século XVIII: “O tempo da residência de José Eloy Ottoni em Minas Novas foi justamente a época do terror jacobino em França, e do terror realista em Minas. Minas tinha tido a glória de compreender que o Brasil podia dispensar a tutela portuguesa, e que estava em circunstâncias de seguir e imitar o exemplo grandioso que, já então, estavam dando ao universo maravilhado os Estados Unidos da América; infelizmente o Arnold, denunciante e espião da metrópole, apareceu antes que os patriotas se houvessem organizado [...] Assim o glorioso projeto da independência da pátria, aceito por uma legião de grandes cidadãos, que da América do Sul teriam dignamente respondido ao brado heróico dos Washington e dos Jefferson, teve de ser abafado antes de ver a luz. O cadafalso em que o chefe da conspiração de Minas, o denotado Joaquim Xavier da Silva (Tiradentes), expiou o crime de amar seu país; o padrão de (suposta) infâmia que uma sentença iníqua mandou erguer em Vila Rica [...] sobre o assento da casa arrasada, o martírio dos que sobreviveram [...] tudo isso dá bem clara a idéia do estado e Minas nos anos que se seguiram à terrível catástrofe, crismada, segundo a ordenação do livro 5º – a inconfidência.” (OTTONI, 1851: 3) A opinião de Ottoni sobre a inconfidência coaduna-se bem com o quadro traçado por Furtado, que diz: “Mais do que um simples fato histórico, portanto, o evento em questão transformou-se em importante ferramenta simbólica para pensar algumas questões de diferentes situações mais contemporâneas: já na primeira metade do século XIX, nos anos 20 e 30, podemos perceber, por parte das elites intelectuais, a apropriação e a exaltação da Inconfidência Mineira como uma tentativa de libertação nacional, como se tivesse se constituído em um ‘pré-grito do Ipiranga’, que teria ecoado distante ainda em 1822 e servido de inspiração a d. Pedro I, neto da rainha que havia condenado

projeto de independência reapareceu no movimento Pernambucano de 1817 que também teve sangue de mártires derramado.

A retrospectiva traçada por Ottoni chegava ao ano crucial de 1822. Sua tese confrontava a versão “oficial” que responsabilizava o príncipe Pedro pela separação do Brasil de Portugal.

Aceita pelo grande ministro de 1822 a independência teve por principal antagonista o próprio Sr, príncipe de Beira. Em 4 de Outubro de 1821, Sua Alteza havia tocado o alarma para Portugal, denunciando às côrtes e ao rei o projecto da independência. Em 4 de outubro de 1821 assim escrevia a seu augusto pai, o Sr D. João VI: Queriam-me, e dizem-me que querem, acclamar imperador. Protesto a Vossa Magestade que nunca serei perjuro, que nunca lhe serei falso; e que elles farão esta loucura, mas será depois de todos os protuguezes estarem feitos em postas, o que juro a Vossa Magestade escrevendo nesta com o meu próprio sangue estas plavras: ‘Juro ser fiel a Vossa Magestade, à nação e à constituição portugueza’. Apesar da opposição do príncipe amadureceu a independencia. Sua Alteza Real vio-se em difficil alternativa. Ou transigir ou retirar-se. Transigio. E, mediante prévio compromisso de sustentar e defender o systema representativo, se lhe concedeu a púrpura imperial. (Idem: 6)

Na versão acima, D. Pedro era fiel até o último momento à coroa portuguesa aderindo à independência brasileira num último momento. Em que pese à fragilidade dos argumentos de Ottoni que não diseca nem expõe os motivos da possível mudança de opinião do príncipe, chama atenção sua insistência em prestigiar outros personagens como artífices da Independência.

seus protagonistas. Assim também, por volta dos anos 40 e 50 do século XIX, são valorizados, por alguns grupos políticos, o ideário e a doutrina liberais, supostamente presentes na conjura e inspiradores de vários dos tumultos que animavam parte das elites do Império”. (FURTADO, 2002: 32) Da palavra de Ottoni emerge uma memória da Inconfidência e uma imagem mitificada de Tiradentes transformado em herói e mártir da liberdade que repercutirá ad nauseam através dos tempos. Mais uma vez recorremos a Furtado, que corrobora nossa opinião ao sustentar que “Não obstante a versão da História dominante no senso comum o tenha consagrado como maior herói de nossa nacionalidade, protomártir da liberdade e da democracia, o alferes Joaquim José, na verdade, esteve mais próximo das crenças e instituições do Antigo Regime português [...]” (Idem: 21-22)

E o responsável direto pela independência na sua versão dos fatos foi José Bonifácio de Andrada e Silva, tido como virtuoso patriota. José Bonifácio aparece como o legatário que colocou em prática, com êxito, o projeto de Tiradentes. “Bonifácio levou ao cabo a patriótica conspiração de Tiradentes. Um planejara, outro realizava a independência. Eram os seus legítimos e desinteressados patriarchas.” (*Idem*: 7)

“Um ano depois de aclamado imperador Sua Magestade Imperial fez-se ditador sem que ninguém o momeasse. Dissolveu violentamente a assembléa constituinte eleita para promulgar a constituição da monarchia.” (*Idem*) A constituição de 1824, tida como uma concessão do direito divino, foi para Teófilo Ottoni, um primeiro ato das intenções despóticas do Imperador. Diante das evidências, ele se perguntava sobre qual o motivo da inauguração da estátua equestre? E isso remete ao 7 de Abril de 1831: “Oh sim! Querem que ella symbolise uma expiação. O Sr. D. Pedro I foi desthronado no dia 7 de Abril de 1831, e os restauradores fazem-lhe depois de morto o que não puderam conseguir em sua vida.” (*Idem*: 10)

A visão do liberal mineiro sobre a história política do país negava a tradição portuguesa ao: atenuar a responsabilidade de D. Pedro I sobre o ato inaugural de 1822, acusar o Imperador de outorgar uma constituição de teor nada liberal, e, por fim, descrever o evento de 1831 como um ato de rebelião legítimo diante das circunstâncias.

E qual sentido da independência do país em 1822 e da coroação de D. Pedro I como imperador? O republicano da Vila do Príncipe num debate parlamentar com seu adversário Carneiro Leão, reproduzido no *Jornal do Comércio* de 14 de julho de 1841, expôs suas posições sobre o assunto:

[...] vou chamar os da história da nossa independência em meu apoio. O nobre deputado diz que a legitimidade do imperador não vem só da constituição, porque ele é

imperador por unânime aclamação dos povos. Quando a constituição fala em unânime aclamação dos povos não menciona um fato, mas dá um título. [...] porque o Sr. D. Pedro I não foi aclamado unanimemente. Sabe-se que houve dissidências, tanto de brasileiros que pretendiam outra forma de governo, como do partido português que pretendia recolonizar-nos. [...] e não é da aclamação que vem o título, mas da constituição. Eu apelo para os fatos e para a história da revolução que começou em 1821. O fim dessa revolução era a liberdade: é por isso que todo o Brasil, nomeando deputados para as câortes de Lisboa e tendo ficado príncipe regente o Sr. D. Pedro I, em 2 de março se exigiu que se começasse a formar certas instituições tendentes ao estabelecimento do governo representativo. Tal foi o estabelecimento da liberdade da imprensa [...] tal foi o juramento das bases da constituição portuguesa, que o povo reunido exigiu que fosse prestado pela família real [...] Em 1822, quando apareceram as tentativas das câortes de Lisboa, para roubar ao Brasil as prerrogativas de que já gozava, o Brasil começou a agitar-se mais, trabalhando ao mesmo tempo para a liberada e para a independência [...] Em 16 de fevereiro de 1822 exigiu-se a reunião de procuradores gerais das províncias do Brasil, para virem tratar dos negócios do reino do Brasil [...] Antes da aclamação do Imperador existe o fato da convocação da assembléia geral constituinte. Reuniu-se a junta de procuradores gerais, e por sua resolução imediata [...] logo depois foi convocada para o dia 3 de junho uma assembléia constituinte legislativa, em virtude de uma requisição da câmara municipal e do povo, e o Sr. D. Pedro I tomou o título de constitucional logo depois, no dia 10 de junho. Finalmente, no dia 7 de setembro proclama [...] a independência do Brasil, e, tendo de antemão já reconhecido a constituição e o sistema representativo, recebendo o título de imperador constitucional em 12 de outubro de 1822 [...] A nação brasileira, reconhecendo o seu poder; a força, o direito, que tinha recobrado tornando-se independente de Portugal, disse ao príncipe [...] ‘Nós que somos tanto como vós, e que podemos mais que vós, nós vos fazemos imperador constitucional, com a condição de que respeitareis às instituições que a convenção ou assembléia constituinte, que já se acha convocada, houver de instituir.’” (Apud OTTONI, 1972:294-296)

No seu discurso, os acontecimentos de 1822 sinalizavam para um mesmo e único fim: liberdade e independência. Falava em autonomia política e liberdade, entendida como auto-governo, ou seja, a fundação de uma monarquia constitucional e representativa em que o poder era delegado ao Imperador pela nação, desde que D. Pedro respeitasse as decisões da Assembléia.

Antes da aclamação do Imperador houve o desejo da nação por leis constitucionais. D. Pedro foi aclamado pela constituição como Imperador desde que constitucional. A nação soberana fez de D. Pedro I Imperador. Renato Leite, constata algo semelhante no pensamento dos republicanos de 1822. Dois pontos principais permeavam o debate: a independência política do Brasil e a aclamação de D. Pedro como Imperador constitucional. Para o historiador naquele momento estava em jogo “[...] a fundação de uma nova associação política pela aclamação do chefe do Executivo pela força da soberania popular. Mas também exigir do príncipe para a aceitação da constituição futura e, conseqüentemente, a limitação de seus poderes.” (LEITE, 2000:253)

Chegamos ao ponto nevrálgico da pesquisa. Convém retomar um raciocínio exposto anteriormente e reafirmar que aquele momento foi marcado pelo embate entre dois projetos políticos dicotômicos: do lado esquerdo do espectro político liberal a idéia de uma monarquia republicana federalista, do lado direito a defesa da monarquia constitucional centralizada. A partir de 1821, dois discursos dicotômicos deram a tônica aos debates: de um lado conceitos como monarquia, governo misto, unitarismo e Europa, de outro república, democracia, federalismo, América. (STARLING; LYNCH, 2007: 4-5) Ano de 1822, marco zero e momento de fundação da nação brasileira, teve início a construção do “momento monarquiano”⁴³. O projeto de construção de uma ordem política “monarquiana”, levado a cabo pelas elites políticas imperiais e abarcando um período longo iniciado em 1822, redundou num regime de governo centralizado, com soberania concentrada nas mãos do monarca graças a uma organização

⁴³ Christian Edward Cyril Lynch cunhou a expressão em tese de doutorado, na qual destrincha o papel do conceito de Poder Moderador na construção da ideologia monarquia e do Estado Imperial nacional no século XIX, para designar o discurso da direita liberal brasileira do século XIX. Segundo sua definição momento monarquiano foi: “[...] a ideologia liberal por meio da qual o ideal de governo representativo pragmaticamente e adaptou à herança colonial do despotismo ilustrado na América Portuguesa. Ele propunha o liberalismo possível numa terra sem povo politicamente formado, sem tradição nem repúblicas; em que a fragilidade da sociedade impunha à autoridade estatal criar a ordem como condição prévia das reformas sociais preconizadas pelo espírito da ilustração.” (LYNCH, 2007: 14). Ver: LYCNH, Christian Edward Cyril. *O momento monarquiano: o conceito de poder moderador e as ideologias brasileiras durante o século XIX*. Rio de Janeiro. Instituto de Pesquisa do Rio de Janeiro. 2007.

institucional que tinha suas bases no Poder Moderador, Conselho de Estado e Senado Vitalício. Como foi ilustrado, um projeto alternativo estava literalmente na praça⁴⁴. Um dos principais pensadores, articuladores e propagadores desse projeto foi Ottoni. Resta indagar como ele interagiu seu discurso político em relação à antinomia monarquia republicana federalista e monarquia mista unitarista? Quais eram suas possíveis críticas ao “momento monarquiano” e quais suas propostas e soluções? O desenvolvimento de tais questões nos leva à análise do ideário político ottoniano. Para facilitar essa empreitada, vamos restringir a análise a um intervalo de tempo em que a sua atuação se fez presente e que engloba as datas fundamentais de 1831 à 1842, com atenção especial para os marcos de 1834 com a reforma da Constituição e 1840-1841 com a interpretação do Ato Adicional.

Em abril de 1882 o grupo aliado ao liberal Gonçalves Ledo fez circular no Rio de Janeiro uma representação endereçada a D. Pedro, com cerca de 6000 assinaturas, em que se reivindicava a convocação de uma Constituinte. No dia 16 de fevereiro do mesmo ano o Imperador convocou um Conselho de Procuradores Gerais das Províncias que deveria auxiliar na reformar administrativa do país. O Conselho não detinha poderes legislativos. Daí saiu à idéia de convocação da constituinte, proposta aceita pelo primeiro Imperador que a convocou e 3 de junho de 1822. Em 19 de junho veio a Instrução para eleições paroquiais. Mas as coisas não foram nada fáceis para a elite coimbrã e o Imperador, que presenciaram nos debates do projeto de constituição “[...] o fracasso dos governistas em evitar a apropriação da soberania pela Assembléia.” (LYNCH, 2007:182) Foi ai que “os governistas aconselharam então o Imperador [...] em conformidade com a teoria monarquiana, a dissolver a assembléia manu militari [...] os constituintes teriam perjurado o compromisso de defender a integridade do Império, sua

⁴⁴ Isabel Lustosa afirma que os embates entre dois projetos antagônicos já permeavam os debates travados na Assembléia Geral Constituinte e Legislativa do Brasil: “[...] estava em jogo a definição de quem era a maior autoridade: o Imperador ou a Assembléia.” (LUSTOSA, 2004: 65)

independência e a dinastia Bragança.” (*Idem*) Lançando uma proclamação em que exaltava sua condição de “defensor perpétuo do Brasil”, justificava a constituição dissolvida em 12 de novembro de 1823, como um ato para a salvação da nação em vista do perigo de desordem representado pelos radicais. A Carta Constitucional foi outorgada a 11 de dezembro de 1823 e jurada pelo Imperador em 25 de março de 1824. Substituindo a Assembléia Constituinte propriamente dita, a carta foi enviada as Câmaras Municipais das vilas para serem ouvidas sobre o assunto, ardil que visava disfarçar a outorga. (IGLÉSIAS, 1985: 17-29; LOPES, 2002: 283; LUSTOSA, 2004:58-62)

Logo, o ano de 1824 é imprescindível para a compreensão dos primórdios do projeto de governo saquarema. Isso porque nesse período é outorgada a Carta Constitucional nacional. E a partir daí “o Estado já tem fisionomia não distante do que se firmará depois” (IGLÉSIAS, 1985:18) Mais importante, “a constituição manteve-se por sessenta e cinco anos.” (*Idem*: 22) Obviamente algumas emendas importantes foram feitas no decorrer dos tempos, mas aspectos fundamentais da sua estrutura foram mantidos. A partir daquela ocasião começou a construção de um Estado forte e centralizado. Na ótica dos defensores do projeto imperial de conotação bragantina, a instituição que deveria conter a maior parcela do poder era a monarquia centralizada, simbolizada na figura do Imperador. Não obstante, alguns pontos liberais foram consagrados na carta como por exemplo: soberania nacional, divisão dos poderes, sistema representativo, garantias de direitos fundamentais. O país se tornava uma monarquia hereditária constitucional representativa. Uma monarquia mista com uma segunda Câmara e o veto absoluto da Coroa. Além dos três poderes convencionais – Executivos, Legislativo e Judiciário – um quarto poder, denominado Moderador, inspirado em Benjamin Constant foi implantado. A instituição do Conselho de Estado completava a arquitetura política “monarquiana”. O imperador acumulava as funções dos poderes Moderador e Executivo, este último exercido pelos Ministros.

A pessoa do Imperador era declarada inviolável e sagrada, livre de qualquer responsabilidade. Interessava ao projeto vitorioso um poder forte, ou seja, a centralização governamental e administrativa. O fim desejado era a manutenção da Ordem e da Civilização. (CARVALHO, 1999: 159-154; FERTIG, 2001: 82; IGLÉSIAS, 1985: 20; MATTOS, 1994: 183-207; LEITE, 1993: 240; LYNCH, 2007: 183-185, LUSTOSA, 2004:73-75)

O Conselho de Estado e a Câmara alta eram duas peças fundamentais da tríade de sustentação do edifício da centralização monárquica. O senado era vitalício. Espécie de setor aristocrático do governo misto e organizado com membros escolhidos pelo monarca a partir de listas tríplices resultantes dos candidatos mais votados de cada província. Existiram três conselhos: o primeiro, o Conselho de Procuradores Gerais veio à tona com a convocação de D. Pedro I em 1822; o próximo, criado após a dissolução da constituição em 1823 foi incorporado pela carta constitucional de 1824; e o último criado em 1841 vigorando por quase todo o Segundo Império. Na sua segunda versão era formado por um colegiado de dez membros vitalícios escolhidos pelo Imperador. Auxiliavam o monarca em questões que diziam respeito ao Poder Moderador e opinavam em querelas administrativas. (LEITE, 1993:240; LOPES, 2002:322-325)

Na Constituição de 1824, o Poder Moderador ficava definido como (arts. 98 a 101) “chave de toda a organização Política, e é delegado privativamente ao Imperador, como Chefe Supremo da Nação, e seu primeiro representante, para que incessantemente vele sobre a manutenção da Independência, equilíbrio, e harmonia dos demais poderes.” (*Apud* LOPES, 2002: 317) Dentre as competências do denominado quarto Poder estavam: nomear os Senadores; sancionar as Leis votadas pela Assembléia geral; aprovar ou não as decisões dos Conselhos de Províncias; dissolver se achar necessário a Câmara dos Deputados, nomear e demitir Ministros de Estado; perdoar as penas impostas aos réus; conceder anistia. (*Idem*)

Na Carta Constitucional, triunfou “[...] a pretensão monarquiana de fundar a autoridade principesca diretamente sobre a soberania nacional que a aclamara.” (LYNCH, 2007:184) E o Poder Neutro teve um papel estratégico nessa aspiração coimbrã. A leitura do conceito de Poder Moderador realizada por um representante da elite política – José Joaquim de Carneiro, Marquês de Caravelas⁴⁵ – ilustra bem o objetivo monarquiano: “[...] o direito da nação de ser protegida pelo representante do bem comum [No caso o Imperador] quando ela estivesse desprovida de meios eficazes de autodefesa contra o particularismo dos interesses legislativos; [...]” (*Idem*:178)

Seguindo os passos de Christian Edward Lynch é interessante pensar na recepção do conceito “constantiano” de Poder Moderador na Constituição de vinte e quatro. É praxe da historiografia brasileira apontar uma distorção na recepção nacional da teoria de Benjamin Constant. Nessa perspectiva, enquanto Constant tencionava separar o Poder Executivo do Moderador, a leitura da elite política coimbrã atribui ao monarca o exercício de ambos os poderes. Todavia, no campo normativo do direito constitucional “[...] o Imperador e os conselheiros e os conselheiros de Estado lograram operar uma transposição jurídica bastante fiel das competências concedidas por Benjamin Constant ao seu poder neutro, [...]” (*Idem*:189) Foram somente duas as alterações promovidas pelo Conselho de Estado em relação às atribuições “originais” do Poder Moderador⁴⁶ : uma foi a concessão de anistia; outra foi a retirada do direito de declarar guerra e paz, cedido ao Poder Executivo. Outras competências foram adaptadas às instituições estabelecidas na carta como, por exemplo, o direito de nomear pares hereditários foi substituído pelo de escolher senadores vitalícios.

⁴⁵ Um dos membros do Conselho de Estado responsável pela elaboração da Constituição de 1824.

⁴⁶ Inicialmente as atribuições do Moderador conforme Constant eram seis: nomeação dos ministros; sanção dos projetos de lei; dissolução das câmaras; nomeação dos membros do judiciário; agraciamento de réus e direito de declarar guerra e paz. Mais tarde essas atribuições caíram para o número de quatro: nomear ministros, criar novos pares, dissolver a câmara, conceder graça. (LYNCH, 2007: 188)

Mas as reais intenções “monarquianas” se escondiam por trás de uma “arapuca” retórica que disfarçavam, por trás do texto da lei, o governo pessoal. Se para Constant a mola mestra da organização política era a distinção entre Poder Moderador e Executivo, a distinção entre a autoridade inviolável (Rei) e a autoridade responsável (ministério), afastando o monarca da atividade governamental direta e fazendo do príncipe um mero árbitro de possíveis conflitos políticos, para os “monarquianos”:

[...] a redação do art. 98, não era mais a distinção entre dois poderes, mas o próprio Moderador que era ‘a chave de toda a organização política’ [...] o enunciado 98 prosseguia declarando que, delegatário privativo do Poder Moderador, o Imperador se tornava o chefe supremo e – atenção – o primeiro representante da Nação. Essa afirmação da primazia do monarca resolvia o espinhoso tema da representação legítima da soberania nacional, que o artigo 11 não havia resolvido ao declarar que o monarca e a assembléia eram igualmente representantes [...] (Idem:190)

O envolvimento de Teófilo Ottoni com as questões levantadas e discutidas acima atingiu seu cume após a Revolução de sete e Abril de 1831. A partir desse momento, o perfil político a ser assumido pelo país toma conta dos debates, levando a nação através de jornais, panfletos, discursos, a se ocupar do sentido a ser tomado pelas reformas da Constituição. Desiludido com as escolhas políticas dos moderados, crítico aos arroubos jacobinos dos exaltados, Ottoni fazia sua interpretação do sete de abril, apontava necessidades de mudanças e o meio pelo qual elas deveriam ser feitas. As transformações políticas deviam visar à liberdade e os meios eram as mudanças na Constituição através da representação nacional. Escreveu que “[...] pelos meios legais podemos tudo conseguir, e saindo do círculo da constituição tudo perder.” (OTTONI, 1972:187) Num acerto de contas com sua vida pessoal e a história do país, ele colocava sua participação nos fatos políticos na balança e julgava erros e acertos, escolhas e caminhos

trilhados. O liberal mineiro rememorava tais fatos na sua Circular e numa passagem assaz citada pelos historiadores dizia:

O 7 de abril foi um verdadeiro Journée de dupes. Projetado por homens de idéias liberais muito avançadas, jurado sobre o sangue dos Canecas e dos Ratclifes, o movimento tinha por fim o estabelecimento do governo do povo por si mesmo, na significação mais latada palavra. Secretário do Clube dos Amigos Unidos, iniciado em outras sociedades secretas, que nos últimos dois anos espreitavam somente a ocasião de dar com segurança o grande golpe, eu vi com pesar apoderarem-se os moderados do leme da revolução, eles que só na última hora tinham apelado conosco para o juízo de Deus! [...] Mas ainda na agitação e devaneio da luta, o redator da Sentinella do Serro nunca sonhou senão democracia pacífica, a democracia da classe media, a democracia da gravata lavada, a democracia que com o mesmo asco repele o despotismo das turbas ou a tirania de um só. Ao passo que censurava os chefes do partido liberal moderado, porque desvirtuavam a revolução [...] a Sentinella do Serro com mais energia estigmatizava os excessos anárquicos aplaudidos pelas folhas democráticas da Corte. Parece-me ainda hoje que eu era lógico dentro do círculo das minhas convicções [...] mas era somente em comunhão com o Sr. Diogo Antônio Feijó e com as notabilidades parlamentares do último quadriênio que eu admitia a possibilidade de obter-se uma reforma mais liberal em a nossa constituição. [...] Órgão e defensor da democracia pacífica, o redator da Sentinella do Serro, em tal contingência, preferiu acostar-se ao princípio monárquico, contanto que a monarquia fizesse por meio de reformas legais na constituição, largas concessões ao princípio democrático. (Idem:182-183)

O 7 de Abril como uma revolução de intuítos originalmente republicanos, acabou se tornando uma “jornada de otários” com os moderados tomando conta do leme da revolução e diminuindo a velocidade e a direção do barco das mudanças políticas. Anti-moderado e favorável ao direito de rebelião em caso de governos despóticos, o redator da *Sentinella do Serro* também negava o entusiasmo caloroso e violento dos exaltados. Ele rejeitava a o despotismo da maioria dos exaltados jacobinos que aderiam aos golpes militares, ao despotismo dos caramurus e a

tendência liberal moderada que escolhia a primazia do elemento monárquico. Apelava para a figura de uma democracia pacífica e de gravata lavada. Visava atingir o auto-governo republicano por meio por meio da contemporização com o princípio monárquico, desde que a monarquia aderisse à democracia. Uma monarquia com soberania popular via reformas constitucionais. Essa transigência ganhava vida via reformas liberais na constituição de 1824. Fundir as nuances republicanas e monárquicas com clara antecedência e hegemonia do elemento republicano parecia ser o objetivo de Ottoni. Seu programa político e a estratégia para alcançá-lo podem ser auferidos da análise das suas propostas de reformas na Constituição presentes num texto do seu jornal *Sentinela do Serro* nº 43 de 25 de junho de 1831:

Somos da opinião de que se deve lentamente republicanizar a constituição do Brasil, cerceando as fatais atribuições do poder moderador, organizando em assembléias provinciais os conselhos-gerais de província, abolindo a vitaliciedade do senado, e isto desde de já. Mas se, contra a nossa humilde opinião, a Câmara dos deputados se conservar estacionária, nem por isso apelaremos para golpes da nação, mas pelo contrário, continuaremos a reprovar altamente todos os meios violentos, que podem levar-nos à anarquia e ao despotismo militar que oprimem a quase todas as chamadas repúblicas da América espanhola. Ainda assim, recomendaremos obediência aos decretos legais da assembléia-geral; esperaremos pela próxima e, fazendo ver aos nossos patrícios a necessidade de atenuar legalmente o demasiado vigor que a constituição dá ao sempre funesto elemento monárquico, apontaremos pelo nome os deputados antigos das reformas constitucionais, para serem reeleitos, e os deputados estacionários e retrógrados, não para insultar, mas para que o povo os exclua da representação nacional. (Idem:186-187)

Novamente descartando a violência e fazendo apologia do jogo parlamentar, optava por recomendar obediência e alertar sobre a necessidade da escolha ponderada dos deputados à assembléia. Aconselhava a republicanização da constituição de 1824 por meio de três reformas

indispensáveis: a transformação dos conselhos gerais de província em assembleias provinciais; o cerceamento das atribuições do Poder Moderador e o fim da vitaliciedade do Senado. Ottoni atacava as bases de sustentação do projeto “monarquiano”. Vamos nos dedicar, a partir de agora, às suas considerações e às alternativas elaboradas sobre centralização, Poder Moderador, Conselho de Estado e Senado vitalício.

Começamos pela Câmara Alta. O projeto de reforma da constituição tomado como base para a discussão na Câmara dos Deputados, a partir de outubro, não foi o de Ottoni e sim o de Miranda Ribeiro. O projeto de Miranda, da mesma forma, era de tendência liberal e ainda desenvolvia o programa de Ottoni em alguns pontos⁴⁷. O projeto foi aprovado pela Câmara dos Deputados com o aditivo de que o “governo do Império do Brasil será uma Monarquia Federativa” (*Apud* CASTRO, 2004:29) Enviado para apreciação do Senado, sua discussão foi adiada para o ano de 1832. Fato esse, que aumentava o receio de que o Senado não aprovaria reformas que feriam privilégios senatoriais. Preocupado com a posição conservadora da Segunda Câmara, Ottoni fundou a Sociedade Promotora do Bem Público com o objetivo de aplicar um golpe de estado eleitoral em que se propunha que os eleitores dessem poderes constitucionais aos deputados das próximas legislaturas para reformarem a constituição independente do carimbo do Senado, conforme projeto já aprovado pelos deputados em 1831.

O *Astro de Minas* reproduzia um artigo do redator do *Sentinella do Serro* em que ele indagava se a nação “[...] está deliberada a sugerir se às deliberações tomadas pelos seus maiores inimigos, pelos satélites do tyranno, que ainda nos querem governar no Senado.” (*In Astro de*

⁴⁷ O projeto de Miranda Ribeiro propunha, dentre outros pontos, que: “O Poder Moderador seria extinto [...] O veto imperial ficaria sujeito ao contraste do Legislativo. Seria supresso o Conselho de Estado. O Senado seria renovável na terça parte a cada legislatura. Os Conselhos Gerais seriam transformados em Assembleias Legislativa divididas em duas casas [...] seria assegurada a autonomia financeira das províncias mediante a divisão dos poderes tributários entre o Parlamento Nacional e as Assembleias Provinciais [...] Os municípios teriam autonomia em relação às províncias igual às da províncias em relação à da União. O Governo Geral se faria representar ante as Assembleias Provinciais por um presidente de sua nomeação e [...] as Assembleias Provinciais indicariam um intendente junto a cada Câmara Municipal. (CASTRO, 2004: 29)

Minas, Nº 669, 08/03/1832) Falava também em “*turcos do senado*”, e completava sua raciocínio dizendo:

[...] deve se notar, que o Senado actual he todo nullo, porque a sua eleição foi feita debaixo da influência das bayonetas, porque se não cumpro a Constituição: há Senadores que nem tiverão votos na Provincia [...] que o Senado nem he hum Poder Nacional, mas sim uma machina, cujas molas estão de tal maneira dispostas que hão de se dirigir sempre seo movimento no sentido inverso à Liberdade pública. E depois de tantas fadigas e sacrificios para deitarmos por terra o chefe, continuaremos a supportar os despotismos dos seos criados e caudatários? Isto he loucura, que a Nação Brasileira não pode fazer sem muito aviltar se. Se o Senado não descer, deve cair. (Idem)

No número seguinte, o *Astro de Minas* mais uma vez trazia em suas páginas um artigo reproduzido da *Sentinella do Serro*, em que se fazia uma comparação entre o funcionamento do senado na monarquia Inglesa e na Brasileira:

Nos governos representativos monarchicos como o da Inglaterra o Poder Legislativo está dividido em três ramos, o rei, os Deputados, e os Senadores, os Pares: para conservar se a necessária harmonia entre estes poderes, pois que a base do systema he o equilibrio entre elles, costuma se dar ao rei huma extraordinária influencia sobre os outros dous ramos. Assim, quando a Câmara dos Deputados não concorda com as vontades reaes he dissolvida e se convoca outra mais submissa; assim os Pares são nomeados pelo rei e se alguma vez ousão desobedecer á seo amo, tem este autoridade para introduzir na Câmara tantos quantos bastem para fazer huma maioria a seo favor [...] os Inglezes tem o recurso contra as pretenções dos aristocratas, quando a hypocrisia e machiavelismo e o interesse próprio faz que algum dos seos reis, como o actual, ouça os clamores do povo [...] tal he a imperfeita compleição desses governos; tudo he subordinado á vontade real [...] No Brasil, porém a organização da câmara alta foi feita de maneira que sendo ella escrava do Governo em quanto este marchou no caminho do feudalismo, e da arbitrariedade, está na opposição ao mesmo governo logo que este quer trilhar huma vereda liberal e Americana: todavia esse vício nasce dos

elementos de que compuserão o Senado antes que da sua essência. Se a eleição dos Senadores não se fizesse debaixo da influência dos cadafalsos, das baionetas e das commisões Militares, talvez o Senado na houvera feito tantos desserviços à Pátria, porque a organização do Senado Brasileiro he mais liberal que a dos outros Senados monarchicos; mas os indivíduos a tornão insuportável. [...] O que se diz a respeito dos reis he igualmente applicavel aos Senados que não são electivos temporários. Quando um Senado temporário, ou vitalício tornou-se independente da nação, e mostra sentimentos diametralmente oppostos as vontades de seos comittentes, à estes o recurso que resta he derribar esse escolho que se antepõem a felicidade. [...] Mas quando existe hum Senado composto de creaturas de hum tyranno derribado, sem influência, consideração e sem poder; basta que a Nação declare mansa e pacificamente que não quer mais semelhantes delegados [...] proclame se isto com energia, que elles descerão para não cair. (In Astro de Minas, Nº 670, 10/03/1832)

O Senado brasileiro naquele átimo era caracterizado como tirânico, despótico, braço direito de D. Pedro I e, portanto, inimigo das liberdades. O redator da *Sentinella do Serro* constatava que no caso Inglês o Rei desgraçadamente a tudo subordinava, dissolvendo a Câmara baixa e aumentando o número do Senado em caso de indisciplina em relação as suas pretensões. Sarcasticamente, dizia que o Senado, na Inglaterra, obedecia à vontade real mesmo que a hipocrisia, machiavelismo, e interesse pessoal levassem sua alteza a se voltar para os anseios populares. No Brasil, pelo contrário, o Senado era obediente ao governo quando encabeçado por D. Pedro I e oposto ao governo quando este procurava a liberdade Americana. Mas o filho da Vila do Príncipe culpava menos sua organização, um tanto quanto liberal já que diferente do Senado Inglês era vetado aqui o aumento do número de senadores ao bel prazer do Imperador, que devia escolher seus membros a partir de lista tríplice de senadores eleitos, e mais sua composição, formado pela pressão das baionetas, pelo conservadorismo da instituição. Acusava a vitaliciedade e hereditariedade do Senado, que tornava a casa independente e, mesmo, oposta à vontade da nação que o elegeu. Vale sublinhar que Ottoni num primeiro momento reivindicava a

abolição da vitaliciedade do Senado, depois concentrou em pedir a derrubada da segunda câmara, caso a mesma não cooperasse com as mudanças na constituição. Atacava, da mesma forma, as condições em que o Senado naquela conjuntura tinha sido eleito.

Em razão do malogro do golpe parlamentar de 30 de junho⁴⁸, o Senado resolveu transigir e realizou sessões conjuntas com a Câmara no dias 17 e 28 de setembro em que resultou a lei de 12 de outubro de 1831:

A lei de um único artigo autorizava os eleitores a concederem aos deputados da legislatura de 1834-1837 poderes especiais para reformar os artigos ou parágrafos que são expressamente declaráveis reformáveis. Concordou-se com a suspensão do Conselho de Estado, mas conservou-se o Poder Moderador; foi mantida a vitaliciedade do Senado; os Conselhos Gerais poderiam ser transformados em Assembléias Legislativas [...] foram aceitas a discriminação de rendas e a divisão dos poderes tributários; foi rejeitada a autonomia municipal; a Regência poderia se tornar una.
(CASTRO, 2004:30)

A Câmara se reuniu em 1834 com poderes constituintes para realizar as devidas reformas, conforme o estabelecido em 12 de outubro de 1831. Ficou decidido que não se adotaria uma monarquia federativa. No mais, o Ato Adicional adotou a grande parte das propostas da lei do dia 12.

Otoni se dizia entusiasmado com a adoção de parte do seu programa de reformas constitucionais que vinha a público três anos antes na sua folha. Manifestava que da sua idéia original apenas a abolição da vitaliciedade do Senado não tinha vingado no Ato Adicional.

⁴⁸ O golpe de Estado de 30 de junho de 1832, levado à ação por Diogo Feijó, então Ministro da Justiça e tendo como outros articuladores Evaristo da Veiga, Aureliano de Sousa, Antônio Pinto Chichorro da Gama, teve como pretexto a rejeição por parte do Senado do parecer da Comissão de Justiça e Constituição que pedia o afastamento de José Bonifácio do Paço. O plano previa que a Câmara dos Deputados se proclamasse Assembléia Constituinte revogando a Constituição de 1824 e anulando as prerrogativas do Senado. Ver (CASTRO, 2004: 22-24)

Enunciava que “a supressão do Conselho de Estado vitalício eram também um grande triunfo da idéia liberal, pois que anulava em sua essência o poder moderador [...]”(OTTONI, 1972:201)

No capítulo VI da “*Circular aos eleitores...*”, Teófilo Ottoni oferece uma análise valiosa do Poder Moderador e do Conselho de Estado. Seu exame crítico permite a análise da sua visão sobre essa duas instituições vitais para o perfeito entendimento dos eventos que conduziram a vida política do Império em toda sua extensão cronológica. O liberal do Serro iniciou sua exposição deixando claro seu objetivo: “[...] explicar-vos o modo por que tenho encarado sempre o poder moderador e o exercício de suas funções.” (*Idem*:203) Em seguida construiu uma reduzida e efêmera história do quarto poder adicional aos já três tradicionais Executivo, Legislativo e Judiciário, concentrando-se nos nomes dos teóricos Sieyès e Benjamim Constant. Objetivando estudar o poder moderador na Constituição brasileira, Ottoni escolheu o art. 98 como sendo aquele que definia o quarto poder⁴⁹. Em seguida faz a crítica hermenêutica da lei, afirmando a imprecisão, indefinição e abstração do art. 98, que não dizia nada sobre as regras e prescrições de funcionamento do poder moderador. Porém, “no art. 101 e no capítulo relativo ao Conselho de Estado estão consagradas em termos preciosos as suas atribuições e meios de ação.” (*Idem*:206) E por esse caminho chega a questão da irresponsabilidade do Rei:

O art. 142 é a chave do art. 101 [...] A audiência do Conselho de Estado, como ai se vê, é obrigatória, salvo para nomeação dos ministros, em todos os caso que tenha de ser exercida qualquer das funções consagradas no art. 101. E logo em seguida no art. 143 se declara que os conselheiros são responsáveis pelos conselhos que derem. Logo, os conselheiros podem acompanhar o crime e o crime aconselhado pode estar nos atos do poder moderador. Castigo para o conselho e impunidade para o crime cometido por virtude do mesmo conselho são idéias que se repelem e contrariam todos os princípios de justiça. The king cannot do wrong, dir-se-me-á. [...] E não tenho a menor dúvida de

⁴⁹ “O poder moderador é a chave de toda a organização política é delegado privativamente ao Imperador, como chefe supremo da Nação e seu primeiro representante, para que incessantemente vele sobre a manutenção da independência, harmonia e equilíbrio dos outros poderes políticos” (OTTONI, 1972:204)

que daí se derive a irresponsabilidade da pessoa real. Mas o princípio the king cannot do wrong [...] só é racional subentendidas estas palavras: _ Because he does nothing. A ficção diz somente que o rei não pode fazer mal e que, portanto é irresponsável. Não diz que o erro ou o crime não possa estar nos atos promulgados em nome do rei. Nem a constituição o poderia admitir, porque supõe a possibilidade do crime no conselho. E, se houver crime no conselho, não pode deixar de havê-lo na execução do conselho criminoso. E como [...] o rei não pode fazer mal, é preciso que ao lado da irresponsabilidade real esteja sempre a responsabilidade de um executor [...] Pelo mal, que pode estar nos atos do rei é responsável quem lhe deu o cunho de exequibilidade [...] Ocasionalmente, quando decretou os arts. 60 e 70 o formulário para publicação das leis, menciona e declara indeclinável a necessidade de referenda. Mal cuidavam os legisladores constituintes que o Brasil de 1860 ministros haveria que julgasse possível no sistema constitucional referenda sem responsabilidade. E que rebaixassem os Ministros de Estado a notários públicos, que na referenda dos atos do poder moderador nada fazem senão portar por fé que tal é a vontade de seu augusto amo. (Idem: 208)

Na conjuntura dos debates sobre as reformas da Constituição de 1824, o remédio para um maior controle das atribuições reais na opinião dos liberais mais à “esquerda” estava em duas opções: ou se determinava constitucionalmente à responsabilidade dos ministros sobre os atos do quarto poder, ou se extinguia tanto o Poder Moderador quanto o Conselho de Estado. (LYNCH, 2007:219) Depois que demonstrou a irresponsabilidade do rei e afirmou a necessidade da referenda e da responsabilidade ministerial para os atos do Poder Moderador, Ottoni passou a dissertar sobre como o cerceamento do Poder Moderador através da abolição do Conselho de Estado, estipulada no Ato Adicional de 1834, cumpriu o desígnio de democratizar a monarquia. Pedimos licença para outra citação alongada:

Resta definir a parte que tem o Conselho de Estado nas funções do poder moderador [...] Demonstrada a responsabilidade dos ministros pelos atos do poder moderador, as funções deste só deferiam [...] das funções do poder executivo em um único ponto, e vem a ser, que a audiência do Conselho de Estado era obrigatória sempre que funcionava o poder moderador, exceto no caso da nomeação dos ministros. Daí resulta que

necessariamente a responsabilidade pelos atos do poder moderador tinha de repartir-se entre os Ministros e os Conselhos de Estado, enquanto o poder executivo propriamente dito ficava livre para obra por si e só com responsabilidade ministerial [...] Mas a responsabilidade dividida entre os Ministros e o Conselheiros de Estado se enfraquece e torna menos efetivas as garantias do País e os direitos individuais. Demais, o Conselho de Estado vitalício, senhor das tradições do governo, cômico da importância da sua posição, deve perenemente predominar sobre o ministério. Eu acredito [...] que toda a vantagem está na idéia contrária. Parece-me que os ministros devem ser especialmente feita da Câmara temporária, receber as inspirações bebidas na eleição popular. O Conselho de Estado vitalício, criatura e auxiliar nato do poder moderador, estará sempre em desconfiança contra os representantes imediatos do povo. O Senado vitalício, que é essencialmente estacionário, fica reforçado em extremo com a existência de um Conselho de Estado vitalício. Apoiar-se-ão reciprocamente e a comunhão de interesse facilmente se estabelecerá entre as duas corporações [...] Com as duas corporações assim organizadas, todo o ministério que não esteja filiado na confraria vitalícia é impossível. E todo o progresso igualmente. Abolido o Conselho de Estado, os ministros mais desassombrados em presença do Senado, inspirariam e se apoiariam na seiva de uma Câmara popular, renovada periodicamente e assim poderiam mais facilmente levar a legislação. Abolido o Conselho de Estado, ficavam os ministros responsáveis únicos pelos atos do poder moderador. E dependentes os seus atos da referência ministerial [...] estavam o poder moderador e as suas atribuições suaves e naturalmente absorvidos pelo poder executivo. Eis as razões por que sempre entendi que o at. 32 do Ato Adicional fora um magnífico triunfo da idéia liberal e que anulava em sua essência o poder moderador. (Idem:208-210)

O Conselho estava sempre presente quando o Poder Moderado agia, exceção quando da escolha dos Ministros. O Conselho era responsável pelos aconselhamentos dados. Os Ministros eram quem executavam as decisões do Poder Moderador e deveriam ser os responsáveis pelas mesmas em razão da irresponsabilidade do monarca. A existência do Conselho de Estado era encarada por um viés negativo porque naturalmente estabelecia que as responsabilidades pelos atos do Poder Moderador seriam divididas entre o Conselho e os ministros. Fato esse que além de enfraquecer as garantias de liberdade política do país, ameaçava da mesma forma, e em consequência os direitos individuais. Intercedendo a favor de um Ministério subordinado e

assessorado pela Câmara popular, o liberal da Vila do Príncipe não via com bons olhos a tendência natural do Conselho de Estado vitalício, filho e braço direito do moderador, entrar em conluio lógico e voluntário com um Senado igualmente de perfil aristocrático para, em auxílio mútuo, defenderem os interesses do governo subordinando o ministério às suas decisões. A abolição do Conselho de Estado era encarada como uma solução que se ajustava perfeitamente aos ideais liberais de cerceamento do Poder Neutro, porque fazia dos Ministros de Estado os responsáveis únicos pela sua conduta e, mais importante, os ministros “inspirariam e se apoiariam na seiva de uma Câmara popular” porque seriam escolhidos conforme a vontade hegemônica do parlamento.

Teófilo Ottoni representava bem o pensamento de uma ala mais à esquerda do “liberais moderados”⁵⁰ que nos anos 30 se aproximavam das demandas reformistas do grupo “exaltado” e reivindicavam uma forma de governo que tinha “[...] o legislativo como lugar por excelência da representação da soberania [...]” (LYNCH, 2007:197) Interpretando o Legislativo como árbitro do papel do Executivo, buscavam persuadir sobre a importância do monarca escolher seus auxiliares entre a maioria parlamentar. A idéia da “democracia da gravata lavada” era republicanizar a monarquia, o que equivalia a cercá-la de instituições republicanas: “as reformas pleiteadas passavam por uma descentralização acentuada, pela temporariedade do Senado e pela extinção concomitante do Poder Moderador e do Conselho de Estado.” (Idem:207-208) No Brasil da década de 1830, os poderes moderador e executivo eram separados, mas exercidos univocamente pela mesma pessoa e com referenda ministerial estipulada somente para o executivo. Para os liberais, diante das dificuldades em obter a extinção do quarto poder, restavam duas opções: ou se reconhecia a inexigência da responsabilidade ministerial e, por conseguinte, o

⁵⁰ É preciso frisar que Ottoni se distanciava dessa ala moderada quando o recorte era a condição social dos seus membros, quase todos fazendeiros das Províncias de Minas gerais e São Paulo, trabalhando com a criação de gados e produção de alimentos visando o abastecimento do mercado interno.

Poder Moderador como irresponsável e daí absoluto; ou se afirmava a necessidade da referenda ministerial, ficando o monarca na dependência dos Ministros e, logo, também da maioria parlamentar. (*Idem*:212) Para os liberais “o remédio estava em determinar constitucionalmente a responsabilidade dos ministros sobre os atos deste poder [Poder Moderador], ou sumariamente extingui-lo.” (*Idem*:219) Como o jogo político parlamentar não permitiu as reformas na constituição que levassem a cabo o fim do poder moderador, a proposta de extinção do Conselho de Estado no Ato Adicional de 1834, foi uma alternativa respeitável em se tratando de enfraquecer o governo pessoal, pois inutilizou o poder moderador colocando-o sob controle dos Ministros, que, por sua vez, deveriam responder por seus atos e decisões para a Câmara dos Deputados de matriz popular. Não foi a esmo que a lei de Interpretação do Ato Adicional e lei que restaurava o Conselho de Estado em 1841, justificaram o discurso revoltoso do republicano oriundo da atual cidade do Serro na oportunidade da Revolução Mineira de 1842.

O conceito de federalismo está ligado á assimilação que a idéia de república sofre na Revolução Americana no século XVIII. Thomas Jefferson, figura central na formação intelectual de Otoni, oferece um depoimento norteador sobre como a Revolução estadunidense representou um corte em relação à idéia de democracia clássica:

Mas tão diferente era o estilo da sociedade então e como aquele povo (os antigos gregos) do que é agora, e também diferente do nosso [...] Não conheciam meio-termo entre uma democracia (a única pura, mas impraticável além dos limites de uma cidade) e o abandono de si mesmos a uma aristocracia ou tirania independente do povo. Parece não ter ocorrido que, quando os cidadãos não podiam reunir-se para tratar pessoalmente dos seus negócios, somente eles tinham o direito de escolher os agentes que deviam fazê-lo; e isso pelo modo que um governo republicano ou popular de segundo grau de pureza pode exercer sobre qualquer superfície do país. A experiência completa de governo democrático, porém representativo, estava e continua a ser reservada para nós. A idéia [...] tem sido levada por nós mais ou menos por todas as

nossas repartições legislativas e executivas [...] de sorte a não deixar autoridade alguma existente que não seja responsável para com o povo [...] (JEFFERSON: 1964:83)

Durante a fase de redação, debate e ratificação da constituição nacional norte-americana, ocorreram conflitos intensos sobre o sentido da criação de um poder nacional, envolvendo anti-federalistas e federalistas. Os últimos “para progredir na justificativa de um sistema de poder nacional que fosse seguro para as liberdades do povo”, os primeiros “para mostrar que tal projeto nunca poderia ser bem sucedido [...]” (BAILYN, 2003:295) Para os anti-federalistas valia a crença fundamental de que “[...] os únicos estados verdadeiramente livres eram repúblicas, onde o povo se governava por meio de representantes livremente eleitos; que repúblicas [...] poderiam sobreviver apenas em pequenas unidades [...] e que o princípio que animava as repúblicas era a virtude.” (*Idem*:307) Para os federalistas os Estados Unidos deveriam formar uma república confederada em que o governo geral, o todo, protegeria a sociedade em seus assuntos comuns e cada unidade teria sua devida autonomia. Para eles “[...] o governo nacional tinha apenas poderes limitados e específicos; os estados, que retinham todo o resto, permaneciam repúblicas de pequenas dimensões; e seriam os estados que continuariam a regular os assuntos da vida diária.” (*Idem*:320) Prevaleram as formulações federalistas.

José Murilo de Carvalho sintetiza a visão dos liberais brasileiros sobre o par antitético centralização/descentralização política da seguinte maneira:

A posição tradicional dos liberais, desde a década de 1830, foi a de que liberdade exige descentralização, despotismo requer centralização [...] o poder central é visto sempre de maneira negativa, ele é inimigo das liberdades civis, mata a iniciativa das localidades e dos indivíduos, impede o desenvolvimento da prática da cidadania. (CARVALHO, 1999:175)

Outro pesquisador a voltar seu olhar sobre a questão do federalismo foi Evaldo Cabral de Mello. Em sua obra sobre a história do federalismo pernambucano entre 187-1824⁵¹, o autor tem como pano de fundo o conflito entre centralismo da Corte e auto-governo provincial. A tese é que na província de Pernambuco houve a tentativa de construção de um projeto de independência diverso e oposto ao projeto vencedor nascido no Rio de Janeiro, encabeçado por José Bonifácio e tendo como fim a fundação de um Estado monárquico, centralizado e mantenedor da unidade nacional. Influenciado pelo exemplo norte-americano, Pernambuco⁵² lutou pelo federalismo entendido como a transformação de um Estado unitário pré-existente, em Estado federal em que a soberania deveria residir na província. Auto-governo provincial significava, no contexto intelectual pernambucano, a transferência de poderes administrativos à província, ou seja, descentralização que se efetivava através de um executivo e legislativo próprio e eleito, autonomia para gerir assuntos relativos à burocracia civil, forças armadas e tributação, uma justiça provincial⁵³. (MELLO, 2004:11-22)

O Ato Adicional de 1834 fez a reforma no quesito centralização/descentralização, substituindo os conselhos gerais pelas Assembléias Legislativas provinciais, que ficariam encarregadas de cuidar das atribuições civis, judiciárias, eclesiásticas da província, da polícia municipal e da fixação de impostos e despesas. Foi negada a autonomia municipal. Vimos como dentre as propostas de Ottoni para a reforma da constituição estava inclusa a questão da maior descentralização política representada pela sugestão de converter os conselhos gerais da província

⁵¹ MELLO, Evaldo Cabral. *A outra independência: o federalismo pernambucano de 1817 a 1824*. São Paulo. Ed. 34. 2004.

⁵² Para Mello o federalismo constituiu uma sensibilidade eminentemente pernambucana devido a fatores como: sua posição de destaque na economia de exportação; o nativismo pernambucano, uma espécie de proto-nacionalismo, no sentido de apego o local em que se nasce, que carregava um tipo de proto-xenofobia em relação aos lusitanos; e a influência ideológica da revolução estadunidense.

⁵³ Sobre a questão do federalismo no ideário republicano brasileiro do século XIX ver também: FONSECA, Carla Pereira de Brito *A idéia de república no Império do Brasil: Rio de Janeiro e Pernambuco (1824-1834)*. Rio de Janeiro. Universidade Federal do Rio de Janeiro. 2004. (Tese de doutorado), em especial o capítulo 5

em assembleias provinciais. Dois momentos distintos demonstram o apego do liberal mineiro ao federalismo.

O político da Vila do Príncipe em um breve texto tecia encômios à atuação da instituição do Juiz de Paz. O Juiz de Paz incorporava à justiça as idéias da autonomia local e auto-governo. Cargo eletivo criado em 1828 (Lei das Câmaras, de 1º de outubro), o Juiz de Paz teve suas competências reorganizadas pelo Código do Processo Criminal de 1832. O Código reformou o Judiciário brasileiro num sentido liberal. Eram escolhidos por eleição direta pelos eleitores de paróquia. Ficou encarregado da instrução criminal. Acumulava funções judiciais e policiais. Encarregado da justiça primária e Juiz nas contravenções e nos crimes de penalidade mínima. (CASTRO, 2004: 28; LOPES, 2002: 328) Ottoni louvava a atuação satisfatória do Juiz de Paz do termo da Vila do Príncipe, apresentando, inclusive, dados numéricos que comprovavam o bom exercício do ofício.

Entre muitas utilidades, que nos tem resultado do Systema Constitucional, não podem ser esquecidos os benefícios que tem feito a santa Instituição dos Juizes de Paz. No termo desta Villa do Príncipe, quase todos esses Magistrados populares tem merecido as bênçãos de seus concidadãos, exercendo optimamente as attribuições que lhe designou a lei [...] Na parochia desta Villa de 5 de fevereiro de 1829 a 30 de outubro de 1830, as reconciliações, que se tem effetuado, montão a 111 e somente não se concluíram 49; deve-se notar, que das 49 nem a terça parte tem ido a Juízo. Prescindindo porém desta última observação, vê-se, que sendo 160 o número das causas propostas, quase trez quartos do total se tem ultimado pela reconciliação. (In Aurora Fluminense, N° 420, dezembro de 1830)

No ano de 1838 Teófilo Ottoni era Deputado. Esse mesmo ano marcava o início da reação conservadora. E a estratégia usada pelos conservadores era reformar o Ato Adicional de 1834. Se

dizendo “apostolo das franquezas provinciais, tendo fé no governo do povo por si mesmo” (*Idem*: 222) ele comentava a lei de interpretação do ato adicional em 1838, afirmando que,

Parecia-me que se devia antes alargar do que restringir as faculdades provinciais. Acho ridículo que o ordenamento de 150\$ do carcereiro de uma aldeia do Amazonas ou de outra qualquer seja objeto de um decreto imperial, que as províncias não possam designar seus vigários e oficiais da guarda nacional; que um tabelião de aldeia ou escrivão dos órfãos só possa ser nomeado na Corte. É um modo de escolher o pior e de aumentar os meios de corrupção que tem o governo geral para seduzir os representantes da nação. (Idem)

Esclareceu ainda, que as reformas de teor federalista na constituição nasceram de uma demanda real das províncias que buscavam alternativas viáveis diante das dificuldades administrativas que enfrentavam num território nacional extenso e que, por isso, não fazia sentido modificar o Ato Adicional.

Quando se tratou de reformar a constituição foi em consequência de um clamor geral de todos os ângulos do Império, porque as províncias distantes oitocentas e mais léguas, com tanta necessidades, tanta dificuldade de comunicações, não podiam dispensar por mais tempo o desenvolvimento desse germe federativo, já consagrado na constituição do Estado. Entretanto a reação que apareceu ao tempo em que essa fatal idéia do regresso foi proclamada não se contentou em destruir o trabalho da Câmara constituinte de 1834, mas quer ir ainda mais para trás. (Idem: 226)

Regina Horta chama atenção com justiça para algumas incongruências do discurso federalistas de Ottoni, lembrando que “[...] na sociedade imperial hierárquica, oligárquica e dominada por grandes proprietários rurais, a descentralização acabou por significar o domínio da arbitrariedade, da desigualdade e da hierarquia, reforçando ainda mais o despotismo do poder privado.” (DUARTE, 2002:8) O argumento é plausível, porém levando em conta a argumentação

“ottoniana” podemos olhar a questão por um prisma diverso. Antes de tudo, é preciso dizer que o liberal mineiro não pertencia a uma família formada por grandes proprietários rurais e nem ele mesmo o era, portanto fica difícil sustentar que sua ideologia visava defender os interesses privados das oligarquias do campo. Em relação ao Juiz de Paz, o detalhe da eleição local para o cargo diz respeito ao auto-governo e a um maior controle da população sobre a sua atuação. Em relação à centralização administrativa, a reivindicação por autonomia local não era somente uma questão ideológica deslocada da realidade nacional. Era uma solução prática que nascia de um problema prático. A extensão do território brasileiro gerava dificuldades na comunicação, criando entraves para um andamento ágil e eficaz das questões burocráticas da vida administrativa das províncias. Numa direção oposta ao argumento de Duarte, o político do Serro creditava à centralização o risco inerente da corrupção. É elucidativo invocar um depoimento em que Thomas Jefferson defende o federalismo com argumentos próximos aos de Ottoni. O resultado de administradores públicos distantes dos governados era má gestão pública. Os administradores não saberiam os problemas locais e desse modo não conseguiriam resolvê-los. A ausência de vigilância por parte dos governados facilitaria a tendência das paixões privadas desses homens públicos aflorarem. Ao explicar como concebia o federalismo americano como uma gradação de pequenas repúblicas Jefferson disse:

Nosso país é demasiado grande para que seus negócios sejam dirigidos por um só governo. Servidores públicos, em tal distância e sob a vigilância de seus constituintes, não podem, dada a circunstância da distância, administrar e atender a todos os detalhes necessários ao bom governo dos cidadãos, e estas mesmas circunstâncias, por tornarem impossível à descoberta a seus constituintes, incitarão os agentes públicos a corrupção, pilhagem e desperdício. E realmente acredito se fosse prevalecer o princípio de uma lei comum ficar em vigor nos Estados Unidos [...] ele tornar-se-ia o governo mais corrupto da terra. Vistes a prática pela qual os servidores públicos puderam encobrir sua conduta ou, onde isso não pode ser feito, recorreram a subterfúgios para que seus

constituintes nada percebessem. Que aumento do campo para negociatas, especulações, pilhagens, criação e procura de cargos se produziria assumisse o governo geral todos os poderes do Estado! (JEFFERSON, 1964:91)

Em contato com as várias camadas lingüísticas que formavam o contexto dos intelectuais liberais, o político da Villa do Príncipe selecionou, recortou, interpretou e realizou a montagem do seu próprio ideário político utilizando conceitos próprios à retórica exaltada, e também caros ao léxico moderado, repetindo, inovando, reinterpretando e de certa maneira remodelando o contexto ideológico. Parece que dentro do quadro mental nacional e inspirado no espelho dos Estados Unidos, Ottoni discursa em favor de uma monarquia representativa e federativa. A democracia da gravata lavrada se diferencia da tirania de uma só ou monarquia clássica e despótica e, igualmente, do despotismo da turba ou oclocracia, entendida enquanto democracia direta das antigas repúblicas de menor espaço geográfico. A democracia da gravata lavrada poderia ser então interpretada como monarquia constitucional representativa assentada em uma federação, com soberania emanando do poder legislativo, em específico da Câmara popular formada pelos deputados.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Teófilo Benedito Ottoni foi uma das figuras de oposição ao projeto monárquico mais atuante e de maior destaque do cenário político liberal nacional do século XIX. Oriundo de uma família ambientada nas lutas políticas, sua vida jovem transcorreu em ambiente familiar representativo das camadas médias urbanas em que eram exercidas profissões liberais ligadas ao comércio e à burocracia de baixo escalão. Profissionalmente, Ottoni teve sua existência vinculada, em grande parte, às atividades lojistas de compra e venda. Foi também funcionário público no Banco do Brasil, como diretor secretário em 1854, e sócio fundador da Companhia do Comércio e Navegação do Rio Mucuri em 1842. Dessemelhante da elite política imperial, sua formação educacional aconteceu em terra nacional, na Academia da Marinha na Cidade do Rio de Janeiro. Politicamente foi eleito deputado algumas vezes para Assembléia Legislativa de Minas Gerais e ao Parlamento Nacional. Foi eleito e escolhido pelo Imperador para o Senado no ano de 1864.

O perfil coletivo dos cidadãos unidos a Ottoni na esfera pública, através da atividade jornalística e da participação em associações políticas, resulta em informações que sintetizaremos construindo um tipo ideal que teria as seguintes características: filho de pais militares; nascido entre o final do século XVIII e os dezoitos anos iniciais do XIX; nascido em Minas Gerais ou Rio de Janeiro; tendo como profissão a advocacia, o magistério, quiçá a carreira eclesiástica. No quesito formação acadêmica, a escolha se divide entre a medicina ou o direito, na Universidade de Coimbra; eleito Deputado e sem títulos de nobreza.

Cotejando o perfil do liberal mineiro e o perfil coletivo da rede de sociabilidade que o cercava na década de 1830 com o perfil dos liberais exaltados, são maiores as semelhanças do que as diferenças de características. Já sobre os companheiros de associações públicas na década

de 1840, observamos uma maior proximidade biográfica com a elite política imperial que forneceu os principais quadros responsáveis pela construção da ordem imperial, monárquica e centralizada.

Alguns estudiosos do período definiram Teófilo Ottoni como um liberal exaltado. Ele esteve próximo de gente como Cipriano Barata, ao mesmo tempo em que freqüentava a livraria do moderado Evaristo da Veiga. Certos periódicos moderados construíram, em um primeiro instante, a imagem de Ottoni como um típico representante de valores associados à moderação e contrários ao reino das paixões como, por exemplo, razão, civilidade e disciplina. A partir de 1832, os moderados, motivados principalmente pela fundação da Sociedade Promotora do Bem Público e da proposta de golpe de estado eleitoral durante os eventos da Reforma da Constituição, teceram outra imagem do nosso personagem. Ele passou a ser visto como anárquico, violento, revolucionário, caracteres esses comumente usados para acusar os exaltados. O tema da identidade persistiu dúbio quando o republicano da Villa do Príncipe hierarquizou os grupos políticos nacionais e falou sobre suas identificações “partidárias”.

Após a abdicação do Imperador em 1831, ele dividiu o cenário político nacional em três grupos: caramurus, moderados e exaltados. Caramurus eram restauradores e despóticos; moderados, defensores da ordem e exaltados, anárquicos. Caramurus e exaltados eram encarados como os dois extremos, uns desejando fazer retroceder o tempo, outros querendo antecipar em demasia as reformas. Apesar de assumir uma semântica moderada para definir sua posição, falando de si como uma pessoa ordeira, racional, prudente, não se assumia como um moderado, preferindo trilhar um caminho independente.

Ottoni desenvolveu um papel de destaque na transformação do espaço público em Minas Gerais. No ano de 1826, mudou-se para a capital do Império para estudar na Academia da Marinha. Local em plena transformação do seu espaço público, o Rio de Janeiro caracterizava-se

pelas manifestações públicas de vozes e escritos que invadiam espaços como ruas, praças e teatros da cidade. O Rio de Janeiro abriu um leque de referências e possibilidades que devem ter impressionado muito o jovem que ali mesmo iniciou sua vida cívica.

Na capital imperial, iniciou sua colaboração em periódicos e sua participação em espaços de sociabilidade como, por exemplo, a livraria de Evaristo da Veiga. De volta à província de Minas Gerais, transportou uma tipografia para sua vila natal onde passou a editar seu jornal. O *Sentinella do Serro* foi o centro de organização da rebelião do Serro em 1831. Esse movimento revoltoso, mobilizando mais de 500 pessoas na Vila do Príncipe, transformou a esfera pública em Minas. Ruas, praças, largos, foram ocupados pelos gritos, gestos, vozes da população. A partir da “folha incendiária” de Ottoni, homens livres, mulheres, alforriados e escravos tomaram o espaço público local para discutir o futuro da nação. Nosso personagem participou de associações públicas políticas, secretas ou não, em clubes maçônicos e sociedades pedagógicas, agindo na esfera pública e tentando provocar mudanças políticas no país.

O contexto intelectual que expressava e moldava a cultura política republicana no século XIX brasileiro projetava, em alternativa à fórmula “monarquiana” de sustentação de uma ordem imperial monárquica centralizadora e com soberania da coroa, o estratagema conceitual de uma monarquia constitucional representativa federal e com soberania popular. É nesse mar conturbado que o político da Vila do Príncipe traçou seu plano de navegação da nau da nação rumo ao porto da liberdade.

Uma série de conceitos formava seu ideário. O despotismo era associado ao governo monárquico quando inconstitucional e era considerado a antípoda do governo livre. A rebelião era encarada como meio de ação violenta, porém medida justa e legal diante de governos considerados ilegítimos. Estavam, assim, justificados as revoltas que o redator da *Sentinella do Serro* participou em 1831 e em 1842. Em 1833, pegou em armas novamente só que daquela vez

para debelar uma rebelião caramuru. A rebelião era justa na medida em que era um direito natural diante da opressão. Na sua leitura, na ocasião de 1833, tratava-se de uma ação retrógrada e ilegal contra um governo que devia trilhar os rumos constitucionais.

Mesmo sendo certo que Ottoni silenciou sobre a questão da exclusão política dos cidadãos passivos, nos momentos de convulsão política sua *práxis* permitiu a entrada de figuras normalmente excluídas do mundo público como os homens de cor, convocados para lutar contra a facção portuguesa, ou as mulheres serranas atuantes no movimento de 1831. Pronunciou-se contra o preconceito racial, porém, diante da escravidão, parece nunca ter ultrapassado uma visão filantrópica e humanitária. Se não foi um abolicionista, era favorável a, pelo menos, uma emancipação lenta e gradual dos escravos.

No conturbado ano de 1831, ao mesmo tempo em que defendeu a vida de um português ameaçado pelos moradores da Vila do Príncipe, convocou a população para exterminar os “guerreiros de fundo de garrafa”. Lembramos que a xenofobia era um sentimento muito comum entre os radicais daquele período. Preocupou-se com a educação como meio de preparar o povo para ser livre e soberano, a ponto de elaborar um programa de reformas na educação elementar do país.

Como forma de defender as qualidades do governo republicano sem mencionar publicamente a mudança de governo no país, elogiava o sistema americano em razão oposta às críticas tecidas ao sistema europeu. O sistema americano era o novo, a liberdade e a república. Já o sistema europeu representava o tempo velho da Santa Aliança, das monarquias e do despotismo. Apontava a república americana como modelo a ser seguido pelo Brasil. Ainda de forma, por vezes, velada, desqualificou o regime monárquico ao criticar seu repertório de ritos e condecorações. Desaprovou duramente o costume do beija-mão do Imperador como um ato impróprio a homens livres.

Na impossibilidade da implantação da república nos moldes norte-americanos, lutou contra o projeto “monarquiano” de fundação de uma monarquia mista, constitucional e representativa, mas centralizada e com amplos poderes do Imperador. A manutenção do Poder Moderador, do Conselho de Estado e do Senado Vitalício concentrava poderes nas mãos do monarca, tornando-o independente da nação e transformando monarquia constitucional em poder pessoal. Acreditando que “[...] a política dos governos constitucionais outra não deve ser senão a do parlamento.” (OTTONI, 1972:343) e que “[...] o papel dos reis constitucionais é essencialmente passivo.” (*Idem*: 350) defendeu, no parlamento e através das armas, um projeto alternativo que tornava o monarca dependente da nação através da soberania da segunda Câmara a partir do fim da vitaliciedade do Senado, do cerceamento das atribuições do Poder Moderador e da autonomia provincial. Encarava a autonomia provincial como uma necessidade real diante da extensão do território nacional e como maneira de auto-governo, em que o setor público se desenvolvia sob o olhar atento do cidadão. Com a descentralização política e administrativa os cidadãos ficariam mais próximos do poder público, o que inviabilizaria sua independência e conseqüentemente a corrupção.

Na impossibilidade da república estadunidense, Ottoni adaptava-se a realidade nacional e agia dentro dos limites oferecidos pelo contexto intelectual daquele tempo, intercedendo a favor de uma monarquia republicanizada, uma monarquia constitucional, representativa, federal e com soberania popular. A democracia da gravata lavada. A metáfora “náutica”, citada abaixo, condensa sua opinião sobre os rumos políticos que a nação deveria seguir:

Estamos no grande Oceano. O porto, que demandamos he a completa liberdade da patria. A única Barca, em que podemos evita o naufrágio, he a Constituição. O único Piloto capaz de dirigir o leme he a Representação Nacional. Se queremos a própria

salvação, não saiamos da Barca, e ajudemos os nossos Pilotos na sua grande tarefa. (In Astrea, N° 735, 20/08/1831

FONTES

I IMPRESSOS

1.1 Periódicos

Divisão de obras raras da Biblioteca Nacional

Astréa, 1829-1832, Rio de Janeiro.

Astro de Minas, 1831-1832, Minas Gerais.

Aurora Fluminense, 1831, Rio de Janeiro.

O Independente, 1831-1832, Rio de Janeiro.

O Republico, N 29, 12 de janeiro de 1831. Minas Gerais.

O Universal, 1831-1832, Minas Gerais.

1.2 Folhetos

Divisão de obras raras da Biblioteca Nacional

OTTONI, Teophilo Banedicto. *A estatua equestre. Carta de Theophilo Benedicto Ottoni*. Rio de Janeiro: TYP. Do Diario do Rio, 1862, 12p.

_____ *Manifesto do Centro Liberal*. Rio de Janeiro: Typ. Americana, 1869, 67p.

_____ *Notícia histórica sobre a vida e poesia de José Eloy Ottoni*. Rio de Janeiro: Typ. Imp. e Const. 1851, 24p.

**Arquivo Histórico da Câmara Municipal do Serro – Casa General Carneiro/IPHAN Serro
MG**

OTTONI, Christiano. *Biographia de Teophlio Ottoni*. Rio de Janeiro. Typographia do Diário do Rio de Janeiro. 1870.

OTONI, Teófilo. "Circular " dedicada aos Srs. Eleitores e Senadores pela província de Minas Gerais. in: MIRANDA, Aluizio Ribeiro. *Serro: três séculos de história*, 1972.

_____ *Discursos Parlamentares*. Brasília. Câmara dos Deputados. 1979.

II DICIONÁRIOS

BLAKE, Augusto Victorino Alves Sacramento. *Diccionario Bibliográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro: Imp. Nacional, 1883-1902. 7V.

III ANAIS PARLAMENTARES

OTTONI, Teófilo Benedito. *Perfis Parlamentares*. Brasília. Câmara dos Deputados. 1979.

BIBLIOGRAFIA**Livros, Revistas, Dissertações, Teses**

ALENCASTRO, F. A (Org.). *História da vida privada no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997. v. 2.

ANDRÉS, A. (Org.) *Utopias: sentidos Minas margens*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1993.

ARARIPE, Tristão de Alencar, LEAL, Aureliano. *O Golpe Parlamentar da Maioridade*. Brasília. Senado Federal. 1978.

ARAUJO, M. M. M. *Com quantos tolos se faz uma República? - O padre Correia de Almeida e sua sátira ao Brasil oitocentista*. Niterói: Universidade Federal Fluminense, 2003. (tese de doutoramento)

ARAUJO, Valdei Lopes de. *Teófilo Benedito Ottoni - política, historiografia e esfera pública no Brasil oitocentista*. Rio de Janeiro; Universidade Estadual do Rio de Janeiro, 1998. (dissertação de mestrado)

_____ Valdei Lopes de. *A Filadélfia de Teófilo Ottoni*. Uma aventura cidadã. Belo Horizonte. AFATO. 2003.

ARMITAGE, João. *História do Brasil: desde a chegada da real família de Bragança em 1808, até a abdicação do Imperador D. Pedro I, em 1831*. 6ª ed. São Paulo. Melhoramentos. 1977.

ARENDDT, Hannah. *Da Revolução*. 2 ed. Brasília: Ed. Ática, 1990.

_____ *Rahel Varnhagen: a vida de uma judia alemã na época do romantismo*. Tradução: Antônio Trânsito Gernot Kludasch. Rio de Janeiro. Relume Dumará. 1994

_____ *Homens em tempos sombrios*. Tradução Denise Bottmann. São Paulo. Companhia das Letras. 1987

ARISTÓTELES. *A Política*. 2 ed. São Paulo. Martins Fontes. 1998.

_____. *Coleção os Pensadores*. São Paulo. Ed. Nova Cultural. 2004.

BAILYN, Bernard. *As origens ideológicas da Revolução Americana*. SP. EDUSC. 2003

BASILE, Marcello Otávio Neri de Campos. *Anarquistas, Rusgientos e Demagogos: os liberais exaltados e a formação da esfera pública na Corte Imperial (1829-1834)*. Rio de Janeiro. URJ. 2000. (Dissertação de mestrado)

BIGNOTTO, Newton. Humanismo cívico hoje. In: BIGNOTTO, Newton (org). *Pensar a República*. Belo Horizonte. UFMG, 2000. 49 - 71.

_____. *Maquiavel republicano*. São Paulo. Loyola. 1991.

_____. *Origens do Republicanismo Moderno*. Belo Horizonte. UFMG. 2001.

_____. Problemas Atuais da Teoria Republicana in: CARDOSO, Sérgio (org) *Retorno ao Republicanismo*. Belo Horizonte. UFMG. 2004. 17 - 45.

BOBBIO, Norberto, (et al.) *Dicionário de Política*. 3ª ed. Brasília. UNB. 1991.

_____, Noberto. *Direita e Esquerda: Razões e significados de uma dimensão política*. 2º ed São Paulo. UNESP. 2001.

_____, N. VIROLI, M. *Diálogo em torno da república – os grandes temas da cidadania*. Rio de Janeiro: Campus, 2002.

BONAVIDES, P; AMARAL, R. *Textos políticos da história do Brasil*. Brasília: Senado Federal, 1996. v. 2. 1996.

BORDIEU, Pierre. A Ilusão Biográfica. In: FERREIRA, Marieta de Moraes, AMADO, Janaína (org) *Usos e Abusos da História Oral*. 2ª edição. Rio de Janeiro. FGV. 1998, pp. 183-192.

BRISKIEVICZ, D. A. *A arte da tipografia e seus periódicos: história da imprensa serrana das Minas do Serro do Frio à cidade do Serro 1702-2000*. Serro: Tipografia Serrana, 2002.

- CALMON, P. *História Social do Brasil volume 2 – Espírito da Sociedade Imperial*. São Paulo: Martins Fontes, 2002.
- CAMPOS, P. M. *Brasil brasileiro: Crônicas do país, das cidades e do povo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.
- CANDIDO, A. *Formação da literatura brasileira; momentos decisivos (1750-1836)*. São Paulo: Livraria Martins Editora; Belo Horizonte: Itatiaia, 1990 2 volumes.
- CARDOSO, Sérgio. Por quê República ? in: CARDOSO, Sérgio.(org). *Retorno ao Republicanismo*.Belo Horizonte. UFMG. 2002
- _____Quê República ? in: BIGNOTTO, Newton(org). *Pensar a república*. Belo horizonte. UFMG. 2002.
- CARVALHO, A. *Caxias*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1976.
- CARVALHO, G. de. *O revolucionário Ottoni*. Belo Horizonte: Editora Literatura, 2000.
- CARVALHO, J. M. *A construção da ordem*. Teatro de Sombras.4 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.2003.
- _____Pontos e bordados. Belo Horizonte. UFMG. 1999.
- _____A Formação das almas. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.
- CARVALHO, M. A. R. *O quinto século: André Rebouças e a construção do Brasil*. Rio de Janeiro: Revan; IUPERJ - UCAM, 1998.
- CASTRO, Paulo Pereira. A “experiência republicana”, 1831-1840. In: HOLANDA, S. B. *História Geral da Civilização Brasileira - Dispersão e Unidade*. 8 ed. Tomo II. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1964. P.9-67.
- CAVALCANTI, Berenice, et. al. *Decantando a República.:* inventário histórico e político da canção popular moderna Brasileira. Volume 1, 2, 3. Rio de Janeiro/São Paulo. Nova Fronteira, Perseu Abramo. 2004.

- CHAGAS, P. P. *Teófilo Ottoni: Ministro do povo*. 3ª Edição. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia, 1978.
- CHARTIER, Roger. *A História Cultural entre Práticas e Representações*. Lisboa. Diefel. 1998.
- CUNHA, M. C. da. (Org.). *História dos índios no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras/FAPESP, 1992.
- DUARTE, Regina Horta. Conquista e civilização na Minas oitocentista. In: OTONI, Teófilo. *Notícia sobre os selvagens do Mucuri*. Belo Horizonte. UFMG. 2002. 13-37.
- _____. Olhares estrangeiros. Viajantes no Vale do Rio do Mucuri. In: *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 22, n. 44, 267-288, 2002.
- _____. Tempo, política e transformação: Teófilo Ottoni e seu lenço branco. 2002. (Mimeo)
- _____. O aventureiro da Filadélfia: Teófilo Ottoni e a conquista do vale do Mucuri. In: *Revista Locus*. V. 4. N 2. 1998.
- _____. História, verdade e identidade nacional. Quatro panfletos políticos do Segundo Reinado. In: *Locus*, Juiz de Fora. V. 2, n. 2, 111-126, 1996.
- DUTRA, Eliana de Freitas. *O Ardil Totalitário: imaginário político no Brasil dos anos 30*. Rio de Janeiro. Belo Horizonte. UFRG/UFMG. 1997.
- DUVERGER, Maurice. *Os Partidos Políticos*. Rio de Janeiro. Zahar. 1970.
- FALCON, Francisco. História das idéias. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo(org). *Domínios da História*. 4 ed. Rio de Janeiro. Campus. 1997.
- FAORO, Raymundo. *Os Donos do Brasil: Formação do patronato político brasileiro*. 6ª ed. 2 vols. Porto Alegre. Globo. 1984.
- FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. *Novo Dicionário Básico da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro. Nova Fronteira. 1995.

FERTIG, André. Centralização, Ordem e Regresso: o tempo histórico da consolidação do Império do Brasil *in Fronteiras revista de história*. Campo Grande. V. 5. Nº 10. pp.81-98. Jul/Dez 2001.

FILHO, Aires da Mata Machado. *Arraial do Tijuco cidade Diamantina*. 2º ed. São Paulo. Martins editora. 1957.

FLORENZANO, Modesto. República (na segunda metade do século XVIII– história) e Republicanismo (Na segunda metade do século XX –historiografia) *In* GOUVÊIA, Maria de Fátima; SOIHET, Maria; BICALHO, Fernando (org) *Culturas Políticas: ensaios de história cultura, história política e ensino de história*. Rio de Janeiro. MAUAD. 2005. pp 45-67

FONSECA, Carla Pereira de Brito *A idéia de república no Império do Brasil: Rio de Janeiro e Pernambuco (1824-1834)*. Rio de Janeiro. Universidade Federal do Rio de Janeiro. 2004. (Tese de doutorado)

FRANCO, Afonso Arinos de Mello. *História e teoria dos partidos político no Brasil*. 2ª ed. São Paulo. Alfa-ômega. 1974.

FURTADO, João Pinto. *O Manto de Penélope*. História, mito e memória da Inconfidência Mineira de 1788-9. São Paulo. Companhia das Letras, 2002.

GUIMARÃES, B. *Poesias Completas*. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, 1959.

GUIMARÃES, L. C. *Estrangeiro de Mim: Viagens, viajantes e suas estranhas identidades*. 1997. Estudos Literários. Fale, UFMG, Belo Horizonte.

GUIMARÃES, L. M. P.; PRADO, M. E. (Orgs.) *O liberalismo no Brasil imperial – origens, conceitos e prática*. Rio de Janeiro: Revan; UERJ, 2001.

GONTIJO, Rebeca. História, cultura e sociabilidade intelectual. *In* GOUVÊIA, Maria de Fátima; SOIHET, Maria; BICALHO, Fernando (org) *Culturas Políticas: ensaios de história cultura, história política e ensino de história*. Rio de Janeiro. MAUAD. 2005. pp. 259-284.

- HABERMAS, Jürgen. *Mudança estrutural da esfera pública: investigação quanto a uma categoria da sociedade burguesa*. Rio de Janeiro. Tempo Brasileiro. 1984.
- HOLLANDA, Sérgio Buarque de. *História da Civilização Brasileira - reações e transações - Tomo II*. 7 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil. 2004.
- IGLÉSIAS, Francisco. *Constituints e Constiuições Brasileiras*. Asão Paulo. Brasiliense. 1985.
- JASMIM, Marcelo Gantus. Interesse bem compreendido e virtude na América. In: BIGNOTTO, Newton(org). *Pensar a República*. Belo Horizonte. UFMG. 2002.
- _____; JÚNIOR, João Feres (org) *História e Conceitos: debates e perspectivas*. Rio de Janeiro. Editora PUC, edições Loyola. 2006
- JEFFERSON, Thomas. *Escrtiso Políticos*. São Paulo. IBRASA. 1964.
- JUNIOR, Caio Prado. *Evolução Política do Brasil*. 6ª ed. São Paulo. Brasiliense. 1969.
- LAFER, Celso. Posfácio: Hannah Arendt: vida e obra in: ARENDT, Hanna. *Homens em tempos sombrios*. São Paulo. Companhia das Letras. 1987. pp. 233-249
- LEFORT, Claude. *Desafios da escrita política*. São Paulo: Discurso Editorial. 1999.
- LEIRE, Beatriz Westin de Cerqueira. As Instituições Políticas do Império e a prática Parlamentar. In *História revista do Departamento de História da UNESP*. São Paulo. Nº 12. pp. 253-251. 1993.
- LEITE, Renato Lopes. *Republicanos e libertários – pensadores radicais no Rio de Janeiro (1822)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.
- LENHARO, Alcir. *As tropas da moderação: o abastecimento da Corte na formação política do Brasil – 1808-1842*. São Paulo. Símbolo. 1979.
- LEVI, Giovanni. Usos da biografia. In: FERREIRA, Marieta de Moraes, AMADO, Janaina (org) *Usos e Abusos da História Oral*. 2ª edição. Rio de Janeiro. FGV. 1998. PP 167-182.

LOPES, José Reinaldo de Lima. *O Direito na História: lições introdutórias*. 2º ed. São Paulo. Max Limonad. 2002.

LYNCH, Christian Edward Cyril. *O Momento Monarquiano*. O conceito de Poder Moderador e as ideologias brasileiras durante o século XIX. Rio de Janeiro. IPERJ. 2007 (Tese de Doutorado)

LUSTOSA, Isabel. *As trapaças da sorte: ensaios de história cultural e política*. Belo Horizonte. UFMG. 2004.

MADISON, J. HAMILTON, Alexander. JAY, John. *Os artigos federalistas*. Tradução de Maria Luiza X. de A. Borges. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1993. Título Original: The federalist papers.

MAQUIAVEL, Nicoló *Comentários sobre a primeira década de Tito Lívio*. Tradução: Sérgio Bath. 4 ed. Brasília. UNB. 2000.

_____. *O Príncipe; Escritos Políticos*. Traduções: Lívio Xavier. 3ed. São Paulo. Abril Cultural. 1983.

MARINHO, J. A. *História do Movimento Político de 1842*; apresentação de Francisco Iglésias. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia, 1977; São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1977.

MARINHO, J. A. *História do movimento político que teve lugar na província de Minas Gerais*. Conselheiro Lafaiete: Tipografia Almeida, 1939.

MARSON, Izabel Andrade. O Império da Revolução: matrizes interpretativas dos conflitos da sociedade monárquica. In: FREITAS, M. C.(org). *Historiografia Brasileira em Perspectiva*. São Paulo: Contexto. 1998.

_____; Hannah Arendt e a revolução: ressonâncias da revolução Americana no Império Brasileiro in: DUARTE, André *et alli*. *A banalização da violência: a atualidade do pensamento de Hannah Arendt*. Rio de Janeiro. Relume Dumará, 2004 p. 227-243

MARX, B. *100 anos de Colonização Alemã em Teófilo Otoni Minas Gerais*. Mimeo.

- MATTOS, Ilmar R. *O tempo Saquarema*. São Paulo/Brasília: HUCITEC/INL, 1994.
- MAXWELL, Kenneth. *A devessa da devassa: a inconfidência mineira*. Brasil e Portugal 1750-1808. 3 ed. Rio de Janeiro. Paz e terra. 1995.
- MELLO, Evaldo Cabral de (org.) *Frei Joaquim do Amor Divino Caneca*. São Paulo: Editora 34, 2001.
- MELLO, Evaldo Cabral de. *A Fronha dos Mazombos: nobres contras mascates, Pernambuco, 1666-1715*. 2 ed. São Paulo: editora 34. 2003.
- MELLO, Evaldo Cabral de. *A outra independência: o federalismo Pernambucano de 1817 a 1824*. São Paulo. Editora 34. 2004
- MENESES, José Newton Coelho. *O Continente Rústico*. Abastecimento alimentar nas Minas Gerais setecentistas. Diamantina. Maria Fumaça. 2000.
- MIRANDA, Nilmário. *Teófilo Ottoni, a República e a Utopia do Mucuri*. São Paulo. Caros Amigos. 2007.
- MONTESQUIEU, Charles Louis de Secondat, baron e la Brede et de. *Do Espírito das Leis*. 2ª ed. São Paulo. Abril Cultural. 1979.
- MOREIRA, Luciano da Silva. *Imprensa e Política: espaço público e cultura política na Província de Minas Gerais 1828-1842*. Belo Horizonte. UFMG. Dissertação.
- MOREL, Marco. Entre a paixão e o martírio: Cipriano Barata e os mecanismos de liderança política no Brasil Império. In PRADO, Maria Emília (org) *O Estado como vocação: idéias e práticas no Brasil oitocentista*. Rio de Janeiro. ACCES. 1999. pp.111-131.
- _____. *Cipriano Barata na Sentinela da Liberdade*. Salvador: Academia de Letras da Bahia; Assembléia Legislativa do Estado da Bahia, 2001.
- _____. *O Período das Regências*. Rio de Janeiro. Jorge Zahar. 2003.

_____ *As transformações do espaço público: imprensa, atores políticos e sociabilidades na cidade Imperial (1820-1840)*. São Paulo. Hucitec. 2005

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *Introdução à história dos partidos políticos Brasileiros*. Belo Horizonte. UFMG. 1999

_____ *Em Guarda Contra o Perigo Vermelho: o anticomunismo no Brasil (1917-1964)*. São Paulo. Perspectiva/FAPESP. 2002.

OBERACKER JR., C. H. *A contribuição teuta à formação da nação brasileira*. Rio de Janeiro: Presença, 1985.

OTTONI, Cristiano Benedito. *Autobiografia*. Brasília. UNB. 1983.

OTTONI, Teófilo. *Notícia sobre os selvagens do Mucuri*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2002.

PAULA, José Antônio de. *Raízes da Modernidade em Minas Gerais*. Belo Horizonte. Atênica. 2000.

POCOCK, J. G. H. *The Machiavellian moment*. Princeton, Princeton University. 1975..

_____ *Linguagens do Ideário Político*. Tradução Fábio Fernandez. São Paulo. EDUSP. 2003.

PRADO JUNIOR, Caio. *Evolução política do Brasil e outros estudos*. 3ed. São Paulo. 1961.

PRADO, M. E. (org.) *O Estado como vocação – idéias e práticas políticas no Brasil oitocentista*. Rio de Janeiro, ACESS, 1999.

REIS, José Carlos. *História & Teoria: historicismo, modernidade, temporalidade e verdade*. Rio de Janeiro. FGV, 2003.

REIS, Liana Maria. A Mulher na Inconfidência Mineira (Minas Gerais – 1789) *In Revista do Departamento de História UFMG*. Belo Horizonte. Nº 4. 1989. UFMG./FAFICH. Pp. 89-95

RODRIGUES, R. *Retalhos de uma história – Teófilo Otoni 145 anos*. Belo Horizonte: Gráfica Tamoios, 1998.

- ROSANVALLON, Pierre. Para uma historia conceptual de lo político (nota de trabajo).in: *Prismas*. Revista de historia intelectual. 6. 2002. P. 123-133
- SAINT-HILAIRE, Auguste de. *Viajem pelas províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais*. Belo Horizonte/São Paulo. Itatiaia. USP. 1975.
- SALLES, J. *Se não me falha a memória*. São Paulo: Instituto Moreira Salles: Ed. Giordano, 1993.
- SANTOS, Joaquim Felício dos Santos. *Memórias do Distrito Diamantino*. 4º ed. Belo Horizonte. Itatiaia. 1976.
- SCHLUPP, W. J. *Vasos de Barro: ou Deus caça mesmo com gatos*. [S.l]: Editora Rotermund, [19--]
- SCHMDIT, Benito Bisso. Construindo biografias... Historiadores e jornalistas: aproximações e afastamentos. In: *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro. Vol. 10. Nº 19. FGV. 1997
- _____, Biografia: um gênero de fronteira entre a história e a literatura. In: RAGO, Margareth; GIMENES, Renato Aloizio de Oliveria (org). *Narrar o passado, repensar a história*. Campinas. UNICAMP, 2000.
- SCHWARCS, L. M. *As barbas do imperador: D. Pedro II, um monarca nos trópicos*. São Paulo: Companhia da Letras, 1998.
- SILVA, Maria Beatriz Nizza da. *Cultura no Brasil Colônia*. Petrópolis. Vozes. 1981.
- SKINNER, Quentin. *As fundações do pensamento político moderno*. São Paulo\; Companhia das Letras. 1996.
- _____ *Liberdade antes do liberalismo*. São Paulo. UNESP. 1999.
- _____ Significado y comprensión em la historia de las ideas. In *Prismas: revista de historia intelectual*. Quilmes, n 4, 149-191, 2000.

SODRÉ, Nelson Werneck. *História da Imprensa no Brasil*. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira. 1966.

SOUSA, J. M. de. *Cidade: momentos e processos: Serro e Diamantina na formação do Norte Mineiro no século XIX*. São Paulo: Editora Marco Zero, 1993.

SOUSA, Octávio Tarquínio. *História dos fundadores do Império do Brasil*. 10 vol. Rio de Janeiro. José Olympio. 1972

SOUZA, Laura de Mello e. *O Diabo e a Terra de Santa Cruz: feitiçaria e religiosidade popular no Brasil colonial*. São Paulo. Companhia das Letras. 1999.

SOUZA, Maria Erimita de. *Aconteceu no Serro*. Belo Horizonte: BDMG Cultural, 1999.

STARLING, Heloísa Maria Murgel, *Lembranças do Brasil: teoria política, história e ficção em Grande Sertão: veredas*. Rio de Janeiro. Revan. 1999.

_____. Visionários: a imaginação republicana nas Minas setecentistas. In: STARLING, Heloísa Maria Murgel (org) *Revista USP*. Brasil república. São Paulo. USP. 59, 54-71, setembro/novembro 2003

_____. Onde só o vento se semeava outrora: a tradição do republicanismo e a questão agrária no Brasil. 2006. In PAULA, Delsy Gonçalves de; GUIMARÃES, Juarez Rocha (org) *Sentimento de reforma agrária, sentimento de república*. Belo Horizonte. UFMG. 2006. pp. 31-71

_____. Heloísa Maria Murgel; Lynch, Cristian Edward Cyril. *República (Brasil)*. 2007. pp. 1-13. (Mimeo.)

SÜSSEKIND, F. *O Brasil não é longe daqui: o narrador, a viagem*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

TRABULSI, José Antonio Dabdab. *Ensaio sobre mobilização política na Grécia*. Belo Horizonte. UFMG. 2001.

- TORRES, João Camilo de Oliveira. *Os construtores do Império*. São Paulo. Editora Nacional. 1968.
- VEIGA, J. P. X. *Efemérides Mineiras 1664-1897*. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro/ Centro de Estudos Históricos Culturais, 1998.
- VENTURI, Franco. *Utopia e Reforma no iluminismo*. SP: EDUSC. 2003.
- VIANA, Oliveira. *O ocaso do Império*. Rio de Janeiro. José Olympio. 1993.
- VIANNA, Hélio. *Contribuição à História da Imprensa Brasileira (1812-1869)*. Rio de Janeiro. Imprensa Nacional. 1945.
- WEECH, J. F.V. *A agricultura e o comércio no sistema colonial*. São Paulo: Martins Fontes, 1992.
- WERNET, Augustin. *Sociedades Políticas (1831-1832)* São Paulo, Brasília. Cultrix, INL. 1978.
- WEYRAUCH, C. S. *Pioneiros Alemães de Nova Filadélfia: relatos de mulheres*. Caxias do Sul: EDUCS, 1997.
- WOOD, Gordon S. *The Creation of the American Republic: 1776 - 1787*. University of North Carolina Press. 1969.
- YOUNG-BRUEHL, Elisabeth. *Por amor ao mundo: a vida e a obra de Hannah Arendt*. Tradução Antônio Trânsito. Rio de Janeiro. Relume-Dumará, 1997.